



Foto: Vismar Ravagnani

# **O GUIA DO FILHOTE DE GNU**

As melhores (e piores) respostas do CACD 2013

Material de estudo para a terceira fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

*Like a newborn wildebeest, it's time to hit the ground running. It is pretty amazing to think of a newborn creature running with the pack within minutes after birth. Like the wildebeest, or gnu if you prefer, it is time to get things moving (...)*

David Bates

# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	5
PORTUGUÊS .....	6
Redação.....	6
Exercício 1 .....	15
Exercício 2 .....	20
HISTÓRIA DO BRASIL .....	25
Questão 1 .....	25
Questão 2 .....	35
Questão 3 .....	44
Questão 4.....	52
INGLÊS .....	61
Translation - part A.....	61
Translation - part B.....	66
Summary .....	71
Composition .....	77
GEOGRAFIA .....	82
Questão 1 .....	82
Questão 2 .....	91
Questão 3 .....	100
Questão 4.....	108
POLÍTICA INTERNACIONAL .....	115
Questão 1 .....	115
Questão 2 .....	125
Questão 3 .....	134
Questão 4 .....	141
DIREITO.....	149
Questão 1 .....	149
Questão 2 .....	157

Questão 3 .....	166
Questão 4 .....	171
ECONOMIA .....	176
Questão 1 .....	176
Questão 2 .....	184
Questão 3 .....	193
Questão 4 .....	200
ESPAÑHOL .....	205
FRANCÊS .....	213

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a turma de 2013 do Instituto Rio Branco apresenta o **Guia do filhote de gnu - As melhores (e piores) respostas do CACD 2013**, voltado à preparação para a terceira fase do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Em um concurso tão complexo, o serviço prestado pelos guias de estudo publicados desde 1996 pelo Instituto Rio Branco em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) mostra-se fundamental para auxiliar os candidatos durante a preparação. O presente guia tem o objetivo de complementar esse trabalho, de maneira a oferecer uma visão mais ampla sobre o que é esperado do candidato ao CACD.

No começo da preparação, é comum que os candidatos se assustem com a qualidade das respostas dos guias de estudo. Aqui, pretendemos mostrar que não há, necessariamente, uma resposta universal e perfeita. Geralmente, a banca do CACD aceita diferentes argumentos e posicionamentos, desde que fundamentados e bem estruturados. Por esse motivo, apresentamos as três melhores respostas de cada questão (com exceção da resposta já presente no guia oficial), para que o candidato perceba as abordagens distintas dos aprovados.

Publicamos, também, a resposta com nota mais baixa obtida pelos aprovados em cada uma das questões. Essa ideia é motivada por dois objetivos. Em primeiro lugar, o candidato poderá observar claramente a distinção entre as respostas com notas altas e baixas, o que fornecerá uma noção sobre como *não* responder a uma questão. Em segundo lugar, há um aspecto motivacional. Em todos os concursos, há alguma questão especialmente complexa ou que trata de um assunto sobre o qual o candidato não possui total domínio. Pretendemos mostrar que é possível, sim, ser aprovado no CACD mesmo quando o candidato se depara com dificuldades durante as provas.

Por fim, anexamos os dois melhores espelhos das provas de espanhol e francês de 2013. Embora saibamos que, em 2014, essas provas serão objetivas, pensamos ser interessante a divulgação desses documentos devido à dificuldade de obtenção de espelhos de francês e espanhol, uma vez que o guia de estudos oficial não aborda essas disciplinas. Ademais, pretendemos que esse guia se torne uma ferramenta útil não apenas para o CACD 2014, mas também para concursos dos próximos anos. Caso as provas de francês e espanhol voltem a ser discursivas, os espelhos podem auxiliar futuros candidatos.

Esperamos que o guia seja útil a todos os aspirantes à carreira diplomática e que se torne uma tradição seguida pelas turmas posteriores. Todos sabemos o quão complexo é o caminho até a aprovação, e, por esse motivo, é nosso dever ajudar como possível nossos futuros colegas de profissão.

Turma 2013

# PORTUGUÊS

\*As expressões destacadas em **vermelho** foram descontadas pela banca como erros microestruturais.

## REDAÇÃO

### Texto I

É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda per capita, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Fragmento de discurso proferido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores na abertura da XVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17/9/1963.

### Texto II

Ao selecionar o embaixador Roberto Azevêdo, a Organização Mundial do Comércio renova o compromisso com uma visão de multilateralismo que privilegia o diálogo, o respeito à diversidade e a busca de consenso, conforme as nossas melhores tradições diplomáticas; uma visão que incorpora as perspectivas de todos os membros, com particular atenção às dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo; uma visão segundo a qual o comércio não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta para o desenvolvimento e para a melhor distribuição da prosperidade entre as nações, e dentro delas, em benefício de todos.

Fragmento de circular telegráfica do Ministro de Estado das Relações Exteriores transmitida em 22/5/2013.

**Discuta e emita opinião sobre os fragmentos de texto acima apresentados, com atenção às semelhanças e às diferenças de percepção relativas ao comércio internacional.**

Extensão do texto: 600 a 650 palavras  
[valor: 60 pontos]

## FILIPE BRUM CUNHA (52,50/60)

Ao final da Guerra Fria, o economista Samuel Huntington previu a ocorrência de um “choque de civilizações” na sociedade internacional, devido às diferenças culturais existentes entre os países. Mais de vinte anos depois, percebe-se que a teoria de Huntington não se confirmou, uma vez que a cooperação entre os Estados é característica importante do atual contexto mundial. O comércio internacional é um meio pelo qual os países mantêm relações amistosas, porquanto representa uma possibilidade real de promover o interesse coletivo. Embora subsistam empecilhos para que o comércio seja considerado plenamente justo, as relações comerciais têm possibilitado o desenvolvimento de Estados anteriormente marginalizados, o que demonstra que o comércio internacional possibilita mais que apenas o crescimento econômico de poucas nações.

As relações comerciais nem sempre resultaram em ganhos multilaterais. Na década de 1960, o comércio beneficiava somente os países ricos, na medida em que as decisões não consideravam os interesses das nações subdesenvolvidas. O Brasil criticava a marginalização econômica imposta pelas grandes potências, pois o comércio não ajudava a promover o desenvolvimento, principal objetivo da nação. Conquanto já existissem mecanismos internacionais de cooperação econômica, não se buscava eliminar as injustiças do comércio internacional, como a deterioração dos termos de troca. A atuação da diplomacia brasileira, dessa forma, era limitada por um contexto de possibilidades desiguais.

Com o passar das décadas, ocorreram muitas mudanças no cenário econômico internacional. O desenvolvimento industrial e a progressiva urbanização permitiram que países como Brasil, China e Índia ascendessem à condição de forças econômicas. Se, antigamente, as decisões eram tomadas por um seleto grupo de potências, atualmente, não é mais possível estabelecer medidas no comércio internacional sem a participação de outros países. Novas instâncias de debate multilateral, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), possibilitam uma atuação mais equitativa dos diversos membros da sociedade internacional, de forma a garantir a busca do interesse de nações cuja capacidade de manifestação costumava ser limitada.

O Brasil é um ator fundamental para a realização de mudanças no comércio internacional. A eleição de Roberto Azevêdo para a direção da OMC, conquistada com votos de países de diferentes condições econômicas, demonstra o reconhecimento internacional da relevância brasileira para a promoção de um comércio mais justo. A diplomacia brasileira considera que o comércio internacional não deve ser uma forma de assegurar ganhos relativos, mas, sim, absolutos, porquanto as trocas comerciais podem ser positivas para todos os envolvidos. A melhor maneira de garantir benefícios coletivos é o debate multilateral, pois somente o consenso é capaz de evitar a prevalência de interesses de atores específicos.

Apesar dos significativos avanços promovidos, ainda existem alguns obstáculos a serem superados. A representação desigual dos Estados em determinadas instâncias decisórias e a resistência dos países desenvolvidos em eliminar os subsídios de seus produtos agrícolas demonstram que a estrutura desigual do comércio internacional ainda não foi completamente superada. A diplomacia brasileira busca reduzir essas dificuldades, por meio de alianças com países de interesses semelhantes, como o G-20 comercial. O Brasil, dessa forma, defende a continuidade da evolução do sistema de comércio internacional, e a eleição de Roberto Azevêdo representa importante possibilidade de atuação para a consecução desse objetivo.

Os diferentes discursos brasileiros nas décadas de 1960 e 2010 mostram a evolução pela qual passou o comércio internacional. O Brasil, defensor do debate multilateral, foi um dos principais responsáveis para que esse sistema se tornasse mais justo. O resultado da ação da diplomacia nacional é a promoção do desenvolvimento mundial, uma vez que o comércio, quando em bases equitativas, ajuda todos os países a superarem suas dificuldades econômicas. As trocas comerciais, por representarem interesse coletivo, possibilitam maior cooperação interestatal, um dos motivos que explicam por que a previsão de Samuel Huntington não se tornou realidade. Os benefícios de um comércio internacional mais justo, portanto, não se limitam ao âmbito econômico.

Aspectos macroestruturais: 22,50/30

Aspectos microestruturais: 30/30

## MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (52/60)

Processos de integração econômica em acelerada marcha atestam que não mais subsistem as utopias de isolacionismo outrora vigentes. A participação no comércio internacional tornou-se indispensável aos projetos nacionais de desenvolvimento; os resultados dessa participação, contudo, diferem em grande medida. Por um lado, instrumentos iníquos distorcem o comércio mundial em prejuízo das nações que dele mais necessitam. Por outro, os processos de liberalização em curso indicam possibilidades alvissareiras de desenvolvimento. O Brasil, como país entusiasta da integração que propicia o progresso, defende, acertada e veementemente, concepção de comércio internacional como ferramenta para o desenvolvimento equitativo entre as nações. O êxito da Rodada Doha, também intitulada Rodada do Desenvolvimento, privilegia essa acepção, uma vez que eliminará tendências perversas e impulsionará os benefícios oriundos da integração.

A despeito do elevado grau de integração internacional das nações do Norte, subsídios à produção e à exportação, barreiras técnicas e quantitativas ainda são praticados em seus mercados. Esses mecanismos elevam os preços dos gêneros alimentícios, perpetuando a fome e a pobreza. Prejudicam, ainda, produtores de países de menor desenvolvimento relativo, desprovidos de orientação e de meios materiais para o atendimento das rigorosas restrições técnicas impostas.

Desde a década de 1960, a comunidade internacional tem reagido a essas práticas, como atesta a criação da UNCTAD em 1964. Entrementes, houve uma mudança de percepção acerca do comércio. A tese da deterioração dos termos de troca defendia, à época, restrições ao comércio Norte-Sul, porquanto perpetrador do subdesenvolvimento. Hodiernamente, consolida-se a ideia de que o comércio pode garantir o desenvolvimento, desde que realizado em condições de igualdade material.

A criação do Sistema Geral de Preferências (SGP), que conferiu privilégios a países africanos, asiáticos e **latinoamericanos**<sup>1</sup>, atenuou as tendências espoliadoras do comércio internacional. A insuficiência desse mecanismo para o pleno desenvolvimento das nações do Sul motivou o lançamento da Rodada Doha. O mandato da Rodada evidencia nova percepção internacional sobre as possibilidades do comércio, ao indicar a possibilidade de eliminação de distorções equivocadas e de transformação do comércio em meio de distribuição da riqueza entre as nações, como notou o ex-Chanceler Antônio Patriota por ocasião da eleição do embaixador Roberto Azevêdo à **direção geral**<sup>2</sup> da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O Brasil, atualmente a sexta maior economia mundial, mas ainda com grande passivo social a superar, tem dado o exemplo de utilização eficaz da integração comercial para o projeto de desenvolvimento do país. O crescimento econômico aliado à melhoria dos indicadores sociais não são obtidos à revelia dos processos de integração. A participação brasileira nos fluxos internacionais de mercadorias e de serviços é crescente, assim como também é crescente a inclusão das parcelas mais desfavorecidas da população. Ademais, a utilização intensa do mecanismo de solução de controvérsias da OMC pelo Brasil favorece a eliminação de práticas comerciais espúrias, em benefício de todas as nações em desenvolvimento. A chefia da organização por um brasileiro, feito inédito na história do país, indica o reconhecimento internacional do êxito das políticas públicas brasileiras. Denota, ainda, o reconhecimento da capacidade ímpar do país de articulação de consensos, talvez um legado da tradição de equilíbrio de antagonismos como sugeriu o embaixador português José Fernandes Fafe. Uma liderança brasileira

na mais exitosa experiência do institucionalismo internacional na área do comércio propiciará soluções abrangentes e equilibradas, em consonância com o atual paradigma do comércio não como fim em si, mas como meio para o progresso das nações.

As últimas décadas do século XX assistiram a mudanças significativas na percepção dos resultados possíveis do comércio internacional. Outrora compreendida como meio de perpetuação das desigualdades entre as nações, a integração comercial é considerada, na contemporaneidade, tendência necessária e irreversível, que, **matizadas**<sup>3</sup> certas distorções, pode favorecer o desenvolvimento. A conclusão da rodada Doha tende a reforçar essa percepção. Efetivadas as promessas contidas em seu mandato, a clivagem norte-sul deixará de ser característica predominante da geografia mundial.

Aspectos macroestruturais: 25/30

Aspectos microestruturais: 27/30

#### Marcações da banca

<sup>1</sup> Ortografia (hifenização)

<sup>2</sup> Ortografia (hifenização)

<sup>3</sup> Propriedade da linguagem

## PEDRO PIACESI DE SOUZA (51/60)

O comércio internacional é um dos temas mais importantes para as relações interestatais. Não obstante as distintas percepções sobre o tema, os Estados reconhecem a importância do comércio para o desenvolvimento econômico. Enquanto no texto I, verifica-se um certo pessimismo acerca do comércio internacional, haja vista a crítica em relação aos mecanismos de deterioração dos termos de troca, no texto II, constata-se um posicionamento mais otimista, uma vez que é ressaltada a contribuição do comércio internacional para o desenvolvimento das nações. O comércio internacional não é um fim em si mesmo, mas, sim, um caminho para a construção de uma ordem mundial mais justa e menos assimétrica.

**A crítica do texto I<sup>1</sup>** acerca dos aspectos negativos do comércio internacional evidencia a natureza contraditória do capitalismo. Se, por um lado, o capitalismo **contribuiu<sup>2</sup>** para o desenvolvimento de países mais avançados tecnologicamente; por outro, agravou os problemas socioeconômicos nos países subdesenvolvidos. O empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos decorreu, entre outros motivos, do mecanismo de deterioração dos termos de troca. Conforme argumentou Raul Prébisch, a deterioração dos termos de troca ocorre devido à especialização técnica entre os países. O centro, composto por países desenvolvidos, é mais beneficiado pelo comércio internacional, porquanto exporta bens de maior valor agregado. A periferia, por sua vez, é prejudicada pela sua especialização técnica em bens primários, visto que a exportação destes bens arrecada uma quantidade de divisas menor, o que explica o nível de renda entre esses dois polos produtivos.

**O elogio do texto II<sup>3</sup>** ao multilateralismo coaduna-se não só com a tradição diplomática pátria, mas também com a reivindicação brasileira por uma ordem internacional mais inclusiva e representativa. O comércio internacional, ao ser realizado com base no pluralismo das ideias e no multilateralismo das ações, contribui sobremaneira para o desenvolvimento dos países. Embora as potencialidades do comércio tenham sido reconhecidas já na década de 1960, conforme pode ser observado no texto I, **apenas em décadas mais recentes<sup>4</sup>** o comércio tem desempenhado um papel mais positivo no desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Trata-se de uma mudança paradigmática, porquanto demonstra que as potencialidades do comércio internacional não se restringem aos países desenvolvidos, contribuindo também para a prosperidade de outras nações, contanto que o comércio internacional, como defendido no texto II, seja feito levando-se em consideração as demandas de todos os países envolvidos.

Conquanto tenham sido elaborados em contextos diferentes, ambos os textos defendem a importância do comércio internacional para o desenvolvimento dos países. Em um mundo globalizado, a interdependência entre os países pode ser considerada fato consumado, o que torna inviável desconsiderar o impacto do comércio internacional nas relações internacionais. Os Estados, portanto, devem privilegiar o diálogo, a fim de que o regime mundial de comércio seja estabelecido sob bases consensuais e mutuamente benéficas. Nesse sentido, a ênfase atribuída pela diplomacia brasileira ao multilateralismo, ao contrário das críticas que tem recebido por parte da imprensa, deve ser elogiada, uma vez que somente o multilateralismo é capaz de promover uma ordem internacional que beneficie tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento.

Schopenhauer, em Sobre o Fundamento da Moral, argumentou que existem apenas três motivações humanas: o egoísmo, a maldade e a compaixão. De forma análoga, pode-se afirmar que o comércio internacional, como descrito no texto I, foi prejudicial aos países sub-

desenvolvidos, porquanto era motivado por interesses egoístas de países desenvolvidos, os quais se beneficiaram das assimetrias tecnológicas para desenvolverem sua economia. A compaixão, entendida como a busca de um desenvolvimento compartilhado e benéfico para todos, pode ser observada tanto no discurso do texto II quanto nas ações empreendidas pelo Brasil, com vistas a uma maior participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional. O comércio internacional, portanto, se for estruturado sob o multilateralismo, como defende o Brasil, é um dos caminhos possíveis para a superação dos desafios contemporâneos e para a constituição de uma ordem internacional mais justa e menos assimétrica.

Aspectos macroestruturais: 25/30

Aspectos microestruturais: 26/30

#### Marcações da banca

<sup>1</sup> Construção do período / colocação de termos

<sup>2</sup> Ortografia (acentuação)

<sup>3</sup> Construção do período / colocação de termos

<sup>4</sup> Pontuação (falta de vírgula após "recentes")

## MENOR NOTA (32,65/60)

Na transição do século XVIII para o XIX, com o advento de algumas das principais teorias do livre comércio internacional, rompeu-se a hegemonia do pensamento mercantilista vigente no período. Desde então, a promoção da liberdade no intercâmbio mundial, tornou-se um dos principais objetivos da sociedade dos Estados. Ao longo do século XX, a dinâmica do comércio internacional aprofundou-se e sofisticou-se, mas nem sempre beneficiou todos os países da mesma forma. No alvorecer do século XXI, em um contexto de globalização econômica, não há como negar a importância das trocas internacionais para o desenvolvimento das nações; esse desenvolvimento, entretanto, é, ainda, bastante desigual. Nesse sentido, o grande desafio do comércio internacional contemporâneo é o de assegurar uma distribuição mais equitativa da prosperidade entre as nações e dentro delas.

Em 1776, Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações*. Entre os diversos temas tratados no livro, chama a atenção o relativo à defesa da liberdade comercial internacional, que, segundo o autor, seria capaz de gerar riqueza e desenvolvimento para todos os países que a praticassem. A teoria de Smith foi aperfeiçoada por David Ricardo, e, logo, tornou-se parte integrante do discurso oficial da Grã-Bretanha, potência mundial dominante no século XIX, que a impunha às demais nações por meio de tratados desiguais. Ocorreram guerras, revoluções e crises, e a Grã-Bretanha foi substituída em sua condição de potência hegemônica pelos Estados Unidos da América; o discurso em defesa da liberdade do comércio internacional, no entanto, não desapareceu.

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram novos instrumentos de promoção da liberdade nas trocas entre as nações, como os Acordos Gerais sobre Tarifas e Comércio (GATT). O mundo, todavia, transformava-se. Emergiam novas nações que não se sentiam beneficiadas pela estrutura do comércio internacional. Nesse contexto, surgiu a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um grupo de economistas coordenado por Raúl Prebisch que passou a pensar o comércio internacional da perspectiva do mundo em desenvolvimento. As conclusões da CEPAL foram revolucionárias. Segundo Prebisch e sua equipe, a dinâmica do comércio internacional vigente em meados do século XX, que opunha um centro exportador de produtos de alto valor agregado a uma periferia agroexportadora, gerava uma situação de deterioração dos termos de troca em prejuízo do mundo em desenvolvimento, cujos produtos perderiam valor, ao longo do tempo, em face daqueles dos países desenvolvidos. Nesse sentido, concluiu a CEPAL, o comércio internacional, no lugar de promover o desenvolvimento dos países periféricos, era indutor de crises recorrentes em seus balanços de pagamentos.

As teorias cepalinas romperam a hegemonia do pensamento clássico em comércio internacional e incentivaram uma maior articulação entre os países menos desenvolvidos, o que levou à criação de importantes foros políticos com o objetivo de promover um comércio internacional que seja, de fato, indutor do desenvolvimento dos diversos Estados, como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Grupo dos 77. É importante notar que essa maior articulação entre as nações periféricas resultou em importantes conquistas, como as relativas à criação de regras comerciais mais favoráveis aos países pobres.

Em 1994, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual passou a conferir maior institucionalização ao intercâmbio multilateral global. Após anos sob o comando dos países centrais, em 2013, finalmente, a organização passou à direção de um nacional do mun-

do em desenvolvimento, o brasileiro Roberto Azevêdo. Embora Azevêdo não assuma o cargo em nome do seu país, é evidente que sua trajetória pessoal e profissional influenciará no modo como ele exercerá a **diretoria geral**<sup>1</sup> da OMC. Por ter sido, durante anos, representante brasileiro nessa organização, Azevêdo é mais sensível aos anseios dos países em desenvolvimento. Pode-se considerar, portanto, que sua eleição é uma vitória de todos que almejam um comércio internacional mais justo.

Nas últimas décadas, o comércio internacional passou por transformações notáveis no sentido de tornar-se, cada vez mais, um vetor de desenvolvimento global, **e isso deve-se, em grande medida, à atuação coerente e articulada do mundo periférico**<sup>2</sup>. Nesse sentido, a eleição de um nacional dessa parte do planeta para a diretoria geral do principal órgão de regulação do intercâmbio mundial suscita perspectivas animadoras quanto ao futuro da vertente desenvolvimentista do comércio internacional.

Aspectos macroestruturais: 16,25/30
Aspectos microestruturais: 28/30
Palavras em excesso: 58 (-11,6 pontos)

#### Marcações da banca

<sup>1</sup> Ortografia (hifenização)

<sup>2</sup> Construção do período / colocação de termos

## EXERCÍCIO 1

As fábulas indígenas têm uma participação intensa na literatura oral brasileira, mas sempre através da interpretação mestiça, mudados os termos, substituído o herói, trocadas às vezes as finalidades do conto por efeito da influência catequista. O mestiço transmite a fábula indígena aproveitando quanto não contrarie sua maneira pessoal de viver, agir e compreender. As égi-des indígenas não satisfazem a mentalidade do mameluco e do caboclo. Transfere, para a es-tória, os valores que o impulsionam e justificam, aos seus olhos, a conduta.

Luis da Camara Cascudo. Literatura oral no Brasil. 2.ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1978, p. 97 (com adaptações).

**Com base no fragmento acima apresentado, discuta como a ideia de “interpretação mestiça” repercutiu nos movimentos sociais e culturais do Brasil no século XX.**

Extensão do texto: 120 a 150 palavras  
[valor: 20 pontos]

## LEONARDO ROCHA BENTO (18,07/20)

A temática da mestiçagem é aspecto indissociável da elaboração da identidade brasileira. Por ser mestiço, o povo brasileiro não compartilha a mesma interpretação da realidade dos povos que o originaram e adapta peculiaridades culturais dessas nações ao modo de viver local, o que se expressou em manifestações socioculturais, no século XX.

A interpretação mestiça da realidade foi característica dos escritores modernistas, como evidenciam a obra Macunaíma, de Mário de Andrade, que reuniu influências culturais diversas, a fim de definir o indivíduo autenticamente brasileiro, e as análises de Gilberto Freyre sobre as relações entre africanos e portugueses. Essa interpretação fortaleceu-se depois, repercutindo na difusão de movimentos socioculturais de valorização da mestiçagem e das etnias formadoras da nação. Nas artes cênicas, ela foi adotada pelo Teatro Experimental do Negro, que promoveu discussões sobre as desigualdades sociais brasileiras; na música, ela foi utilizada pelo movimento tropicalista, que enfatizou a miscigenação nas composições.

Aspectos macroestruturais: 8,07/10 Aspectos microestruturais: 10/10
--

**PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (18,07/20)**

É amplamente aceita, hoje, a constatação de que a cultura e sociedade brasileiras são formadas por aportes de diferentes. Neste processo de assimilação, no entanto, cada fragmento absorvido sofrerá uma adaptação, uma interpretação segundo as características e interesses dos grupos envolvidos. A adaptação, por mestiços, das tradições indígenas é excelente exemplo deste fenômeno. No século XX, o movimento que primeiro explicita este processo é o Modernismo, fazendo dele uma de suas pedras angulares. Esta “antropofagia” consciente de elementos estrangeiros e nacionais será algo repetido no cinema novo, na tropicália e em outros movimentos. O Estado brasileiro também praticou esta “interpretação mestiça”: o Estado Novo buscou na cultura popular elementos para combater os regionalismos e tentar criar uma cultura nacional com ele identificada. Esta apropriação de elementos alheios para fins próprios continuou, no século XX, a ser uma constante na vida social e cultural do Brasil.

Aspectos macroestruturais: 8,07/10

Aspectos microestruturais: 10/10

**LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (17,63/20)**

Em sua obra Literatura oral no Brasil, Luis da Camara Cascudo afirma que o processo de formação da tradição oral pátria se caracterizou pela “interpretação mestiça” das lendas ameríndias. De acordo com esse conceito, a população multiétnica do Brasil teria selecionado elementos da cultura autóctone com base em visão de mundo própria, influenciada por valores de outros povos formadores, como o catolicismo europeu.

Essa interpretação foi um dos elementos mais importantes no pensamento modernista do século XX. No campo social, autores, como Gilberto Freyre, buscaram valorizar a formação multiétnica da população brasileira. No campo artístico-cultural, a fusão de elementos estrangeiros e autóctones, para formar estética brasileira original, foi defendida, por exemplo, por Oswald de Andrade em seu “Manifesto antropofágico”. Para esses autores, a interação entre culturas seria característica indissociável da nacionalidade brasileira, reflexo da mestiçagem que singularizou a formação do país.

Aspectos macroestruturais: 7,63/10 Aspectos microestruturais: 10/10
--

**MENOR NOTA (13,45/20)**

As fábulas indígenas são parte integrante da cultura oral e do folclore brasileiros, em especial nas regiões interioranas do país. Personagens fantásticos, como a Cuca, o Curupira e a Iara, fazem parte do imaginário coletivo nacional; a maneira como a maioria das pessoas os conhece, no entanto, não é a original, mas decorrente daquilo que Luís da Câmara Cascudo chamou “interpretação mestiça”.

De acordo com Câmara Cascudo, ao ter contato com uma fábula indígena, aquele que não é índio a adapta a sua realidade antes de **retransmití-la**. Essa seria a interpretação mestiça – mameluca, cabocla – que, embora não tenha preservado a integralidade das referidas fábulas, teve enorme repercussão nos movimentos sociais e culturais brasileiros do século XX, uma vez que é a interpretação mestiça que torna as lendas autóctones do nosso país conhecidas de toda a população.

Aspectos macroestruturais: 4,45/10 Aspectos microestruturais: 9/10
---

Marcações da banca<sup>1</sup> Acentuação

## EXERCÍCIO 2

(...)

Porque os homens não me escutam! Por que os governadores  
Não me escutam? Por que não me escutam  
Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?  
Todos os donos da vida?  
Eu lhes daria o impossível e lhes daria o segredo,  
Eu lhes dava tudo aquilo que fica pra cá do grito  
Metálico dos números, e tudo  
O que está além da insinuação cruenta da posse.  
E se acaso eles protestassem, que não! que não desejam  
A borboleta translúcida da humana vida, porque preferem  
O retrato a óleo das inaugurações espontâneas,  
Com béstias de operário e do oficial, imediatamente inferior,  
E palminhas, e mais os sorrisos das máscaras e a profunda comoção,  
Pois não! Melhor que isso eu lhes dava uma felicidade deslumbrante  
De que eu consegui me despojar porque tudo sacrifiquei.

(...)

Mário de Andrade. A meditação sobre o Tietê. In: Poesias completas.  
São Paulo: Martins, 1974, 4.ª ed., p.311-2, (com adaptações).

**Com base no texto acima apresentado, discorra sobre as recentes manifestações públicas nos planos nacional e internacional, relacionando-as, em especial, ao fragmento: “Por que os governadores / Não me escutam? Por que não me escutam / Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?”.**

Extensão do texto: 120 a 150 palavras  
[valor: 20 pontos]

**LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (17,07/20)**

Recentes manifestações populares no Brasil e em outros países denunciaram o distanciamento entre as populações de Estados democráticos e seus líderes eleitos. Em seu poema “A meditação sobre o Tietê”, Mário de Andrade exprime visão análoga, ao demonstrar indignação com a indiferença dos poderosos em face de seu anseio por renovação.

As contradições existentes em uma sociedade, para que sejam superadas, requerem meios que permitam o diálogo constante entre representantes e representados. Quando a comunicação entre esses dois grupos é obstruída, perde-se o dinamismo da democracia e, muitas vezes, a legitimidade dos governantes é questionada. Tanto nas manifestações populares quanto na diatribe de Mário de Andrade, é essa vontade de participação no processo político que se revela. Em um como em outro caso, há desejo de mudança, que é legítimo e que deve ser considerado como contribuição positiva para o processo democrático.

Aspectos macroestruturais: 7,07/10

Aspectos microestruturais: 10/10

**MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (16,95/20)**

Mário de Andrade, liderança do Modernismo brasileiro, sacrificou a naturalidade de estilo, adquirindo “pedantismo às avessas”, na expressão de Antonio Candido, para o êxito de seu projeto de tradicionalizar o passado cultural do país. Diferiu, desse modo, da atitude, comum à época, de negar tradições locais e de buscar inspiração em obras estrangeiras - comportamento que intitulou “moléstia de Nabuco”.

A analogia entre a atitude de Mário e as manifestações públicas contemporâneas é deveras elucidativa. A negação do sistema político vigente é inócua, se não houver disposição para aperfeiçoá-lo. O arcabouço político-constitucional é o ponto de partida para qualquer mudança e as vias democráticas são o único caminho legítimo para o aprofundamento da cidadania. Os protestos recentes parecem indicar a conscientização da juventude sobre a importância da participação democrática; para que as lideranças a escutem, é preciso, contudo, que se disponham a contribuir nos processos de mudança.

Aspectos macroestruturais: 6,95/10 Aspectos microestruturais: 10/10
--

**FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (16,63/20)**

A ideia atual de democracia baseia-se na necessidade de que os bens públicos sejam administrados de acordo com a vontade popular. Desse modo, é democrático aquele regime que se estabelece por meio da liberdade de expressão, do direito de voto e da transparência. Frequentemente, a cobiça e a vaidade distanciam governadores em relação a governados, e o poder transforma-se em meio de dominação.

As manifestações públicas, nacionais e internacionais, que ocorreram nos últimos anos, podem ser analisadas como reações contra situações em que a manutenção do poder não promove o bem-estar social. As manifestações são protestos contra a desatenção dos representantes em relação às necessidades dos representados, são formas de o povo interromper as “palminhas” e “os sorrisos de máscaras”, palavras com as quais Mário de Andrade identificou o cinismo dos plutocratas e dos governantes autoritários.

Aspectos macroestruturais: 6,63/10

Aspectos microestruturais: 10/10

## MENOR NOTA (10,44/20)

Em “A meditação sobre o Tiête”, Mário de Andrade expressa insatisfação com os governantes que não o escutam apesar de ele saber o que fica “pra cá do grito”, isto é **qual os**<sup>1</sup> desejos que levam o povo a protestar. O sentimento de desencontro entre governos e demandas populares motivou protestos no mundo árabe e no Brasil. **Em ambos os casos**<sup>2</sup> reivindicações são difusas e há dificuldade em saber exatamente aquilo que, no poema, Andrade afirmou saber.

Os protestos brasileiros e a Primavera Árabe não são idênticos. O Brasil não vive uma situação de instabilidade política decorrente desses protestos e o governo tem buscado estabelecer diálogo com a população. Contrariamente, alguns países árabes vivem guerras civis e os envolvidos não conseguem **estabelecer comunicação entre si. Mário de Andrade era brasileiro**<sup>3</sup>, mas no que diz respeito à comunicação entre governo e cidadãos, **na atualidade, seu poema representa melhor outros países**<sup>4</sup>.

Aspectos macroestruturais: 4,44/10 Aspectos microestruturais: 6/10
---

### Marcações da banca

<sup>1</sup> Concordância

<sup>2</sup> Pontuação

<sup>3</sup> A banca marcou erro de pontuação nessa linha.

<sup>4</sup> Colocação de termos

# HISTÓRIA DO BRASIL

## QUESTÃO 1

**Disserte acerca das relações entre a Inglaterra e o Brasil no período compreendido entre 1808 e 1831.**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas  
[valor: 30 pontos]

## **GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (30/30)**

As relações entre Brasil e Inglaterra durante o período joanino e o Primeiro Reinado tiveram em comum uma dinâmica enquadrada em uma lógica de dependência assimétrica. O determinante fundamental para a estruturação de uma lógica claramente de centro e periferia, para além do evidente desequilíbrio de poder entre as partes, foi o interesse das elites dirigentes nacionais em manter a continuidade dinástica em contextos de instabilidade. Em ambos os contextos, a dinâmica foi marcada por concessões da América Portuguesa e do Brasil à Inglaterra em favor da manutenção dinástica dos Bragança à frente do Estado em processo de emancipação, com escassos ensaios de autonomia, fatores que implicaram a periferização do Brasil e sua inclusão na órbita de influência direta do Império Britânico.

O processo de reprodução da relação de dependência Inglaterra-Portugal para os vínculos Inglaterra-Brasil, que seria a marca de todo o Brasil Imperial, teve início por condicionantes das disputas de poder europeias, em particular as Guerras Napoleônicas. O dilema posto ao regente Dom João VI apresentou-se com a escolha difícil entre respeitar o Bloqueio Continental imposto pela França e encarar provável ruína econômica devido à sua satelitização econômica em relação à Inglaterra, ou manter o comércio com o Império Britânico e enfrentar possível invasão e derrubada da dinastia de Bragança. A solução encontrada foi a transmigração da Corte, que se instalaria no Rio de Janeiro, sob os amparos e proteções da esquadra inglesa. A contrapartida pretendida por George Canning, à frente dos negócios estrangeiros britânicos, seria o acesso direto ao mercado da América Portuguesa via um porto de comércio exclusivo, preferencialmente na região de Santa Catarina. Dom João, cioso de criar tal vínculo preferencial, decide uma solução de caráter mais autônomo, de cunho liberal, ao decidir, em escala em Salvador, pela abertura dos portos do Brasil a todas as nações “amigas”, orientado pelos conselhos smithianos de José da Silva Lisboa.

Não obstante esse ensaio autônomo, sua efemeridade seria determinada pela posição de fragilidade portuguesa. Os plenipotenciários de Canning, buscando a contrapartida pela continuidade da dinastia Bragança, arrancaram aos negociadores portugueses os tratados de 1810. Estes inauguraram a relação de tratados desiguais que seria a marca do processo de independência do Brasil entre 1808 e 1831. Os produtos ingleses teriam acesso ao mercado brasileiro mediante pagamento de tarifa “ad valorem” de apenas 15%, inferior à taxa de 16% sobrada de produtos fretados por navios portugueses. Ainda, criaram-se direitos de extraterritorialidade, em que a soberania de Bragança sobre a América Portuguesa seria flexibilizada, pois súditos ingleses contariam com jurisdição de tribunais ingleses, escapando à competência jurisdicional lusa. Por fim, marca-se o início da cruzada inglesa contra o tráfico de escravos africanos, ao se iniciar processo, complementado no contexto do Congresso de Viena, em que Portugal deveria se abster de promover tráfico no Atlântico norte e em territórios da costa da África que não estivessem sob soberania do Império Português.

No contexto americano, as expedições militares de Dom João em represália ao eixo Paris-Madri contaram com posicionamentos diversos dos ingleses. Estes apoiaram a ocupação de Caiena, que furtou o acesso francês à Bacia Amazônica, mas foram menos entusiastas das duas intervenções contra Artigas na Banda Oriental e se opuseram à incorporação da Bacia Cisplatina em 1821. Tal incorporação revela algum espaço para conduções dos negócios externos de Bragança, por expressar o interesse histórico em garantir acesso à navegação do Prata. No Congresso de Viena, em que Castlereagh consegue levar os portugueses à mesa secundária das potências em concertação, por influência britânica para garantir o princípio da legitimida-

de, Portugal restitui Caiena à dinastia Bourbon reinstaurada e logra, com apoio inglês, elevar a colônia ao patamar de Reino Unido a Portugal e Algarve.

Os desafios ensejados pela rebelião liberal do Porto, no contexto da primeira leva da Era das Revoluções descrita por Eric Hobsbawn, obrigam o retorno de D. João VI a Portugal e precipitam uma ruptura política até então inesperada e indesejada pelas elites brasileiras associadas aos cortesões da metrópole interiorizada. Após breve guerra de independência, em que houve larga participação de mercenários britânicos, a questão fundamental que se impunha era o reconhecimento da independência sob a soberania de Dom Pedro. A historiografia, em vertente endossada por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, costuma indicar que a independência já se encontrava consolidada não apenas pelos esforços nacionais e pelo consenso conjuntural intraelites em favor de Dom Pedro, mas pelo interesse inglês na independência brasileira, vez que implicaria acesso direto à porção mais rica do Império Português sem mais nenhum constrangimento implícito à relação com os lusos. Dom Pedro alijou as elites nacionais do processo de negociação da independência ao afastar José Bonifácio e manter o Parlamento fechado até 1826, fazendo concessões extremas aos plenipotenciários de Canning, novamente à frente dos negócios estrangeiros. Estes serviram como representantes de Portugal e negociaram o tratado de 1825 entre Brasil e Portugal, que previu: indenização de 2 milhões de libras; o conceito de que a independência fora concessão, e não conquista; o compromisso em não buscar anexar territórios lusos na África; e a manutenção do título de imperador para Dom João. A contrapartida exigida pela Inglaterra consubstanciou-se nos tratados de 1827, em que as preferências tarifárias que inundaram o Brasil com têxteis ingleses nos 17 anos anterior foram reafirmados por mais 15 anos e em que o Brasil assumiu o compromisso de eliminar o tráfico de escravos até 1830. As medidas foram insidiosas para o interesse nacional conforme interpretado pelas elites, pois gerava a perspectiva de estrangulamento da principal oferta de mão de obra e a realidade de que a receita do Estado, à época advindas principalmente de tarifas alfandegárias, seria reduzida. Gera-se, assim, um dos paradoxos fundamentais da estratégia externa de Dom Pedro: ao subordinar os interesses da elite nacional à sua leitura de inexorabilidade do reconhecimento inglês a qualquer custo em favor da manutenção do trono para os Bragança, Dom Pedro corroeu sua base de apoio entre as elites, fato que precipitou sua renúncia em 7 de abril de 1831.

Outro fato que contou com protagonismo inglês foi a mediação na Guerra da Cisplatina. O conflito entre Brasil e Províncias Unidas, iniciado a partir do apoio buenairense aos “33 orientales” que declararam o desejo de vincular a Cisplatina às Províncias Unidas no Congresso da Flórida, contou com participação massiva dos mercenários ingleses em ambos os lados, além de desorganizar o comércio inglês com ambos os países. O impasse na guerra levou a Inglaterra a mediar, exitosamente, a Convenção Preliminar de Paz de 1828, em que se garantiu a livre navegação do Prata e a independência uruguaia, que seria, em palavras atribuídas ao plenipotenciário inglês, um “algodão entre dois cristais”.

As relações entre 1808 e 1831 de Brasil e Inglaterra foram marcadas pela continuidade nas relações de dependência, ensejadas, sobretudo, pela continuidade na estratégia externa dos Bragança em submeter o país à tutela inglesa com vistas à continuidade da Coroa. Não obstante, os efeitos negativos para as elites nacionais decorrentes desses arranjos foram, justamente, a raiz do colapso de legitimidade que levou à entrópica Regência.

## PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (28/30)

Tanto Portugal quanto mais tarde o Brasil independente mantiveram relação próxima, porém marcada por tensões e pela dependência, com a Inglaterra nos 23 anos que seguiram à chegada da família real à América. A dependência, no plano externo, teve origem principalmente na configuração econômica de Portugal e do Brasil, sobremaneira dependentes das rotas do Atlântico para sua inserção internacional e para a viabilização de sua produção. Houve, no entanto, episódios constantes de tensão entre esta dependência estrutural e esforços para resisti-la e minorá-la.

O Estado português, no início do século XIX, é financeiramente dependente das rendas tributárias e do comércio oriundos de sua colônia americana. Em um contexto de polarização do sistema europeu entre Inglaterra e França, a elite portuguesa se vê dividida entre “anglófilos” e “francófilos”, e pressionada fortemente pelas potências rivais. Com o Decreto de Berlim de 1806 e o Bombardeio de Copenhagen pelo Almirante Nelson, França e Inglaterra deixam claro que não aceitarão neutralidade ou ambiguidade em seus sistemas de alianças. Com a revelação do tratado de Fontainebleu, que previa o desmembramento de Portugal entre França, Espanha e Manuel de Godoy e a permissão de passagem de tropas francesas pela Espanha, a facção anglófila, liderada pelo Conde da Barca, vence o debate interno e é decidida a transferência da corte para o componente dinâmico do Império: o Brasil. Tal escolha implica em um aprofundamento da dependência para com a Inglaterra, pois é a única fiadora de um traslado seguro e de um possível retorno à Europa.

Meros dias após a chegada em Salvador, no entanto, Dom João VI ensaia movimento de independência, ainda que não de resistência explícita, em relação ao domínio inglês: a abertura dos portos. Assessorado ainda no trânsito pelo Conde de Belas e, na chegada, pelo futuro Visconde de Cairú, o príncipe regente decide empreender abertura de comércio no Brasil a todas as nações amigas em regime de tarifas igualitárias e relativamente baixas. Alguma forma de abertura era, certamente, inevitável, pois uma manutenção do exclusivo comercial sem o eixo metropolitano implicaria um fechamento total do Império Português ao comércio. A forma como se deu esta iniciativa, no entanto, estava longe de ser pré-determinada, e não agradou aos interesses ingleses. Não tardou para que os efeitos da insatisfação inglesa se fizesse sentir. Desde a sua chegada no Rio de Janeiro o ministro inglês Strangford aplica enorme pressão à corte portuguesa que, ciente de suas limitações, cede em 1810. Assinam-se neste ano um tratado de aliança, um comercial e um, menos importante, sobre o envio de pacotes entre os dois países. As disposições favoráveis à Inglaterra são extensas: teria ela tarifa de 15% na importação de seus produtos (frente a 24% de outras nações e 16% de Portugal); humilhante extraterritorialidade, na figura do Juiz Conservador da Nação Inglesa; o direito de atracar e cortar madeira na costa brasileira e outras ainda. As disposições em favor de Portugal se resumiram, em verdade, ao reconhecimento da casa de Bragança como única representante do império português, em uma clara preponderância de interesses dinásticos sobre políticas de Estado, algo repetido em certa medida no processo de independência, como veremos adiante.

Apesar deste reforço da supremacia inglesa, Dom João percebe no Brasil uma base para ação autônoma, promovendo a reforma e a criação de instituições estatais no Brasil, “interiorizando” a metrópole na América. A elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 e o expansionismo na bacia do Prata atestam este viés dinâmico e independente. Este ímpeto, no entanto, será tolhido pela Revolução Liberal do Porto, em 1820. Dentre os fatores responsáveis pelo movimento, certamente a relação com a Inglaterra é um dos mais fortes: a burguesia comercial que agora se revoltava havia sido o setor mais prejudicado pelo predomínio comercial inglês no Brasil, e enquanto Dom João VI promovia o adensamento institucional do Brasil, Portugal era, de fato, governado pelo representante inglês – Lord Beresford. Sob pressão no Rio de tropas leais às cortes e sem controle sobre Portugal, Dom João parte para Lisboa, deixando seu primogênito no Brasil, como proteção à dinastia frente a qualquer “aventureiro” – iniciativa apoiada pela Inglaterra.

As tensões da corte resultam na proclamação da independência e, com ela, novo reforço da supremacia inglesa. Para existir politicamente, o novo país precisaria do reconhecimento das grandes potências da época. Mas, para além disso, sua sobrevivência econômica dependia da exportação e, portanto, da Inglaterra, que detinha a maior armada mercante e de guerra. O caso das negociações para a independência brasileira é único, pois tratou-se de relação tripartite. A Inglaterra era a maior interessada em um reconhecimento célere, pois desde o bloqueio continental o Brasil era um mercado importantíssimo. Pelo tratado de 1810, no entanto, dependia do reconhecimento português para que pudesse também fazê-lo. Em um primeiro momento José Bonifácio, Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, empreende negociação com base em política de Estado, sendo intransigente com as demandas excessivas de Portugal e Inglaterra. Segundo Rubens Ricupero, o estadista estava ciente de que motivos de ordem econômica e o vencimento, em 1817, das disposições de 1810, impeliriam a Inglaterra a reconhecer, eventualmente, o Brasil. Sua queda, no entanto, resulta em controle mais direto, por parte de Pedro I, das negociações, e com a isso a colocação de interesses dinásticos em pauta. O impasse entre Brasil e Portugal é quebrado por intermédio de Charles Stuart, diplomata inglês a serviço de Portugal. Com esta mudança de postura o Brasil aceita termos extremamente favoráveis tanto a Portugal quanto à Inglaterra, que consegue uma transferência sem sobressaltos do domínio que tinha sobre a metrópole para o novo país. O Brasil assumiria a dívida vultuosa de Portugal com bancos ingleses, reconheceria e renovaria os compromissos comerciais de 1810 e se comprometeria a abolir o tráfico de escravos em no máximo três anos. O preço cobrado pelos ingleses por uma separação sem grandes rupturas com Portugal foi considerado extremamente alto, e a queda de Pedro I reflete, em parte, uma reação da elite brasileira a estas exigências. O interesse inglês no cone sul será, ainda, a causa para a solução do Império com as Províncias Unidas do Prata ter tomado sua forma final. Em 1828, com os dois rivais exauridos militar e economicamente em sua luta pelo controle da banda oriental, foram os esforços de mediação ingleses que resultaram na criação de um Estado-tampão, o “algodão” que amorteceria tensões e atritos, na expressão de Ponsonby. A criação do Uruguai foi a solução inglesa para o bloqueio do Prata pelo Brasil e para um quadro de instabilidade e insegurança para seus comerciantes.

A exposição acima ilustra momentos de maior influência e dominância da Inglaterra, impondo seus interesses geopolíticos e econômicos, e momentos de reação e iniciativas autônomas por parte de Portugal e, mais tarde, do Brasil. A questão do comércio de escravos demonstra este contraste de forma sucinta: a edição da lei de 1831 abolindo o tráfico é uma vitória inglesa imposta a uma elite escravocrata. A não-aplicação da lei, no entanto, mostra que a elite consegue impor limites a esta influência. A progressiva solidificação institucional e a prosperidade do café possibilitarão que, ao longo do século XIX, os momentos de resistência se tornem mais coesos e constantes, culminando no rompimento de relações da questão Christie em 1863.

## LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (27/30)

As relações entre Brasil e Inglaterra entre 1808 e 1831 foram intensamente marcadas pelo contexto internacional e pela conjuntura política brasileira. Nesse contexto, podem-se destacar as relações comerciais; a pressão quanto ao tráfico de escravos e a independência do Brasil. Assim, as relações bilaterais eram do interesse de ambos, mas havia uma importante assimetria devido ao fato de a Inglaterra ser a maior potência mundial.

Em 1808, no contexto das guerras napoleônicas, houve a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, o que contou com o auxílio inglês em questões de política e segurança. Devido ao Bloqueio Continental imposto pela França à Inglaterra, esta tinha problemas para realizar comércio com o continente europeu, inclusive devido à guerra que lá acontecia. Nesse contexto, ganha importância para a Inglaterra o mercado brasileiro. Ao chegar ao Brasil, Dom João decretou a abertura dos portos às nações amigas. Apesar de essa medida ser benéfica para as importações provenientes da Inglaterra, não foi uma exigência inglesa. Ao contrário, tratava-se de medida baseada na ideologia liberal de Adam Smith, sugerida ao regente pelo Visconde de Cairu. À Inglaterra interessava obter vantagens especiais no comércio com o Brasil. Além disso, a Coroa portuguesa estava em dívida com a Inglaterra, devido ao auxílio na transmigração da Corte. Assim, em 1810, foram assinados tratados de amizade e comércio que davam diversas vantagens aos ingleses. Por exemplo, eles passavam a ter direito a serem julgados por um juiz conservador no Brasil, e suas importações pagavam taxa de apenas 15%, inferior inclusive aos produtos provenientes de Portugal. Com efeito, diversos autores consideram que esses foram tratados desiguais, devido à desproporção das cláusulas em favor da Inglaterra. É necessário considerar que Portugal já tinha relações muito próximas à Inglaterra e que lhe interessava esse tipo de relacionamento no contexto do sistema internacional, visto que Portugal era uma potência decadente e um país pequeno na Europa e havia-se aliado aos ingleses em diversas ocasiões nas guerras sistemas destes contra a França, o que tinha rendido algumas vantagens aos portugueses em relação à Espanha (aliada da França, em várias ocasiões).

Apesar de as relações bilaterais também serem relevantes para os ingleses, já na década de 1810 começaram a atritos devido ao tráfico de escravos para o Brasil. No início do século XIX, começavam os movimentos internacionais pela abolição da escravidão, que era a base de trabalho para a grande lavoura brasileira. Há divergências sobre o motivo para os ingleses pressionarem por essa causa, um dos mais plausíveis parece ser a emergência do movimento Quaker, com campanhas de caráter humanitário pelo fim da escravidão. O tema ganhava relevância internacional e chegou a ser discutido no Congresso de Viena. Assim, o Brasil acabou consentindo com a Inglaterra em medidas como o direito de visita a embarcações suspeitas de estarem traficando escravos de certas regiões da África para o Brasil. Num primeiro momento, a supressão do tráfico foi geográfica (ao Norte do Equador), mas depois a pressão tornou-se generalizada, sobre todo o tráfico de escravos para o Brasil. Tanto as questões comerciais quanto a do tráfico de escravos foram retomadas quando da independência.

O Brasil tornou-se independente de Portugal em 1822 e passou a concentrar esforços de sua política externa na obtenção do reconhecimento nacional. Amado Cervo argumenta que o Brasil abriu mão de várias vantagens em negociações com a Inglaterra naquele período, pois à Inglaterra também interessava reconhecer o Brasil e normalizar relações. De fato, a Inglaterra tinha relações comerciais próximas com Portugal desde muito tempo, como demonstra o Tratado de Methuen (1703), e o Brasil era o maior mercado, a região com maior potencial

no império português. Consequentemente, não interessava à Inglaterra romper relações comerciais. O Brasil, porém, cedeu-lhe grandes vantagens no processo de reconhecimento. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a Inglaterra mediu o reconhecimento do Brasil por Portugal, contribuindo para que se chegasse a um tratado aceitável para ambos. Nesse sentido, foi importante o papel do inglês Charles Stuart, que representou os interesses portugueses na ocasião. A Inglaterra já teve vantagens com o tratado entre Brasil e Portugal, uma vez que o Brasil comprometeu-se a pagar uma indenização a Portugal, o que fez com empréstimo inglês. Após esse tratado, passou-se à negociação do reconhecimento do Brasil pela Inglaterra (esta esperou estar concluído o processo com Portugal, devido à aliança antiga com este país). Nessa ocasião, interessava aos ingleses replicar com o Brasil independente o sistema de vantagens que a Inglaterra tivera quando o Brasil era colônia portuguesa. Desse modo, os tratados assinados replicam, em grande medida, o que já se tinha firmado em 1810. Os ingleses permanecem com a tarifa preferencial de 15% para suas importações para o Brasil, também permanecem com os direitos referentes ao juiz conservador, além de liberdade de culto. Além disso, determinou-se que o Brasil extinguiria o tráfico de escravos 3 anos depois de ratificada a convenção (o que se deu em 1827). Percebe-se que os termos do tratado eram pouco vantajosos ao Brasil, o que pode ser explicado pela prioridade de ver a independência reconhecida pela maior potência da época, bem como pela não participação da sociedade brasileira no processo de negociação dos tratados. De fato, o Parlamento não participou da elaboração do dito tratado e muito o criticou posteriormente, chegando inclusive a estender a todas as demais nações a tarifa preferencial dada aos ingleses, o que prejudicou a arrecadação de impostos. Quanto à escravidão, criou-se um problema que iria repercutir ao longo do século XIX, sendo apenas resolvido com a Lei Eusébio de Queirós (1850). Em 1831, foi aprovada a abolição do tráfico de escravos, mas a medida não era do interesse da elite brasileira, portanto, não foi cumprida. Assim, geraram-se várias tensões bilaterais.

A Inglaterra também teve importância nas relações regionais do Brasil. É o caso da Guerra da Cisplatina entre Brasil e Argentina, que foi causada pela separação unilateral da província Cisplatina do Império do Brasil e sua posterior incorporação à Argentina. Como nenhuma das partes conseguiu vencer a guerra, a Inglaterra mediu o conflito, levando à independência do Uruguai, como um “algodão entre dois cristais” na região do Prata.

Apesar de as relações terem sido desequilibradas entre Brasil e Inglaterra, devido à maior força militar, política e econômica desta, foram relações úteis e importantes para o Brasil. Por exemplo, à Inglaterra de fato interessava a independência e a estabilidade do Império brasileiro, tanto por motivos econômicos quanto por ver com simpatia a única monarquia da América. Assim, na conjuntura da independência, foi importante o Memorando Polignac, com o qual a Inglaterra conseguiu compromisso francês de não intervir nas independências. Além disso, a Inglaterra foi o garantidor de fato da Doutrina Monroe, dos EUA, que estabelecia o princípio da América para os americanos e visava a afastar a interferência europeia dos processos de independência no continente. Na época, os EUA não tiveram condições bélicas de impedir essas intervenções, e foi o apoio inglês à Doutrina que a sustentou.

Desse modo, as relações entre Brasil e Inglaterra foram centrais para a política externa brasileira de 1808 a 1831 (da transferência da Corte ao fim do I Reinado). A Inglaterra era o principal mercado para as exportações brasileiras (ainda não havia ocorrido a grande expansão das exportações de café) e uma importante fonte de crédito. As relações, no entanto, foram marcadas tanto pela diferença do poder de que os dois dispunham no sistema internacional quanto pela conjuntura interna instável no Brasil, que impunha algumas prioridades e restrições. Apesar disso, pode-se dizer que as relações eram importantes para ambos e que, apesar de pressões em vários momentos, a Inglaterra tinha interesse de preservar a amizade do Brasil.

## MENOR NOTA (11/30)

As relações entre a Inglaterra e o Brasil, no período entre 1808 e 1831, são, em grande medida, um reflexo da relação que existia entre Portugal e Inglaterra. Desde do final do século XVIII, Portugal havia se tornado crescentemente dependente da Inglaterra. Uma série de tratados comerciais foram assinados entre os dois países, consolidando a dependência de Portugal e culminando com o Tratado de Methuen de 1703. Ao mesmo tempo, Portugal conservava sua posição como potência colonial justamente devido à proteção inglesa. De acordo com Sinésio Goes, o mesmo diplomata inglês que negocia o Tratado de Methuen é aquele que promove a participação portuguesa na guerra entre Inglaterra e França no início do século XVIII, levando à assinatura dos tratados de Utrecht, em que se define a posse portuguesa de Sacramento e os limites entre as posses francesas e portuguesas na América do Sul. Essa relação de subordinação e proteção entre Portugal e Inglaterra estende-se por décadas, chegando até o início do século XIX.

A transmigração da corte portuguesa para o Brasil ocorre no contexto do bloqueio continental promovido por Napoleão. Como grande aliado da Inglaterra, Portugal não poderia respeitar a imposição francesa, restando a transmigração como forma de conservar o trono. A escolta dos navios portugueses é realizada pela marinha inglesa, e essa proteção afetará profundamente a relação da Inglaterra com o território brasileiro. Em 1810, assina-se um tratado entre ingleses e portugueses que concede amplos benefícios tarifários para os produtos ingleses, sacramentando o fim do exclusivo colonial. A Inglaterra, por sua vez, afirma que não reconhecerá nenhuma pessoa que proclame sua soberania sobre Portugal. Na medida em que as batalhas contra Napoleão avançam, o território de Portugal passa a ser administrado por um general inglês, e a Inglaterra consolida sua influência econômica no Brasil.

Após esse período inicial, D. João VI busca limitar de certa maneira a influência inglesa. No Congresso de Viena, os portugueses discordam das proposições inglesas de restrição da escravidão. No âmbito dos laços dinásticos, D. João VI demonstra sua intenção de afastar-se da Inglaterra ao casar seu filho, D. Pedro I, com uma princesa austríaca. No âmbito da América do Sul, o rei português contraria interesses ingleses ao promover incursões na Banda Oriental, levando à incorporação da Província Cisplatina em 1821.

Apesar desses esforços, a influência inglesa era por demais forte, sendo a subordinação portuguesa transferida para o Brasil no processo de independência. Apesar dos esforços de José Bonifácio, que afirmava que o reconhecimento da independência brasileira viria naturalmente com o tempo, o governo brasileiro buscou obter, por meio da concessão de benefícios, o reconhecimento de Portugal e da Inglaterra. As negociações com Portugal arrastaram-se por 3 anos, sendo que o acordo final entre Brasil e Portugal foi negociado por um plenipotenciário inglês. Um dos termos desse acordo referia-se ao pagamento de uma indenização a Portugal, sendo que os recursos seriam emprestados ao Brasil pela Inglaterra. O domínio inglês consolidou-se na assinatura dos Tratados de 1827, em que benefícios tarifários são concedidos para os bens ingleses e determina-se, em primeiro lugar, que cidadãos ingleses serão julgados por juízes especiais e, em segundo lugar, que o tráfico de escravas deverá ser proibido em até 3 anos. Essas determinações levam à Lei Feijó, de 1831, e a uma substancial redução dos impostos tarifários coletados pelo Brasil.

Se a influência econômica inglesa no Brasil foi institucionalizada em 1827, a influência política inglesa fica evidente no caso da Guerra Cisplatina de 1825 a 1828. Essa guerra surge a partir da reivindicação de independência da Cisplatina por parte de nacionalistas uruguaios

conhecidos como os “33 orientales”. Esse grupo solicita e obtém ajuda das Províncias Unidas, cujo sonho de recriação do Vice-Reino da Prata ainda estava vivo. O Brasil intervém na região, mas sofre várias derrotas em campo de batalha, criando um impasse militar em que nenhum dos lados conseguia obter uma vitória definitiva. Buscando defender seus interesses econômicos no Prata, a Inglaterra media o conflito, levando à conhecida solução do “algodão entre cristais”: a independência do Uruguai. Os interesses ingleses estavam protegidos, em um resultado que não agradava nem brasileiros nem argentinos. Além disso, a Inglaterra exigiu o pagamento de uma indenização pelo período de tempo em que o Brasil bloqueou o acesso à bacia do Prata.

As relações entre Brasil e Inglaterra no período entre 1808 e 1831 são caracterizadas pelos laços de subordinação que marcavam a relação entre Inglaterra e Portugal. Os ingleses tornam-se os principais parceiros econômicos e políticos do Brasil, havendo, nas décadas seguintes, momentos em que o Brasil busca limitar a influência inglesa, como no caso da tarifa Alves Branco, e momentos em que a Inglaterra impõe sua influência, cujo exemplo maior é a Lei Bill Aberdeen de 1845.

## QUESTÃO 2

**O Brasil manteve, na Primeira República, a política econômica da defesa das exportações, bem como a de atração de imigrantes e capitais. A respeito desse momento histórico, analise os seguintes aspectos:**

- **iniciativas voltadas para a exportação de produtos brasileiros para a Europa;**
- **a mudança da lei alfandegária;**
- **as iniciativas no campo das imigrações.**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas  
[valor: 30 pontos]

## JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (25/30)

As políticas econômico-comerciais e imigratórias desenvolvidas por sucessivos governos ao longo da Primeira República denotam os interesses econômicos das oligarquias nacionais, em sua maioria, ligadas ao complexo agroexportador. Essa identidade de interesses entre elite política e elite econômica, embora nem sempre totalmente coincidentes, influenciou fortemente as iniciativas comerciais e imigratórias do Brasil em suas relações com os países europeus. Tais iniciativas concentraram-se em três frentes: política comercial, legislação alfandegária e política de imigração.

A Primeira República surge em contexto econômico marcado pela preponderância do café nas exportações brasileiras. O produto respondia por grande parte do comércio exterior brasileiro e sua defesa tornou-se uma constante ao longo de todo o período. A alta lucratividade, resultante da elevada demanda internacional pelo produto (Estados Unidos e Europa continental em plena *Belle Époque*) e dos ganhos de produtividade oriundos da introdução do trabalho remunerado em grande escala, em substituição ao trabalho cativo, geravam incentivos à expansão dos cafezais. Essa dinâmica, não raro, levaria a crises de superprodução que deprimiam o preço internacional do produto, levando a intervenções governamentais. Isso ocorreu em 1906 com o Convênio de Taubaté e em 1927 com a Caixa de Estabilização. No entanto, a República não foi só café. Tentativas de promover as exportações de outros produtos primários como o açúcar e a borracha (em plena expansão) podem ser associados à assimetria do Acordo de Reciprocidade Comercial Blaine-Mendonça – o primeiro dessa natureza desde os anos 1820 – por exemplo. No que diz respeito à borracha, é possível que a anexação negociada do Acre (Tratado de Petrópolis, 1903) tenha relação com a crescente importância comercial da extração do látex na Amazônia brasileira.

Gozando de um mercado cativo para seus produtos, notadamente café e borracha, no mercado estadunidense, a diplomacia comercial da Primeira República buscou expandir mercados na Europa. Para tanto, as legações brasileiras naquele continente adotaram estratégia de divulgação de nossos produtos em feiras internacionais. Em alguns casos, manifestou-se a preocupação de agentes diplomáticos brasileiros com a manutenção da qualidade do produto, a exemplo de José Maria da Silva Paranhos Junior – quando atuava junto ao governo de Berlim.

Do ponto de vista alfandegário, a Primeira República introduziu grandes inovações. Imbuída do espírito liberal e descentralizador, a Constituição de 1891 concedeu aos Estados federados a liberdade para tributar sobre suas respectivas exportações, reservando à união apenas os impostos de importação. Essa legislação possibilitou, na prática, que os Estados mais ligados ao complexo agroexportador desenvolvessem uma verdadeira “paradiplomacia financeiro-comercial”, pois além de recolherem impostos de exportação, as unidades da federação podiam contrair empréstimos diretamente no exterior, independentemente da União.

Estatísticas da época relevam que os Estados comercialmente mais dinâmicos como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (exportadores de café) e o Acre (exportador de borracha) gozavam de mais acesso à liquidez internacional e, conseqüentemente, contraíam empréstimos mais vultosos. Entretanto, o lado negativo desse ativismo financeiro e comercial dos Estados foi o aumento substancial da dívida externa brasileira, sobretudo junto aos credores da city londrina. Ademais, a baixa capacidade de tributar do governo federal aumentou o descontrole das contas públicas, gerando sucessivas crises do balanço de pagamento.

No contexto do Encilhamento e das constantes crises de superprodução de café, o governo Campos Salles recorreu ao primeiro *Funding Loan* (1898) – um vigoroso plano de estabilização financeira de corte ortodoxo – a fim de recuperar o acesso do Brasil aos mercados internacionais de capitais. Diante de sua baixa capacidade tributária, o governo federal oferecia como garantia do empréstimo as rendas da alfândega do Rio de Janeiro.

A política de imigração da Primeira República traduz, igualmente, as preocupações do governo central em promover as exportações brasileiras, especialmente o café. Embora remonte às iniciativas de recrutamento de mão de obra europeia assalariada do Senador Vergueiro, uma política governamental sistemática e consciente para a imigração só ocorreria a partir dos anos 1870-1880, quando ficou claro que o fim do trabalho compulsório do elemento servil era uma questão de tempo.

Além da questão econômica, a imigração visou a um processo de “branqueamento” do elemento autóctone, em um contexto marcado pelo cientificismo e pelas doutrinas racistas e raciais de finais do século XIX. Influenciados por esse pensamento, autores como Oliveira Vianna defenderam a imigração como solução para supostos problemas raciais brasileiros.

Ao contrário do que ocorria na Argentina desde o governo Rocca (1880), a imigração para o Brasil gozou de pesados subsídios governamentais, que se puseram como uma necessidade frente às constantes queixas de imigrantes vindos para o Brasil com relação a maus tratos e péssimas condições de vida e de trabalho nas lavouras brasileiras. Ademais, desenvolveu-se verdadeira guerra propagandística entre a Argentina e o Brasil para atrair mão de obra europeia. Com efeito, a imigração em massa levou a constantes atritos entre o Brasil e chancelarias europeias. Exemplo cabal dessas tensões foi o decreto de naturalização emitido pelo Governo Provisório, contra o qual fizeram protestos contundentes os governos da Itália, Alemanha, Espanha e Portugal.

À guisa de conclusão, nota-se que tanto a política comercial, quanto a legislação alfandegária e a política de imigração da Primeira República atuaram em harmonia e de forma complementar. O objetivo último de todas elas foi realizar os interesses econômicos e ideológicos das oligarquias dominantes em um contexto de descentralização do poder e de enfraquecimento do poder central. Esse ideário perduraria hegemônico até a eclosão da Revolução de 1930.

## VICTOR CAMPOS CIRNE (25/30)

A Primeira República representa um momento de tentativa de redefinição da inserção internacional brasileira. Para o grupo de republicanos históricos, sejam da vertente mais radical do Manifesto Republicano de 1870, sejam da vertente da Convenção de Itu de 1873, o Brasil era uma nação caracterizada pelo atraso, pelo insulamento internacional e pela escravidão. A Primeira República, tanto em sua geração original quanto na geração após a Primeira Guerra Mundial, buscou alterar esse panorama. Entretanto, a percepção de oportunidades foi exagerada e a implementação das políticas foi dificultada pela estrutura do Estado republicano, comprometendo o êxito dessas iniciativas.

No plano comercial, a integração com a economia norte-americana foi ainda mais aprofundada, em relação ao período imperial. A importância do café como produto de exportação é evidenciada pelo atrelamento de toda a estrutura econômica nacional com a produção cafeeira. As políticas de defesa do café, iniciadas com o Convênio de Taubaté de 1906 e posteriormente nacionalizadas, eram o instrumento de política econômica primordial do governo republicano. As articulações cambiais da Caixa de Conversão, nos anos de 1910, e da Caixa de Estabilização, nos anos de 1920, realizavam uma correlação entre a moeda nacional, as divisas externas e as letras de crédito da venda do café.

Nesse contexto de definição da política de produção cafeeira como fundamento da política econômica, a política comercial era definida pela promoção do café. A dependência em relação à demanda americana era uma preocupação válida do governo, como evidenciado após a crise de 1929. A propaganda do café na Europa era identificada como uma possibilidade e foi aventada no Brasil. O Itamaraty, inclusive, buscou o desenvolvimento de missões comerciais e de atividades de promoção comercial nos consulados. Não somente o governo central, mas também os governos estaduais, na ótica do federalismo econômico típico da Primeira República, empreenderam essas iniciativas. No caso dos estados não produtores de café, essa necessidade de elevação do comércio com a Europa era ainda mais clara.

Não obstante essas percepções, a exportação de produtos brasileiros para a Europa não foi relevante, com a crescente participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro. O Estado europeu com mais ligações comerciais com o Brasil, a Inglaterra, não era consumidor de café, e o tamanho da demanda americana, aliada à capacidade monopolística brasileira de definição de preços, desincentivava esses esforços.

Adicionalmente, a indefinição das atribuições de política econômica entre a União e os estados dificultava a implementação dessas iniciativas. Sombra Saraiva, ao descrever as articulações financeiras dos estados, que tinham capacidade de contrair empréstimos internacionais e exerciam um tipo de “paradiplomacia econômica”, caracteriza os problemas advindos dessa capacidade de fazer política econômica dos estados como políticas conflitantes e concentradas no curto prazo.

Apesar das dificuldades no comércio com a Europa, relativamente impermeável ao comércio com o Brasil e abastecida por produtos coloniais advindos dos territórios africanos e asiáticos, o Brasil empreendeu uma política alfandegária liberal. As concepções de política econômica da elite republicana, influenciada pela Escola de Manchester, defendiam o livre-comércio e o padrão-ouro. A capacidade brasileira de adesão a esse padrão foi intermitente, mas o liberalismo alfandegário foi efetivo, com a adoção de tarifas mais baixas.

A redução de tarifas ocasionou, à época, problemas não relacionados ao comércio. O padrão alfandegário baixo influenciou fortemente a exportação, especialmente de café, e a importação diversificada de bens de consumo, alimentos e maquinário. No entanto, a arrecadação dos governos estaduais e da União foi comprometida. Tendo em vista que os impostos de importação e de exportação eram os principais (inclusive com a contribuição do imposto de exportação sobre o café para a política de defesa do café), a adoção de tarifas baixas diminuiu a possibilidade de financiamento do setor público. Os governos estaduais, especialmente, sofreram com essa diminuição e mantiveram a política de cobranças de taxas interestaduais, disruptivas para a articulação do mercado interno nacional, e a busca de empréstimos no exterior descrita anteriormente.

Outro ponto de inflexão da sociedade brasileira, que teve êxito relativamente maior, foi a política de imigração. Ao contrário das políticas comercial e econômica, que foram crescentemente articuladas pelos governos estaduais e não pelo governo federal, a política de imigração brasileira teve um movimento inverso. O esforço imigratório, realizado principalmente pela província de São Paulo, no período imperial, foi sendo progressivamente encampado pelo governo federal.

O cenário internacional do início do século XX era favorável à imigração europeia, com as frentes de abertura agrícola no Novo Mundo, especialmente no Cone Sul e na Oceania, desincentivando grande parte da produção agrícola em países como Espanha, Itália e Alemanha, que não eram tão competitivos na produção de trigo e carne. No Brasil, a ideologia racista, tipificada na obra do Conde de Gobineau, era extremamente influente desde o final do século XIX. A elite republicana almejava o branqueamento da população brasileira e, em termos práticos, considerava que a constituição de um mercado de trabalho livre seria melhor realizada com imigrantes europeus do que com antigos escravos.

Nesse sentido, a União e os estados alteraram a prática de contratos privados entre patrões e imigrantes e subsidiaram a vinda de imigrantes europeus e japoneses, que começaram a se instalar em São Paulo desde os anos de 1900. As instituições de apoio, como a Casa do Imigrante em São Paulo, foram financiadas. Apesar de algumas controvérsias sobre o tratamento dos imigrantes, a ideia de fortalecimento da vocação agrária pela implantação de um mercado de trabalho livre suportou a grande expansão da produtividade agrícola do Brasil republicano e trouxe grandes contribuições para a sociedade brasileira.

Uma transformação radical da inserção internacional brasileira, com a modernização, a integração econômica diversificada e o branqueamento de sua população, não foi efetivamente empreendida pelo Brasil. Entretanto, a afirmação da capacidade agrícola e a renovação do mercado de trabalho em seu centro dinâmico foram possibilitadas devido, principalmente, a encampação dessas iniciativas por governos estaduais fortes e pela União.

## **GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (24/30)**

A marca estrutural fundamental da política externa brasileira na Primeira República foi a ênfase nas relações americanas, sobretudo no comércio com os Estados Unidos e na participação nas reuniões pan-americanas. O país, contudo, não se podia descuidar do restante de suas relações exteriores devido às características econômicas do Brasil entre 1889 e 1930: escassez de mão de obra e dependência do setor externo, sobretudo das exportações de café. Tais enquadramentos implicaram estratégias internas e externas para abrir o mercado europeu. Foram relações, contudo, desafiadoras devido ao perfil alfandegário brasileiro a partir de 1891 e à estratégia tarifária adotada a partir do governo Artur Bernardes. Por fim, as iniciativas de atração de imigrantes, a quase totalidade europeus, foram elementos central do ativismo diplomático brasileiro, em atenção, por um lado, às necessidades de mão de obra, e por outro, ao perfil do sistema intelectual brasileiro no período.

A estratégia de expansão da venda de produtos brasileiros na Europa envolvia o ativismo estatal no sentido de manter o preço internacional do café em patamar que mantivesse a renda dos cafeicultores - e, assim, o efeito multiplicador da cafeicultura na economia nacional - e de garantir a credibilidade macroeconômica interna para não gerar desconfianças a respeito da capacidade de pagamento do Brasil. Os planos de valorização do café, baseados, a partir do Convênio de Taubaté de 1906, pela compra dos excedentes de produção de modo a conter a oferta internacional e formar estoques reguladores para venda em entressafra, aumentavam os preços internacionais e permitiam firmar acordos aduaneiros em forma de listas de rebaixamento tarifário. Essa estratégia permitia a criação de vantagens comparativas, pois o café teria preço elevado que compensaria a entrada de produtos europeus. Ainda, a busca por estabelecer, ao menos parcialmente, o padrão-ouro, por meio da Caixa de Conversão e da Caixa de Estabilização, buscava legitimar o Brasil como ator comercial com credibilidade.

A estratégia externa envolveria a ação em várias frentes, como a negociação de acordos e a divulgação de produtos. O Brasil buscava participar nas grandes feiras internacionais e Exposições Universais, como as de Paris, com grandes estruturas e investimentos. Em seus espaços, o Brasil buscava mostrar aos europeus seus produtos, como o café, a borracha de látex de seringueira e frutos secos exóticos, como a castanha-do-pará. Ainda, o período da Primeira República foi marcado pela expansão da rede de missões consulares no continente europeu, presente em Moscou - até a revolução bolchevique - e outros polos comerciais como Hannover e Liverpool. Neste, em que atuou o Barão do Rio Branco, demonstravam-se os desafios da penetração do café no mercado inglês, diante do escasso hábito de consumo desse produto. As exportações para a França e Alemanha superavam aquelas para a Inglaterra, outrora o principal parceiro comercial brasileiro, mas que jamais foi grande importador do Brasil ao se levar em conta o porte do seu mercado.

A mudança ensejada pelo advento da República no âmbito político implicou alterações também na estrutura alfandegária. Na Constituição de 1891, a consagração do princípio federalista, com elevada autonomia para os estados, teve como corolário a definição de que a arrecadação de impostos de importação integraria a receita do estado exportador, enquanto os impostos de importação fariam parte da arrecadação federal. Tal fato implicou a concentração de receitas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que escoavam o café, e, durante o ciclo da borracha, nos estados do Norte. Para manter suas receitas em patamar equivalente aos gastos, em contexto no qual a capilaridade da arrecadação tributária por meio de impostos de consumo e de renda era irrisória e inviável logisticamente, caberia ao governo federal não

liberalizar em excesso as tarifas de importação. A necessidade de tarifas de importação em patamar relativamente elevado tinha repercussões sociais relevantes. Embora em meados da Primeira República o Brasil já tivesse capacidade industrial instalada para suprir a maior parte da demanda interna de têxteis, o país ainda era extremamente dependente em relação à importação de bens primários. Aliado esse fato à socialização das perdas derivada da manutenção de um câmbio desvalorizado e de política inflacionária para manter a renda do café, gerava-se carestia, sobretudo em centros urbanos emergentes. Essa carestia esteve na raiz da emergência do jacobinismo florianista e das grandes greves operárias de 1917. Até Vargas, de fato, o Brasil não realizaria seu “zollverein”, padecendo o consumidor interno com altos custos gerados pela existência de impostos interestaduais, que gravavam múltiplas vezes o produto, do porto até o estado de consumo.

Na relação entre política alfandegária e a estratégia de expansão de mercados brasileira, há dois momentos em que o Brasil adota modelos diferentes de acordos comerciais. O primeiro é o de convênios aduaneiros, baseados em listas de desgravação negociadas país a país, inaugurado pelo Barão do Rio Branco em acordo firmado com os EUA em 1904. Esse modelo orientaria os acordos brasileiros até 1922, quando da transição entre Epitácio Pessoa e Artur Bernardes inicia o paradigma de acordos com cláusula da nação mais favorecida, que o Brasil firma com EUA, Espanha e Bélgica, entre outros. Por fim, não se pode olvidar o paradigma conjuntural da Primeira Guerra, em que o bloqueio marítimo alemão suspendeu o comércio com a Europa, o que fomentou o comércio de têxteis entre Brasil e União Sul-Africana, então vinculada ao Império Britânico.

Nas imigrações, uma variável fundamental era a hegemonia das ideias de embranquecimento e de hierarquia racial entre a intelectualidade, o que motivou políticas da “intelligentsia” nacional pelo fomento à imigração de europeus. No período, mais da metade dos cerca de 2 milhões de imigrantes que entraram no país eram italianos e portugueses. O incentivo à imigração era feito mediante negociações diretas entre cafeicultores e companhias de imigração no sul da Itália, espécie de “coiotes avant la lettre”, de modo preponderante, com apoio dos consulados e missões diplomáticas locais. Nesse contexto, boa parte das iniciativas diplomáticas davam-se no plano defensivo. Esse perfil de atuação, em primeiro lugar, era determinado pela concorrência com EUA e Argentina. Este país, em plena fase de integração de terras indígenas para a lavoura de trigo, processo iniciado sob o presidente Roca, promovia ativa campanha de difamação do Brasil na Europa, associando-o à herança recente da escravidão, às más condições de trabalho no regime de colonato e instrumentalizando a ojeriza predominante na Europa em relação à predominância dos afrodescendentes na composição social brasileira. Em segundo lugar, o Brasil tinha de se contrapor aos protestos das próprias nações. Assim como a Alemanha, que proibiu por algum tempo a imigração para o Brasil, Itália e Portugal protestavam contra as condições frequentemente insalubres a que seus nacionais transmigrados eram submetidos.

As relações exteriores do Brasil pela atração de imigrantes e expansão do comércio foram elementos marcantes da Primeira República. As iniciativas foram temperadas e, não raro, obstaculizadas pelos desafios internos do Brasil, seja no tocante à sua composição social e os efeitos ideológicos decorrentes, seja na complexidade alfandegária derivada do federalismo econômico e dos imperativos orçamentários federais.

## MENOR NOTA (11/30)

Ao longo da Primeira República, a atuação externa do Brasil esteve condicionada pelas transformações no sistema internacional e na sociedade brasileira. Após a Proclamação, jacobinos, positivistas e liberais disputaram o poder e a representação simbólica da República (a “formação das almas”, segundo José Murilo de Carvalho). Superados os “anos entrópicos” (Lessa), a República se consolidaria durante o governo Campos Salles com a “política dos governadores”, sendo assegurado o predomínio da oligarquia cafeeira. A correlação de forças no âmbito interno teve forte impacto sobre a política externa do Brasil, tanto no contexto da atração de imigrantes e das questões alfandegárias quanto da promoção das exportações.

A defesa da entrada de imigrantes europeus remonta aos esforços do senador Vergeiro, ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, a despeito de auxílios pontuais, somente após a Proclamação da República a atuação do Estado tornou-se fundamental nesta seara. A grande naturalização promovida em 1890 foi um marco fundamental nesse processo. Outro aspecto relevante foi a campanha externa pela atração de imigrantes. Apesar da Lei Adolfo Gordo de 1907 e da rivalidade com a Argentina nesse âmbito (denegriam a imagem do Brasil para atrair mais imigrantes), a campanha para atrair imigrantes foi mantida por período considerável.

A mão de obra estrangeira era desejada por vários motivos. Primeiramente, desde as últimas décadas do Império, ganharam relevância as teses evolucionistas. Concebia-se o negro como inferior, temia-se o exemplo do Haiti, e a entrada de europeus era amplamente defendida para tornar a população brasileira mais branca – vide o quadro “A Redenção de Cam”. Ademais, a lavoura cafeeira expandia-se vertiginosamente e a mão de obra local era insuficiente. Além da imigração de italianos – familiarizados com a rubiácea – cabe destacar a atração de asiáticos, sendo a chegada do Kasato Maru em 1908 marco relevante nesse processo, bem como a vinda de árabes e ibéricos, em boa medida pelas turbulências em seus países de origem.

Em uma república marcada pela agroexportação, as questões tarifárias e alfandegárias adquirem singular importância. Inicialmente, deve-se destacar que os Estados Unidos eram o principal consumidor do café brasileiro. No contexto da Tarifa McKinley, tornou-se necessário reduzir as tarifas de vários produtos norte-americanos, em troca da manutenção da isenção de tarifas ao café e da facilitação da entrada de outros produtos, como o açúcar. A despeito da efemeridade do acordo Blaine-Mendonça, o café brasileiro esteve isento de tarifas nos EUA durante a maior parte da Primeira República. Nesse contexto, houve pressão argentina para a equiparação entre as tarifas cobradas ao trigo norte-americano e o argentino, o que ensejou a “Guerra das Farinhas”. Cabe destacar que, no âmbito alfandegário, a Constituição de 1891 conferiu grande autonomia aos Estados, os quais podiam coletar e manter tarifas de exportação, o que favoreceu sobremaneira as unidades agroexportadoras da federação.

Embora os Estados Unidos fossem o principal mercado do café brasileiro, sua demanda era insuficiente para absorver a produção nacional. Logo, fazia-se mister promover o café e outros produtos brasileiros – como a borracha, de grande importância na balança comercial até a Primeira Guerra Mundial. Iniciativa importante nesse processo foi a primazia conferida às representações do Brasil nos principais portos europeus, sendo que algumas legações de menor relevância comercial foram fechadas. Além disso, diplomatas brasileiros promoviam as exportações do país em diversas capitais – como o Barão do Rio Branco o fez em Berlim – e protestavam contra o embargo a alguns produtos brasileiros no contexto da Guerra.

Outra iniciativa importante voltada para a exportação de produtos brasileiros para a Europa foi o uso do café como colateral em empréstimos e barganha em negociações. No contexto do arrendamento de navios surtos, a França teve que adquirir grande quantidade de café brasileiro. A Alemanha tornara-se importante mercado, sendo a receita de venda retida nesse país tema fundamental para o Brasil em Versalhes. Ademais, destaca-se a ênfase conferida às exportações na gestão Mangabeira, ao final do período.

Ao longo da Primeira República, o Brasil tornou-se mais moderno e urbano. As migrações impactaram na constituição da sociedade brasileira, mas a defesa da agroexportação foi o norte da diplomacia brasileira. Ao final do período, consolidadas as fronteiras nacionais, a política externa brasileira estaria intrinsecamente relacionada aos imperativos do desenvolvimento nacional.

## QUESTÃO 3

**Disserte acerca da relevância do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) no que tange ao pensamento político e social brasileiro, bem como suas repercussões para os conceitos de política externa brasileira.**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 20 pontos]

## **RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (18/20)**

A fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), na década de 1950, foi determinante para a consolidação do pensamento político e social nacional, bem como para a formulação seguinte da política externa brasileira. Eram intensos os debates ideológicos acerca da Guerra Fria no país, com repercussão nos movimentos políticos e em movimentos sociais, que discutiam a maneira pela qual o Estado brasileiro deveria se comportar, tanto interna quanto externamente. O posicionamento do Iseb foi determinante para a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista, a qual conseqüentemente influenciou a política exterior do período, colocada a serviço dos interesses nacionais.

O Iseb foi fundado em 1955, na gestão do presidente Café Filho, com o objetivo de debater a política e a sociedade brasileiras, em momento de avanço da urbanização e da industrialização no país e de intensos debates ideológicos, fruto da Guerra Fria e do embate bipolar entre EUA e URSS.

Progressivamente, o pensamento político e social do Instituto foi-se identificando com grupos ligados ao nacional-desenvolvimentismo, projeto iniciado nos anos 1930, por Getúlio Vargas. Dessa maneira, o Iseb passou a advogar um desenvolvimento independente, não subordinado a interesses do capital estrangeiro e com base no fortalecimento do mercado interno nacional, que apresentava perspectivas de crescimento.

No âmbito interno, o Iseb identificou-se com o pensamento social e político de grupos denominados “nacionalistas”, em oposição a grupos favoráveis à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país – chamados por Hélio Jaguaribe de “cosmopolitas”. Exemplificativamente, o pensamento do Iseb influenciou o trabalhismo do PTB e sua atuação na aprovação de nova Lei restringindo a remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras no Brasil para o exterior e na criação da Eletrobras, nos moldes da aprovação da Petrobras, durante a gestão João Goulart (1962). Crescentemente, foram ocorrendo embates entre o pensamento do Iseb e o de grupos ligados ao capital estrangeiro, como Adep, Ibad e CIA. Esses movimentos também repercutiram na diplomacia nacional.

No contexto externo, o pensamento do Iseb influenciou a formulação de novos conceitos da diplomacia nacional, havendo o setor externo sido colocado a serviço do desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo em certa medida associado à participação do capital estrangeiro de JK deu lugar à formulação de conceitos como o de inserção internacional autônoma do Brasil, pragmatismo, não alinhamento ideológico e diversificação de parcerias, que foram paradigmas, por exemplo, da Política Externa Independente (1961-1964) e do Pragmatismo Responsável e Ecumênico (1974-1979). Dessa forma, e visando ao interesse nacional, o Governo João Goulart restabeleceu relações diplomáticas com a URSS e com países do Leste Europeu (fortalecimento da Colete no MRE), ao passo que Ernesto Geisel iniciou a consolidação da política africanista nacional e estabeleceu relações diplomáticas com a China comunista. Esses conceitos, em certa medida, permanecem até os dias atuais na política externa nacional.

A criação do Iseb, em 1955, foi determinante para a formulação do pensamento social e político nacional. Suas teses repercutiram nos contextos interno e externo brasileiros, havendo contribuído para o desenvolvimento e uma inserção internacional autônoma do país.

## FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (17/20)

O historiador Jorge Ferreira caracterizou o período da República Liberal (1945-1964) como a polarização entre dois projetos de nação: o nacional-estatismo e o liberal-conservador. O primeiro projeto visava ao desenvolvimento nacional em bases autônomas, de preferência baseado no capital nacional. O Instituto Brasileiro de Estudos Brasileiros (Iseb), alinhava-se a esse pensamento. O projeto liberal conservador, por outro lado, era mais favorável ao capital estrangeiro.

O Iseb foi criado na década de 1950 e teve, como principal expoente, Hélio Jaguaribe. A instituição contribuiu sobremaneira para o pensamento político e social brasileiro do período, a partir da formulação de ideias e da discussão intelectual em torno de aspectos que favorecessem o desenvolvimento nacional autônomo. O Iseb, principal “think-tank” do projeto nacional-desenvolvimentista, priorizava a atração de capital nacional. No entanto, devido às restrições impostas pela legislação nacional a esse investimento (ex. Lei da Usura), o recurso ao capital estrangeiro era inevitável. O Iseb favorecia, então, a aplicação do capital estrangeiro, de preferência público, voltado ao investimento em setores estratégicos do Estado, como a infraestrutura. Além disso, o Iseb era forte defensor da industrialização por substituição de importações, estratégia que vinha sendo adotada pelo Brasil desde a década de 1930 e que advogava o papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

Durante o governo JK, o Iseb teve importância, ainda que indireta, na formulação do plano econômico. O Programa de Metas embasou seu planejamento nos estudos da Comissão Mista Brasil-EUA e da Comissão CEPAL-BNDE. Enquanto a primeira contava com integrantes favoráveis ao pensamento liberal-conservador, como Roberto Campos, a segunda era mais favorável ao pensamento defendido pelo Iseb. O governo JK sintetizou as duas correntes e baseou seu programa no tripé capital público nacional, capital privado nacional e capital estrangeiro. O capital público nacional seria aplicado em áreas estratégicas, como a construção de estradas e a melhoria da infraestrutura energética, enquanto os capitais privados nacional e estrangeiro seriam responsáveis por alentar os “pontos de germinação”. Convém notar que JK fez uso do arrefecimento do contexto do enfrentamento bipolar na Guerra Fria e de surgimento de novos parceiros para diversificar os investimentos no Brasil, como aqueles vindos da Europa e do Japão (ex.: Volkswagen – Alemanha). No entanto, JK ignorou o contexto de descolonização afro-asiática, o que poderia ter aumentado os ganhos do Brasil, conforme observou o historiador José Flávio Sombra Saraiva.

É nesse ponto que o pensamento do Iseb repercute nos conceitos de política externa. O instituto notou que a ênfase no americanismo limitava o comércio exterior do Brasil e os investimentos. Era preciso diversificar parcerias, indo além do “ensaio multilateral” de JK. O Iseb, que contribuíra para o “desenvolvimentismo” da PEB, por meio da instrumentalização da política externa para a obtenção dos objetivos econômicos, agora contribuía para o “universalismo” da Política Externa Independente (PEI). É nesse sentido que o governo Jânio Quadros busca aproveitar as vantagens da descolonização africana, por meio da retomada da política africanista, além de buscar estreitar os contatos com o leste europeu. Notório, nesse sentido, é o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. A “desideologização” da PEI favoreceria o desenvolvimento brasileiro, na medida em que se abririam novos mercados consumidores de produtos brasileiros.

No entanto, as iniciativas da PEI não tiveram tempo de florescer no período (1961-64), mas estavam lançadas as bases para a continuidade do universalismo, da desideologização da

PEB e da diversificação de parcerias, entendidos como conceitos fundamentais pelo Iseb, para a continuidade do modelo de industrialização por substituição de importações, que encontrava limitações no mercado interno brasileiro para a absorção da produção.

Ainda que o golpe militar possa ser considerado a vitória do pensamento liberal-conservador (defendido por setores ligados a UDN, ao IPES e ao IBAD), os governos militares seguiram, com maior ou menor ênfase, os princípios da PEI. Mesmo o governo Castello Branco (“passo fora da cadência”) empreendeu missão comercial no Leste Europeu. No entanto, apenas no governo Geisel, a semente brotada na PEI floresceria com toda a força e se intensificariam os conceitos e as contribuições do Iseb para a PEB.

## VICTOR CAMPOS CIRNE (17/20)

O ISEB foi uma instituição fundamental para o desenvolvimento do pensamento progressista e reformista brasileiro, influenciando gerações de intelectuais nas décadas posteriores. Sua atuação, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, influenciada pela obra da CEPAL, ajudou a definir os contornos do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Apesar da rejeição a alguns preceitos do ISEB durante o regime militar, seu pensamento foi preponderante para a política externa brasileira até os anos de 1980 e tem grande influência hodierna.

No plano político, o pensamento isebiano era marcadamente democrático e desenvolvimentista. A participação popular era percebida como incipiente, naquele momento, e sujeita à influência do populismo. Apesar da adoção de algumas ideias autoritárias por algumas vertentes, o ISEB se caracterizava por uma concepção progressista de cunho tipicamente social-democrata. A política econômica defendida, majoritariamente, na instituição, tinha um caráter cepalino, defendendo o desenvolvimento pela industrialização de substituição de importações, com o crescimento do mercado interno, o suprimento das necessidades das classes baixas, e, internacionalmente, a integração produtiva na América Latina. Nesse contexto, a intervenção do Estado na economia era fundamental e o capital externo deveria ser incentivado quando fornecido por fontes públicas das nações desenvolvidas. O recurso ao capital privado internacional era, usualmente, rechaçado.

Socialmente, a concepção fundamental da instituição era a necessidade de distribuição de renda no Brasil. As desigualdades social, racial e regional eram consideradas entraves para o aperfeiçoamento da nação. Dentro do contexto de diminuição da desigualdade, a questão da terra era a principal. No âmbito do rol de políticas públicas defendidas no ISEB, a reforma agrária é, provavelmente, a primordial.

As macrovisões do ISEB definiriam, em grande parte, muitos aspectos da inserção internacional do Brasil nos anos de 1960, 1970 e 1980, aprofundando a lógica do nacional-desenvolvimentismo identificada por Amado Cervo. Em alguns momentos, como a PEI do início dos anos de 1960, essa influência foi maior. Em outros, como a “correção de rumos” do governo Castelo Branco, ela pode ser menos identificada. Adicionalmente, os princípios da ISEB têm repercussões em diversas diretrizes clássicas da diplomacia brasileira, que vão além da concepção temporal e que são preponderantes, inclusive, atualmente.

Notoriamente, a preocupação com o desenvolvimento nacional influenciou a lógica da política externa em prol do desenvolvimento. Do discurso dos “3 Ds”, de Araújo Castro, à associação entre segurança e desenvolvimento presente na concepção de “Responsabilidade ao Proteger”, o desenvolvimento do Brasil e do Sul global é um aspecto fundamental da política externa brasileira. Além de desenvolvimentista, a preocupação com a participação do Sul no sistema internacional é nitidamente democrática. O empenho pela promoção do multilateralismo e a compreensão da necessidade de legitimar a ordem e a regulação internacional, por meio da inclusão de todos os povos, permeia a defesa brasileira da autodeterminação dos povos, caracterizada, hodiernamente, pelo apoio ao reconhecimento internacional da Palestina. Essa participação do Sul não é considerada como válida por si só. A diminuição das desigualdades internacionais, o combate à lógica de congelamento de poder e o empoderamento do Sul pela reforma da sociedade internacional se coadunam com o pensamento do ISEB.

Além das questões da sociedade internacional, a ideia de integração econômica é desenvolvida pela diplomacia brasileira não somente nesse aspecto, mas como a integração polí-

tica dos povos da América, segundo o princípio consagrado na Constituição Federal de 1988, e implementado desde 1960, por iniciativas como a ALALC, a OTCA, o Mercosul e a UNASUL.

Efetivamente, a política externa brasileira, ao aliar a tradição diplomática com a renovação de seus princípios, foi uma das áreas de grande influência do pensamento isebiano, que, apesar de rechaçado implacavelmente pelo regime militar, em 1964, foi identificado como fundamental por esse mesmo regime, em momento posterior. A afirmação de uma ordem internacional mais inclusiva, multilateral, multipolar e reformista pode ser entendida como um objetivo do Brasil.

## MENOR NOTA (0/20)

A análise do pensamento político e social brasileiro ao longo do século XX deve considerar a interação de diversas correntes e seus impactos na formação efetiva das diretrizes político-sociais no Brasil, interna e externamente. Nesse contexto, é importante ressaltar a mistura de influências – cada uma, em maior ou menor grau, contribuindo para a formação das instituições nacionais e para seu funcionamento. Exemplo relevante é a concorrência de diversas fontes intelectuais para a consolidação do país após a Revolução de 30 (modernismo, pensamento autoritário relacionado a Alberto Torres, Igreja Católica e conservadorismo) e também depois do Golpe de 1964, em que muitas dessas tradições serão resgatadas. A partir, pelo menos, do processo de abertura do regime militar nas décadas de 1970 e 1980, ganha espaço uma nova e significativa influência: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Embora haja precedentes notáveis com as doutrinas liberais no Brasil do século XIX e com o período democrático entre 1945 e 1964, as ideias sociais democráticas não haviam ganhado, até a década de 1970, expressão contundente e perspectiva operacional efetiva. Nesse sentido, ganha destaque a progressiva influência do pensamento desenvolvido no ISEB sobre os movimentos democráticos de oposição à ditadura e, à primeira vista surpreendentemente, sobre a política externa desenvolvida ao final do regime.

O pensamento no âmbito do ISEB enfatiza ideias que eram, muitas vezes, opostas às do regime vigente. Notadamente, a defesa de instituições democráticas não se alinhava com o setor mais radical da ditadura. No entanto, principalmente no que tange à política externa e a seus conceitos, o pensamento dos intelectuais ligados ao ISEB coincidia com várias iniciativas levadas a cabo pelo governo Geisel e sua estratégia de “pragmatismo responsável”, por exemplo o universalismo, a defesa da descolonização, da autodeterminação dos povos, apoio às reivindicações terceiro-mundistas e, sobretudo, a defesa do desenvolvimento.

A aparente contradição entre a convergência com o pensamento isebiano na política externa e a divergência, pelo menos em parte, com esse pensamento no plano político interno pode ser explicada por uma análise dos meios que guiaram o processo de abertura do regime. A política externa foi, nesse contexto, uma forma de teste e de ensaio para a abertura interna. A necessidade de defesa do interesse nacional em questões como a restrição energética da década de 70 foi justificativa para a tomada de posição universalista. A resistência interna não se manifestaria, devido ao risco de parecer contrária aos interesses nacionais, um risco que a linha dura não queria correr.

Nesse contexto, adotaram-se fórmulas de inserção externa derivadas do pensamento do ISEB, empreendendo-se iniciativas globalistas, de aproximação com países comunistas como a China, de apoio aos pleitos do terceiro mundo, por exemplo. Internamente, tentava-se garantir um processo de transição gradual e segura, enfrentando, por um lado, a oposição da direita (linha dura) e, por outro lado, da esquerda, aí incluídos diversos setores heterogêneos, com a participação notável da sociedade civil (OAB, ABI, por exemplo) e com o aproveitamento das ideias democráticas e sociais do ISEB.

Ao final dos governos militares, com a transição definitiva para a democracia, houve, enfim, convergência dos planos externo e interno, com a busca de adequação de alguns pontos da diplomacia brasileira à situação democrática, em conformidade como o que se defendia no âmbito do ISEB. Exemplos marcantes são as adesões aos regimes internacionais de proteção aos direitos humanos e de defesa do meio ambiente, concretizadas nos governos subse-

quentes dos presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco. Notavelmente, haverá também a adesão ao regime internacional de desarmamento e não proliferação (ratificação do TNP) por Fernando Henrique Cardoso, consolidando a transição e efetivando a realização dos conceitos de política externa do ISEB.

## QUESTÃO 4

**A Petrobras completa, em 2013, sessenta anos de sua criação. Comente sua evolução histórica na formação do cenário brasileiro nos anos 1970 e na política externa nacional desse período.**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 20 pontos]

## FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (15/20)

Em 2013, o lema “O petróleo é nosso” ecoou nos meios de comunicação no contexto de leilões para exploração dos recursos do Campo de Libra, no Pré-sal. Esse fato demonstra a maneira como a criação da Petrobrás e sua história permanecem vivas na memória coletiva nacional, o que se atribui a sua importante atuação desde 1953 até a década de 1970, chegando aos dias atuais. Na formação do cenário brasileiro nos anos 1970, a Petrobrás foi importante para a alavancagem do desenvolvimento, para o pragmatismo e para o interesse nacional, que caracterizaram a política externa do período.

As origens da Petrobrás são importantes para a compreensão do protagonismo assumido por essa empresa, desde sua criação até a década de 1970. Em 1938, encontram-se as primeiras reservas de petróleo no Brasil na região do Recôncavo Baiano, o que suscita debates acerca da exploração desse recurso. Em 1946, a nova Constituição autorizava uma exploração conjunta dos recursos do subsolo, o que, somado às novas descobertas de reservas de hidrocarbonetos, levou à criação do Centro de Estudos e de Defesa do Petróleo, com sede no automóvel clube no Rio de Janeiro, que lançaria a campanha “O Petróleo é nosso”, já no segundo governo Vargas. Essa campanha, uma das maiores manifestações públicas da história nacional, dividiu a sociedade e criou divergências dentro de importantes partidos políticos, como a UDN, resultando na criação da Petrobrás, por meio da Lei nº 2004/53.

A partir de sua criação, a Petrobrás tornou-se um emblema do desenvolvimentismo, que foi a tônica da política externa brasileira após 1950. No final da década de 1960, a descoberta pela Petrobrás de reservas de petróleo “offshore” na costa de Alagoas-Sergipe, no campo de Guaricema, prenunciava a expansão das atividades petrolíferas brasileiras. Em um momento em que a conjuntura internacional se caracterizava pela concentração da produção petrolífera no Oriente Médio, como evidenciaria o choque do petróleo de 1973, as descobertas de reservas em 1968 impulsionaram o Brasil a conscientizar-se de sua vulnerabilidade energética e a buscar a diversificação de parcerias, bem como o aprimoramento da produção e da exploração interna.

Durante os governos Médici e Geisel, a Petrobrás ganha um novo protagonismo, que se reflete na política externa do interesse nacional e do pragmatismo responsável e ecumênico. As reservas encontradas pela Petrobrás na Bacia de Campos, no campo de Garoupa, abriram espaço para uma política externa dos hidrocarbonetos, que influenciava o Itamaraty a buscar parceiros no Oriente Médio e na África. Dessa forma, o estabelecimento de relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e com o Sultanato de Omã, bem como a busca de uma guinada para a África, exemplificada pela aproximação com Angola e com a Nigéria, é influenciada também pela incipiente percepção da necessidade de internacionalizar a Petrobrás, levando-a à Ásia e à África.

Além da diversificação de parcerias, influenciada pelo desenvolvimento crescente da Petrobrás, é imprescindível destacar sua relevância para a autoconfiança das empresas nacionais e para sua internacionalização. No contexto do IIº PND, a obtenção de empréstimos externos ficou a cargo das empresas públicas, detentoras de maior credibilidade, destacando-se o crescimento da influência da Petrobrás. A partir da década de 1970, a exploração conjunta de campos e de poços em outros países contribuiu para internacionalizar a marca “Brasil”, além de favorecer o desenvolvimento da cooperação técnica, englobando o setor privado nacional.

No marco de seus 60 anos, reconhece-se a importância da Petrobrás para o desenvolvimento e para a política interna e externa nacional. Pode-se considerar que essa empresa atuou como um elo desenvolvimentista, responsável, em certa medida, pelo reforço de traços de continuidade na política interna e externa nacional, ao favorecer o pragmatismo, a autonomia e, sobretudo, o desenvolvimento como aspecto norteador da política externa brasileira.

## **GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (15/20)**

A formação da Petrobrás pela lei 1004/54, no contexto do governo Vargas, foi elemento protagonista no debate nacional acerca do manejo dos recursos estratégicos. A ela se concedeu o monopólio de exploração, prospecção, refino e venda para distribuidoras. Até a década de 1970, suas atuações na exploração dos recursos petrolíferos nacionais foi limitada pela falta de recursos financeiros, diante da situação permanentemente instável do balanço de pagamentos até o PAEG, e pelas limitações tecnológicas, em momento no qual a industrialização por substituição de importações ainda não alcançara o patamar de promoção da independência tecnológica. Sua grande evolução nos anos 1970 relaciona-se, por um lado, à estratégia de desenvolvimentista de Médici e de Geisel e, por outro, às necessidades de renovado ativismo na política externa devido a fatores do sistema internacional.

No início da década de 1970, as atividades da Petrobrás mantinham-se concentradas na importação de petróleo e de derivados, algum refino e distribuição e exploração de alguns poços no Nordeste brasileiro. O baixo preço do petróleo no mercado internacional, somado às necessidades crescentes de combustível para uma frota de milhões de automóveis e de óleo diesel para a indústria do país em pleno Milagre Econômico, tornaram custosa e pouco competitiva a potencial ampliação das atividades da Petrobrás. Não obstante, o choque do petróleo de 1973, desencadeado pela OPEP em resposta à Guerra do Yon Kippur e do envolvimento de Israel e EUA, quadruplicou o preço do petróleo e gerou deterioração das transações correntes brasileiras, passando a importação de petróleo a representar mais da metade dos gastos brasileiros com importados na balança comercial. Médici e, em seguida, Geisel iniciam o projeto de prospecção de petróleo na plataforma continental e em águas profundas.

A defesa das reservas de petróleo a serem exploradas pela Petrobrás envolvia a expansão do mar territorial brasileiro. Médici, sob protestos dos Estados Unidos, decreta unilateralmente a expansão do mar territorial brasileiro para 200 milhas náuticas a partir da costa, destacando navios de guerra para proteger a soberania. Tal gestão diplomática, capitaneada por Gibson Barboza, seria base para as iniciativas de Geisel no II PND, que dispendeu recursos para a formação de tecnologia nacional para a exploração de petróleo no fundo marinho. Assim, de modo a reduzir a dependência do petróleo importado, com preço sujeito a flutuações em face de instabilidades no sistema internacional, fortalece-se a Petrobrás para que ela atue no contexto interno com vistas a promover maior autonomia energética.

As iniciativas, contudo, não frutificaram de maneira contundente senão no longo prazo. As necessidades imediatas de petróleo levaram o chanceler Azeredo da Silveira a ativa diplomacia energética. Em primeiro lugar, buscou-se a formação e ampliação de relações diplomáticas e comerciais com nações do Norte da África e do Oriente Médio. Em segundo lugar, buscou-se uma nova política africana nas diretrizes do Pragmatismo Responsável e Ecumênico. No início da década de 1970, a Nigéria incluíra o Brasil em uma lista de nações que poderiam ser alvo de embargo no comércio de petróleo. Essa postura era consequência da política ambígua do Brasil na África, da leniência prática em relação ao apartheid e à questão da Namíbia, no contexto sul-africano, e do apoio tácito à tese dos territórios ultramarinos portugueses e do lusotropicalismo. O Brasil, autonomamente e instrumentalizando discurso culturalista, busca a aproximação dos países africanos. Angola, onde havia reservas petrolíferas conhecidas, é reconhecida pelo Brasil sob o regime marxista do MPLA de Agostinho Neto. Esse fato revela o interesse brasileiro em buscar novos fornecedores de petróleo para que a Petrobrás pudesse suprir a demanda interna.

No contexto do II PND, pode-se citar, ainda, o investimento em novas refinarias pela Petrobrás, como o Polo Petroquímico de Camaçari, no Nordeste, com vistas a reduzir o dispêndio com derivados de petróleo.

Essa atuação renovada da Petrobrás gerou certos constrangimentos entre Médici, Geisel e presidentes dos EUA. A aproximação de países de orientação socialista, o fechamento da plataforma continental brasileira à atuação de firmas dos EUA e a postura autônoma brasileira somaram-se a outros desafios, como a questão dos direitos humanos, para promover progressivo afastamento entre os dois países.

A atual liderança mundial da Petrobrás em sua tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, que agora alcança novo capítulo com o pré-sal, deriva das decisões que expandiram as ações da Petrobrás na década de 1970. Por meio de ações de curto prazo de cunho diplomático para diversificação de fornecedores e de longo prazo para desenvolver exploração autônoma, o Brasil abriu caminho para a autonomia.

## VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (14/20)

A Petrobras foi criada no contexto interno conturbado do final do segundo governo de Getúlio Vargas. Na época, a discussão era, principalmente, sobre o monopólio da estatal sobre a extração e/ou refino do petróleo brasileiro. Deveria o Brasil se preocupar em garantir, monopolisticamente, o controle econômico sobre o mercado petrolífero, ou adotar a estratégia de simplesmente comprar óleo estrangeiro barato e oferecer as reservas nacionais às empresas de outros países, sem o ônus de ter a responsabilidade de desenvolver tecnologia na área? Esse debate foi significativamente alterado com a mudança do contexto internacional, com a grande elevação dos preços internacionais do petróleo na década de 1970, o que teve impacto na política externa brasileira desse período.

Em seus primeiros vinte anos de existência, a Petrobras desempenhou um papel na extração de petróleo no continente e também na formação de know-how técnico nas áreas de prospecção, extração e refino. No entanto, devido aos preços significativamente baixos do mercado internacional, a demanda energética para o desenvolvimento brasileiro – especialmente durante os anos do “milagre” – foi suprida em grande parte pelas importações. A dependência nacional em relação ao petróleo importado cresceu, o que, nas previsões da época, não chegava a representar grande risco. Nos anos 70, com dois choques do petróleo, viu-se que essa ideia era equivocada, e passou-se a desenvolver estratégias direcionadas a mitigar os efeitos negativos da elevação dos preços e a garantir o suprimento necessário do produto.

Antes de assumir a presidência do país, Ernesto Geisel tinha sido presidente da Petrobras. Sua escolha como sucessor de Médici evidencia não só preocupações políticas em si, mas também um viés técnico. Valorizava-se notavelmente o setor energético, fundamental ao desenvolvimento do país. Isso teve efeitos positivos tanto na política interna (prospecção de petróleo no mar) quanto externa.

A política exterior brasileira dos anos 70, tendo em vista a restrição energética, guia-se significativamente por estratégias que visam a garantir o desenvolvimento do país por meio do acesso à energia. Nesse sentido, destaca-se o projeto de construção de Itaipu e a aproximação com os países árabes no âmbito do universalismo característica à política do “pragmatismo ecumênico e responsável”.

O projeto de Itaipu gerou grandes tensões com a vizinha Argentina, cujo projeto de construção de outra hidrelétrica no mesmo rio (a de Corpus) ficaria, segundo os argentinos, comprometido. O contencioso durou todo o governo Geisel e só foi resolvido em 1979, com acordo que tornaria possíveis ambos os projetos. A aproximação com os países árabes, por outro lado, visava a melhorar as garantias de fornecimento externo de petróleo. Nesse sentido, foi significativo o apoio à causa palestina e a condenação do sionismo como racismo no ONU em 1975, o que aproximou o Brasil da agenda externa dos Estados árabes.

Significativos foram também os avanços no desenvolvimento de outras fontes de energia, notadamente a energia nuclear, sobre a qual versa um acordo com a Alemanha (1975) de construção de usinas no Brasil, o que gerou desconfianças no EUA em relação a possíveis ambições militares brasileiras na área. Houve também o Pro-álcool, destinado a estimular o uso do etanol como combustível e reduzir a dependência em relação ao petróleo.

O debate sobre se deveria haver ou não monopólio da Petrobrás na década de 1950, assim como se essa empresa deveria assumir a responsabilidade de avanço tecnológico na área, foi respondido na década de 1970 positivamente. O papel da Petrobrás na garantia futura de maior estabilidade, por meio da pesquisa que favorecesse a exploração máxima do potencial brasileiro, revelou-se fundamental no contexto restritivo que se consolidou depois dos

choques. A política externa, nesse contexto, beneficiou-se muito desse papel, tendo em vista, em médio prazo, não só a diminuição da dependência externa, mas também até mesmo a significativa internacionalização da Petrobrás posteriormente, investindo em grande quantidade de países em todos os continentes, concretizando e fundamentando o universalismo da política exterior do Brasil até os dias de hoje.

## MENOR NOTA (10/20)

A questão do petróleo gerou debates acirrados no cenário político brasileiro desde, pelo menos, a Era Vargas (1930-1945). A ascensão de grupos nacionalistas ao poder lançou o debate sobre as condições para a exploração do petróleo no território nacional. De um lado estavam os defensores do monopólio estatal (como Horta Barbosa e outros militares); de outro, os defensores da exploração estrangeira (liberais, representados, principalmente, por Monteiro Lobato). A criação da Petrobrás, no entanto, só ocorre no segundo governo Vargas (1951-54), quando se garante o monopólio estatal, com apoio, inclusive, da UDN.

A evolução histórica da Petrobrás passa pelos debates sobre o modelo de exploração do petróleo, citados acima, e pela descoberta, prospecção e início da exploração de novas jazidas, cujo marco foi a descoberta da jazida de Lobato-BA, no final dos anos 1930. No entanto, até a década de 1970, o Brasil foi forte importador de petróleo, devido tanto aos baixos preços do produto no mercado internacional, quanto à dependência do petróleo para industrialização e para o desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, com o choque do petróleo em 1972, a capacidade importadora do Brasil reduziu-se significativamente, o que teve impactos significativos na política externa do período.

O governo Geisel (1974-79) herdou os efeitos do choque do petróleo e da “crise do milagre econômico”, os quais comprometeram o crescimento econômico brasileiro e poderiam, como consequência, desestabilizar o processo de abertura “lenta, gradual e segura” que o presidente almejava iniciar. Para evitar uma crise econômico-política, Geisel empreendeu um crescimento econômico em “marcha forçada”, aproveitando-se da liquidez internacional (petrodólares) e instrumentalizando a política externa de modo a diversificar parcerias, para garantir fornecimento de petróleo ou de fontes alternativas de energia.

A “política externa pragmática e ecumênica” buscou novos parceiros na África, incentivada, conforme evidenciou Flávio Sombra Saraiva, pela crise do petróleo, dando início à “era de ouro” da política africanista do Brasil. A PEB estreitou contatos com Angola (reconhecendo sua independência em 1974) e com a Nigéria. Além de objetivar importar petróleo, o Brasil se ofereceu como fornecedor de “tecnologia tropical adaptada”, para esses países que possuem condições físicas semelhantes às brasileiras. Além da África, a política externa buscou novos parceiros no Oriente Médio. A PEB empreendida por Geisel deu continuidade e aprofundou os ideais da Política Externa Independentes (PEI), mas, ao contrário desta, enfatizou o bilateralismo. No entanto, para aproximar-se dos países árabes, o governo Geisel, por vezes, utilizou-se do âmbito multilateral (ex.: apoio ao voto antissionista na ONU), para estreitar os contatos bilaterais. A estratégia de Geisel deu certo e o comércio entre o Brasil e os países árabes, como o Iraque, se intensificou.

No entanto, apenas a diversificação de parcerias não foi suficiente para superar o problema decorrente do encarecimento do preço do petróleo no mercado internacional. Geisel, portanto, deu alento à prospecção de novas reservas de petróleo no território nacional, fortalecendo o papel da Petrobrás, além de investir em fontes alternativas de energia, como o Proálcool, a exploração de carvão em Santa Catarina e a energia nuclear.

No tocante à energia nuclear, observou-se iniciativa de política externa que representou o auge do pragmatismo da política externa dos anos 1970. O Brasil rompeu o acordo nuclear com os EUA (parceiro tradicional desde a década de 1950, quando se fundou o CNPq), pois estes resistiam à transferência de tecnologia, e assinou acordo com a Alemanha Ociden-

tal, apesar da forte oposição americana. No mesmo período, o Brasil rompeu o acordo militar Brasil-EUA, sem efeito prático, mas de significativo efeito simbólico de afastar a influência americana naquilo que limitava a busca do desenvolvimento autônomo brasileiro.

Conclui-se que o governo Geisel instrumentalizou a PEB para dar continuidade ao crescimento brasileiro, baseado na industrialização por substituição de importações, e cujo foco, nos anos 1970, foi o investimento no setor energético. Os incentivos à prospecção e à produção de petróleo levariam tanto à autossuficiência brasileira no insumo e a descoberta das reservas do pré-sal, já no século XXI. Os investimentos em outros tipos de energia levariam à diversificação da matriz energética brasileira e à redução da dependência do petróleo. De ambos os lados, as iniciativas de política interna e externa do período, juntamente com o fortalecimento da Petrobrás, contribuíram para consolidar o Brasil como potência energética do século XXI.

# INGLÊS

\*As expressões destacadas em **vermelho** foram descontadas pela banca.

## TRANSLATION - PART A

Iquitos, once a boom town, lies more than 2,000 miles from the mouth of the Amazon, yet here the river is still more than half a mile wide. You are deep in the steaming jungle. On both banks, rainforest comes tipping down to the water in a rough and tumble of vegetation sporting a million shades of green. Piranhas teem in the shallows while alligators idle on the banks. Birds of iridescent colours cackle and croak, whistle and squawk. Three-toed sloths lounge leisurely in the branches and monkeys career headlong through the treetops.

Into the midst of all this unbridled wildness there looms a floating incongruity in the discordant guise of a new three-storey luxury cruise boat. Aria, a 150-foot long glasshouse, is plying the waters around Iquitos at a point on the Amazon where Brazilian and Peruvian naval bases flaunt the armed flotillas farthest inland anywhere in the world. Luxury here spells everything the jungle is not: air conditioned, bug-, mud- and snake-free, comfortable and clean.

Internet: <<http://www.spectator.co.uk/supplements/the-spectator-guide-to-cruises/7238013/its-a-jungle-out-there/>> Retrieved on 13/9/2013.

**Translate into Portuguese the previous excerpt adapted from Peter Hughes' article "It's a jungle out there", published in The Spectator on 17th September 2011.**

[valor: 20 pontos]

## ALEXANDRE PIANA LEMOS (17/20)

Iquitos, que já foi uma cidade de economia pujante, localiza-se a mais de 2.000 milhas da embocadura do Amazonas. No entanto, o rio aqui ainda apresenta uma largura de mais de meia milha. Você encontra-se em plena selva sufocante. Nas duas margens, a floresta tropical invade a água com uma vegetação abundante que ostenta uma milhão de tonalidades de verde. Piranhas pululam nas áreas rasas, ao passo que jacarés descansam nas margens. Pássaros de múltiplas cores cacarejam e arrulham, assobiam e piam. **Lesmas** de três dedos estendem-se langorosamente nos galhos e macacos saltitam entre os cumes das árvores.

Em meio a toda essa natureza irrefreável, **espreita** uma presença flutuante que destoa do meio, na forma de um cruzeiro de luxo de três andares. Aria, uma **casa de vidro** de 150 pés, está percorrendo as águas em torno de Iquitos, em um ponto do Amazonas em que as bases navais de Brasil e de Peru ostentam suas frotas armadas, adentrando o território mais que em qualquer outra parte do mundo. O luxo, aqui, é representado por um ambiente climatizado, confortável e limpo, livre de insetos, de lama ou de serpentes. Em suma, tudo aquilo que a selva não é.

## PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (17/20)

Iquitos, que já foi uma cidade dinâmica e em expansão, fica a mais de 2,000 milhas da foz do Amazonas, ainda assim aqui o rio continua com uma largura de mais de meia milha. Você está imerso na selva profunda, quente e abafada. Em ambas as **margens a**<sup>1</sup> floresta tropical chega até a água em um emaranhado de vegetação, exibindo um milhão de tons de verde. Piranhas se aglomeram nas partes rasas, enquanto crocodilos deitam ociosamente nas margens. Pássaros de cores iridescentes **gorjeiam, coalham**, assoviam e gralham. Preguiças com seus três dedos repousam aprazivelmente nos galhos e macacos se atiram com ímpeto entre as copas das árvores.

Em meio a toda essa natureza selvagem encontra-se uma incongruidade flutuante, na figura de uma embarcação de **cruseiros**, nova, luxuosa e dotada de três andares. Aria, uma estrutura envidraçada de 150 pés, está singrando as águas ao redor de Iquitos, em um local da Amazônia onde bases navais brasileiras e peruanas exibem as flotilhas armadas mais distantes da costa no planeta. O luxo aqui demonstra tudo aquilo que a selva não é: climatizada, livre de insetos, lama e cobras, confortável e limpa.

### Comentários

<sup>1</sup> Erro de pontuação - falta de vírgula.

## HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (16,5/20)

Iquitos, uma cidade que já esteve em plena ascensão, localiza-se a mais de 2000 milhas de distância da foz do rio Amazonas, mas, mesmo assim, o rio apresenta, aqui, mais de meia milha de largura. Você está nas profundezas de uma selva sufocante. Nas duas margens, a floresta tropical chega a arquear até a água, com uma selvagem e pendente vegetação que possui um milhão de tons de verde. As piranhas são abundantes nas partes mais rasas do rio, enquanto jacarés repousam nas margens. Pássaros de cores exuberantes piam e **cantam**, as-sobiam e **berram**. Preguiças de três dedos descansam relaxadamente nos galhos e macacos avançam **verticalmente** pela copa das árvores.

No meio de todo esse espaço selvagem e intocado assoma uma incongruência flutuante na forma dissonante de um novo cruzeiro de **luxo com**<sup>1</sup> três andares. Aria, uma estrutura de vidro com 150 pés de comprimento, está navegando as águas ao redor de Iquitos em um ponto do rio Amazonas no qual as bases navais brasileiras e peruanas abrigam as flotilhas armadas mais distantes do mar do que em qualquer lugar do mundo. O luxo, aqui, evidencia tudo o que a selva não é: dotada de ar-condicionado, livre de insetos, de lama e de cobras, confortável e limpa.

### Comentários

<sup>1</sup> Erro de pontuação - falta de vírgula.

## MENOR NOTA (4,5/20)

IQUITOS, outrora uma cidade pujante, localiza-se mais de 2000 milhas de distância em relação ao **centro da Amazônia**, mesmo assim, aqui, o rio tem, ainda, mais de meia milha de largura. Você está nas profundezas da floresta fechada. Em ambas as margens, a floresta equatorial chega a tocar a água em uma rústica resplandecência de vegetação que apresenta uma milhão de tons de verde. Piranhas agrupam-se nas **águas escuras**, enquanto jacarés repousam nas margens. Pássaros de cores candentes fazem barulhos estridentes, **gorjeiam**, cantam e **sarapateiam**. **Garças** dançam, **prazerosamente**, nos **manguezais** e macacos **fazem filas** em direção ao topo das árvores.

No meio de toda essa vida selvagem sem limites, lá, aparece uma incongruência a flutuar na **perspectiva** discordante de um novo cruzeiro luxuoso de três **compartimentos**. Ária, um navio de vidro de 150 pés de extensão, **remanesce** sobre as águas próximas a IQUITOS em um ponto **da Amazônia** no qual as bases navais brasileiras e peruanas dispõem de flotilhas armadas em uma região mais central em um continente do que em qualquer outro lugar do mundo. Luxo, aqui, significa tudo aquilo que a floresta não é: **ar condicionado**, **ausência** de mosquitos, de lama, e de cobras, **limpeza** e **conforto**.

## TRANSLATION - PART B

Os países da América se unem hoje com um sentimento comum de satisfação para comemorar o primeiro aniversário da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995, que restabeleceu a confiança e a amizade entre dois povos irmãos.

Esse é o caminho: o diálogo, nunca a confrontação; a razão, jamais a força. Serão, por certo, desafiadoras essas negociações. A agenda é densa e os temas se entrelaçam numa teia de condicionantes múltiplos. Acima de tudo, será preciso saber projetar uma visão de futuro, inspirada no interesse de longo prazo dos dois países. Uma visão que enfrente o desafio de buscar formas, mais do que de convivência pacífica, de desenvolvimento solidário. Esse processo, de dimensão histórica, deverá proporcionar que as Partes se sintam estimuladas a assumir, de forma gradual e progressiva, as tarefas e responsabilidades de, conjuntamente, assegurarem não tão somente a paz na região como também o desenvolvimento e o progresso social.

Source: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, número 78, 1º semestre de 1996, pp 37-38

**Translate into English the excerpt above adapted from a speech delivered by the Brazilian Minister of State for External Relations, Ambassador Luís Felipe Lampreia, in Brasília on February 16th, 1996.**

[valor: 15 pontos]

## FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (9/15)

Today, the **American** countries are reunited, with a shared feeling of satisfaction, to celebrate the first anniversary of **Itamaraty's** Peace Declaration, signed on February 17<sup>th</sup>, 1995, which **established** trust and friendship between two brotherly peoples.

This is the **way**: dialogue, never confrontation; reason, never force. These negotiations will certainly be challenging. The agenda is dense and the **themes** are mixed together in a web of multiple variables<sup>1</sup>. Above all, knowing how to project a vision of the future, inspired in the long-term interest<sup>2</sup> of both countries, will be necessary. A vision that faces the challenge of seeking new ways of solidary development, more than the<sup>3</sup> peaceful relationship. This process, of historic **dimension**, should make the Parties feel stimulated<sup>4</sup> to take over, gradually and progressively, the tasks and responsibilities to guarantee together not only **the** peace in the region, but also **the** development and social progress.

### Comentários

<sup>124</sup> A banca destacou essas palavras, mas não descontou pontos

<sup>3</sup> Comentário da banca: "a" peaceful relationship. A banca destacou, mas não descontou pontos.

## GUILHERME ESMANHOTTO (9/15)

The countries of America gather today with a common feeling of satisfaction to celebrate the first **anniversary** of the Declaration of Peace of **the** Itamaraty, of the 17th **of** February **of** 1995, which **reestablished** trust and friendship between two brother peoples.

This is the **way**: talk, and never confrontation; reason, and never force. These negotiations will certainly be **defying**. This agenda is dense and subjects intertwine **on** a web of multiple contingencies, Above all, one needs to know how to project a **perspective** of the future, inspired on the long-term interests of both countries. A **perspective** that shall face the challenge of searching for forms of more than living together peacefully, forms of solidary development. This process, of historical proportions, shall allow the parts to feel encouraged to assume, gradually and progressively, the tasks and responsibilities to, **altogether**, **assure** not only Peace in the region, but also development and social progress.

## LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (9/15)

**American countries get** together today with a common feeling of satisfaction to celebrate the first anniversary of Itamaraty's Peace Declaration, of February 17th, 1995, which **established again** trust and friendship between two close peoples.

This is the path: dialogue, never confrontation; reason, never force. These negotiations will be challenging for sure. The agenda is dense, and the topics are entangled in a web of multiple conditioning factors. Above all, it will be necessary to know how to project a vision of the future, inspired in both countries' long-term interests. A vision that faces the challenge of seeking ways, more than peacefully living together, of solidary development. This process, of **historical dimension**, will provide the Parties with a stimulus that will make them **take**, gradually and progressively, tasks and responsibilities of together **assuring** not only regional peace, but also development and social progress.

## MENOR NOTA (0/15)

**America's countries** unite today with a common feeling of satisfaction so as to celebrate the first anniversary of the Itamaraty Peace Declaration of February the seventeenth, 1995, which **reestablished the** trust and **the** friendship between two **sibling** peoples.

This is the path: dialogue, never confrontation; reason, never **strenght**. These negotiations will **be certainly** challenging. The agenda is dense and the **themes** intertwine in a web in a web of multiple conditionings. Above all, **it will be needed** to know how to project a **view** of the future, inspired by the long term **interest of** both countries. A vision that faces the challenge of searching for **forms, of more than** pacific **convivence**, of solidary development. This process, of **historical dimension**, should **aid the Parts feel** stimulated to assume, in a graded and progressive way, the tasks and **responsabilities** of, together, securing not only peace in the region, but also development and social progress.

## SUMMARY

A 700-kilometre march by indigenous protesters in Ecuador lasted two weeks before reaching the capital Quito on 22 March 2012. It echoes previous marches in both Peru and Bolivia against policies that pose a threat to indigenous communities.

The governments of all three Andean countries face criticism for policies designed to boost investment but that fail adequately to address the concerns of local people, who claim these projects threaten their physical and social environment.

Earlier in 2012, protesters from the northern Cajamarca region in Peru marched on Lima, repudiating plans to build a giant new copper and gold-mining plant at Conga, a project they say will affect water supplies to local communities.

These events are set against a background where, in all three countries, governments elected with the support of indigenous populations have taken steps to enshrine indigenous rights in their respective legal codes.

In Peru, these rights have recently been passed into law. Soon after his inauguration as president in July 2011, Ollanta Humala passed a law making prior consultation a legal obligation. Elected on a leftwing ticket that supported indigenous rights, Humala was obliged to enact a law vetoed by his predecessor, Alan García Pérez. In 2009, García had faced down protests in the northern town of Bagua as indigenous groups protested against plans to facilitate hydrocarbons exploration and exploitation in the Amazon jungle. Some thirty people, including police, were killed in the fray.

The governments of Bolivia, Peru and Ecuador reflect aspects of what has been called the “pink wave” in Latin America, a reversion of the free-wheeling neo-liberal policies in vogue up until the early years of the new millennium – albeit to varying degrees. Bolivia and Ecuador belong to the Bolivarian Alternative for the Americas (ALBA), spearheaded by President Hugo Chávez of Venezuela. Both countries have pursued policies highly critical of the United States and its policies towards Latin America. For his part, Peru’s Humala came to power having previously established and led a highly nationalistic party which, in the elections of 2011, made common cause with the parties of the Peruvian left. Since taking office, however, Humala has abandoned much of his earlier leftist rhetoric.

In Peru traditional party elites had failed conspicuously to resolve the country’s chronic economic and political problems, and were largely swept aside under the governments of Alberto Fujimori (1990-2000). But Fujimori’s departure from the scene did not lead to the resurgence of partisan organisation. Even the Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), which dates from the 1930s and was once Peru’s largest mass party, remained but a shadow of its former self; in the 2011 elections it won only four seats in the 130-seat unicameral legislature.

All three presidents have had scope, therefore, to refashion their country’s electoral politics since taking power. In Bolivia, despite some defections, the MAS has a clear majority in both houses of the legislature, now known as the “plurinational legislative assembly”. With only a modest presence, the opposition parties are effectively powerless to stop legislation.

Rafael Correa’s party, Alianza País (AP), has likewise enjoyed a working majority in Ecuador’s national assembly, although it has suffered some damaging defections in recent times. The situation is different in Peru, where Humala’s Gana Peru grouping did not win a majority in the 2011 elections, but has since entered into alliances with centrist and centre-right groupings which have (at least so far) afforded him parliamentary majorities.

All three presidents have managed to fashion good working relationships with their armed forces, still an important factor of power in this part of Latin America. In each case,

they have used their electoral prowess to push through changes at senior levels to garner support in the barracks.

Opinion-polls suggest support for Humala has risen strongly since his election in 2011; admiration for his young and attractive wife, Nadine, who has displayed some consummate political skills since becoming the first lady, makes her a political factor. It is too soon to say what will happen when the president's term ends in 2016. Humala has said he will not stand, and he lacks the parliamentary strength to change the constitution to be able to do so; but there are many who argue that he will seek to perpetuate his power by supporting the candidacy of his wife. This would be to emulate the Argentine model, whereby Néstor Kirchner was replaced as president by his wife, Cristina.

The future of mining and extractive industries more generally in Peru has become a major source of political discord, of which the Congas dispute is but the latest of a series of bitter confrontations. The Congas project involves the expansion of activities by Yanacocha, Latin America's largest gold producer. It is formed by a consortium of Newmont Mining (of the United States), Buenaventura (a large Peruvian miner) and the International Finance Corporation (IFC), part of the World Bank. There has been a history of conflict between Yanacocha and local community groups and farmers stretching back over most of the past decade. The latter claim their livelihoods will be irretrievably damaged by the project.

Environmental impacts have been a major source of conflict between mining companies and communities throughout the Peruvian highlands. Several important projects have been halted owing to local pressure, including Yanacocha's Cerro Quilish scheme near Cajamarca city. Peru has seen an unprecedented expansion in mining and hydrocarbons projects in recent years, attracting more investment than most other Andean countries. Often these investments take place in remote areas where the state is virtually absent and where no other legitimate entities are on hand to mediate disputes.

The president previously sided with local communities against extractive industries. But Humala has found himself under huge pressure from pro-mining lobby groups and other interested parties to shift his ground. Since his election victory, he has publically acknowledged the need to continue to support mining investments but argued that the resources generated thereby should be used to improve the living conditions of the poorest, including those living in the areas surrounding mining camps. In December 2011, he dismissed many of the more leftwing voices in his cabinet.

However, traditionally, the Peruvian state has proved unable to respond effectively to such social needs, lacking the administrative machinery to achieve its ends. While social spending has increased in recent years, the conditions of poverty in Peru's interior have not improved substantially. Considerable doubt thus remains as to whether Humala will succeed where his predecessors failed.

John Crabtree. **The New Andean politics: Bolivia, Peru, Ecuador**. openDemocracy, 25 March 2012.

Internet: <<http://www.opendemocracy.net/john-crabtree/new-andean-politics-bolivia-peru-ecuador>>

Retrieved on 18/9/2013. John Crabtree is a research associate at Oxford University's Centre for Latin American Studies, St. Anthony's College, Oxford University.

**Write a summary, in your own words, in no more than 200 words, of the previous excerpt adapted from John Crabtree's 2012 openDemocracy paper "The New Andean politics: Bolivia, Peru, Ecuador".**

Extensão do texto: máximo de 200 palavras  
[valor: 15 pontos]

## ALEXANDRE PIANA LEMOS (12,5/15)

Indigenous communities in Peru, Bolivia and Ecuador are protesting against policies that may harm their traditions and the environment. Governments in these three countries assumed power supported by those communities, but now are divided between the need to develop and the demands of their peoples.

The three governments were elected to fight neo-liberalism in Latin America, following the leftist trend of Hugo Chavez.

Ecuador's Rafael Correa, Bolivia's Evo Morales and Peru's Humala enjoy support both from their armies and from their parliaments, so they can impose their will. In Peru, Humala's power may last, if his popular wife Nadine is elected in 2016.

The three presidents try to cater to their peoples' needs, but in Peru disputes between local tribes and exctrative firms is particularly serious. Development projects in the region, according to some communities, threaten the environment and their livelihoods. Initially, Humala backed the protesters' demands, but egged on by the companies' pressure groups, he has abandoned radical left-wing stances and supported projects that could improve life conditions. The Peruvian state record, however, suggests Humala may disappoint his people again.

\* A palavra sublinhada foi destacada pela banca.

## FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (12/15)

Against the background of the “pink wave” in Latin America (where left-wing parties have been reverting the neo-liberal policies of the 1930s), Peru, Bolivia and Ecuador are facing popular protests against investments that disregard the interests of indigenous peoples. Recently, these governments were able to build Congressional majority<sup>1</sup> to approve laws supporting the interests of indigenous groups, nevertheless<sup>2</sup> policies to boost the economy are being questioned.

Take Peru’s case. Pollsters indicate President Humala enjoys growing popular approval, which may stimulate his<sup>3</sup> plans to perpetuate in power. However, despite adopting a leftist rhetoric during the presidential campaign, in which he affirmed he was against huge investments in mining and hydrocarbons in Peru’s highlands, he is now defending that such projects could contribute to lifting people out of poverty.

Nevertheless, doubts abound over Peru’s ability to distribute wealth, due to the country’s traditional failure to meet its population’s demands and the remoteness of the areas the industries will be installed. Disagreement over the future of mining and extractive industries and the environmental impacts that result from the exploitation is the order of the day. Whether Humala will manage the conflict is still unknown.

### Comentários

<sup>1</sup> Comentário da banca: "majorities".

<sup>2</sup> Comentário da banca: "but".

<sup>3</sup> Comentário da banca: "who?".

\* As palavras sublinhadas foram destacadas pela banca.

\* Comentário da banca: "concise summary, got most of the points, but some misplaced idiomatic expressions".

## IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (12/15)

A series of protests have occurred in Ecuador, Peru and Bolivia against policies that favor investment in detriment of the interests of indigenous communities. These policies have been adopted despite the election of governments that try to protect indigenous rights. In Peru, Ollanta Humala made prior consultation with indigenous groups a legal obligation.

The election of these governments reflect the so called “pink wave” in Latin America, where neo-liberal policies, popular until the end of the 1990s, have been rejected.

The elected presidents have been able to transform electoral policies in their countries. In Bolivia, the MAS has a clear majority in the legislative assembly. In Ecuador, the AP has a working majority, and in Peru, political alliances have given parliamentary majority to Gana Peru. The presidents also have good relationships with their armed forces.

In Peru, Humala has gained public support since 2011. Since he cannot be reelected, he might even support his wife’s candidacy in 2016.

In Peru, the activities of mining and extractive industries have led to political discord. Local community groups question the social and environmental impacts of some projects. Humala argues that the resources that are generated can improve living conditions in Peru.

\* A palavra sublinhada foi destacada pela banca.

## MENOR NOTA (5/15)

The conflict between indigenous populations and investment policies in the Andean countries regarding Amazon resource exploitation has changed since previous years' neo-liberalism, even if confrontation, such as that of 2009's Congo, show its dangers. Today, popular anger against such policies is linked to a framework of at least nominally left-wing politicians. In Peru, traditional party politics suffered a major blowback as outsiders claimed both power and legitimacy. A similar development also occurred in Bolivia and in Ecuador, where leftists are even stronger<sup>1</sup>. However, Peru's leftist success has been halted by a lack of parliamentary support. Its president, Ollanta Humala, does not have the support so as to seek reelection<sup>2</sup> and may opt to put his popular wife's name on the ballots.

Economic imbroglios add up to Peru's political struggles. Conflicts regarding oil extraction and gold mining put local farmers and environmentalists against partially foreign-owned projects, such as the Yamacocha trust. Recently, investment has soared, mostly in remote hinterlands where State power is feeble. Even if Humala had previously supported locals' claims, he is now adopting a more pro-market stance. The question is whether his government will be able to tackle poverty, especially in remote areas.

### Comentários

<sup>1</sup> Comentário da banca: "than what?".

<sup>2</sup> Comentário da banca: "he does have parliamentary support through alliances".

\* As palavras sublinhadas foram destacadas pela banca.

## COMPOSITION

Peru's government, like those in other emerging economies, sees development of minerals and timber as the fastest way to lift the country out of poverty, particularly in the country's largely untouched Amazon region. In Peru, land ownership is private, but the government has full rights to the resources below ground - such as minerals, oil, and gas - and above it - such as water, fish, and timber. In 2007, President Garcia infamously dismissed what he called "the law of the dog in the manger, which says, 'If I do not do it, then let no one do it.'" Without the state to give out concessions, Garcia wrote, the land would remain undeveloped, with "unused resources that cannot be traded, that do not receive investment, and do not create jobs".

But indigenous groups and communities in the Amazon fear the government is engaged in a large-scale giveaway of their land to industry at the expense of their cultural heritage. "For the indigenous people, the land is sacred, but in [Western culture] the land is simply a resource", said Roger Rumrill, an expert on the Amazon's indigenous communities. The government recently created new concessions that would open up 70 percent of the Amazon to oil and gas exploration, though many of these concessions haven't been given out yet.

Toni Johnson. **Peru's mineral wealth and woes**, Council on Foreign Relations, 10th February 2010.  
Internet: <<http://www.cfr.org/peru/perus-mineral-wealth-woes/p21408#p4>> Retrieved on 19/9/2013.

**Weigh up the potential benefits and drawbacks of Peru opening up and developing its Amazon region.**

Extensão do texto: 400 a 450 palavras  
[valor: 50 pontos]

## IRINA FEISTHAUER SILVEIRA (43/50)

It stands to reason that the Amazon region is rich in natural resources, such as minerals, water and great biodiversity, which become more essential every day. The use of these resources can lead to the countries of the Amazon region, namely Peru, to achieve improved development levels. Nevertheless, depending on how the resources are managed, their exploitation can lead to unmitigated disaster, both for the environment and for local people. In this sense, Peru does not have to maintain the Amazon region untouched, what it needs to do is create basis for sustainable development projects.

Peru is a developing country which needs to improve its population's living standards. Since its territory includes part of the Amazon forest, it can use the potential of the region to develop profitable activities that not only could increase its GDP, but also would create jobs and, in some cases, foster innovation. The region's biodiversity, for example, can be used to produce **cosmetics** and new drugs and, therefore, help the country develop an industry related thereto.

However, there is more to the issue than meets the eye. By developing its Amazon region, Peru can seriously **damage** the region's environment and destroy the culture of indigenous groups that inhabit the forest. Despite being rich, the Amazon environment is fragile. Careless exploitation will cause irreversible harm to the forest's soil and, consequently, to its vegetation, climate and fauna. Furthermore, indigenous people who are already threatened by the "Western way of life", are deeply connected to the environment and risk disappearing if the forest does so. Their ancient knowledge and culture would be forever lost.

For these reasons, Peru's government must find balance between developing the region and not causing harm to the environment or to local groups and their culture. A Brazilian specialist in the Amazon region, Bertha Becker, believes that this balance is possible. She states that the government must pave the way to sustained development by integrating local people in projects which use the region's resources in a well balanced way. This model can also be applied to Peru. It is important that the government creates laws to regulate the use of natural resources in the region and mechanisms to guarantee that such laws are observed. Moreover, the government itself can develop projects in the region to set examples of good practices.

By developing the Amazon region, the Peruvian government can surpass its present development level and offer better living standards to its population. Nonetheless, these projects will only bear fruit if the region is developed in a sustainable way, with all due respect to its environment and local population

Organização e desenvolvimento de ideias: 18/20

Correção gramatical: 18,5/20

Qualidade da linguagem: 6,5/10

## ALEXANDRE PIANA LEMOS (42/50)

Peru is a resource-rich country and its Amazon region offers unique opportunities for the nation's development. Yet, recent projects to tap into the region's minerals and timber have been met with fierce resistance. Indigenous groups and local communities fear that their cultural heritage is under threat. To a great extent, however, these worries are unwarranted. There is no contradiction between responsible resource exploration and the rights of local tribes. Opening up the Amazon provides Peru with a unique opportunity **for Peru**. The Amazon's resources and biodiversity could lift millions out of poverty and contribute to developing the nation.

Mining and extractive industries in Peru have been fuelling protests. Local communities believe their cultural heritage and traditional ways of life are at risk. Given Peruvian government's record of utter disregard **towards** their own people, these worries are reasonable. But exploration of resources is not tantamount to environmental damage. Responsible firms acting under strict regulations could contribute to improving the **life** conditions of the down-trodden in the country.

Indigenous communities in Peru lack jobs and live in extreme poverty. Opening up the Amazon to foreign investment could provide a livelihood for millions. Admittedly, there are always risks of environmental damage. Nonetheless, setting up protected zones and natural reserves should guarantee the survival of ancient traditions, while firms operating under environmental regulations could offer jobs and opportunities for the destitute. At the Rio+20 conference, world leaders agreed that environmental policies should foster development. Keeping Peruvian resources intact, while millions are starving, is pure nonsense.

Moreover, developing the Amazon is not tantamount to destroying the environment. As Bertha Becker argued, value needs to be added to the standing forest. Peru's biodiversity should be tapped through clean-mechanism projects, which could generate much of the wealth the country so badly needs. Pharmaceutical companies would be eager to aid Peruvians in this task. But only if Peru opens up its Amazon region to research and investment.

It would be ill-advised to isolate Peru's Amazon from the world. Biodiversity and mineral riches are the world's most valuable assets in our days, and Peru has plenty of them to offer. The very indigenous groups and communities that shudder at the risks of opening up the Amazon are likely to benefit from greater investment and responsible development projects. Peru should seize this historical opportunity, lest it condemn its people to another century of penury. There is no sense living in paradise surrounded by poverty and underdevelopment.

Organização e desenvolvimento de ideias: 16/20

Correção gramatical: 17,5/20

Qualidade da linguagem: 8,5/10

## CAIO GROTTONE TEIXEIRA DA MOTA (40,1/50)

The debates concerning the Amazon Rainforest encompass not only the environment and biodiversity, but also the demands of local communities and opportunities to promote development. In this context, Peru stands out as a country facing the challenge of conciliating different perspectives about the use of natural resources. In order to succeed in promoting social welfare, Peruvian authorities should adopt a three-dimensional approach to development: one that combines economic growth, social inclusion and environmental protection.

When it comes to the economy of emerging markets, the need to "catch up" and reach levels of development similar to those of traditional powers demands economic growth. Although international flows of capital are considered as causes of political instability by some policy-makers in Latin America, it would be **churlish** to deny that they may contribute to boosting investments, creating jobs and raising income. As a matter of comparison, suffice it to say that Brazil's recent boom has benefited to a large extent from foreign investments. Should Peruvian authorities be able to carry out policies sovereignty, investors may become partners to use local natural resources with legitimate purposes.

Secondly, in order to tackle longstanding social inequalities, Peru's government should keep its commitment to Peruvian society, which supports the leftist **perspective** proposed by the candidate Humala. As a president, he has promised to use the resources generated by the investments of mining and extractive industries **in benefit of** social policies. This approach is grounded in Brazil's experience, which has helped millions of people clamber out of poverty. Moreover, Peruvian authorities have passed a law which turns into a legal obligation the need of consulting local communities before final investment decisions.

Last but not least, environmental protection, which is one of the most pressing issues of international relations, presents challenges at the local level. In Peru, indigenous communities and local populations have risen against projects of Yanacocha, a gold producer. Environmental impacts of such activities threaten water supplies and areas of tropical rainforest. According to Bertha Becker, deforestation is related to economic activities which forgo a high level of technology. The investments which the countries sharing the Amazon Rainforest should seek are those which **conciliate** economic opportunities and the preservation of the environment.

The pros and cons of Peru opening up its Amazon region depend on the capacity of authorities to conduct the process according to the three pillars of sustainable development (economic, social and environmental). International flows of capital present economic opportunities for emerging markets, which must not make light of social and environmental challenges. A balanced and integrated perspective may be enhanced if Peru furthers its cooperation with regional partners. Brazil, for example, is at the cutting edge of sustainable development and may help Peru strengthen its policies.

Organização e desenvolvimento de ideias: 17/20 Correção gramatical: 16/20 Qualidade da linguagem: 7,5/10 Palavras em excesso: 2 (-0,4 pontos)
--

## MENOR NOTA (25/50)

One of the biggest concerns of Latin American countries is the promotion of development. This fact has particularly been in vogue since leftwing governments, interested in social issues, were elected throughout the region. Peru is not an exception. Remote areas of the country, such as the Amazon region, are being integrated through projects related to the exploration of natural resources. Only after adopting an approach based on sustainable development, will Peru be able to **overcome** the **dispute** between the positive and the negative impacts of those initiatives.

Peru may follow some remarkable examples of countries which have promoted widespread development through **its** own natural potentials. Historically, by possessing great reserves of coal and iron ore, the United Kingdom led the Industrial Revolution. Thus, it stands to reason that Peru can benefit from its resources, but an enhanced cooperation among several groups, such as the Government, local communities, and companies, is required. Since the regions which possess natural resources are the least developed ones, the current economic policy may not only foster the country's integration but also reduce inequalities, should the perks be duly **transferred** to the local population. Notwithstanding these opportunities, there are negative arguments which may hamper this brand new Peruvian policy.

Given that economic impacts do not suffice, there is a host of drawbacks which may thwart the government's plans. Two of them call more attention. Firstly, the projects must take into account the utmost importance of the environment, with the aim of not damaging the livelihoods of local communities. Secondly, there must be legal commitments with a view to guaranteeing that the affected communities will truly benefit from these initiatives, in the shape of local jobs, tax revenues, and the preservation of their culture.

Sustainable development must be the paradigm upon which these projects will hinge. This concept, one of the bastions of this age of global cooperation, gathers together three indissociable pillars, regarding economic, social and environmental aspects, which can adequately address the aforementioned drawbacks due to the introduction of standards to oversee the exploration of resources. Furthermore, by following this paradigm, Peru will be able to comply with international obligations, such as those stemming from the treaty which has set the cooperation among the country **whereby** the Amazon river **pass**.

Development is the driving force behind many countries in Latin America, such as Peru. One of the strategies to promote it has been the exploration of natural resources, but some drawbacks are casting doubts on this strategy. The Peruvian government has great opportunities to reaffirm its commitments its people's living conditions. Therefore, the adoption of an approach based on sustainable development can contribute to **overcome resistences**.

Organização e desenvolvimento de ideias: 7/20 Correção gramatical: 13,5/20 Qualidade da linguagem: 5,5/10
---

# GEOGRAFIA

## QUESTÃO 1

**O acordo de Sykes-Picot, assinado em 1916 entre França e Inglaterra, definiu a partilha de territórios pertencentes ao antigo Império Otomano no Oriente Médio. Aponte qual o princípio geopolítico que norteou a divisão dos territórios e explique como foram divididas as fronteiras entre os dois países.**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas  
[valor: 30 pontos]

## MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (30/30)

Em 1916 e, portanto, em meio a Primeira Guerra Mundial, França e Grã-Bretanha celebraram, secretamente, o acordo de Sykes-Picot, que definiria a partilha dos territórios do Oriente Médio em zonas de domínio e influência dos dois países. À época, a grande preocupação era a contenção da Rússia, que ambicionava avançar sobre o território do decadente Império Otomano, com vistas a obter uma saída para mares quentes. Para além do imperialismo francês e britânico, havia a tentativa de conservar o predomínio inglês nos mares mediante a contenção da Rússia, que remanesceria, assim, como potência unicamente continental.

Já em 1904, Sir Halford Mackinder havia apresentado diante da Sociedade Inglesa de Geografia sua tese “O pivô geográfico da história”. Segundo Mackinder, quem controlasse o heartland mundial, que indicava como sendo a região compreendida entre o Ártico e o Himalaia, o Volga e o Yang-Tsé, dominaria o mundo. Dominando a maior parcela dessa massa territorial, a Rússia era a grande ameaça à hegemonia mundial inglesa. Tratava-se, com efeito, do embate entre o urso e a baleia, esta sempre cuidadosa com as saídas para os mares, mas ainda mais precavida no tocante à chegada de sua grande rival nos mares quentes. Havia sido essa a motivação subjacente ao conflito da Crimeia em 1853 - o pequeno interregno da pax britânica do século XIX -, quando o czar russo declarou-se protetor dos povos ortodoxos do cambaleante Império Otomano, buscando com isso o domínio da saída para o Mediterrâneo. Apenas incorporando parcela do território otomano, poderiam os russos adentrar aquela que era a grande rota marítima da segunda metade do século XIX, de vez que já em operação o canal de Suez. Atingiriam, assim, o seu intento, controlando os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que lhes assegurariam a passagem para o mar de Mármara e, dali, para o Mediterrâneo.

Não imaginavam, contudo, que no grande conflito que os esperitava lutariam lado a lado. As rivalidades anteriores, ainda que postas em suspenso durante o grande conflito mundial, remanesciam latentes, como se comprovou com a divulgação do Acordo de Sykes Picot. Unindo forças com a França, a Inglaterra definia partilha de todo o território do Império Turco-Otomano e adjacências, chancelado no pós-guerra no tratado de Lausanne. O humilhante retalhamento territorial - os otomanos teriam na Europa tão somente a Trácia Oriental e no Oriente Médio manteriam apenas o Curdistão, além de uma área core deveras reduzida - levou ao exacerbamento do nacionalismo turco, que encontrou na figura de Mustafa Kemal seu grande defensor. Kemal lograria anular o tratado de Lausanne e restabelecer o orgulho nacional turco. No período em que esteve a frente da Turquia, foi responsável por estabelecer as bases do moderno Estado turco.

Outra grande liderança à época havia sido Lawrence das Árabias, representante do Estado inglês que havia negociado a autonomia dos povos submetidos ao antigo Império Otomano em troca de sua participação na guerra. As promessas de Lawrence das Arábias estavam, todavia, em frontal contradição com o que dispunha o Acordo de Sykes-Picot. O lobby judaico era extremamente forte na Inglaterra, uma vez que integrado pelos grandes financistas da empreitada bélica britânica, dentre os quais, por exemplo, o Barão de Rotschild. A salvaguarda do território para o povo judaico na terra prometida era condição incontornável de partilha territorial no Oriente Médio.

Para além da separação de território que deveria ficar sob a tutela britânica e que viria a dar origem a Israel no pós-Segunda Guerra Mundial, o acordo de Sykes-Picot estabelecia o domínio inglês também sobre a região do Iraque e deixava intocado seu domínio sobre o Egito, acertado com a França em período anterior. À França caberia a tutela sobre a Síria e o Líbano.

As divisões entre os domínios britânicos e franceses eram, assim, cuidadosamente delimitadas de acordo com seus interesses imperialistas, sem que se levasse em conta os interesses dos povos locais ou mesmo as promessas de Lawrence das Arábias.

Encerrada a guerra, os Catorze Pontos de Wilson pareciam sinalizar em direção oposta ao acordo das duas potenciais europeias. Entretanto, a menção à autodeterminação dos povos na maior parte dos casos não ganharia contornos práticos, mormente na divisão dos destroços do Império Otomano. O sistema de tutelas que seria administrado pela Liga das Nações cancelaria a grande maioria dos dispositivos do Acordo de Sykes-Picot, assegurando, assim, o domínio anglo-francês sobre o Oriente Médio e evitando o avanço da Rússia em direção ao Mediterrâneo.

A despeito da sustentação de algumas lideranças locais, como, por exemplo, a dinastia hashemita que formaria o governo do Iraque com Faisal a sua frente, tratava-se tão somente de protogovernos, amparados que eram pelas potências europeias. Ademais, a desconsideração de sentimentos autonomistas de certos grupos, como os curdos - que, dominados à época pelo Iraque, passaram posteriormente ao domínio da Turquia - ou mesmo os alauitas sírios, submetidos a longo domínio da maioria sunita até sua ascensão ao poder na segunda metade do século XX, acirraría as tensões locais. O resultado, no longo prazo, foi a instabilidade que se observa ainda na contemporaneidade, numa região que se afigura como um mosaico étnico, cultural e religioso, submetida a longo período de dominação imperialista, a minar as possibilidades da experiência construtiva de auto-organização e governo.

O acordo de Sykes-Picot de 1916 foi apenas o prelúdio de longa história de dominação externa e instabilidade interna no Oriente Médio. A diversidade étnica, cultural e religiosa na região, desconsiderada na partilha territorial anglo-francesa, estaria na origem dos diversos conflitos que ainda hoje emergem no Oriente Médio, para além da questão israelense, cujas bases seriam postas no pós-Segunda Guerra, acirrando ainda mais as tensões regionais. A grande preocupação geopolítica de britânicos e franceses à época era tão somente a contenção russa e, desse modo, a preservação de seu poderio.

## PEDRO MARIANO MARTINS PONTES (30/30)

A riqueza de recursos energéticos do Oriente Médio e sua ocupação por povos de distintas crenças tornam a região lugar de relevância estratégica para geopolítica mundial. Na atualidade, verifica-se que muitos dos principais temas da agenda internacional – o conflito na Síria, a questão Palestina, a instabilidade no Iraque e a disputa geopolítica entre Irã e Arábia Saudita – situam-se na região, e as raízes dessas questões remontam à forma como foi feita a partilha do antigo império Otomano, consubstanciada, precipuamente, no Acordo Sykes-Picot. Destarte, para uma melhor compreensão da geopolítica do Oriente Médio, faz-se mister uma análise sobre o contexto em que o acordo foi assinado e a forma como França e Grã Bretanha dividiram a região.

Ao longo do século XIX, a decadência do Império Otomano (o “homem doente” da Europa) foi tema fundamental para as relações entre as potências europeias e, na virada do século, para as disputas interimperialistas. Para a Inglaterra, era essencial a manutenção de um governo forte em Istambul, capaz de conter a expansão russa para o Mediterrâneo, a qual colocaria em risco rotas marítimas vitais para o Império Britânico. Desse modo, a “pérfida Albion” opôs-se aos russos na Guerra da Criméia e conteve o expansionismo promovido por Muhammad Ali do Egito contra territórios do decadente Império Otomano. De modo concomitante a esse processo, a França promoveu a expansão de sua zona de influência para o Mediterrâneo, inicialmente com a longa conquista da Argélia e, com Napoleão III, obteve importantes concessões no Egito e ampliou sua influência sobre o Levante.

No início do século XX, no contexto do recrudescimento das questões balcânicas e do choque entre o pan-eslavismo e o pan-germanismo, a manutenção do Império Otomano tornou-se inviável. Na Primeira Guerra Mundial, a “sublime porta” se alinhou aos impérios centrais, tendo em vista a crescente influência alemã (ex. Ferrovia Berlim-Bagdá). Nesse contexto, França e Grã Bretanha elaboraram um acordo para a partilha de territórios pertencentes ao Império Otomano. Pelo Acordo Sykes-Picot, esses territórios seriam divididos de modo a conformar zonas de influência. Caberia à França os territórios dos atuais Líbano e Síria e ao Reino Unido o que hoje corresponderia ao Iraque, à Península Arábica, à Jordânia e a Israel/Palestina. O Egito tornou-se nominalmente independente em 1922, mas manteve-se sob forte influência britânica até a década de 1950.

No quinhão que lhe coube da partilha, a França destacou uma região de forte densidade populacional e de importantes fluxos com a Europa e criou o Líbano. O restante, seria a Síria. Deve-se enfatizar que essa divisão não obedeceu a critérios étnicos, de modo que, na Síria, druzos, alauítas (xiitas), sunitas, curdos e cristãos foram forçados a habitar o mesmo território, sendo esta uma das origens da atual guerra civil. Embora o acordo de Sèvres tenha previsto a independência do Curdistão, a mesma foi inviabilizada pela ascensão de Kemal Atatürk.

No território que coube à Inglaterra, três aspectos devem ser enfatizados: o sionismo, o petróleo e os laços com a família Hussein de Meca. Quanto ao primeiro, deve-se ressaltar que a defesa do retorno de judeus à “terra prometida” estava em voga, com os “pogroms” no Império Russo e as conferências promovidas por Theodore Herzl. Ademais, era forte a influência de banqueiros judeus (ex. Rotschild) na Inglaterra, o que explica a declaração de Balfour, ainda na Primeira Guerra, prometendo a criação de um Estado judeu. Após a Guerra, a Liga das Nações estabeleceria o Mandato da Palestina, que esteve a cargo da Grã Bretanha até 1948.

O petróleo já era importante para a Inglaterra, principalmente após o então Chefe do Almirantado Winston Churchill ampliar o uso de seus derivados como combustível. No contexto do acordo Sykes-Picot, a Inglaterra privilegiou territórios onde a exploração de recursos locais pudesse ser mais rentável. Para tanto, não só auxiliou os árabes contra os Otomanos (vide a tomada de Aqaba por T.E. Lawrence), como estabeleceu laços profícuos com chefes locais, como o Xerife de Meca, Hussein, rival dos sauditas.

A Inglaterra dependeu de aliados locais para poder exercer influência de modo efetivo sobre os territórios que lhe cabiam. Hussein controlava a cidade sagrada de Meca; não obstante, foi posteriormente derrotado pelos sauditas. Seus filhos, porém, tiveram melhor sorte. Faisal e seus descendentes reinaram no Iraque pelas décadas seguintes, enquanto o Reino da Jordânia, que coube a Abdullah, ainda pertence aos hashemitas.

A partilha promovida pelo acordo Sykes-Picot reveste-se de grande importância para a geopolítica atual. Em boa medida, franceses e ingleses partilharam o território conforme interesses e contatos previamente estabelecidos, sendo a inobservância das distinções tribais e religiosas a origem de muitos dos atuais conflitos no Oriente Médio.

## VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (30/30)

Assinado no contexto da I Guerra Mundial, o acordo Sykes-Picot foi base para a definição territorial da região do antigo Império Otomano após sua derrota nessa guerra. Acordado secretamente, sua revelação gerou descontentamento entre os povos árabes, pois tornou público que, em vez de cumprir a promessa de garantir Estado árabe independente, a Grã-Bretanha, na verdade, havia dividido o território em questão com a França, consubstanciando o imperialismo e trocando a submissão dos árabes aos turcos otomanos pela influência inglesa.

A geopolítica da região do antigo Império Otomano era e permanece sendo vital, no que diz respeito especialmente à circulação. Os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que separam o continente europeu do asiático e dão acesso ao Mar Negro, eram objeto de preocupação dos ingleses, pois, se controlados pela Rússia, poderiam possibilitar a expansão naval deste país, conflitando com a hegemonia da Inglaterra sobre os mares. Portanto, era de grande interesse garantir o controle desses estreitos, para assegurar sua posição de potência mundial. O tratado Sykes-Picot, nesse sentido, foi favorável aos ingleses e franceses, estabelecendo estatuto especial sobre os estreitos e a área de Constantinopla, garantindo-lhes a navegação. Com relação à Rússia, esta saiu da I Guerra Mundial em plena Revolução Bolchevique, o que tornava improvável qualquer arroubo ou veleidade de expansão naval, reforçando assim a posição anglo-francesa nos territórios otomanos.

A divisão prevista pelo acordo Sykes-Picot conferia, basicamente, a parte mais ao norte do território à França, e a parte mais ao sul à Grã-Bretanha. Dessa forma, coube aos ingleses a área da Palestina, o que teria grande influência posterior, devido à promessa dos ingleses de conceder territórios à colonização judaica. Tal política teve seu marco com a Declaração de Balfour. Pouco tempo depois, no entanto, decidiu-se limitar a imigração, devido à necessidade de garantir um equilíbrio entre a população judaica e árabe no território palestino, gerando conflitos que levaram, por exemplo, à criação da organização radical terrorista Irgun.

É preciso ressaltar o objetivo que Grã-Bretanha e França tinham de assegurar sua influência na região, para o qual era fundamental garantir a estabilidade. Isso explica o destino da área correspondente à Jordânia e ao Iraque. Esses dois países foram criados como territórios autônomos, cujo governo, no entanto, ficou a cargo de membros da família Hashemita. Abstendo-se do ônus de um governo direto sobre esses territórios, ingleses e franceses preferiram garantir sua influência por meio indireto, apoiando monarquias locais favoráveis a eles.

O território da atual Síria, até a fronteira com a região turca, que ocuparia uma área reduzida na Península da Anatólia, coube à França. Da mesma forma, enquadrava-se sob influência francesa parte do atual Iraque, que acabou por tornar-se independente sob influência majoritariamente britânica.

No Leste da Anatólia, seguiu-se o princípio teórico da autodeterminação dos povos, na medida em que se previu, logo após a I Guerra, a constituição de um futuro Estado curdo independente, na área que hoje abarca principalmente a Turquia, mas também a Síria e parte pequena do Iraque. Na prática, no entanto, tal independência não se concretizou. Na verdade, observa-se hoje que, ironicamente ao conceito de autodeterminação, os territórios que efetivamente se consolidaram foram aqueles garantidos pela tutela das potências França e Inglaterra.

O território reservado aos turcos de acordo com o previsto pelo tratado de Sykes-Picot era, como dito acima, consideravelmente menor que o atual. Entretanto, as fronteiras foram

significativamente alteradas pela revolução surgida logo em seguida na região, a qual alçou o mustafá Kemal Atatürk ao poder e promoveu expansão territorial destinada a recuperar parte do território do antigo Império Otomano. Com efeito, logo após o término da guerra, assinou-se o tratado de Lausanne, pelo qual se previa a independência do Estado turco e a expansão de suas fronteiras para leste, até o Iraque. Além disso, houve novas definições no Mar Egeu, com ganho territorial sobre a Grécia em algumas ilhas.

Na região de Istambul, antiga Constantinopla, houve significativas mudanças tanto com o tratado Sykes-Picot quanto com o tratado de Lausanne. Significativamente, os turcos haviam perdido a parte europeia de seu território em Sykes-Picot, em favor da influência franco-britânica. Com a independência turca, essa parte de Constantinopla e seu entorno são recuperados. As ações britânicas e francesas no Oriente Médio, na época, relacionavam-se à ideia geopolítica, muito em voga no fim do século XIX, de que era necessário garantir controle sobre territórios e sobre recursos naturais, o que tenderia a se converter em ganhos de poder. Essas teorias derivavam, principalmente, do conceito de “espaço vital” (Lebensraum) de Ratzel e se converteram na busca por espaço não só no continente europeu, mas também em outros lugares. Preocupava-se, também, com a garantia de recursos naturais (Mackinder) e com o domínio dos mares e das rotas que passavam, no caso, pelo Oriente Médio, o que deriva da geopolítica de Alfred T. Mahan. Garantir o acesso ao Mar Negro continuava sendo necessário, pois, mesmo como o enfraquecimento das veleidades expansionistas da Rússia, o território russo era estratégico, segundo o que defendia a teoria do “heartland” adotada por Mackinder.

O Tratado de Sykes-Picot de 1916 dividiu os territórios do antigo Império Otomano entre França e Grã-Bretanha, estabelecendo áreas de influência de uma e de outra potência e prevendo regime de tutela na Síria e na Palestina. A estabilidade foi garantida mediante autonomia no Iraque e na Jordânia, com governos pró-ocidentais. Na Turquia, as fronteiras se expandiram. O Estado curdo nunca se concretizou. A geopolítica da região é complicada desde essa época, com instabilidades surgidas no pós-guerra e que permanecem sem solução até o presente.

## MENOR NOTA (15/30)

O acordo Sykes-Picot, de 1916, entre França e Grã-Bretanha foi assinado no contexto da I Guerra Mundial, com o objetivo de dividir os territórios do antigo Império Otomano (“o grande enfermo da Europa”) em áreas de influência francesas e inglesas. O princípio geopolítico que norteou a divisão estabelecia relação com a disponibilidade de recursos naturais e com a localização dos territórios, em um momento em que a expansão do espaço vital de um Estado era fundamental para a geopolítica clássica. Além disso, as grandes potências coloniais desejavam garantir as linhas vitais de acesso a suas colônias no extremo oriente e evitar a expansão dos rivais em direção ao heartland.

Durante o fim do século XIX até meados do século XX, a geopolítica clássica estabeleceu relação direta entre a posse de recursos naturais e o poder do Estado. Ratzel foi o primeiro a descrever tal relação, em que o “território” seria o meio que nutriria o organismo Estado. A apropriação de recursos naturais era fundamental para o desenvolvimento do Estado, especialmente daqueles que tinham o maior componente de “cultura” (mais “civilizados”). Em suma, o desenvolvimento relacionava-se com o “espaço vital”, um território provido de recursos minerais, agrícolas e topografia adequada para a defesa e a integração interna. A geopolítica (termo criado por Kjellén) deu alento à corrida colonialista das potências coloniais tradicionais – França e Inglaterra – e das potências retardatárias – Alemanha e Itália. Nos anos 1960, a geografia crítica apresentaria essa crítica à geografia clássica (“A geografia serve antes de tudo para fazer a guerra”, Yves Lacoste).

No entanto, é notório que o pensamento geopolítico serviu como subsídio ao expansionismo territorial do final do século XIX e início do século XX, além de outros princípios, como o “darwinismo social” e o “fardo do homem branco” (dever de civilizar os bárbaros). O expansionismo territorial tornava-se um círculo vicioso, à medida que a posse de um território original ensejava a posse de outros, para que fosse assegurado o acesso ao primeiro. Se a “partilha da África” teve início com a ocupação francesa do Senegal, sua intensificação pode ser explicada, principalmente, pela necessidade de manutenção de linhas vitais de comunicação e, também, de garantir a posse de recursos naturais, para sustentar a industrialização em curso no continente europeu. A segunda revolução industrial passou a demandar, cada vez mais, carvão e petróleo, além de minério de ferro e outros minerais.

O caso inglês é curioso, devido à importância da Índia para a sustentação de seu império. Com o início da corrida colonial na África, os ingleses quiseram conquistar os territórios com o objetivo de evitar a inviabilização de seu acesso à Índia. Desse aspecto surgiu o primeiro impasse com a França em torno do Egito. A Inglaterra exercia influência política sobre o país, apesar da emancipação política egípcia na década de 1830. No entanto, o Canal do Suez, rota estratégica para os ingleses, foi construído pelos franceses na década de 1860. Ao final, chegou-se a um acordo franco-britânico que garantia a influência inglesa sobre o Egito e o acesso ao Suez, em troca da garantia do apoio à França no Magreb (principalmente no Marrocos). Esse acordo pode ser considerado um precursor na lógica de Sykes-Picot e na aliança entre França e Grã-Bretanha, que levaria dois países historicamente rivais a lutarem do mesmo lado durante a I Guerra Mundial.

A França, por outro lado, empenhou-se no colonialismo não só por causa da busca por recursos estratégicos, mas também como forma de legitimação política interna, após a derrota na Guerra Franco Prussiana e de seu isolamento na Europa, articulado pela realpolitik de Bismarck.

A ascensão da Alemanha unificada e a adoção da Weltpolitik, após a queda de Bismarck, acirraram os ânimos na Europa e levaram à eclosão da I Guerra Mundial e ao acirramento das disputas geopolíticas por novas áreas de expansão colonial. Grã-Bretanha e França passaram a considerar a Alemanha como ameaça direta a seus domínios coloniais, especialmente após o anúncio da construção da ferrovia Berlim-Bagdá, que passaria no centro do “heartland”, da “ilha mundial”, conforme definição de Mackinder.

De acordo com o geógrafo inglês Mackinder, existia uma área no continente euroasiático que era de importância estratégica vital para a consolidação do poder das nações. A região, que se estendia do Rio Volga ao Yang-Tsé e do Ártico ao Himalaia, era rica em recursos naturais, possuía relevo que possibilitava a integração interna e a defesa externa, além de grande extensão territorial. Segundo Mackinder, quem dominasse o heartland, dominaria o mundo. A expansão alemã era, portanto, uma grande ameaça.

Diante desse contexto, surge a teoria do “Rimland”, de Hartshorne, que se direcionava à área na periferia do “heartland”, na Europa Ocidental. Essa teoria era importante para a Inglaterra, pois como seu poder era essencialmente marítimo, ela nunca conquistaria o “heartland”. Mas o “himland” era a estratégia para impedir que qualquer outra nação dominasse a ilha mundial. Foi nessa lógica que o acordo Sykes-Picot foi assinado.

O Sykes-Picot dividiu os territórios pertencentes ao Império Otomano (que seria desintegrado no final da I Guerra Mundial) entre Grã Bretanha e França, de modo a satisfazer os interesses coloniais das duas potências. A França manteve os territórios que hoje correspondem à Síria e ao Líbano, enquanto a Grã Bretanha estabeleceu influência sobre o Irã e o Afeganistão. Importante notar que França e Grã Bretanha não estabeleceriam colonização direta nesses territórios, os quais consistiam zonas de influência, as quais teriam como objetivo prover recursos minerais, contrabalançar o poder russo na Ásia do Leste e em direção à Turquia (em especial em relação aos estreitos de Bósforo e Dardanelos), além de anular o expansionismo alemão, e assegurar a rota às colônias asiáticas (Índia-Inglaterra; Indochina-França). Com o surgimento da Liga das Nações, no pós-Guerra, esses territórios passaram a ser chamados de “protetorados”.

Em suma, conclui-se que a geopolítica clássica exerceu influência determinante sobre os acontecimentos no continente europeu no pré-I Guerra Mundial e no pós-Guerra. A teoria do Rimland ensejou a formação do “Cordão Sanitário” no Leste Europeu, para conter a expansão soviética, além de ter embasado os objetivos de contenção alemã do Acordo de Sykes-Picot. Nenhuma potência dominaria, sozinha, o heartland. A teoria de Mackinder perderia poder explicativo com o desenvolvimento de novas tecnologias de guerra e a descoberta de novos recursos em outras regiões do mundo.

## QUESTÃO 2

**Estados Unidos da América, China e Rússia possuem visões bastante distintas a respeito de seu próprio futuro energético. Discrimine quais são estas visões, identificando até que ponto cada uma delas se ajusta ou não ao paradigma do "desenvolvimento sustentável".**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas  
[valor: 30 pontos]

## TAINÃ LEITE NOVAES (30/30)

Desde, pelo menos, a Revolução Industrial, o fator energia constitui um dos principais elementos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos Estados. Nesse sentido, faz-se importante entender quais as perspectivas de três das maiores potências energéticas do mundo contemporâneo quanto ao seu futuro energético, e como estas se ajustariam, ou não, ao paradigma moderno do Desenvolvimento Sustentável.

Os Estados Unidos da América são a mais tradicional potência energética do planeta desde, pelo menos, a “Segunda Revolução Industrial”, quando despontaram os usos da eletricidade e do petróleo como bases da matriz energética global. A exploração de petróleo no país é bastante difundida, sendo a base da “sociedade do automóvel”. Assim, embora sejam grandes produtores, os EUA são, também, grandes importadores do “ouro negro”, o que justifica grande parte da sua atuação geoestratégica global. Não obstante, apesar da grande relevância do petróleo na matriz-energética norte-americana, esta é bastante diversificada, contando com boa participação de hidroeletricidade, energia nuclear e, inclusive, significativa presença de fontes renováveis.

Para o futuro, a grande aposta dos EUA recai sobre a aclamada “revolução do xisto”. O xisto é uma fonte não tradicional de petróleo e gás, os quais são extraídos por meio de procedimentos complexos de “fratura hidráulica” e “perfuração horizontal”. A grande vantagem do xisto é que ele proporciona hidrocarbonetos de boa qualidade e baixo custo, principalmente gás. Nesse sentido, principalmente em um contexto de crise econômica, se afigura como ótima alternativa, reduzindo os custos de produção e gerando crescimento e emprego. Todavia, o xisto tem um grande problema que é seu impacto ambiental, uma vez que o seu processo de extração tende a contaminar lençóis freáticos, comuns nas áreas de exploração – bacias sedimentares. Ademais, alguns especialistas apontam que os campos de xisto tendem a se esgotar muito rapidamente, fazendo-se necessário realizar, constantemente, novas perfurações, a fim de manter-se o nível de produção.

No que concerne à China, esta assumiu, em 2013, o status de maior importador mundial de petróleo – o que se deve, em grande medida, à diminuição das importações norte-americanas, tanto por conta do xisto quanto pelo contexto de baixo crescimento naquele país. Tradicionalmente, a China abastece sua “fábrica do mundo” com energia proveniente de termelétricas a carvão. No entanto, devido à imensa poluição gerada por essa fonte, que já afeta sobremaneira a saúde e a qualidade de vida da população chinesa e provoca protestos por parte da comunidade internacional devido a seus efeitos relativos às mudanças climáticas, o governo chinês vem reduzindo a participação do carvão em sua matriz energética. A matriz chinesa, vale notar, também é significativamente diversificada, com destaque para a hidroeletricidade. Encontra-se na China a maior usina hidroelétrica do mundo, a usina de Três Gargantas. Energia nuclear também exerce papel relevante, e as fontes renováveis ganham cada vez mais espaço dentro do plano chinês de mitigar os impactos provocados pelo carvão.

Tendo assumido o posto de maior importador mundial de petróleo, a China deve mantê-lo por algum tempo, pois seu incessante crescimento econômico demanda quantidades cada vez maiores de energia; ademais, localizam-se no país as maiores reservas mundiais conhecidas de xisto. Embora a produção de petróleo e gás não convencionais no gigante asiático ainda não sejam significativas, podem vir a ser amplamente exploradas no futuro. Por enquanto, todavia, a China busca assegurar seu suprimento de hidrocarbonetos por meio de parceiros, especialmente africanos. Tudo indica, portanto, que a estratégia energética chinesa para o

futuro baseia-se em combustíveis fósseis, com potencial impacto sobre o clima e o meio ambiente como um todo.

Em relação à Rússia, esta detém a oitava maior reserva mundial de petróleo, mas é o maior exportador global do hidrocarboneto. Ademais, cerca de  $\frac{1}{4}$  das reservas mundiais de gás natural se encontram naquele país, tornando-o um player fundamental da geopolítica energética contemporânea: a Rússia é fornecedora fundamental para a Europa, tendo recentemente inaugurado o gasoduto Nordstream, que liga o país à Alemanha passando pelo Mar Báltico. Há, ainda, perspectivas de construção de um gasoduto ligando a Sibéria oriental à China.

Internamente, a Rússia aproveita suas enormes reservas para alimentar a economia nacional, que se baseia, em grande medida, na própria indústria energética. Não há, nesse sentido, grandes incentivos para uma eventual transformação da matriz russa.

Uma breve análise do panorama energético dessas três potências permite-nos perceber algumas questões. Em primeiro lugar, que os EUA, com o xisto, caminham para uma redução da sua dependência energética global, o que pode ter efeitos sobre sua estratégia de inserção internacional no futuro próximo. A China, por outro lado, caminhando para tornar-se a primeira economia global, vem aumentando seu consumo de energia, bem como suas importações, mas isso pode mudar, caso suas reservas de óleo e gás não convencionais passem a ser amplamente exploradas. A Rússia, por sua vez, consolida-se, cada vez mais, como potência exportadora de hidrocarbonetos.

Ante o exposto, fica claro que os combustíveis fósseis ainda serão a principal fonte energética global durante algum tempo, o que pode contrariar o paradigma do desenvolvimento sustentável, já que estes causam alto impacto ambiental. Será necessário, portanto, que se encontrem formas de mitigar os efeitos deletérios de tais combustíveis, combinando, na composição das matrizes energéticas dos países, seu uso com o de fontes limpas.

## VITOR AUGUSTO CARVALHO SALGADO DA CRUZ (30/30)

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, realizada no Rio de Janeiro, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável na agenda internacional. O documento final, “O futuro que queremos”, foi adotado por consenso. Dessa forma, verifica-se que entre seus signatários estavam importantes países, como Estados Unidos, China e Rússia. A participação desses países foi fundamental, na medida em que esses são os três maiores emissores de CO<sub>2</sub> na atmosfera, além de representarem grande parcela do consumo de bens e serviços no mundo. Com efeito, faz-se necessário entender como as visões de futuro desses países se ajustam ao paradigma de desenvolvimento sustentável, o qual deve, necessariamente, contemplar os três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

Entre os três países, o caso da Rússia destaca-se devido à vastidão de recursos naturais associado a um quadro demográfico peculiar. A Rússia apresentou um declínio econômico e social, na década de 1990, o que permitiu um arrefecimento das pressões sobre o meio-ambiente. Na primeira década do século XXI, entretanto, o país reemergiu no contexto internacional sob comando de Vladimir Putin. Essa ascensão, que foi tanto geopolítica e econômica, deveu-se à capacidade do país de utilizar seus recursos naturais como recursos de poder. A Rússia tem cerca de um quarto das reservas mundiais de gás natural, além de significativas reservas de petróleo e carvão. O país se aproveitou dessas riquezas e tornou-se o maior exportador de petróleo e gás natural do mundo. Isso permitiu o soerguimento da economia, o que, por sua vez, possibilitou a melhora dos indicadores sociais de sua população. Nesse contexto, o país passou a pressionar seu meio-ambiente, notadamente em regiões ricas em recursos como a Sibéria Ocidental e os Urais. Outro ponto em que se concentra é a expansão de sua fronteira norte, visando incorporar os recursos do Ártico, o que, inclusive, tem sido combatido por ambientalistas, conforme se percebe no caso da prisão dos ativistas do Greenpeace. Ainda que a Rússia tenha apresentado avanços nos âmbitos econômico e social, em relação ao meio-ambiente o país não tem progredido significativamente.

No que concerne os EUA, deve-se primeiramente observar que o país tem a maior responsabilidade histórica em relação à poluição no período pós-Revolução Industrial. Isso ocorreu devido aos elevados padrões de consumo de sua população, que historicamente consumiu bens e serviços de maneira não sustentável. Ainda que o país não seja mais o principal emissor de poluentes, o consumo de sua população está em níveis muito superiores à média mundial. Para atender essa demanda, os EUA tinham como principal fonte de energia o carvão, o qual, no entanto, foi recentemente superado pelo uso do gás natural, em especial de fontes não convencionais. O desenvolvimento de novas técnicas, como a fratura hidráulica e a prospecção direcional horizontal, ensejaram o aproveitamento do “shale gas”, em um processo que especialistas descrevem como verdadeira revolução energética. O gás de xisto (ou de folhelho) foi capaz de reduzir de modo significativo o preço da energia nos EUA, em particular daquela destinada ao uso industrial, o que possibilita um processo de reindustrialização do país. Dessa forma, observa-se uma melhora dos indicadores econômicos e sociais do país, os quais haviam sido consideravelmente afetados pela crise econômica de 2008. No entanto, esse avanço foi obtido à custa do meio-ambiente. A exploração do gás não convencional demanda enorme quantidade de água para fraturar as rochas sedimentares, o que pode causar a contaminação dos lençóis freáticos, além de emitir grandes quantidades de metano. Assim, a água, precioso recurso do século XXI, pode se tornar cada vez mais escassa nos EUA, em particular nas regiões ricas em folhelho, mas que já sofrem de déficit hídrico, como a Califórnia. Ainda em relação aos EUA, não se deve olvidar a importância que o petróleo continua a ter

para o país, importância essa que pode ser percebida nos movimentos geoestratégicos que o país realiza em áreas como o Oriente Médio e África. Em que pese os esforços envidados pelo presidente Barack Obama para tornar a economia do país mais “verde”, os EUA ainda dependem de fontes energéticas não renováveis, que têm considerável impacto sobre o meio ambiente.

A China ganhou proeminência nas últimas décadas em decorrência de seu acelerado processo de crescimento econômico. Esse crescimento, na casa de dois dígitos durante três décadas, possibilitou uma melhora significativa dos padrões de vida de sua população, no maior processo de formação de classe média da história mundial. Para isso, o país teve de fazer uso desmedido de seus recursos naturais, em particular o carvão, que o país tem em abundância. A pressão sobre o meio-ambiente, entretanto, foi exacerbada, o que se verifica pelos altos níveis de poluição tanto em zonas urbanas, como Pequim, quanto em relação aos recursos hídricos, como se constata no caso do rio Yangtsé. Percebendo a necessidade de alterar esse padrão, o governo chinês busca empreender uma diversificação de sua matriz energética. A conclusão da usina de Três Gargantas, que teve um alto custo social, vai nesse sentido, assim como o último plano quinquenal, que prevê vultosos investimentos em relação à energia nuclear e às fontes renováveis, em particular no que tange a energia eólica e solar, campos nos quais o país tem ganhado crescente destaque. Adicionalmente, deve-se observar que o país também é dependente de petróleo, o que implica grandes importações, seja do Oriente Médio, seja da África ou até mesmo das Américas, como demonstrado pelas parcerias com Brasil e Venezuela para explorar as áreas do Pré-sal e da faixa do Orinoco.

O desenvolvimento sustentável pressupõe a necessidade de garantir o desenvolvimento sem prejudicar as gerações futuras, de modo a crescer, incluir e proteger. Isso implica considerar igualmente os pilares econômico, social e ambiental. Quando se analisa os padrões atuais e futuros de Rússia, EUA e China em relação ao uso de energia, verifica-se que o pilar ambiental tem sido tradicionalmente negligenciado. Ainda que se percebam avanços, faz-se necessário que os três países amplifiquem seus esforços na promoção do desenvolvimento sustentável, na medida em que China, Rússia e EUA são importantes atores tanto em relação ao consumo quanto à oferta de energia.

## RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (29/30)

Atualmente, o futuro energético é questão de debate em diversos países, sendo assunto estratégico para a continuação do desenvolvimento das nações. De fato, teóricos da geopolítica advogam que a existência de recursos naturais em um país pode proporcionar recursos de poder aos Estados, inserindo-se a questão energética no âmbito desse assunto. Estados Unidos da América, China e Rússia são três potências econômicas e energéticas mundiais, as quais possuem visões distintas acerca do futuro do uso da energia nesses países. Nesse contexto, é importante ressaltar, também, o reflexo das políticas energéticas de cada país, tendo em vista a crescente preocupação com questões ambientais, consubstanciadas no paradigma do desenvolvimento sustentável.

Os EUA são um dos grandes produtores mundiais de hidrocarbonetos, com cerca de 9,3% da produção mundial de petróleo, segundo dados recentes. Entretanto, apesar da grande produção interna, os norte-americanos também são enormes importadores de hidrocarbonetos, devido à elevada demanda doméstica. Os EUA possuem reservas convencionais de hidrocarbonetos de tamanho considerável, principalmente no Golfo do México e no Estado do Alasca, as quais aliviam a pressão exercida pela crescente demanda nacional. Destacam-se nesse contexto, ademais, as grandes importações dos EUA com relação à Venezuela, país detentor das maiores reservas de petróleo comprovadas, em sua Bacia do Orinoco, e relativamente ao Canadá, país que pode subir no *ranking* de grande produtor de hidrocarbonetos do mundo, devido à recente descoberta de fontes não convencionais denominadas areias betuminosas.

O futuro energético dos EUA pode ser considerado híbrido, com certos ajustamentos ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Por um lado, os EUA vêm incrementando sua oferta doméstica com base em fontes não convencionais, principalmente devido ao desenvolvimento de nova tecnologia de exploração do xisto, em estrutura não sedimentar e não tradicional. A tecnologia avançada permitiu redução de cerca de 1/5 dos custos de exploração, o que pode contribuir para a redução da pressão sobre a demanda energética do país. Por outro lado, os EUA possuem avançado programa de biocombustíveis, com a produção de etanol de milho, que representa fonte renovável e pouco poluente, em sintonia com os preceitos do princípio do desenvolvimento sustentável. O Memorando de Entendimento firmado com o Brasil, em 2007, pode contribuir para o avanço na cooperação bilateral na produção de biocombustíveis e para expansão dessa tecnologia a outros países.

A China, assim como os EUA, é grande país produtor de hidrocarbonetos, além de importante utilizador de minério de ferro e de carvão mineral, mas a crescente necessidade – o país possui a maior demanda energética mundial – também leva os chineses a buscarem fontes externas de energia. Dessa forma, é crescente a internacionalização da demanda chinesa por hidrocarbonetos, com investimentos em iniciativas desenvolvidas em diversos países do mundo. Destacam-se, por exemplo, a participação de duas petroleiras chinesas no leilão do Campo de Libra, realizado em outubro de 2013, no Brasil, para a exploração de hidrocarbonetos em águas profundas no pré-sal brasileiro, e a participação na exploração de hidrocarbonetos nos novos *hot spots* africanos, na área sedimentar do delta do Rio Níger (Nigéria, Gabão, Costa do Marfim) e no sudoeste do continente (Angola e Namíbia). Diferentemente, contudo, das “economias de enclave” de antigamente, quando as potências exportavam para o Ocidente as riquezas produzidas nas colônias, atualmente a China oferece como contrapartida ajuda na construção da infraestrutura básica dos países africanos, como estradas, ferrovias e até estádios esportivos.

O futuro energético chinês, entretanto, mostra-se fortemente baseado em fontes não renováveis de energia, como as diversas usinas movidas a carvão mineral construídas anualmente, necessárias para o aprofundamento da indústria altamente tecnológica e competitiva do país. A construção da hidrelétrica de 3 Gargantas, baseada em fonte renovável, e a disposição em adotar percentuais mínimos de biocombustíveis em determinados setores da indústria e da economia podem não ser suficientes para relativizar a preponderância de fontes não renováveis e adequar o futuro energético chinês aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

A Rússia é o segundo maior país produtor de petróleo do mundo (12%), atrás somente da Arábia Saudita (13%), e maior Estado exportador mundial de hidrocarbonetos, devido à grande existência de reservas convencionais de petróleo e de gás natural em seu território. Nesse sentido, os russos atualmente se engajam em estratégia “geopolítica de dutos”, a fim de manter suas exportações para a Europa, principalmente, e para o Oriente Médio e Ásia Central, com destaque para os projetos *Nabucco* e *South and North Stream*.

Potência energética baseada em fontes não renováveis de hidrocarbonetos, o futuro energético da Rússia deve seguir a mesma tendência da atualidade, com relativamente poucas adaptações ao paradigma do desenvolvimento sustentável.

O futuro energético de EUA, China e Rússia é distinto, tendo em vista o comprometimento de cada país com o princípio do desenvolvimento sustentável. O Brasil pode ser considerado importante *player*, aprofundando a cooperação em biocombustíveis com os EUA e procurando estabelecê-la com China e Rússia.

## MENOR NOTA (26/30)

Apesar de a questão energética em Rússia, China e Estados Unidos responder a padrões geoestratégicos distintos, nos três persiste uma preocupação essencial com a segurança energética que irá assegurar um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Para tanto, essas três grandes economias devem tanto atentar-se à escassez de recursos energéticos exauríveis no mundo e em seus próprios territórios quanto à necessidade de articular uma matriz energética que preserve o equilíbrio ambiental e climático do mundo. Da necessidade de articular tais objetivos com uma visão de futuro é que se constroem as estratégias energéticas dos três países.

Até a década de 1970, o desenvolvimento industrial mundial esteve eminentemente calcado em combustíveis fósseis, cujas reservas são finitas. Os dois choques do petróleo lançaram luz sobre a fragilidade e vulnerabilidade da economia mundial diante dessas reservas, cujo potencial desestabilizador, à medida que os preços do recurso subiam, se tornou patente. Nesse momento, a preocupação com a segurança energética lançou diversos países do mundo em uma busca obstinada tanto por alternativas ao fornecimento do petróleo do Oriente Médio quanto por alternativas ao petróleo em si, o que suscitou um importante avanço tecnológico no âmbito de fontes energéticas alternativas. O Brasil é exemplo paradigmático já que remonta a esse contexto os expressivos investimentos em exploração de petróleo offshore, além do programa do pró-álcool.

Na década de 1990, à preocupação com a segurança energética somar-se-ia uma crescente percepção acerca dos efeitos danosos do uso de combustíveis fósseis para o equilíbrio climático do planeta. A emergência de um discurso sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável, ou seja, de um desenvolvimento que possa ser perpetuado ao longo das décadas e que assegure o bem-estar das gerações vindouras, passou a pautar igualmente o planejamento geoeconômico de grandes economias centrais, como é o caso de Rússia, China e Estados Unidos.

Os Estados Unidos, como maior economia mundial, diante do choque do petróleo de 1973, estabeleceu uma estratégia multifacetada para equacionar o problema. Em função do tamanho de sua economia e de sua dependência do petróleo, era tanto necessário variar o máximo possível sua matriz quanto assegurar fornecedores de petróleo estáveis. No que concerne ao primeiro aspecto, os Estados Unidos investiram fortemente em pesquisa e desenvolvimento de alternativas, como os biocombustíveis, e avançaram, em um primeiro momento, em seu programa nuclear. No que concerne ao segundo, procuraram assegurar, por meio de alianças, fontes seguras e alternativas ao Oriente Médio, tanto na América Latina, destacando-se o México e a Venezuela, quanto em outras regiões do mundo, como a África, onde se empreendeu um esforço de mapeamento das reservas existentes. Paralelamente, investiu fortemente em meios de assegurar tanto quanto possível sua autossuficiência energética, o que alguns especialistas apontam pode vir a acontecer com a exploração das reservas de xisto.

A Rússia e a China, igualmente grandes consumidoras de energia, destacam-se ambas por apresentar uma matriz fortemente dependente de combustíveis fósseis. No caso da Rússia, o consumo energético é largamente balizado pelas reservas extensas de gás e petróleo da região do Cáspio e das bacias sedimentares da Sibéria, as quais constituem uma importante renda do comércio exterior do país. Já a China construiu historicamente sua matriz com base em expressivas reservas de carvão mineral. Em ambos os casos, trata-se de recursos finitos e de uma matriz energética poluente. O significativo crescimento chinês nas últimas décadas

impõe a necessidade de garantir fontes energéticas mais estáveis e, especialmente, mais limpas, já que as grandes cidades do país se destacam como as mais poluídas do mundo.

O regime de emissões instituído em Quioto (1997) estabeleceu uma primeira tentativa de coordenação internacional de esforços no sentido de reorientar a matriz energética mundial em direção a alternativas mais limpas e sustentáveis. Estados Unidos e Rússia, como países de industrialização antiga, possuíam metas obrigatórias, enquanto a China, apesar de constituir-se atualmente como grande poluidora, não possuía qualquer meta. O fato de os Estados Unidos não ter ratificado o protocolo e a Rússia não ter aderido à segunda vigência (2012) não definem bem o cenário já que os Estados Unidos, principalmente, está na vanguarda mundial de iniciativas de eficiência energética e desenvolvimento limpo. A China, por sua vez, está cada vez mais engajada em encontrar alternativas sustentáveis para seu desenvolvimento econômico, como sinaliza seu interesse crescente em fontes hidráulicas e biocombustíveis.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as três grandes economias procuram equacionar o difícil equilíbrio entre manter um crescimento econômico continuado e a necessidade de modernizar e “limpar” suas matrizes energéticas. Em todos os três casos, percebe-se uma estratégia bifronte, que tanto aprofunda o uso de matrizes tradicionais quanto busca uma pleto- ra de alternativas. Esse movimento em direção de uma matriz energética do futuro, embora ainda tímido em relação à Rússia e China, é uma tendência inexorável dada a finitude dos recursos energéticos tradicionais e seu efeito deletério sobre o planeta.

## QUESTÃO 3

**O avanço da cafeicultura em território paulista foi marcado por um novo padrão geográfico de ocupação do solo, que contrariava alguns elementos básicos do modelo de organização territorial estabelecido desde os tempos coloniais. Aponte a inovação básica introduzida, fazendo uma explanação comparativa entre os modelos.**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 20 pontos]

## FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (20/20)

José Graziano define quatro fases do desenvolvimento da agricultura brasileira: a decomposição do complexo rural (1850 a 1890); o complexo cafeeiro paulista (1890-1930); a integração do sistema agrícola (1930-1960); e a consolidação do complexo agroindustrial (1960 até hoje). Dessa forma, pode-se entender que, antes do avanço da cafeicultura no território paulista, predominava, no Brasil, o complexo rural, caracterizado pelo fechamento e pela autossuficiência.

O “complexo rural” predominou na agricultura brasileira durante todo o período colonial e parte do século XIX. Esse modelo caracterizava-se pela predominância da mão de obra escrava, do latifúndio, além de ser voltado, essencialmente, para o mercado externo, caracterizando o “sentido da colonização”, de acordo com Caio Prado Jr. De acordo com esse autor, a descoberta do Brasil era um capítulo da história da expansão do capitalismo europeu no início do século XV. Como consequência da implantação desse modelo pelos portugueses, a configuração territorial brasileira ficou definida pela formação do “Brasil arquipélago”, em que havia pouca ou nenhuma conexão entre as regiões produtoras do país, que se ligavam diretamente ao centro consumidor europeu.

O ano de 1850 representou um marco para o início da decomposição do complexo rural, devido à aprovação da Lei Eusébio de Queirós e da Lei de Terras. Além disso, durante meados do século XIX, o café, que começara sua expansão pelo Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, durante a década de 1830, ganha proeminência na pauta de exportação brasileira. O ano de 1890 é outro marco desse processo, devido à consolidação do Oeste Paulista como principal centro produtor do café brasileiro, em cidades como Taubaté e Araraquara.

Em 1890 dá-se, portanto, o início da fase do complexo cafeeiro paulista, que José Graziano da Silva define como momento de transição, devido às transformações introduzidas no campo. A inovação básica introduzida foi a mão de obra assalariada, abastecida, principalmente, pela mão de obra composta por imigrantes italianos, alemães e, já no século XX, japoneses. Após a lei Eusébio de Queirós, a importação de escravos para o Brasil tornou-se cada vez mais cara, incentivando a atração de imigrantes europeus. Primeiramente, tentou-se atrair imigrantes por meio do sistema de parcerias, de iniciativa privada, como demonstram as tentativas do Senador Vergueiro. Devido ao fracasso dessas tentativas, o estado de São Paulo tomou a frente das iniciativas de atração de imigrantes no final do século XIX. Com a abolição, o Estado brasileiro também envolveu-se em tal política.

Outro aspecto relevante do complexo cafeeiro paulista é sua ruptura com o fechamento característico do complexo rural. No final do século XIX, notou-se um movimento de integração incipiente do núcleo produtor com os centros financeiros e o porto exportador. Essa integração é explicada, principalmente, pelo desenvolvimento pelo sistema de transportes, especialmente das ferrovias. A estrada de ferro Jundiaí-Santos, por exemplo, demonstra um dos aspectos da evolução tecnológica, em região onde o transporte era feito, anteriormente, por mulas. Nesse sentido, nota-se também que a cafeicultura paulista buscou aproveitar melhor o solo fértil (solo basáltico ou “terra rossa/roxa”), por meio de sua conservação, em vez de empreender a expansão vertical radical e a degradação do solo que havia sido levada à cabo no Vale do Paraíba, e, por fim, levou à decadência da região. O último aspecto relevante do complexo cafeeiro como ponto de inflexão foi o uso do capital excedente no desenvolvimento incipiente da industrialização, o que explica a posição de São Paulo como grande polo industrial no início da industrialização brasileira.

Em suma, enquanto o complexo rural fez uso da mão de obra escrava, pouca inovação tecnológica (predominância do “meio técnico”) e foi essencialmente fechado, o complexo cafeeiro paulista caracterizou-se pela mão de obra assalariada (principal revolução da economia brasileira, segundo Celso Furtado), pela inovação tecnológica, pelo desenvolvimento dos transportes e o investimento na indústria. A ruptura com o isolamento abriria caminho para a expansão da industrialização brasileira, após o enfraquecimento do modelo paulista com a crise de 1929.

## JOÃO MARCELO COSTA MELO (20/20)

O avanço da cafeicultura em território paulista enfrentou desafios cuja superação foi determinante para transformar a região no centro mais dinâmico da economia brasileira. O principal obstáculo a ser superado consistiu na distância do Oeste paulista para os principais centros urbanos do país e, em particular, para os pontos de escoamento da produção.

O avanço do café para o Oeste de São Paulo foi impulsionado pelo fechamento da fronteira na tradicional região produtora, o Vale do Paraíba, cujas terras já começavam a dar sinais de esgotamento. A região paulista atraía os cafeicultores em particular pela presença ali da terra roxa, bastante propícia para a cultura do café, oferecendo altos níveis de produtividade. A região, contudo, não contava com a proximidade do porto do Rio de Janeiro, que representava grande vantagem aos produtores do Vale do Paraíba, diante da ausência de infraestrutura no interior do país. O transporte da produção paulista em lombo de burro, sobre o terreno acidentado que a separa do litoral, era uma dificuldade que demandava uma política de transformação do espaço, que proporcionasse a fluidez necessária. Nesse sentido, a instalação de uma rede extrovertida de ferrovias foi condição fundamental para a viabilização econômica da produção paulista. A cidade de São Paulo, por sua posição de ponto de convergência dessa rede, passou a desempenhar importante função logística, transformando-se em centro de comando e beneficiando-se economicamente. A partir de São Paulo, a produção descia a serra em ferrovia que ligava a cidade ao porto de Santos, que se transformou em ponto de escoamento da produção, quase que totalmente destinada à exportação.

Além da produção do território mais intensa em termos de rede e fluxos, a cafeicultura paulista distinguiu-se de sua congênera do Vale do Paraíba por um padrão menos predatório de exploração da terra. Os produtores paulistas desde cedo mostraram-se mais inclinados à inovação técnica, investindo em alguma melhoria de instrumentais e procurando evitar o esgotamento do solo. Procuraram imprimir maior flexibilidade ao capital investido, buscando alternativa ao trabalho escravo, que consistia na base da produção do Vale do Paraíba. As iniciativas pioneiras de incentivo à imigração estrangeira, por meio do sistema de parceria, embora não tenham apresentado os resultados esperados, apontaram para uma direção distinta, na tentativa de evitar a imobilização do capital a partir de alto investimento em mão de obra escrava.

As características que distinguiram a cafeicultura paulista indicam a busca de algum nível de sustentabilidade da atividade econômica, seja por meio do investimento logístico decisivo em ferrovias, seja por meio de maior receptividade às inovações técnicas, ou, ainda, o fomento a relações de trabalho mais flexíveis. Esse traço do empreendedorismo paulista refletiu-se ainda na diversificação das atividades econômicas observada na região a partir da segunda metade do século XIX. O capital acumulado pela cafeicultura esteve na base do processo de industrialização continuada que se observa na região, transformando-a no centro dinâmico da economia brasileira até os dias atuais.

Enquanto a cafeicultura paulista logrou diversificar-se, expandir-se e promover uma transformação decisiva do território, a produção do Vale do Paraíba entrou em franco declínio, sem conseguir se reinventar. Em que pesem as características naturais que permitiram o transbordamento da produção paulista para o norte do Paraná, o padrão de apropriação do território que adotou mostrou-se superior.

## LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (20/20)

O café representou um fator de extrema relevância na economia, na política e na geografia do Brasil nos séculos XIX e XX. Em um primeiro momento, seu cultivo ocorreu no estado do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo em região próxima ao litoral. Com a expansão da produção cafeeira, houve uma alteração na localização das novas lavouras, com a criação de fazendas no oeste paulista.

A ocupação do território brasileiro foi baseada na formação de núcleo próximos ao litoral, local de acesso e importante sob a perspectiva geopolítica, pois garantia a segurança da costa (havendo preferência pela formação de núcleos em alguns pontos estratégicos). Com o tempo, a ocupação territorial foi estendendo-se para o interior, com a formação de redes de comunicação com o litoral. No caso do café, percebe-se que houve um padrão de ligação com o litoral, devido ao fato de essa ser uma cultura de exportação; portanto, dependente do acesso aos portos para a venda para o mercado externo. Em São Paulo, o café começou a ser cultivado em locais pouco distantes dos portos, sendo muito relevante a ocupação da região do Vale do Paraíba. Desse modo, as lavouras permaneciam concentradas em uma região restrita, onde havia facilidades para a plantação de café, devido à boa qualidade do solo e à presença de água.

Com a rápida expansão da economia cafeeira, foram sendo abertas novas frentes de ocupação em direção ao oeste de São Paulo. Essas novas áreas cafeeiras eram mais distantes do litoral. Assim, foi necessário aumentar os investimentos quanto aos meios de transportes até os portos do litoral do sudeste. Nesse sentido, foi muito relevante o investimento em ferrovias, que constituíam meios modernos e rápidos de ligação entre o interior e o litoral. Elas representaram uma importante evolução nas redes de transporte brasileiras, visto que, nos locais mais próximos ao litoral, era possível realizar o transporte da safra por meios tradicionais. Desde a época colonial, a ligação pelas redes de comunicação brasileiras tinha sido realizada com forte recurso a animais de carga, sendo muito relevante o uso de mulas. Esse fato inclusive foi importante para que se consolidasse a ligação da economia do sul do país ao eixo mais dinâmico (de economia de exportação agrícola e de extração mineral) do sudeste.

Percebe-se no caso do avanço da cafeicultura algumas semelhanças e algumas diferenças com relação aos padrões tradicionais de uso do território brasileiro. Em primeiro lugar, a cafeicultura paulista expandiu-se com base em paradigma depredatório de ocupação do solo, em que novas fronteiras agrícolas são abertas e expandidas quando há o esgotamento do solo, não sendo priorizada a sua recuperação (devido à abundância de terras). Esse fator pode ser considerado responsável pela diminuição dos rendimentos em áreas de ocupação antiga, o que é um fator fundamental em uma conjuntura de necessidade de investimentos elevados, como o caso da conformação de uma malha ferroviária, um meio de transporte eficiente para deslocamentos em médias e grandes distâncias, mas que demanda investimentos iniciais elevados. Em segundo lugar, ambas as áreas cafeicultoras citadas eram baseadas no modelo de latifúndio monocultor voltado para a exportação. Esse elemento é relevante para a questão de desigualdades sociais e concentração de capital nos grandes proprietários e, além disso, é uma explicação para o padrão da rede de transportes que se formou. Nesse sentido, apesar do avanço tecnológico, manteve-se a lógica de construir vias voltadas para a ligação entre as zonas produtoras e os portos, fazendo que o fator determinante da rede de transportes seja o escoamento da produção. A infraestrutura para exportação de produtos ainda é um fator relevante no Brasil atualmente, porém, no sentido de concentração da malha de transportes naquele

região, sem a priorização das comunicações entre pontos diversos do território nacional. Em terceiro lugar, uma diferença importante diz respeito à transição do tipo de mão de obra, tendo as áreas mais antigas permanecendo mais ligadas aos trabalhadores escravos, enquanto as zonas novas se esforçaram para atrair trabalhadores livres – muitas vezes imigrantes com relações pré-capitalistas de trabalho. Esse também foi um fator relevante para liberar capital para liberar capital para novos investimentos, o que foi essencial no caso das ferrovias.

Desse modo, percebe-se que houve importantes mudanças nos modelos de produção de café, principalmente no que diz respeito à localização territorial dessas lavouras e às redes de transporte utilizadas para o escoamento dessa produção. Nas décadas seguintes, o café permaneceu como produto fundamental da pauta de exportação brasileira e, mais recentemente, expandiu-se para outras regiões do país, tendo atualmente grande importância sua produção em Minas Gerais e no Espírito Santo.

## MENOR NOTA (10/20)

A ocupação dos fundos territoriais nos trópicos deu-se, inicialmente, no litoral nordestino, no qual prevaleceria o modelo de organização espacial fundado nos latifúndios monocultores e seus engenhos. O deslocamento da ocupação econômica do território em direção a São Paulo manteria, em um primeiro momento, a tríade latifúndio, monocultura e trabalho escravo, inovaria, contudo, ao estabelecer novo padrão de sociabilidade, de trato com a terra e, por consequência desses dois fatores, acrescido ainda das condições geográficas diversas, de organização territorial, garantido pela ação estatal com a Lei de Terras de 1850.

A produção açucareira nordestina foi viabilizada, desde os primórdios da colonização, em virtude do elevado preço internacional do açúcar. O solo fértil de massapê encontrado no Nordeste favoreceu as atividades dos grandes senhores de engenhos, figura central na primeira fase da empreitada colonial portuguesa. Como minuciosamente descrito por Gilberto Freyre, a economia e a sociedade nordestina giravam em torno dos senhores de engenho, que comandavam as grandes universidades produtivas voltadas ao mercado externo. Ademais, em torno deles gravitavam as demais atividades voltadas ao consumo local, sobretudo a pecuária, a fornecer alimento e tração animal.

A despeito da perenidade da pecuária no período Colonial, de um modo geral, pode-se dizer que a organização territorial se dava em grandes latifúndios, cujas bases foram assentadas com a primeira distribuição territorial pela Coroa portuguesa - as capitânicas hereditárias de 1514 e a subsequente distribuição de sesmarias pelos capitães-donatários. A baixa mobilidade social - em regime já nomeadamente hereditário - e a lógica do favor encontrariam terreno fértil no litoral e zona da mata nordestina. A pecuária fora, assim, atividade subsidiária, conquanto bastante relevante para interiorização do empreendimento colonial rumo ao sertão, no qual a propriedade da terra não se afigurava como fator de discórdia.

A cafeicultura paulista fortaleceu-se em um momento mais avançado do empreendimento colonial. O ciclo do ouro que a havia precedido legara uma incipiente rede urbana e rotas bem conhecidas pelos bandeirantes e monçoneiros. Pode-se dizer, portanto, que sociedades cafeicultora e o espaço geográfico que a abrigava abrangiam elementos complexificados ausentes nas etapas iniciais da colonização nordestina.

As circunstâncias geográficas no vale do Paraíba eram também deveras diversas. A expansão das propriedades era limitada pelos acidentes geográficos, como a Serra do Mar e da Mantiqueira. Ainda que tenha prevalecido o latifúndio monocultor, as ambições expansionistas dos grandes cafeicultores eram limitadas geograficamente. O solo basáltico, todavia, garantia elevada produtividade dos cafezais paulistas.

A mão de obra predominantemente escrava, à semelhança dos canaviais nordestinos, também seria alterada no território paulista. A medida que se consolidava a ocupação do Oeste Paulista e se acirravam as pressões internacionais para extinção do tráfico, os cafeicultores paulistas buscavam alternativas ao trabalho escravo com a atração da mão de obra migrante europeia. Ainda que malogrados os primeiros esforços, como o do Senador Vergueiro em Ibicaba, os fluxos de migrantes que se intensificariam nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX trariam consigo novas técnicas no trato da terra. Inviabilizado o cultivo autônomo dos imigrantes com a Lei de Terras de 1850, os seus conhecimentos acabariam por ser aplicados nas grandes propriedades dos tradicionais senhores do café.

Na comparação do padrão geográfico de ocupação do solo do litoral nordestino em relação aos cafezais paulistas, verificam-se notáveis diferenças decorrentes da prévia exploração e conhecimento do território paulista, da mão de obra cambiante e agregadora de novas técnicas e, principalmente, da preocupação estatal de limitar o acesso à terra dos novos migrantes. Apesar das limitações geográficas, o padrão latifúndio-monocultura lograria êxito.

## QUESTÃO 4

**Depois de décadas em declínio, a população rural de alguns países começa a se estabilizar e até a apresentar leve crescimento. Explique os motivos atribuídos pelos demógrafos a tal comportamento dessa variável populacional e discorra sobre suas potencialidades nos próximos anos.**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 20 pontos]

## GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (20/20)

Estima-se que, em 2008, mais de 50% da população mundial tornou-se urbana. Tal número agregado, contudo, dissimula variabilidades complexas na relação de concentração populacional urbano-rural no mundo. Em certas localidades, diversos fenômenos contribuem para a estabilização do processo de aumento relativo da concentração populacional no meio rural, mas, em outros, prossegue acelerada urbanização.

Uma das variáveis contemporâneas é o esgotamento do potencial de êxodo rural. Esse fenômeno é claro na América Latina, a região mais urbanizada do mundo, com mais de 80% da população vivendo em cidades. O Brasil, cuja urbanização atinge 84,4% da população, tem concentrações urbanas que dependem do meio rural para seu abastecimento. Essa rede de interdependência urbano-rural cria novos incentivos, estimulados inclusive pelo Estado, para manter os agricultores em suas terras. São exemplo o PRONAF e o Plano Safra da Agricultura Familiar. Na França, a Política Agrícola Comum também tem esse efeito estabilizador.

Em segundo lugar, o processo de urbanização foi, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, acompanhado pela formação progressiva de deseconomias de aglomeração e de ocupações periféricas. As metrópoles, tradicionalmente grandes centros de atração populacional, tiveram seu potencial atrativo reduzido. Conforme outrora disposto por Ernst Ravenstein na obra "Leis da migração", questões econômicas são fator central de atração e de repulsão de população. Na medida em que a especulação imobiliária, a desconcentração de indústrias, a terciarização precarizada e a favelização avançam, os centros urbanos tornam-se menos atrativos, a ponto de repelirem contingentes populacionais rumo a cidades médias ou para o meio rural.

A nova ênfase no meio rural tem grande vinculação com a íntima e crescente vinculação entre meios urbano e rural no seio da formação de Complexos Agroindustriais. A implementação do meio técnico-científico-informacional no meio rural, sendo a produção agrícola vinculadas a atividades industriais tipicamente urbanas à montante - máquinas, equipamentos, insumos - e à jusante - beneficiamento da produção agrícola - gera fator de atração populacional relevante para o meio rural. Em regiões com CAI desenvolvido, os incentivos econômicos implicam a estabilização e até mesmo a reversão.

Deve-se citar, ainda, o fato de que a população mundial continua em expansão. Essa dimensão cria crescentes necessidades nutricionais e bioenergéticas. A demanda por biocombustíveis e o aumento no preço mundial dos alimentos gera vantagens relativas para o meio rural em comparação com o urbano.

Não se pode, contudo, afastar a causalidade do crescimento demográfico. Nas cidades, devido ao melhor acesso a meios contraceptivos, à consideração dos altos custos para criar filhos, entre outras, a taxa de fecundidade média encontra-se abaixo da taxa de reposição. Por trás dessa estatística, há o fato de que, no meio rural, a taxa é superior a 2,1 filhos por mulher, sendo próxima a 1,5 filho nos centros urbanos. No mundo, essa tendência implica crescimento vegetativo maior no meio rural que no meio urbano, fato que tem peso primordial no reequilíbrio das concentrações populacionais relativas.

Insta afirmar que o fenômeno da estabilização é presente, fundamentalmente, em áreas do mundo já predominantemente urbanizadas, e que a pequena reversão relativa em favor do meio rural é fenômeno demográfico quase que exclusivo em países desenvolvidos que tenham tradição agrícola, como Suíça e França. Na África e Ásia, ainda predominantemen-

te rurais, o fenômeno de urbanização segue em larga escala, agravando redes urbanas macrocefálicas, como Lagos e Cairo.

As tendências para o futuro, assim vinculam-se às especificidades regionais. Na América Latina, o processo já se encontra em vias de estabilização, e pode haver aumento na população rural, tanto devido ao apoio à agricultura familiar por governos progressistas da região quanto pela atratividade do paradigma “rurbano” ensejado pelo CAI. A mesma tendência é possível na Europa e América do Norte, ambos em processo de renovação da PAC para o período 2014-2019 e da “Farm Bill”. Na África e na Ásia, contudo, o processo de urbanização de matiz periférica deve prosseguir. Na África subsaariana, estima-se que a população urbana dobrará nos próximos 40 anos, e a China mantém seu engajamento na política oficial de realocação de camponeses em cidades projetadas.

A estabilização da relação populacional rural-urbana deriva de transformações que ensejam a repulsão nas cidades e a atração no meio rural. Não é um fenômeno homogêneo no mundo, contudo. O mundo prosseguirá predominantemente urbano, muito devido ao fato de que a fronteira entre urbano e rural, cada vez mais, se desfaz.

**IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (20/20)**

O fenômeno da estabilização da população rural em alguns países é especialmente evidente na Europa. Contudo, as causas desse fenômeno afetam diversas regiões do globo e podem representar uma tendência futura, ainda que em países como o Brasil ainda haja uma queda da população rural absoluta, como demonstrado no Censo 2010.

A primeira causa dessa variável populacional é a formação de um “novo rural”, conforme descrito por José Graziano. O campo e a cidade estão cada dia mais interligados. Por um lado, o avanço da infraestrutura e das tecnologias de comunicação trouxe para o campo diversas das comodidades antes exclusivas à cidade. O avanço do ensino à distância, por exemplo, trouxe grande capilaridade à rede de educação, reduzindo a necessidade de deslocamento até a cidade. Por outro lado, a consolidação do meio técnico-científico-informacional no espaço rural faz com que a produção agrícola dependa dos insumos e do know-how fornecidos na cidade. Além disso, há a ampliação de atividades terciárias no espaço rural, como o ecoturismo. Esse fato atrai pessoas para o campo e modifica o quadro das relações de trabalho nesse espaço, que deixa de ser exclusivamente destinado a atividades primárias.

Outro fator que explica esse “retorno ao campo” é a saturação das grandes cidades. Nos países em desenvolvimento, em que houve uma acelerada urbanização que levou à macrocefalia urbana, o esgotamento das metrópoles é ainda mais evidente, mas a falta de estrutura no espaço rural faz com que as pessoas se desloquem para as cidades médias. No espaço europeu, por sua vez, a infraestrutura é distribuída de maneira mais homogênea no espaço nacional. As grandes cidades europeias não possuem níveis de saturação comparáveis aos dos países em desenvolvimento, mas é inegável que o custo fundiário, o custo de vida e os níveis de violência são mais elevados na cidade do que no espaço rural.

Esse fenômeno demográfico da revalorização do espaço rural surge como potencial mitigador da severa crise econômica enfrentada pelos países da zona do euro. Em países como Portugal, o espaço rural tornou-se uma alternativa para jovens desempregados na cidade. O governo português incentiva essa reocupação do campo, vendo-a como potencial catalisador da economia. No contexto europeu como um todo, a revalorização do campo pode mitigar os efeitos da reformulação da Política Agrícola Comum, cujo peso no orçamento europeu está diminuindo.

No Brasil, a importância do espaço rural fica atestada nos fluxos migratórios atuais que se destinam ao Centro-Oeste e ao Norte brasileiro. Contudo, o alto grau de urbanização nessas áreas impede que isso se reflita em um aumento da população rural, com a possível exceção de determinadas áreas na fronteira agrícola nacional.

A estabilização da população rural é um fenômeno que ocorre em determinadas regiões como a Europa. No contexto global, contudo, esse ainda é um fenômeno minoritário, especialmente em vistas da crescente urbanização no continente africano e asiático. No caso europeu, o “retorno ao campo” tem grande potencial de atuação como catalisador do crescimento local.

## VINICIUS FOX DRUMMOND CANÇADO TRINDADE (20/20)

O crescimento da população urbana no mundo é fato inquestionável. Em 2008, pela primeira vez na história, a humanidade tornou-se mais urbana do que rural. Não obstante, verifica-se, atualmente, que a população rural de alguns países tende a se estabilizar e a apresentar relativo crescimento. Motivos socioeconômicos têm sido atribuídos a esse comportamento demográfico, o qual impõe potencialidades no futuro.

O modelo pós-fordista e sua lógica reticular de organização econômica tem sido atribuído como uma das possíveis causas não apenas da desmetropolização, mas também pela busca de áreas rurais. As deseconomias de aglomeração e os altos custos advindos da especulação imobiliária e de serviços precários de transporte tem resultado em relativa migração para áreas rurais. Segundo Ernest Ravestein, elementos econômicos influenciam como fatores de atração e de repulsão nos movimentos demográficos. Nesse sentido, é compreensível que as deseconomias de aglomeração influenciem em decisões de saída para o campo, o que não impede o exercício de atividades econômicas pós-industriais, pautadas no meio técnico-científico-informacional (setor quaternário). O turismo é exemplo de atividade rural que atrai contingentes demográficos urbanos.

A estrutura fundiária agrícola também desempenha papel importante para explicar o comportamento demográfico de estabilização rural. A Índia, por exemplo, é país com estrutura fundiária desconcentrada, o que possibilita amplo desenvolvimento da agricultura familiar. À medida em que este país atravessa a fase 3 de estabilização demográfica no Modelo Warren Thompson, também tende a se estabilizar a população rural. Esta, na verdade, poderia apresentar taxas de natalidade superiores, uma vez que mais filhos significa maior mão de obra na produção agrícola familiar. Em outros países, onde a estrutura fundiária é mais concentrada e pautada no modelo de especialização, menor tende a ser a população rural.

Em termos de segurança alimentar e nutricional, a estabilização da população rural pode se constituir em acontecimento salutar. Com efeito, o êxodo rural acelerado impõe o desafio do “risco agrícola”, quando a saída do campo não é acompanhada por ganhos de produtividade na base técnica agrícola. Além disso, eleva a pressão demográfica sobre recursos escassos, o que é agravado por condições precárias de infraestrutura básica. Trata-se de um desafio que se impõe à África, que cresce ao ritmo de 2,4 % ao ano em termos demográficos. Os corredores de favela em regiões como a África Ocidental (e.g. Lagos) e o rápido êxodo tornam o risco agrícola e a “fadiga demográfica” desafios significativos.

Portanto, depois de décadas em declínio, a estabilização da população rural pode apresentar benefícios para questões sociais, como a segurança alimentar e nutricional. Os custos crescentes nas chamadas deseconomias de aglomeração contribuem para esse comportamento demográfico, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de fomentar atividades econômicas em uma lógica descentralizada e reticular. Ademais, fator fundamental para esse comportamento é a estrutura fundiária. Países com elevada concentração fundiária, como o Brasil (com 84,4 % de população urbana), dificultam um desenvolvimento amplo de agricultura familiar. Por sua vez, estruturas fundiárias desconcentradas, como na Índia, corroboram para o atual processo de estabilização – e até mesmo pequeno crescimento em certos países – da população rural.

## MENOR NOTA (15/20)

A evolução demográfica global tem sido caracterizada por um movimento de urbanização, com constante diminuição da população rural em relação à população urbana. Entretanto, em diversos países, especialmente aqueles com alto nível de desenvolvimento, que já completaram o processo de urbanização e o processo de transição demográfica até a fase 4 do modelo de Thompson, evidenciou-se, efetivamente, indicadores de estabilização e até de leve crescimento da população rural. Esse processo é caracterizado não por uma reversão da tendência urbana e sim, principalmente, pela descaracterização dos limites entre atividades e ocupações rurais e urbanas.

Inicialmente, além da discussão sobre a interligação entre as duas esferas, é preciso salientar que ocorre, em menor escala, um efetivo retorno de população para o meio rural. Os impactos e constrangimentos associados à vida urbana, aliados às possibilidades econômicas da produção rural moderna, têm levado à existência de um retorno populacional. No entanto, em relação às tendências principais desse movimento, o impacto dessa “ruralização” é marginal.

A influência preponderante não é relacionada à “ruralização” da população, mas à crescente intermediação das atividades urbanas no meio rural, com a desconstrução dos limites entre meio rural e meio urbano, proporcionada pelos avanços tecnológicos e pela interligação entre as atividades rurais e urbanas; representando, efetivamente, uma “urbanização” do espaço rural e a transferência de atividades e de população para esse espaço.

O motor principal dessa tendência é a constituição de uma agroindústria verticalizada, com a apropriação das atividades de beneficiamento e industrialização para o espaço produtivo agrário. Essa influência é identificada inclusive no Brasil, que não é um país de alto desenvolvimento, mas apresenta alto grau tecnológico e capacidade de inovação em determinados territórios e setores rurais. A indústria de avicultura catarinense é um exemplo desse processo, com a integração e verticalização produtiva estabelecida por empresas como a BR Foods, que implantou plantas industriais no meio rural, aproximando a atividade industrial à região de criação dos insumos orgânicos para sua produção.

O estabelecimento desses setores industriais é possibilitado pelas ligações logísticas entre os espaços de produção e os centros de controle e regulação, que estabelecem uma maior fluidez nessas regiões e permitem a instalação de estruturas físicas associadas ao meio técnico-científico-informacional, como descrito por Milton Santos. A Internet, as rodovias e os aeroportos criam fluxos físicos e informacionais crescentes e demandam a instalação de centros de fornecimento de serviços para o meio rural, atraindo população e completando a integração à jusante e à montante do agronegócio com a estrutura econômica.

Essa estruturação determina uma facilidade de transição entre meio rural e urbano. Outra faceta desse processo é identificada na atração de população que integra a atividade econômica urbana com a permanência ou instalação no meio rural. Por meio da migração pendular até a cidade ou mesmo pelo conceito de “home office”, a instalação e domicílio no meio urbano é, crescentemente, menos necessária.

No futuro próximo, essa dinâmica de estabilização e de pequena variação, para cima ou para baixo, na população rural deve ser mantida, devido ao aprofundamento desse processo de fluidização e deslimitação das fronteiras rurais e urbanas. Em economias com intensidade agroindustrial preponderante, como Brasil, Estados Unidos e Austrália, a industrialização do

meio rural é um fator cada vez mais importante para os setores do agronegócio, impulsionando essa atração. Em algumas regiões europeias, com estabilidade, padrões de vida elevados e redes de bem-estar social estruturadas, as facilidades logísticas, regulatórias e informacionais presentes na sociedade podem incentivar a migração para o meio rural, na busca do afastamento dos problemas relacionados à vida urbana.

À primeira vista, o leve aumento da população rural pode ser encarado como sinal de reversão dos processos de urbanização iniciados com a Revolução Industrial, no século XVIII. A análise detalhada demonstra que se trata, evidentemente, de um aprofundamento estrutural e de um enraizamento das características do meio urbano no espaço rural, determinando uma atração populacional não pelo meio rural em si, mas pelas vantagens do meio rural que são potencializadas pelos desenvolvimentos tecnológico, agrícola e logístico.

# POLÍTICA INTERNACIONAL

## QUESTÃO 1

**Leia os seguintes trechos.**

I. “Os desdobramentos preocupantes no campo da paz e da esperança internacional demonstram a necessidade de valorização cada vez maior da diplomacia e dos meios pacíficos de solução de controvérsias. Neste, assim como em outros casos, estaremos atentos para a contribuição que o Brasil pode e deve dar, especialmente num contexto de uma já inadiável

transformação da governança internacional, que inclui a reforma do Conselho de Segurança”

II. “O traço definidor do multilateralismo é não apenas que ele coordena as políticas nacionais entre grupos de três ou mais Estados (...), mas adicionalmente que o faz com base em certos princípios de ordenamento das relações entre os Estados”.

**Considerando os trechos acima como motivadores, elabore o conceito e multilateralismo, examine as funções do Conselho de Segurança e, com base nisso, analise o tratamento internacional do conflito na Síria.**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas  
[valor: 30 pontos]

## LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI (26/30)

O sistema de segurança coletiva construído sob a égide das Nações Unidas, em 1945, tinha como principal objetivo evitar a conflagração de uma nova guerra sistêmica de proporções similares às duas Grandes Guerras. O princípio basilar desse sistema era de que a articulação multilateral em temas de paz e segurança internacional funcionaria como um poderoso dissuasor no que concerne à irrupção de conflitos no mundo. A crise na Síria, desencadeada pela Guerra Civil iniciada em 2011, lança luz sobre a contínua necessidade de aperfeiçoamento da governança da segurança global no âmbito da ONU e da relevância e premência do multilateralismo como princípio legitimador de ações nessa seara.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi criado com o objetivo primário de assegurar a paz, esta vista como um princípio estruturante das Nações Unidas. Desse modo, por meio do artigo 25 da Carta, todos os membros da comunidade de nações acordavam submeter-se às determinações do Conselho, cuja composição refletia o equilíbrio de forças do pós-1945. Seus cinco membros permanentes – Estados Unidos, URSS, China, Reino Unido e França – detinham o que se convencionou chamar poder de veto. Este destinava-se a conferir às grandes potências maior poder de influência sobre as decisões da organização, em contraposição ao que ocorrera na malsucedida experiência da Liga das Nações. O veto, no entanto, provaria ser, no contexto da Guerra Fria, um instrumento de paralisação do Conselho de Segurança. Embora este detenha a responsabilidade primária sobre temas de segurança, diante de sua inação na Guerra da Coreia, por exemplo, o tema seria discutido no âmbito da Assembleia Geral (resolução United for Peace, 1950).

O fim da Guerra Fria e a diluição da estrutura de poder existente no contexto da criação da ONU trouxeram à baila a crescente incongruência do CSNU com a configuração crescentemente multipolar do mundo contemporâneo. O multilateralismo deve ser a expressão jurídica dessa multipolaridade. Em um contexto no qual a paz e a segurança internacional contam com diversos garantidores, as instâncias multilaterais tornam-se espaços legítimos para a articulação de temas de interesse global. Isso porque o multilateralismo está assentado na indivisibilidade dos temas e na reciprocidade difusa, o que o caracteriza, em última instância, como um multilateralismo de reciprocidade. No sistema de segurança coletiva, isso significa que uma ameaça contra um membro é uma ameaça contra todos, sem distinção.

O contexto da crise síria trouxe, todavia, os desafios de operacionalização do sistema de segurança coletiva diante da guerra civil em curso. Desde o final de 2011, três resoluções que imporiam sanções ao regime do presidente Bashar Assad foram vetadas por Rússia e China no CSNU, o que significou uma relativa paralisia diante do desenrolar do conflito. Um avanço seria obtido com as resoluções 2042 e 2043 de 2012, as quais instituíram o Plano Annan e uma missão de supervisão da ONU sobre a Síria. Para que esta entrasse em operação, no entanto, era necessário que o plano de cessar-fogo fosse bem sucedido, o que acabou não ocorrendo. Diante desse fracasso, Kofi Annan sairia do cargo de enviado especial da ONU e da Liga Árabe para a Síria, sendo substituído por Lakhdar Brahimi.

A contínua deterioração da situação dos civis sírios ao longo de 2013 levou à formação de um consenso crescente articulado pelos Estados Unidos e pela França da necessidade de promover uma intervenção militar no conflito. Diante da constatada impossibilidade de legitimá-la por meio do Conselho de Segurança, aventava-se a possibilidade de promovê-la à margem do sistema das Nações Unidas. Essa percepção tornou-se mais evidente quando o uso de armas químicas contra civis se tornou sistemático. A possibilidade de uma intervenção unilate-

ral na Síria, a exemplo do que ocorrera no Iraque (2003), é um dado que deslegitima o sistema da ONU e fora desde o princípio criticada pela diplomacia brasileira.

A solução de compromisso para o impasse envolveu a adesão da Síria à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e a consequente destruição de seu arsenal químico sob a supervisão da organização que monitora o cumprimento do tratado, a OPAQ. Esse desfecho fora amplamente apoiado pela diplomacia brasileira, já que ele preserva, em última instância, a legitimidade do sistema de segurança coletiva da ONU. O conflito, no entanto, perdura, com grandes perdas humanas e materiais. A posição brasileira, em consonância com sua tradição principista e pacífica, é de que não há solução militar para o conflito e, nesse sentido, devem ser esgotadas todas as formas de negociação disponíveis. Dessa forma, conclama-se a atuação do Grupo de Ação de Genebra II, que articula membros permanentes da ONU e países da Liga Árabe, para alcançar uma saída negociada para o confronto.

A crise síria representa a necessidade de preservação das instâncias multilaterais de manutenção da paz. O sistema construído em 1945 sob os escombros de dois grandes conflitos mundiais erigiu-se sob a percepção dos efeitos deletérios de ações unilaterais. Desse modo, a diplomacia brasileira defende com veemência que os temas prementes da governança global, em especial os de paz e segurança, estejam sempre sob a égide legítima do multilateralismo.

## LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (26/30)

O multilateralismo é um avanço da política internacional moderna, na medida em que representa uma maneira de concertação internacional, com vistas a encontrar soluções equilibradas. Esse conceito evoluiu muito nas últimas décadas e vem se consolidando como um dos fundamentos do sistema internacional. Persistem, no entanto, ações e organizações com forte viés unilateral ou de concertações de número restrito de países, o que prejudica a representatividade das decisões e soluções pacíficas de conflitos. O caso da Síria é pragmático quanto às possibilidades contemporâneas de ação da comunidade internacional.

O multilateralismo é um conceito de ação e tomada de decisão internacionais que se refere a um processo com ampla participação de diversas nações, em bases igualitárias. Isso envolve questões de representatividade da decisão tomada, democracia, discussão de diferentes opiniões e pontos de vista, de modo a encontrar soluções equilibradas para negociações internacionais. Esse meio de tomar decisões é um grande avanço no âmbito da política internacional, uma vez que evita que países ajam baseadas apenas em seus interesses específicos. É uma evolução com relação a políticas unilaterais, que pode provocar diversas crises – inclusive por frequentemente não levarem em consideração todas as implicações de um problema – e, muitas vezes, fundamentam-se em ações militares. Assim, o multilateralismo é um avanço no sentido de permitir que se tomem decisões equilibradas e representativas da comunidade internacional.

Sob o ponto de vista do multilateralismo, a ONU é uma organização ambígua. Por um lado, ela representou uma importante evolução na política internacional, pois une a comunidade internacional em um ambiente em que as principais questões globais podem ser discutidas e pacificamente solucionadas; por outro lado, o seu Conselho de Segurança (CSNU) é um fórum em que as nações estão desigualmente representadas, havendo diferenças de distribuição de poder (devido à existência de membros permanentes com poder de veto). O CSNU foi criado para zelar pela paz e pela segurança internacionais, tendo a capacidade de, para tanto, impor decisões obrigatórias e resolver sobre sanções e mesmo intervenções militares. Os desequilíbrios de poder internos a esse órgão são uma consequência da conjuntura internacional no momento quando ele foi criado, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Naquela conjuntura, alguns países (potências que tinham vencido a guerra) consolidaram seu poder no âmbito da organização. Pode-se argumentar que essa estrutura e mesmo a impossibilidade de aprovar-se decisões quando há voto contrário de um dos membros permanentes foram essenciais para assegurar a participação das grandes potências quando a organização estava se consolidando (sendo assim importantes para a preservação da paz naquele período), porém, o contexto internacional atualmente é muito diferente. Nesse sentido, não contribui para a solução de conflitos o fato de o CSNU representar uma estrutura de poder congelada no contexto internacional de 1945. O caso da Síria é um exemplo.

No caso da Síria, distúrbios internos no contexto da Primavera Árabe (causados por problemas políticos sociais e econômicos) levaram a uma guerra civil que já dura anos tendo feito milhares de vítimas. Além disso, a Síria localiza-se numa área muito sensível do globo, no Oriente Médio, onde um conflito regional poderia chegar a consequências catastróficas. Esse seria um caso que demandaria ação imediata e assertiva do CSNU, no sentido de impedir a escalada da violência e levar as partes a uma negociação política, liderada pelo povo sírio, com representação de todos os interessados, tendo em vista atingir os objetivos políticos, sociais e democráticos da sociedade síria. O conflito, entretanto, escalou em um cenário em que, du-

rante muito tempo, foi impossível para grandes potências mundiais chegarem a um acordo, o que também levou a soluções unilaterais ou regionais, que não contribuem para a solução do conflito.

Assim, já em 2011, uma resolução sobre a Síria não foi aprovada. Na ocasião, o Brasil absteve-se, por acreditar que as medidas tinham sido tomadas muito rapidamente, sem abrir espaço para o diálogo, assim, provavelmente a resolução não contribuiria para a solução do conflito. Ao longo dos últimos dois anos, houve outras decisões que não foram aprovadas no CSNU, devido a oposição da Rússia e China, países que têm importantes relações com a Síria, além de interesses regionais. A tentativa de solução de conflitos com mais possibilidades de sucesso foi o envio de uma missão de observadores (da qual o Brasil participou) e do enviado conjunto da ONU e da Liga Árabe (LEA), Kofi Annan, que apresentou um Plano de 6 Pontos que previa, entre outras coisas: solução política para o conflito, diálogo entre as partes, acesso da ajuda humanitária, acesso dos jornalistas aos locais do conflito, libertação de presos políticos. Annan, no entanto, após conseguir breve sucesso – um cessar-fogo, de pouca duração – renunciou, sendo substituído por Lakhdar Brahimi. É relevante notar que a LEA tem papel importante para tentar solucionar a questão (tendo inclusive suspenso a Síria). Esse fórum tem representatividade, o que fomenta que se encontre uma solução negociada.

Houve ainda a Conferência de Genebra, em 2012, em que se discutiu uma solução negociada para o problema sírio. Essa conferência contou com a participação de potências mundiais e de países regionais, o que é importante para assegurar o equilíbrio do processo. O problema, no entanto, persiste, tendo havido tentativas de impor soluções pouco representativas da comunidade internacional e que não representam os anseios do povo sírio de maneira equilibrada. Assim, houve a imposição de sanções internacionais, por parte de EUA e UE, o que demonstra um efeito negativo da incapacidade de ação do CSNU. Além disso, alguns países ocidentais passaram a apoiar a oposição síria, por meio do Grupo de Amigos da Síria. Isso não é uma atitude positiva, pois a comunidade internacional não deveria intervir, mas, sim, possibilitar uma solução política para o conflito, a qual deve incluir negociações entre os diversos grupos de oposição e o governo. O envolvimento internacional pode ser positivo, no entanto, por exemplo a missão do IBAS à Síria para tentar uma solução negociada.

Houve ações importantes em outros órgãos da ONU, como o Conselho de Direitos Humanos, em que se criticou a guerra civil na Síria e se criou um relator para aquele país, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. O avanço da solução no CSNU, entretanto, dependeu da concertação bilateral entre EUA e Rússia, que conseguiram superar o impasse dos últimos anos e chegar a uma solução de compromisso, não prevendo intervenções, mas estabelecendo que a Síria deveria aderir à OPAQ e se desfazer de suas armas químicas. A Síria aceitou essas medidas, aderiu à OPAQ, e o plano foi aprovado pelo CSNU na resolução 2118 de setembro de 2013. Apesar de isso ser um avanço, havendo inclusive iniciado a missão da OPAQ, para destruir o arsenal sírio, e com essa organização ganhando o Prêmio Nobel da Paz, ela só foi possível depois de anos de impasse e após terem sido usadas armas químicas contra a população, o que é extremamente grave. Além disso, a situação do CSNU foi preocupante, pois sua ação só foi possível após uma concertação bilateral entre dois países (o que lembra a lógica da Guerra Fria), quando deveria ter-se privilegiado uma solução multilateral.

O caso da Síria demonstra como ainda é necessário avançar no multilateralismo, de modo a permitir que as ameaças à paz sejam resolvidas por meio de ações democráticas, representativas da comunidade internacional e equilibradas. Não é possível que um órgão central para a segurança internacional permaneça refletindo a conjuntura de 1945, não se adaptando à ascensão das potências médias e à necessidade de participação de potências regionais na solução de conflitos. Assim, quanto à Síria, não existe solução militar para o conflito, e a

comunidade internacional deverá continuar agindo (com importante participação dos Estados árabes), para encontrar uma solução equilibrada que atenda aos legítimos objetivos democratizantes do povo sírio.

## MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (26/30)

A ordem internacional contemporânea caracteriza-se pela permanência de elementos oriundos de um momento anterior, sobretudo no que concerne à plena operatividade do multilateralismo. Este conceito, inexoravelmente associado à perspectiva de democratização dos foros decisórios internacionais e coordenação entre países em bases igualitárias, depende, para sua efetiva materialização, de modificações nos mecanismos voltados à governança internacional. A composição do Conselho de Segurança, reflexo da composição de forças do pós-Segunda Guerra, é emblemática nesse sentido, na medida em que elementos herdados de uma ordem anterior tornam progressivamente menos representativo das realidades hodiernas e, por conseguinte, menos legítimo e eficaz na resolução dos problemas contemporâneos que a ele são colocados. A análise das funções do Conselho de Segurança e de sua atuação recente no conflito sírio demonstra a premência da reforma da governança global, notadamente a do próprio conselho, de sorte a tornar o multilateralismo característica central dos mecanismos de governança global.

O multilateralismo pode ser conceituado como a participação aberta e inclusiva dos Estados nacionais nos mecanismos de governança global. A convergência de posições entre número crescente de países em foros mais multilaterais demonstra que quanto mais inclusivo e agregador o processo decisório maior a legitimidade das decisões tomadas e, por consequência, a eficácia de sua implementação - na qual evitar-se-ão atitudes contestatórias. A substituição do G8 - ou mesmo do G8 + Outreach Five - pelo G20 financeiro é indicativa nesse sentido. O multilateralismo é, portanto, mecanismo de resolução de problemas internacionais em que se garante a participação equitativa de todos os atores interessados. Na perspectiva brasileira, uma ordem internacional multilateral asseguraria melhores condições para soluções efetivas e duradouras para os problemas globais.

A reforma das Nações Unidas, organização central na promoção da governança global assume, nesse sentido, grande urgência. O fortalecimento da Assembleia Geral, foro inegavelmente multilateral, de vez que integrado por todos os seus membros - e, por consequência, por quase todos os países do mundo - com igual direito de voto, e a ampliação da composição do Conselho de Segurança são questões fundamentais. A reforma do Conselho de Segurança arrasta-se há décadas. Desde o relatório de Boutros-Ghali "Empowering the UN", reconhece-se que a ampliação do número de membros do Conselho fortaleceria a Organização das Nações Unidas como um todo, uma vez que a tornaria mais apta a lidar com os problemas atuais, sobretudo os concernentes à paz e à segurança internacional, atribuídos essencialmente do Conselho de Segurança. Cumpre notar que a incapacidade do Conselho de Segurança tornou-se de tal forma patente que deu **azo**, ainda na década de 1950, à resolução da AGNU "**Uniting for peace**" que garantiu a deliberação da Assembleia em questões concernentes ao Conselho quando se verificasse a paralisia do órgão.

Desde então inúmeras propostas para a reforma do Conselho foram apresentadas com vistas ao aprimoramento da **atuação do órgão no exercício das funções precípua elencadas nos capítulos VI e VII da Carta da ONU**. O painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças convocado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan em 2004, cujos trabalhos dariam origem ao relatório "In Larger Freedom", enfatizou a premência da reforma do Conselho, a despeito das inúmeras outras modificações que deveriam ser implementadas na organização. Entrementes, várias de suas sugestões já foram implementadas, como a substituição da Comissão de Direitos Humanos por um Conselho. A reforma do Conselho de Segurança, contudo,

permanece emperrada, porquanto não se atinge um consenso acerca da magnitude da reforma, a distribuição das novas cadeiras e o exercício do poder de voto. A convergência de posições entre Brasil e África do Sul em um proposta que arrebanharia os membros da União Africana, defensores do Consenso de Ezulwini, e os do G4 - fato que se consubstanciou na proposta L.69 - sinaliza, contudo, para superação de desinteligências entre grande número de países, o que poderá garantir o avanço da questão.

No próprio Conselho, o reconhecimento da necessidade da reforma já não se afigura como pomo da discórdia, como já ocorreu outrora. O impasse do órgão diante do conflito sírio tornou inegável a urgência de modificações em seus procedimentos decisórios, bem como a ampliação da sua composição, agregando novos atores cujas credenciais democráticas e contribuições para promoção da paz e da segurança internacional possam facilitar a convergência de posições no órgão. Com efeito, a discordância entre Rússia e China, de um lado, e Estados Unidos, França e Inglaterra, de outro, impediu a aprovação de resoluções que poderiam ter evitado a escalada do conflito na Síria e o alastramento das tensões sectárias nos países vizinhos. Após a aprovação da resolução 2042 que assentava as bases para a Missão Annan (na linha da Missão IBAS de 2011) e sua renovação, nenhuma proposta de resolução foi aceita até que o acordo entre chanceler russo e norte-americano viabilizou o plano da OPAQ para eliminação do arsenal químico sírio - recentemente concluído - e da capacidade síria de produzir novos armamentos de semelhante natureza, plano este que foi chancelado pela resolução do CSNU 2118.

A unidade que se observou no Conselho, no momento de aprovação da Resolução, assegurou imperiosa tomada de posição diante de conflito que já se arrasta há dois anos e meio e já implicou mais de 100 mil mortes, 2 milhões de refugiados e 5 milhões de deslocados internos. A realização da Conferência de Genebra II deverá garantir novos progressos, sobretudo no tocante à viabilização do diálogo entre o regime de Bashar Al-Assad e as forças multifacetárias da oposição, privilegiando, desse modo, a diplomacia construtiva que deveria ter sido empregada pelo CSNU desde os primórdios do conflito. Fosse o conselho mais representativo e eficaz na tomada de decisão, o desenlace dos problemas sírios poderia já se ter efetivado.

Como afirmou o chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado, problemas relacionados à paz e à segurança internacional denotam a urgência da reforma da governança global. Como principal órgão voltado ao equacionamento de problemas de tal natureza, o Conselho de Segurança deve estar apto à tomada de decisões céleres, legítimas e eficazes, o que apenas com o alargamento de suas bases poderá ser viabilizado. A progressiva multilateralização do Conselho e das instituições de governança global como um todo permitirá o fortalecimento da ordem internacional, evitando a perpetuação de conflitos, como o sírio, diante da inércia da comunidade internacional.

## MENOR NOTA (18/30)

O multilateralismo é um conceito caro à diplomacia brasileira, tendo-se consolidado como um dos principais vetores de atuação da política externa do país ao longo de décadas. Suas origens remotas podem ser encontradas na atuação de Rui Barbosa “a águia de Haia” na Conferência de 1917, na qual, além de defender o princípio multilateral e a solução pacífica de conflitos, sustentou a igualdade soberana dos Estados – princípio sem o qual o multilateralismo se torna letra morta.

Do ponto de vista do Brasil, o multilateralismo constitui estratégia essencial para a realização do interesse nacional, na medida em que permite a um país sem excedentes de poder negociar com as demais nações e, especialmente as grandes potências, em pé de igualdade ao abrigo do Direito Internacional. Nesse sentido, a atuação multilateral brasileira é revolucionária, pois visa a criar polos alternativos de poder nas negociações multilaterais com o intuito não de desmontar completamente as estruturas de governança global, mas de reformá-las de modo a que melhor reflitam as dinâmicas de poder contemporâneas. Por essa razão, o Brasil é, nas palavras do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, “uma potência insatisfeita”.

A diplomacia brasileira pauta-se, como norma, pelo reforço do multilateralismo (regime no qual a agenda internacional e a governança global são geridas de forma compartilhada pela comunidade internacional de Estados), especialmente em momentos de reacomodação das estruturas de poder, tal qual ocorre na atualidade. Seu engajamento e protagonismo em coalizões de geometria variável, a exemplo do G20 Comercial, G20 Financeiro, IBAS, BRICS e G4 – são mostras inequívocas de que a defesa brasileira do multilateralismo extrapola o campo do discurso, traduzindo-se na práxis diplomática.

Na esfera onusiana, o Conselho de Segurança destaca-se como o órgão primordial nas ações para a manutenção da paz e da segurança internacionais, conforme estipulado na própria Carta da organização. Sua precedência em tempos de paz e segurança impõe-se, inclusive, sobre a Assembleia Geral e os demais órgãos das Nações Unidas. Além disso, cabe ao CSNU zelar, juntamente com os demais órgãos da ONU, pelo cumprimento da Carta de São Francisco e pelo cumprimento dos objetivos da organização.

Em situações em que o CSNU julgue estarem ameaçadas a paz e a segurança internacionais, pode o órgão tomar medidas pacíficas de solução de controvérsias (capítulo VI) ou adotar sanções contra o país infrator conforme o capítulo VII. No entanto, a face mais visível das prerrogativas do CSNU quanto a temas afetos à paz e segurança são as missões de paz, que, por não estarem expressamente previstas na Carta de São Francisco, são chamadas de ações do capítulo VI 1/6.

Com o ativismo do CSNU, que se seguiu ao fim da Guerra Fria, as missões de paz ganharam maior robustez e se multiplicaram. Tendo como princípios a aceitação das partes em conflito, a imparcialidade e o uso da força apenas em casos excepcionais, as operações dos chamados cascos azuis tornaram-se cada vez mais complexas. Ademais, a adoção multilateral do conceito de responsabilidade de proteger R2P, em 2005, impulsionou ainda mais o CSNU a intervir militarmente em zonas conflagradas onde pudessem ser ameaçados os direitos humanos.

O conceito R2P foi refinado e aprofundado recentemente mediante a iniciativa conceitual da diplomacia brasileira chamada responsabilidade ao proteger RWP. A R2P fundamenta-

se em três princípios básicos: os Estados detêm a responsabilidade primária pela proteção dos direitos humanos de seus cidadãos; a comunidade internacional deve cooperar com os Estados nesse sentido; a comunidade internacional deve intervir diplomaticamente ou mediante o uso da força contra governos que não possam ou não queiram proteger seus cidadãos contra crimes de guerra, de genocídio, de limpeza étnica ou crimes contra a humanidade.

À luz das experiências da intervenção militar da OTAN na Líbia – sob autorização do CSNU, resolução 1973 – o Brasil propôs o conceito de responsabilidade ao proteger, cuja base é o princípio hipocrático de fazer o bem e não fazer o mal. Nesse sentido, o RWP defende que o CSNU e toda a comunidade internacional: atuem no sentido de prevenir conflitos por meio da diplomacia preventiva, utilizem todos os meios pacíficos ao seu dispor para solucionar controvérsias e, em caso de ineficácia dos meios pacíficos, as soluções de uso da força devem-se fazer ao amparo da CSNU. Nesses casos, o CSNU deve supervisionar aplicação do mandato por ele conferido à intervenção militar a fim de que não haja extrapolação de funções e para que não se cause mais danos e violência às populações locais além daquelas que se pretendia evitar.

Na visão da diplomacia, o tratamento internacional do conflito na Síria reflete a incapacidade de ação concertada e tempestiva do CSNU. A polarização e a falta de legitimidade do Conselho têm contribuído para arrastar o conflito, que já causou mais de 100.000 mortes. Por essa razão, torna-se ainda mais premente a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz em sua tarefa precípua de manter a paz e a segurança internacionais. Essa a razão de o Brasil defender a ampliação do número de membros nas categorias de membros permanentes e membros não permanentes com a participação de países em desenvolvimento da América Latina, Europa, Ásia e África (postura do G4).

Apesar de ressaltar a necessidade de avançar nas reformas estruturais da ONU, o Brasil saudou o acordo russo-estadunidense e a resolução da ONU sobre o desarmamento do arsenal sírio de armas químicas, bem como a decisão de Damasco de aceder à Convenção para a Proibição de Armas Químicas. É preciso, no entanto, avançar no sentido de “multilateralizar a multipolaridade”, conforme o ex-chanceler Celso Amorim, ou, nas palavras do também ex-chanceler Antonio Patriota, promover um “multilateralismo de cooperação”, onde a multipolaridade esteja a serviço da paz, da segurança e da estabilidade mundial.

## QUESTÃO 2

A cooperação para o desenvolvimento internacional tem sido componente importante da política externa brasileira, com ramificações e, áreas como cooperação técnica e humanitária. Ela orienta-se por princípios e práticas tais como o apoio do progresso socioeconômico dos povos e o respeito às particularidades dos países que a recebem. Os analistas dividem-se com respeito a essa cooperação: para uns, ela constitui posição idealista, decorrente de perspectiva românticas da ordem internacional e pouco compatível com a extensão dos desafios internos para outros, ela fortalece a imagem do País, envolvida sua liderança e aponta benefícios econômicos de longo prazo. A partir dessas considerações, examine as principais características e condicionamento da cooperação brasileira para o desenvolvimento, bem como suas implicações para a inserção internacional do Brasil.

Extensão do texto: máximo de 90 linhas  
[valor: 30 pontos]

## JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (29/30)

A não indiferença é o paradigma que informa a solidariedade ativa que tem caracterizado a política externa brasileira ao longo da última década. A autopercepção brasileira de um país em desenvolvimento, cujas responsabilidades sociais se voltam não apenas para o seu povo mas também para as populações dos países de menor desenvolvimento relativo, está na gênese da atual política brasileira de apoio ao desenvolvimento internacional. Essa estratégia é, a um só tempo, idealista e pragmática. Pragmática, na medida da ação diária, mas tendo o idealismo como horizonte.

Toda política externa em, em certa medida, a tradução externa de um conjunto de escolhas e políticas internas, que se refletem no plano internacional. Sob esse prisma, o fortalecimento do perfil internacional brasileiro em temas de cooperação responde às políticas sociais do governo federal, que têm buscado aliar crescimento econômico com maior distribuição de renda, geração de mais empregos e de qualidade, trabalho decente e justiça social na sua dimensão distributiva. Exemplo desse compromisso internacional do Brasil para com o desenvolvimento pode ser identificado na cooperação técnica prestada a terceiros países nas áreas de agricultura e segurança alimentar, energias renováveis (especialmente etanol e biodiesel) e saúde. Na primeira área, destaca-se a atuação da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), que tem transferido tecnologia para países tropicais pobres por meio do programa Pró-Savana. A autarquia recebeu, recentemente, autorização do Congresso Nacional para atuar internacionalmente a título próprio, fato que demonstra, em última instância, o compromisso da própria sociedade brasileira com o tema do direito ao desenvolvimento.

No campo das energias renováveis, a diplomacia brasileira tem atuado, sobretudo, por meio da cooperação trilateral. Esse é o caso de projetos para a produção de etanol em países como Haiti, El Salvador e República Dominicana, em parceria com os Estados Unidos. No âmbito da cooperação médica e farmacêutica, destaca-se a construção de uma fábrica de retortivais em Moçambique, com o apoio da Fiocruz e da Farmanguinhos. A cooperação médico-farmacêutica está mesmo na gênese do IBAS, numa clara demonstração de *spill over* produtivo para as relações trilaterais das três maiores democracias, multirraciais e multiétnicas do Hemisfério Sul.

A cooperação humanitária brasileira é outra faceta importante da diplomacia de solidariedade ativa do Brasil. As recentes doações do governo brasileiro ao ACNUR e a outros órgãos de ajuda humanitária da ONU tendo em vista a guerra civil na Síria são prova do engajamento pró-ativo do país na questão. Mais ainda, por ocasião do terremoto que devastou o Haiti em 2010, o Brasil foi um dos países líderes na Conferência de Doadores para a Reconstrução do Haiti, além de ter passado a investir mais capital político e material para robustecer o mandato da MINUSTAH em prol do povo haitiano.

Além da cooperação técnica e da ajuda humanitária propriamente ditas, o Brasil tem feito ao mundo ver seu compromisso com o princípio da não indiferença por meio de outras ações, que são, por vezes, mal interpretadas por certos setores da sociedade civil. Esse é o caso da iniciativa do governo brasileiro de conceder o perdão de dívidas que alguns países africanos haviam contraído com o Brasil. Feita em consonância com os mais elevados padrões de *accountability* internacionais e de modo a não ferir o patrimônio nacional, essa medida foi alvo de “coalizões de veto” (grupos de interesse) que veem na ação brasileira gesto de mero idealismo desprovido de conteúdo prático.

As negociações paraguaio-brasileiras em torno do ajuste contratual de Itaipu e o acordo brasileiro-boliviano envolvendo a Petrobras expressam igualmente o intuito brasileiro de não reproduzir, ante países mais fracos, estruturas de poder características da relação entre potências hegemônicas e países sem excedente de poder. Ademais, a postura brasileira visou a promover a estabilidade e o progresso da região: objetivos que contribuirão para a realização dos interesses políticos, econômicos e comerciais brasileiros no longo prazo. Afinal, conforme ensinou o Barão do Rio Branco, “um vizinho instável é sempre um vizinho incômodo e perigoso”. Nesse sentido, destaca-se a inauguração da linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes, realizada com recursos do FOCEM, como importante elemento indutor de estabilidade e prosperidade regional.

Além de contribuir para criar um mundo mais justa solidário, onde a fome, as guerras e a miséria sejam chagas cada vez menos frequentes, a política externa solidária do Brasil rende frutos concretos ao país. Além de elevar seu perfil em uma série da questão da agenda internacional – que vão desde a reformulação do sistema financeiro à governança ambiental – a ajuda brasileira ao desenvolvimento fortalece a liderança brasileira junto ao mundo em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. Em última instância, esse cenário político-diplomático favorável ao Brasil tende a facilitar os fluxos comerciais e de investimento de empresas brasileiras nessas regiões do mundo, como o comprova a participação de estatais brasileiras e de grandes corporações nacionais em diversos empreendimentos na África e na América Latina.

Resta, contudo, superar a visão paroquial que permeia boa parte das análises de especialistas e de setores da mídia acerca da política brasileira de apoio ao desenvolvimento internacional. Uma política externa egoisticamente altista, que não considere os interesses legítimos de nações irmãs, não é bom nem para o Brasil nem para o mundo. Assim como o governo da Presidenta Dilma Rousseff objetiva construir um Brasil sem miséria, o alvo último da diplomacia brasileira deve ser o estabelecimento de uma *pax* mundial igualmente sem fome, sem guerras e sem miséria.

## TAINÃ LEITE NOVAES (29/30)

A promoção do desenvolvimento internacional sempre foi prática integrante do discurso e da prática internacionais do Brasil. Nesse sentido, à medida que o país consolida, internacionalmente, seus fundamentos macroeconômicos e logra obter avanços cada vez mais significativos no âmbito social, ele se torna mais apto a cooperar com o restante do mundo nessa direção. É nesse contexto que se insere a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (CBDI).

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a CBDI divide-se em cinco eixos principais: assistência humanitária internacional; concessão de bolsas de estudo em universidades brasileiras; cooperação técnica; contribuições com operações de paz; e contribuições para instituições financeiras e organizações internacionais.

No que concerne a assistência humanitária e missões de paz, percebe-se que a maior parte dos recursos brasileiros destinam-se ao Haiti, onde o país tem o comando militar da MINUSTAH desde 2004. No país caribenho, o Brasil tem uma atuação que vai muito além da mera manutenção da paz, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento institucional haitiano e fazendo uma vinculação direta entre segurança e desenvolvimento, que só podem ser plenamente alcançados quando promovidos em conjunto.

A concessão de bolsas de estudo por parte do governo brasileiro concentra-se em dois programas básicos: o PEC-G e o PEC-PG. Por meio deles, o Brasil acolhe em suas universidades estudantes de diversas nacionalidades, sendo estes, em sua maioria, latino-americanos e africanos de língua portuguesa. Os estudantes contemplados por esses programas frequentam cursos de graduação e pós-graduação, tendo seus custos com moradia e alimentação subsidiados pelo governo brasileiro.

No que concerne às contribuições com instituições financeiras e organizações internacionais, destaca-se o exemplo do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Embora não seja este o principal destino dos recursos da cooperação brasileira nessa seara, é, sem dúvidas, o mais representativo. O FOCEM é um mecanismo de redução de assimetrias dentro do MERCOSUL que se destina a promover iniciativas de coesão social dentro do bloco, com foco para os países menos desenvolvidos, notadamente o Paraguai.

Embora todas as iniciativas mencionadas sejam de extrema relevância, é no âmbito da cooperação técnica que a CBDI mais se sobressai. Nesse sentido, percebe-se que o Brasil promove uma cooperação eminentemente desinteressada e isenta de condicionalidades – políticas ou econômicas –, ao contrário do observado na atuação de outros países. A cooperação técnica brasileira é demand driven, visando a atender às necessidades específicas dos países que a recebem. Ademais, visa a ser autorreplicável, de modo a gerar frutos mesmo quando os projetos brasileiros estejam concluídos. Vale ressaltar que, como em todos os outros âmbitos da CBDI, a cooperação técnica brasileira tem como foco o desenvolvimento humano dos beneficiários, sendo emblemática sua ênfase nas áreas de saúde e alimentação.

Por sua importância e representatividade, é importante mencionar alguns projetos característicos da cooperação técnica brasileira em que a ABC trabalha em ampla parceria com a EMBRAPA e com a FIOCRUZ. No que concerne à primeira, esta tem escritórios em Caracas e em Acra, desenvolvendo, dentre muitos projetos, um importantíssimo de implementação de uma fazenda-modelo de algodão no Mali, país extremamente pobre e membro do Cotton-4,

grupo de nações menos desenvolvidas que têm no algodão a base de sua economia. No que tange aos projetos da FIOCRUZ, é necessário mencionar a importantíssima implementação de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique, país assolado por uma “quase-epidemia” de HIV.

Por fim, vale lembrar que outra forma extremamente salutar de cooperação empreendida pelo Brasil é a cooperação triangular, que, normalmente, envolve um terceiro país, desenvolvido, como financiador. Ressaltemos, também, o Fundo IBAS de combate à fome e à pobreza, para o qual o Brasil contribui tanto financeiramente quanto com expertise.

Tomando esse panorama geral, podemos concluir que o objetivo principal da CBDI é a promoção do desenvolvimento internacional. No entanto, não se pode dizer que iniciativas nesse sentido sejam puramente ideológicas. É possível identificar entre os países que recebem cooperação brasileira uma preponderância de latino-americanos e africanos de língua oficial portuguesa, locais tradicionais de projeção econômica do Brasil. É nesses países que se encontram as grandes empresas e os grandes investimentos brasileiros. O único grande receptor de CBDI que foge a essa lógica é o Haiti, onde, contudo, temos o comando militar de uma importante missão de paz, o que demonstra o empenho brasileiro em assumir crescentes responsabilidades, inclusive no campo da paz e da segurança internacionais, reforçando nossas credenciais para pleitearmos um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, onde quer que ela seja empreendida, a CBDI gera “reciprocidade difusa” nos Estados receptores, fortalecendo a imagem do país, consolidando seu papel de liderança no mundo em desenvolvimento e aportando benefícios de longo prazo para a nação.

Tendo o idealismo como horizonte, o Brasil vem-se tornando um dos principais atores no tabuleiro internacional da cooperação para o desenvolvimento, promovendo, ao mesmo tempo, maior equilíbrio socioeconômico internacional e seus próprios interesses nacionais.

## PEDRO MARIANO MARTINS PONTES (28/30)

Consolidadas as fronteiras nacionais, a promoção do desenvolvimento tornou-se o princípio norteador da política externa brasileira. Desde então, a atuação externa do Brasil pautou-se pela obtenção, no âmbito externo, dos recursos e mercados necessários para o desenvolvimento no âmbito interno. Ademais, buscou-se remover os obstáculos internacionais a esse processo. Ao longo da última década, lastreada em significativa redução da desigualdade na sociedade brasileira, a diplomacia pátria guiou-se não só pela promoção do desenvolvimento nacional, como pela expressiva contribuição para o desenvolvimento de outros países, por meio da cooperação internacional, sendo a ABC particularmente importante para esse processo. A cooperação promovida pelo Brasil tem-se destacado sobremaneira no âmbito internacional, contribuindo para a imagem do Brasil e sua inserção na ordem global.

A cooperação brasileira para o desenvolvimento possui importantes peculiaridades. Entre os países centrais, privilegia-se a “cooperação vertical”. Esta, baseada nos critérios da OCDE, consubstanciados nas declarações de Paris e de Busan, implica condicionalidades e intromissão na política interna dos receptores. A cooperação oferecida pelo Brasil, ao contrário, pauta-se pela horizontalidade, de modo que o Brasil se apresenta como “parceiro” – e não doador –, o qual considera, precipuamente, as demandas de quem recebe a cooperação. Destarte, trata-se de uma cooperação “demand-driven” e sem condicionalidades.

Outro aspecto fundamental da cooperação para o desenvolvimento oferecida pelo Brasil é sua inter-relação com a superação interna dos desafios do subdesenvolvimento. Se hoje o Brasil é um país de classe média, deve-se atribuir esse processo à “expertise” acumulada na promoção do desenvolvimento. Nessa seara, faz-se mister destacar a saúde, a agricultura e a transferência de renda. Quanto à primeira, o Brasil destacou-se na universalização da oferta de anti-retrovirais, e essa experiência é agora compartilhada com países africanos, por meio do escritório da FIOCRUZ em Moçambique. Com relação à agricultura, destaca-se a abertura de escritórios da Embrapa em outros países (ex. Gana), de modo que o sucesso obtido no cerrado brasileiro possa ser replicado em outras regiões, como a savana africana. Quanto à transferência de renda, o Brasil tem compartilhado a exitosa experiência do Bolsa Família com diversos países. Observa-se, pois, que o Brasil se pauta pela “não indiferença”.

Os benefícios desta cooperação para o Brasil não são evidentes para todos os analistas. Para uns, tratar-se-ia de um posicionamento ideológico, do qual adviriam poucos resultados tangíveis para o país. Contra essa perspectiva, deve-se enfatizar, como o fazia o ministro Celso Amorim, que o desenvolvimento nacional, assim como a paz e estabilidade no âmbito global, estão intrinsecamente vinculados ao desenvolvimento do Sul Global e à redução da pobreza, para os quais o Brasil pode contribuir de modo significativo. Ademais, nesse processo, fortalecem-se os vínculos comerciais entre os países parceiros e empresas brasileiras, fato ainda mais relevante tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional e a primazia das exportações de manufaturas nos fluxos comerciais com os principais parceiros na cooperação.

A cooperação brasileira para o desenvolvimento contribuiu consideravelmente para a inserção internacional do Brasil. Por um lado, o adensamento dos vínculos comerciais com os países em desenvolvimento, tributário da expansão da presença da diplomacia nacional, permitiu que o Brasil se recuperasse mais rapidamente da atual crise internacional. Cabe ressaltar que os fluxos com o Sul Global já predominam no comércio do Brasil com outros países. Por

outro lado, a cooperação promove a imagem do Brasil como grande aliado dos países em desenvolvimento. O apoio desses, maioria no sistema internacional, foi essencial para a eleição de José Graziano para a FAO e de Roberto Azevêdo para a Organização Mundial de Comércio.

A promoção do desenvolvimento é e continuará sendo a pedra angular da política externa brasileira. Nesse contexto, a cooperação para o desenvolvimento – seja bilateral, triangular ou por meio do Fundo IBAS – seguirá sendo fundamental para a atuação externa do Brasil. Além de resultar em benefícios significativos para o país, no curto e no longo prazo, a cooperação para o desenvolvimento contribui para a conformação de uma “solidariedade cosmopolita” e uma ordem multipolar mais justa e inclusiva.

## MENOR NOTA (19/30)

Tanto em uma perspectiva histórica quanto conceitual, o desenvolvimento ocupa lugar de destaque entre os princípios que guiam a política externa brasileira. Todavia, em uma mudança ocorrida nos últimos anos, o Brasil tem focado não mais apenas a condição de receptor e de reivindicante de condições que propiciem o desenvolvimento próprio, mas também a condição ativa de promotor do desenvolvimento em outros países, por meio de ajuda internacional e principalmente por meio de iniciativas de cooperação. A diplomacia brasileira do século XXI guia-se crescentemente pelo princípio da não indiferença, o qual se caracteriza pela disposição de contribuir para a consecução de objetivos sociais em países menos desenvolvidos, constituindo reforço da participação internacional conjunta do mundo em desenvolvimento e fortalecimento da imagem internacional do Brasil.

Entre os condicionantes da ação brasileira no que tange à cooperação para o desenvolvimento, tem destaque a concepção de que a maior participação de países em desenvolvimento no cenário internacional é benefício conjunto para esses países. A contribuição para o desenvolvimento de países menos desenvolvidos reforça a participação destes, por exemplo, no comércio internacional, contribuindo, dessa forma, para um multilateralismo comercial mais equânime. A melhoria de situações de problemas sociais melhora a capacidade de inserção internacional dos países em questão. Politicamente, isso é fundamental para o progresso do sistema global em direção à maior igualdade entre os Estados.

A forma como tem sido reivindicada maior inserção internacional do mundo em desenvolvimento está intimamente relacionada com parcerias políticas que possibilitem uma ação conjunta. A cooperação para o desenvolvimento se relaciona com a concertação, na medida em que fortalece os laços e viabiliza um melhor entendimento e convergência diplomática, o que é relevante nas alianças políticas internacionais.

A posição brasileira como um dos países que lideram os pleitos desenvolvimentistas fica fortalecida no contexto da disposição de atuar ativamente nessa área. Sobretudo, ganha-se legitimidade e apoio, o que é aproveitado pelo Brasil não exclusivamente em proveito próprio, mas como ganho político que favorece a defesa da agenda de desenvolvimento nas instituições mundiais em favor de todos.

A relação entre laços políticos, legitimidade e promoção do desenvolvimento pode ser exemplificada de maneira emblemática pela atuação do IBAS. Com efeito, concertação política, cooperação setorial e promoção do desenvolvimento inter-relacionam-se de maneira inseparável nesse foro trilateral. A posição de Índia, Brasil e África do Sul como líderes regionais fortalece-se mediante a cooperação entre os três, para desenvolvimento nacional, mas também por meio de ações conjuntas em terceiros países, viabilizadas pelo Fundo IBAS. Projetos no Haiti, na Guiné-Bissau, na Palestina apontam, inclusive, para a participação mundial desses países no que se refere a iniciativas de desenvolvimento. É por meio, entre outros fatores, dessas ações que se consolida a legitimidade do IBAS para reivindicar pleitos relativos a suas agendas e à agenda de países em desenvolvimento.

Ações brasileiras em diversos países africanos também exemplificam como a promoção do desenvolvimento se relaciona positivamente com interesses nacionais. Programas como o Pró-Savana em Moçambique, desenvolvido conjuntamente com o Japão, objetivam a melhoria do aproveitamento do solo na região, por meio do emprego de técnicas similares às utilizadas no Brasil, para cultivo de soja. Nesse contexto, brasileiros recebem concessões de

exploração de terras moçambicanas, consistindo a cooperação uma situação de ganho para ambos os países. A concessão de tecnologia é observada também nas iniciativas brasileiras para os “Cottos-4” (Benin, Burkina Faso, Mali, Chade), objetivando o aumento da produtividade de algodoeira nesses países.

Há que ressaltar também a área de saúde, fundamental ao desenvolvimento, e que enseja a conjugação da cooperação com países desenvolvidos e emergentes com a preocupação com a não indiferença. Exemplo disso é a central de medicamentos UNITAID, iniciativa conjunta com a França que beneficia principalmente países de menor desenvolvimento relativo. A questão dos fármacos, igualmente, ilustra esse tipo de cooperação, aliada aos esforços de desenvolvimento interno dos países participantes. O licenciamento compulsório de alguns medicamentos beneficia a Índia, que os fabrica, a África do Sul e o Brasil, que os utilizam para combater problemas prementes de saúde pública e contribui para a aquisição desses medicamentos por menor preço, por parte de países menos desenvolvidos.

Outra característica relevante da cooperação brasileira para o desenvolvimento é a disposição de compartilhamento de resultados relacionados a parcerias que o país desenvolve com outros países. São oferecidas a países africanos imagens de satélite que lhes permitem melhor conhecimento e planejamento do uso do solo, por exemplo, o que é fundamental à agricultura.

Um destaque das iniciativas brasileiras no continente africano que permite compreender o papel da não indiferença nos interesses de longo prazo do Brasil é a cooperação técnica para produção de etanol. Para o Brasil, é interessante que se promova a produção de tal combustível, na medida em que isso representaria a “commoditização” dessa mercadoria, o que reforça a posição brasileira como produtor, já que implicaria maior difusão do etanol. A segurança energética advinda daí seria fator que impulsionaria o consumo mundial, contribuindo para a economia dos países exportadores – tanto os Estados africanos quanto o Brasil – e, além disso, para a redução de emissões de gases-estufa.

A atuação brasileira no âmbito da promoção ao desenvolvimento, portanto, não constitui mera posição romântica ou idealista, mas sim uma estratégia que oferece ganhos tanto aos países receptores quanto ao Brasil. Em longo prazo, os frutos tendem a ser ainda maiores. A cooperação para o desenvolvimento está intimamente ligada à concertação política, à defesa de agendas comuns e à consecução conjunta de objetivos do mundo emergente e em desenvolvimento, assim como a benefícios comerciais. Nesse sentido, a “não indiferença” assume papel primordial entre os princípios que condicionam a atuação internacional do Brasil e que contribuem para o alcance de seus objetivos.

## QUESTÃO 3

**Discorra sobre a experiência recente do Brasil em operações de paz auspiciadas pela Organização das Nações Unidas. Discuta os riscos e as oportunidades que esses compromissos aportam para a condução da política externa brasileira no futuro próximo.**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 20 pontos]

## HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (16/20)

A participação recente do Brasil em missões de paz coordenadas pela ONU representa corporificação das propostas brasileiras para o tratamento de temas de paz e de segurança pela comunidade internacional. Como questões de interesse coletivo, os tópicos de segurança internacional devem ser tratados pela via multilateral. O unilateralismo é fonte de abusos, seja da parte de potências hegemônicas, seja da parte de governos que violam o Direito Internacional. Em virtude da indivisibilidade da paz com outros fatores sociais, a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos devem ser promovidos em conjunto. As operações de paz de terceira geração, em geral, e as missões de construção da paz, em particular, habilitam o Brasil a exercer esse conceito holístico de segurança. Os custos e os benefícios que qualquer iniciativa diplomática robusta mobilizam devem ser analisados detidamente.

A missão das Nações Unidas formulada para promover a estabilização do Haiti é, indubitavelmente, aquela de maior relevância para o escrutínio da participação brasileira no tema, em razão do papel de liderança assumido pelo país. Cumpre ressaltar, ainda, o envio de tropas brasileiras para operação de construção da paz no Líbano.

Os riscos decorrentes do compromisso brasileiro com operações de paz do sistema ONU resultam da dificuldade de estabelecer marcos claros para o desenvolvimento e para a conclusão do mandato de uma missão. A liderança brasileira das tropas da MINUSTAH está próxima de completar uma década. A participação do exército brasileiro tem sido crucial para incrementar a estabilidade do Haiti e para reconstruir a infraestrutura do país. Ainda assim, as condições sociais precárias da nação caribenha dificultam o reconhecimento de êxitos no terreno e, frequentemente, provocam uma inflação das responsabilidades da operação. Nos círculos onusianos, essa tendência mais que natural de ampliação do escopo de ação nas condições concretas é descrita como “mission creep” e deve ser periodicamente vigiada por países que coordenam as missões.

As oportunidades conferidas pela participação brasileira no sistema de operações de paz são mais evidentes. Trata-se de chance importante de o Brasil assumir ônus na agenda internacional que o credenciam como um “stakeholder” responsável da ordem internacional vigente. Por meio da liderança na MINUSTAH, o Brasil tem sido capaz de difundir a legitimidade de um conceito ampliado de segurança. A importância das tropas multinacionais só aumentou com a eclosão do terremoto de 2010. As ações sociais tornaram-se ainda mais urgentes para preservar a estabilidade do país e para manter o curso de sua transição política. Dessa forma, o Brasil também tem podido trabalhar em apoio ao desenvolvimento, um dos marcos da inserção brasileira no cenário internacional e uma das demandas mais urgentes do povo haitiano.

O credenciamento do Brasil como um dos polos de estabilidade de uma multipolaridade de cooperação pode ser avaliado como um benefício considerável do compromisso com as missões de paz. Seja no cenário geopoliticamente mais distante do Líbano, seja no contexto de um dos países mais pobres da América Latina, a inserção brasileira nas soluções multilaterais de segurança eleva o perfil de sua diplomacia.

## JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (15/20)

O Brasil participou de cerca de 40 missões de paz das Nações Unidas desde o surgimento da Organização em 1945. No entanto, a aceitação por parte do Brasil do desafio de liderar a força militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), por meio da Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança, significou um *'turning point'* no engajamento brasileiro em iniciativas dessa natureza.

As missões de paz da ONU, que são estabelecidas pelo CSNU, baseiam-se em três princípios: consentimento das partes, imparcialidade e uso da força apenas em casos extremos e em legítima defesa. A posição da diplomacia brasileira em relação às missões de paz é no sentido de que elas devem não apenas garantir a cessação das hostilidades entre as partes contendoras, mas também atacar as causas profundas da instabilidade. No caso da MINUSTAH, o Itamaraty logrou incluir dispositivos de construção da paz *'peace building'* no mandato original da missão. Para o Brasil, era preciso cooperar com o governo haitiano para o fortalecimento das instituições democráticas, do processo de conciliação nacional e da promoção de oportunidades para a população do país, sobretudo os mais jovens.

Na realidade, a filosofia defendida pelo Brasil para as missões de paz traduz a percepção brasileira de que segurança e desenvolvimento são temas relacionados e inseparáveis. Um povo sem perspectivas econômicas e sociais torna-se povo vulnerável a extremismos, inseguranças e barbáries. A dimensão desenvolvimentista da MINUSTAH tornou-se ainda mais evidente em resposta às demandas surgidas após o terremoto de janeiro de 2010. Nesse contexto, a chancelaria brasileira foi exitosa em robustecer o mandato da missão e liderar um processo multilateral que deu origem à Conferência Internacional de Doadores para a reconstrução do Haiti. Merece ainda destaque o fato de o Brasil comandar, atualmente, a Missão Naval da Força Tarefa da ONU no Líbano (UNIFIL) e o componente militar da Missão de Paz da ONU na República Democrática do Congo.

Não há dúvidas de que o recente ativismo brasileiro em missões de paz apresenta desafios, dentre eles a necessidade de compatibilizar princípios e demandas pacifistas históricas do país frente ao tratamento da paz e da segurança internacionais. Vale ressaltar que o Brasil continua a privilegiar a solução pacífica de controvérsias, mas isso não significa imobilismo e omissão em face de violações flagrantes dos direitos humanos. Outro desafio que se coloca ao país é a crescente demanda da comunidade internacional por participações brasileiras em missões, o que implica despesas para o Tesouro Nacional. Além, é claro, do constante risco de morte a que estão submetidos milhares de brasileiros em terras distantes.

As oportunidades, entretanto, superam em muito os desafios. A elevação do perfil diplomático do Brasil, mediante a comprovação de sua responsabilidade para assumir crescentes responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais, é, sem dúvida, a maior delas. Outros benefícios resultam da promoção da estabilidade regional sistêmica, que, em última instância, é do interesse do Brasil e de seus vizinhos e do fomento do debate interno sobre política externa no Congresso Nacional e no seio da sociedade civil. A modernização e o adestramento das Forças Armadas e das forças policiais brasileiras, resultante do intercâmbio com oficiais de outras nacionalidades e da experiência *in situ* contribuem, igualmente, para a consecução de objetivos-chave da Estratégia Nacional de Defesa.

Em suma, a participação protagônica do Brasil em missões de paz da ONU revela, a um só tempo, a crescente capacidade externa do País de assumir responsabilidades e seu compromisso com o aperfeiçoamento conceitual das intervenções militares da ONU. Sem dúvida, o Brasil continuará sendo um ator responsável e confiável nas missões de paz da ONU. Isso se

deve a seu passado e seu presente pacíficos e a sua capacidade de interlocução com a totalidade de atores que compõem as Nações Unidas.

## TAINÃ LEITE NOVAES (15/20)

O Brasil é tradicional participante das operações de paz das Nações Unidas, tendo contribuído com tropas já em 1956, quando o “Batalhão Suez” incorporou-se aos capacetes azuis. Recentemente, à medida que o país ganha cada vez mais relevo na cena internacional, passa, também, a assumir responsabilidades cada vez maiores, inclusive no âmbito da paz e da segurança internacionais. Nesse sentido, a participação brasileira em operações de paz sob os auspícios da ONU se torna cada vez mais complexa, acarretando maiores riscos e oportunidades para a condução da política externa nacional.

Atualmente, o Brasil exerce função de comando em três importantíssimas operações de paz da ONU: comando militar da MINUSTAH, no Haiti; comando da força tarefa naval na UNIFIL, no Líbano; e comando militar da MONUSCO, República Democrática do Congo – nesta, o general Alberto Cruz foi escolhido a título pessoal, mas não deixa de representar o Exército Brasileiro e a República Federativa do Brasil.

No MONUSCO, general brasileiro terá o comando militar da primeira operação de paz da ONU que incorporou uma força-tarefa ofensiva, com armamento pesado e mandato robusto, autorizada a empregar “todos os meios necessários” para auxiliar o governo congolês a estabilizar o país. Na UNIFIL, missão já antiga, o comando naval brasileiro ganha enorme importância em um contexto de conflito na vizinha Síria, pois passa a fiscalizar possível contrabando de armas para aquele país, já tendo a fragata brasileira feito significativas apreensões. Missões como essa são importantíssimas para dar expertise aos militares brasileiros em contextos de emblemáticos conflitos internacionais contemporâneos, ademais, permitem fortalecer a imagem internacional de um país que busca ampliar sua inserção global; no entanto, é na MINUSTAH que podemos perceber, de fato, como o Brasil entende uma operação de paz.

A MINUSTAH é uma operação de paz multidimensional e multissetorial, onde fica clara a relação indissociável que o Brasil estabelece entre a promoção da paz e do desenvolvimento. Além de promover operações militares convencionais, como no processo de pacificação Cité Soleil, o Brasil tem, no Haiti, um batalhão de engenharia, que desenvolve projetos de infraestrutura, além de inúmeros projetos de cooperação técnica, nos quais conta com a colaboração da sociedade civil – vale notar que a ONG brasileira Viva Rio está em Porto Príncipe.

Para o Brasil, não há verdadeira paz sem desenvolvimento. Por isso, o país privilegia ações de promoção de desenvolvimento como forma de prevenção de conflitos – o que, inclusive, já foi corroborado pela ONU em discurso do ex-Secretário Geral Kofi Annan: “Freedom from fear; freedom from want”. No entanto, se a prevenção falhar, a promoção, a manutenção e a consolidação da paz devem ser empreendidas de modo que se evitem novos conflitos, ou seja: fortalecendo-se a dimensão institucional e socioeconômica nos países, como o Brasil faz no Haiti.

Assumindo responsabilidades cada vez maiores, inclusive em posições de comando em importantes operações de paz, o Brasil reforça suas credenciais no campo da manutenção da paz e da segurança internacionais, fortalecendo seu pleito por um papel mais protagônico na administração da ordem internacional contemporânea, o que poderia traduzir-se em eventual escolha para compor o seletivo grupo de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o Brasil poderia ter uma voz ainda maior como empreendedor normativo, que visa a promover uma nova concepção de paz e segurança internacionais, intrinsecamente relacionadas à ideia de desenvolvimento. Ainda, com maiores responsabilidades,

advirá maior cobrança por parte da comunidade internacional, o que fará que o Brasil por ventura tenha que rever algumas de suas posturas internacionais.

**MENOR NOTA (11/20)**

Desde a redemocratização, o Brasil tem se envolvido mais em operações de paz auspiciadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essas operações, evidentemente, comportam riscos, pois envolvem o contato com outras soberanias, o que é sempre delicado. As operações de paz, no entanto, oferecem oportunidades únicas para o Brasil colocar em prática os princípios que prega – como os de solidariedade, não indiferença, defesa do desenvolvimento – e para influenciar a configuração dessas operações, junto à ONU, com seus ideais, além de contribuir pra o maior prestígio do país e ajudá-lo na consecução de seus objetivos.

A experiência recente do Brasil em operações de paz envolve as operações no Timor Leste e, mais recentemente, a MINUSTAH, no Haiti. O Brasil tem como princípio só atuar com o consentimento das partes envolvidas, em consonância com os princípios de respeito à autodeterminação dos povos e de não intervenção. O Brasil, ademais, em respeito a esses mesmo princípios, só assume operações que visem à manutenção da paz, rejeitando as missões de “peace enforcement”.

Operações de paz, evidentemente, comportam riscos, pois lidam com países soberanos, ciosos de suas autonomias. Além disso, há sempre custos humanos envolvidos, já que tropas nacionais têm de ser deslocadas. Esses riscos, no entanto, são pequenos, se comparados às oportunidades que a participação nessas missões oferece ao Brasil.

O Brasil, nos últimos anos, tem firmado-se como potência emergente pacífica, e deve agir como tal. As operações de paz são excelentes oportunidades para o país expandir seu prestígio. Como dizia o ex-chanceler Celso Amorim, no mundo “não se pode viver de carona”: o Brasil precisa assumir responsabilidades condizentes com sua posição atual e com sua pretensão de assumir vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Além do mais, o envolvimento em operações de paz oferece ao Brasil a oportunidade de colocar em prática os valores que prega e de influenciar, num futuro próximo, a doutrina das operações de paz com seus valores. Quanto ao primeiro ponto, o Brasil, ao participar das operações de paz da ONU, confirma seu compromisso com os princípios da solidariedade e da não indiferença e, ainda, contribui para o desenvolvimento dos países beneficiados.

A ênfase no desenvolvimento é o que distinguiu a missão do Brasil no Haiti (MINUSTAH) de outras operações semelhantes. O enfoque do Brasil não foi apenas militar, visando à segurança, mas também desenvolvimentista, ao promover projetos de inclusão social diversos, muitas vezes em cooperação trilateral com países como os Estados Unidos e a França.

A participação do Brasil em operações de paz da ONU, portanto, é positiva. Ela contribui não apenas para expandir o prestígio do país, mas também para difundir seus valores e, com base neles, influenciar a ordem internacional.

## QUESTÃO 4

**Não há dúvida sobre o interesse brasileiro a respeito da normatização internacional sobre a delimitação dos espaços marítimos. Espera-se que a plataforma continental brasileira seja em breve alargada. Ao longo do litoral brasileiro, desenvolvem-se atividades econômicas, como a pesca, o turismo e a exploração de reservas de gás e petróleo, entre outros minerais, atividades que só crescerão em importância. A partir dessas considerações, responda, de forma fundamentada, o seguinte questionamento: em que medida a ZOPACAS é um instrumento de promoção e defesa dos interesses brasileiros no Atlântico Sul?**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 20 pontos]

## FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (19/20)

A Zona de Paz do Atlântico Sul, criada em 1986 a partir da resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, constitui um espaço de concertação entre 24 Estados ribeirinhos, com foco na promoção da paz e da cooperação em áreas de interesse comum. De acordo com as diretrizes do Plano de Ação de Luanda, editado em 2007, a ZOPACAS privilegia três aspectos: a consolidação regional como área livre de armas nucleares, a cooperação entre os membros e a promoção de temas econômicos e financeiros. Em todos esses três aspectos, a ZOPACAS constitui um instrumento de defesa dos interesses brasileiros no Atlântico sul, relacionados à paz, à segurança e ao desenvolvimento.

No que concerne ao desarmamento e à consolidação do Atlântico sul como área livre de armas nucleares, a ZOPACAS converge com a posição tradicional brasileira de país provedor da paz. Na América do Sul, Brasil, Argentina e Uruguai são partes do Tratado de Tlatelolco, enquanto, do lado africano, 14 dos 21 membros da ZOPACAS são membros do Tratado de Pelindaba, dando grande contribuição à consolidação do hemisfério sul como área livre de armas nucleares. Tal realidade coaduna-se com o interesse brasileiro de evitar a militarização regional, que ameaça a estabilidade. O Brasil acredita que as riquezas do Atlântico sul devem ser exploradas e usadas pelos países da região, razão pela qual valoriza a ZOPACAS como instrumento para evitar ingerências externas, para construir o diálogo e para promover a cooperação.

Na reunião da ZOPACAS realizada em 2013 em Montevidéu, lançou-se o plano de ação homônimo, que prioriza a cooperação em áreas fundamentais para o interesse brasileiro. Esse plano prevê a cooperação relativa à exploração e ao mapeamento dos recursos marítimos e da extensão das plataformas continentais dos países, devendo-se aproveitar as similaridades entre as costas africana e brasileira para estimular a transferência e o compartilhamento de tecnologia. O Brasil pleiteia junto à ONU a expansão de sua plataforma continental em 950 mil km<sup>2</sup>, de modo a resguardar a Amazônia Azul, e tem incentivado os países da ZOPACAS a explorarem suas plataformas continentais, a fim de que os recursos sejam usados em benefício da região. Antes mesmo do Plano de Ação de Montevidéu, o Brasil engajou-se em cooperação bilateral com a Namíbia, contribuindo para a formação de seus fuzileiros navais, além do mapeamento de sua plataforma continental, em que há petróleo, gás, nódulos e sulfetos poliméricos e crostas mangasíferas.

É relevante ressaltar que, conquanto a ZOPACAS seja frequentemente associada à segurança, trata-se de um mecanismo mais abrangente, que converge com os interesses brasileiros também no domínio comercial. O recente Plano de Ação de Montevidéu, marco da presidência uruguaia da ZOPACAS, alude igualmente aos temas de interesse econômico-financeiro. O Atlântico sul é o “locus” de saída de 95% do comércio exterior brasileiro, em um cenário em que o continente africano tem apresentado taxas de crescimento superiores à média mundial. A ZOPACAS instrumentaliza-se como forma de construir pontes sobre o Atlântico, permitindo maior intercâmbio comercial com o continente africano, cujo fluxo de comércio com Brasil alcançou 28 bilhões de dólares em 2012. O comércio Brasil-África abrange trocas comerciais de alta qualidade, com destaque para a compra de manufaturados brasileiros e para crescente internacionalização das empresas nacionais.

A ZOPACAS tem passado por um processo de revitalização nos últimos anos, o qual, por si só, revela sua importância para a promoção de interesses brasileiros. A cooperação sul-sul é, nesse âmbito, linha de ataque e força de defesa contra a existência de assimetrias, sendo

a ZOPACAS relevante para promover, a um só tempo, cooperação, segurança e comércio, temas que são cruciais para o Brasil.

## LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI (19/20)

A reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul em 2013 indica a importância crescente da dimensão atlântica da política externa contemporânea. A descoberta de importantes recursos minerais e o crescimento do dinamismo do Atlântico Sul como rota marítima trouxeram à baila a necessidade de adensamento da cooperação com os países ribeirinhos desse rio chamado Atlântico.

Quando primeiro elaborada no final da década de 1980, a ZOPACAS objetivava criar um espaço de concertação política que privilegiasse a cooperação entre os países de ambas as margens do Atlântico Sul. O princípio basilar era de que a segurança dessa parte do oceano deveria ser assegurada antes pelos países ribeirinhos e não por atores externos, como sinalizava a proposta de criação de uma organização para o Atlântico Sul (OTAS). Para isso, era necessário adensar as relações entre a costa africana e a costa atlântica da América do Sul, objetivo ao qual a ZOPACAS se destinava.

Ao longo da década de 1990, no entanto, o mecanismo manteve baixo perfil, só sendo revitalizado recentemente. A percepção atual sobre a importância crescente do Atlântico Sul, na esteira das determinações da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar (1982), é o controle sobre os recursos da Plataforma Continental. De acordo com a convenção, os países teriam direito a uma zona econômica exclusiva de 200 milhas marítimas, as quais poderiam ser estendidas até 350 milhas marítimas caso fosse comprovado que a plataforma continental do país ultrapassasse o limite inicialmente estipulado. Devido ao grande potencial energético comprovado pelas reservas do pré-sal na costa brasileira, o controle desse espaço marítimo fez-se premente. Do mesmo modo que no Brasil, as semelhanças da plataforma continental africana também levam a antecipar a descoberta de grandes descobertas energéticas em sua costa.

Para além disso, a inadequação dos canais de Suez e do Panamá ao porte dos navios cargueiros atuais aumentou enormemente o fluxo de cargas no Atlântico Sul e, por consequência, sua importância para o comércio internacional.

À medida que o Atlântico Sul cresce em importância estratégica, cresce também o interesse brasileiro em assegurá-lo como uma zona segura e estável. Nesse sentido, a ZOPACAS consolida-se como instrumento cooperativo prioritário para garantir a consecução desses objetivos securitários. Por meio da ZOPACAS, o Brasil torna-se capaz de criar um arranjo institucional que irá articular novas iniciativas de cooperação e coordenar as existentes, como os exercícios navais sob a égide do projeto IBSAMAR e o treinamento brasileiro de oficiais de Marinha da Namíbia.

Ao cooperar no âmbito do Atlântico Sul, onde se encontram recursos estratégicos à economia nacional, o Brasil reitera dois princípios basilares de sua política externa: a busca de desenvolvimento e de autonomia na política internacional. Por ser o Atlântico Sul um espaço comum de atuação dos países da região, a ZOPACAS consolida-se como uma instância de responsabilidade compartilhada pelos destinos e potencialidades da dimensão atlântica.

## LEONARDO ROCHA BENTO (19/20)

Constituída em 1986 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foi revitalizada recentemente, a partir de 2005, recebendo um enfoque mais multissetorial e multitemático. Essa revitalização responde aos anseios do Brasil em introduzir novos temas, de viés principalmente social, nas discussões de segurança. Os progressos atuais da ZOPACAS, evidenciados pela Reunião Ministerial de Montevidéu, em 2013, comprovam que a zona é instrumento importante para a consecução dos objetivos de política externa do Brasil.

A relevância do Atlântico Sul para os interesses brasileiros pode ser dividida em aspectos de segurança e de economia. No primeiro caso, é possível elencar que, com os tratados de Tlatelolco, que proscreeu o uso de armamentos nucleares na América Latina e no Caribe, e de Pelindaba, que, embora carente de ratificações de alguns dos signatários, promove a proscrição daqueles armamentos no continente africano, o Atlântico Sul está tornando-se uma área livre de armas nucleares. A ZOPACAS, nesse sentido, é fórum que intensifica a cooperação em segurança sob a égide de um ambiente mais propício à defesa do desarmamento. Para o Brasil, além de garantir a estabilidade na região, o que é de vital importância estratégica para um país cujo litoral tem mais de 8 mil quilômetros, a ZOPACAS reforça a lógica de multilateralismo, ao permitir que os 24 países-membros coordenem seus esforços. Essa coordenação reflete-se também em diversas iniciativas bilaterais entre eles, como a formação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, com base na cooperação técnica oferecida pelo Brasil.

Economicamente, o Atlântico Sul também é lócus de promoção e de defesa dos interesses econômicos brasileiros. A maioria das exportações brasileiras deixa o país por esse oceano. O fluxo comercial com a África Subsaariana atingiu a cifra de 26 bilhões de dólares em 2012, o que torna o subcontinente, caso fosse um único país, um dos cinco maiores parceiros comerciais do Brasil. Essa relevância econômica também é revestida de caráter estratégico, no que diz respeito ao Atlântico Sul, por causa das riquezas da plataforma continental brasileira. A chamada “Amazônia Azul”, incorporada ao Brasil pelo deferimento parcial do pleito brasileiro junto à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental, é dotada de riquezas, como novos campos de exploração de petróleo, adjacentes ao Pré-Sal. A garantia de paz e de segurança na região, oferecida pela atuação cooperativa no âmbito multilateral da ZOPACAS, responde, assim, aos interesses econômicos e estratégicos do país.

A ampliação do escopo de atuação da ZOPACAS é um indicativo de que a garantia de segurança está relacionada com a promoção do desenvolvimento. Em 2007, foi firmado o Plano de Ação de Luanda, que contempla um enfoque mais multitemático para a zona, em consonância com o interesse brasileiro de reduzir a securitização da agenda internacional, ampliada nos últimos anos. Durante a Reunião Ministerial de Montevidéu, em 2013, os ministros dos 24 países-membros da ZOPACAS reforçaram o caráter multissetorial da cooperação, ao incluir na declaração final do encontro a necessidade de ampliar as rotas marítimas na região, de intensificar o comércio e de promover o desenvolvimento conjunto dos membros. São evidências desse compromisso o auxílio de integrantes da LEPLAC brasileira ao programa que está elaborando estudos sobre a plataforma continental da Namíbia ou as estratégias de apoio à segurança alimentar, como o Diálogo Brasil-África sobre o tema, de 2010.

O fortalecimento da ZOPACAS responde a interesses internos e internacionais do Brasil. Domesticamente, a cooperação no Atlântico Sul torna-se garantia da defesa do vasto litoral nacional, incluindo não apenas a zona costeira, como também a Amazônia Azul, além do refor-

ço a uma região livre de armas nucleares, que poderiam ser uma ameaça à segurança do país. Internacionalmente, a cooperação transcende a temática da segurança, tratando de temas mais amplos, como o desenvolvimento, que contribuem para a paz e a estabilidade. Como arranjo multilateral, a ZOPACAS legitima a atuação de seus membros e reforça a existência de uma ordem internacional calcada na ideia de multipolaridade de cooperação.

## MENOR NOTA (8/20)

Recentemente, tem ganhado destaque a exploração de petróleo no pré-sal. Há perspectivas, inclusive, de exploração de tais reservas também na costa Oeste da África, especialmente em países como Angola e Namíbia. Além disso, há, tanto na costa brasileira quanto na africana, atividades econômicas como a pesca e o turismo, fundamentais às economias dos países desenvolvidos. Esses fatores, aliados à concertação e à cooperação entre o Brasil e os Estados do litoral atlântico africano, conferem especial importância estratégica à região do Atlântico Sul. Para que se realizem plenamente os potenciais dessa área, é necessário ter uma concepção que leve em conta, também, a cooperação e a defesa, no sentido de garantir estabilidade. Nesse sentido, a ZOPACAS é mecanismo privilegiado.

No litoral brasileiro, há perspectivas de reconhecimento de extensão maior à plataforma continental, o que se configura como estratégico para o Brasil devido aos recursos energéticos disponíveis no subsolo do mar – notadamente, o petróleo do pré-sal. A exploração petrolífera significa a concentração de grandes interesses econômicos brasileiros e internacionais, na medida em que haverá participação de empresas estrangeiras nessa atividade. Do lado africano, devido à mesma origem geológica, acredita-se haver reservas semelhantes, as quais estão em fase de intensa prospecção. Dessa forma, torna-se relevante o estímulo a mecanismos que aproximem os países africanos e o Brasil na cooperação para a gestão adequada desses interesses semelhantes. A ZOPACAS, criada em 1986, adquire novo fôlego nesse contexto, na medida em que deve ser utilizada como mecanismo de discussão e de criação de normativas que fortaleçam a cooperação interoceânica em áreas de interesse à exploração econômica.

A pesca oceânica é atividade fundamental à economia de países como Namíbia, Angola e vários outros da costa atlântica africana. No Brasil, essa atividade também merece destaque. No contexto das águas do Atlântico Sul, a navegação – sua regulamentação e garantia de segurança – é essencial ao crescimento econômico da área de pesca. No que se refere ao turismo – que é intenso ao longo do litoral brasileiro – a navegação também surge como meio estratégico à economia, seja em relação ao turismo marítimo, seja em relação a garantir a segurança litorânea com vistas à proteção do potencial turístico terrestre. A zona de paz do Atlântico Sul seria, nesse sentido, fundamento relevante sobre o qual se poderá garantir uma política adequada de defesa e garantir a navegação pacífica, a qual é fator determinante para as atividades econômicas da pesca e do turismo.

Os interesses brasileiros não se localizam apenas ao longo da parte nacional do Atlântico Sul. Ao contrário, a presença de empresas como a PETROBRAS em Angola e na Namíbia comprova o fato de que o país é cada vez mais atuante no território africano. Há, também, significativos investimentos brasileiros em países africanos na área de construção civil, assim como cooperação técnica para promoção do desenvolvimento, o que vincula os interesses africanos aos brasileiros, formando uma área de intersecção de grande importância. Essa área se concentra geograficamente no Atlântico Sul, o que enseja a ênfase em um diálogo institucionalizado que congregue os principais temas de interesse envolvendo todos os países costeiros de cada um dos lados. A ZOPACAS é, dessa maneira, instrumento a ser privilegiado na promoção de discussões e na consecução de consenso sobre iniciativas de interesse desses Estados.

É notável a crescente convergência das agendas do Brasil e dos países costeiros do Atlântico africano nas últimas décadas. Ao aumento da densidade de relações e da gama de interesses compartilhados deve corresponder também um crescimento da densidade institu-

cional das relações entre esses países. Sob outra perspectiva, há a necessidade de garantir a paz e a cooperação em uma área de crescentes atividades econômicas que têm grande potencial de crescimento futuro. Em todos esses aspectos, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tem muito a contribuir, significando mecanismo essencial de efetivação da política externa brasileira no Atlântico e na África.

# DIREITO

## QUESTÃO 1

**Comente o trecho seguinte, adaptado da obra de Serge Sur:**

"Há certamente um vocabulário jurídico nas relações internacionais, toda uma coleção de acordos e compromissos, mas isso não seria apenas a aparência dissimulada da realidade nua das relações de força e, para citar Bismarck, o poder normativo dos fatos."

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 30 pontos]

**FELIPE EDUARDO LIEBL (30/30)**

Há uma relação muito próxima entre as relações internacionais e o direito das gentes. Na medida em que se reconhece que as relações jurídicas são, em parte, consequências da materialização das relações de poder, nos termos expostos a partir da teoria de Michel Foucault, é possível reconhecer que há influência política na formulação de postulados jurídicos. Assim, não se pode afirmar que o direito das gentes é um sistema isolado, nos termos da teoria de Niklas Luhmann, sendo ele influenciado pela constituição conjunta de normas que refletem relações políticas e que as integram a uma sistemática de poder jurisdicionalizado. Apesar dessas constatações, o sistema jurídico internacional reveste-se de relativa autonomia, sendo mais do que a mera repetição de relações do poder normativo dos fatos.

Ao conferir maior preeminência às relações de poder, teóricos realistas das relações internacionais aliam-se a doutrinas que nem a existência de um direito das gentes. Essa perspectiva é rechaçada por internacionalistas como Celso Duvivier A. Mello, que afirmam haver um ordenamento jurídico internacional coerente, embora lacunoso, apesar das falhas no que concerne à sua efetiva aplicabilidade. Para além dessa perspectiva, há de se assinalar que todo o Direito guarda relação com a força e, portanto, negar o caráter jurídico do direito das gentes corresponde a negar a jurisdicionalidade do Direito como um todo, o que é uma medida excessivamente radical.

O processo de influência do direito das gentes na política internacional e vice versa é descrito por Alain Pellet, segundo o qual o direito das gentes passa por um processo de comunitarização. Para ele, esse processo reflete o atual estágio de cooperação internacional, que necessita de instrumentos normativos eficazes e amplos. Esses instrumentos podem garantir um arcabouço de normas que diminuem o caráter anárquico internacional, realçando princípios como a autodeterminação dos povos e a soberania estatal, nos termos já parcialmente propostos na defesa da igualdade jurídica dos Estados por Rui Barbosa, em 1907.

A preocupação com o direito das gentes pode ser constatada nos esforços internacionais para garantir, ao menos retoricamente, o apoio de um substrato jurídico às relações de poder. Exemplo disso é a redação de resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU). Os textos adotados nesse órgão apresentam deferência clara à linguagem adotada no âmbito do direito das gentes. Isso ocorre devido à percepção da relevância do ordenamento jurídico internacional e de sua legitimidade, bem como pela percepção, pela opinião pública interna, da necessidade de manutenção de uma ordem jurídica internacional eficaz.

A influência do direito das gentes nas relações internacionais vai além da linguagem adotada. O respeito às normas internacionais é uma tendência crescente no mundo hodierno. Essas normas abrangem cada vez mais temas e evitem, ou aumentem os custos de, ações unilaterais em discordância com os ensaios internacionais. A proliferação de normas e de mecanismos de controle garante mais efetividade ao direito das gentes, que passa a contar com mais mecanismos de solução de controvérsias, sejam elas institucionalizadas ou sejam eles provenientes do costume internacional.

O aumento do número e da importância de novos sujeitos no direito das gentes é significativo aporte na separação da mera negação do direito internacional. Ao expandir-se, o direito das gentes possibilita a gestão de normas que possibilitam a criação de meios capazes

de sustentar um direito das gentes efetivo e protetivo. Exemplo disso é a criação de normas de direitos humanos efetivos a partir de postulados de organizações internacionais e de sujeitos.

Além disso, o reforço do “jus cogens” como normas imperativas internacionais é uma das características que permitem constatar a superação de um modelo meramente realista nas relações internacionais. Ao consagrarem-se normas imperativas, há a redução da autonomia estatal no que concerne às suas ações externas. Isso é positivo, na medida em que exemplifica a tendência à maior interdependência mundial.

Desse modo, é possível constatar que, embora o direito das gentes seja, em parte, um reflexo das relações de poder que permitiam a constituição de todas as normas jurídicas, há uma autonomia desse direito, que avança seus princípios e é capaz de, parcialmente, moldar as ações internacionais. Esse avanço é lento e gradual, cabendo advertir, como o faz Pellet, que as normas internacionais não são, “per se”, mecanismos de emancipação. A busca de princípios de igualdade e de representatividade deve ocorrer, assim, no quadro de limitações e de instituições existentes, o que garantirá a transformação gradual da ordem jurídica internacional.

## HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (30/30)

O excerto da obra de Serge Sur e a menção ao estadista alemão Otto von Bismarck evidenciam a relevância do vínculo entre as relações internacionais e as normas do Direito Internacional. Referência é feita à concepção clássica de Direito Internacional, mediante a qual são reguladas as relações de coexistência entre os sujeitos internacionais por excelência, os Estados soberanos. O fulcro dessas relações é a definição da paz e da guerra — as “relações de força” do excerto —, fenômenos lícitos e recorrentes no sistema de coerção descentralizado do Direito Internacional Clássico.

A transição entre a vigência do Direito Internacional Clássico e o advento do Direito Internacional Contemporâneo é marcada por transformações relevantes ao debate introduzido pelo trecho de Sur. A primeira dessas transformações vincula-se ao *ius ad bellum*, uma vez que o atual Direito Internacional restringe sobremaneira o recurso à força nas relações internacionais. A Carta da ONU é que encabeça essas normas internacionais de limitação da força às hipóteses de legítima defesa, de ameaça à segurança internacional (por conta de ameaça à paz, ruptura da paz e ato de agressão) e de luta anticolonial, sendo todas essas hipóteses sujeitas às deliberações do Conselho de Segurança da ONU quanto a sua pertinência. Após a prevalência da licitude da guerra até o início do século XX, a tentativa de implementar a chamada “moratória da paz” na Liga das Nações e a proscrição do recurso à força como política de Estado propugnada pelo Pacto Briand-Kellogg, não se pode dizer que o direito de ir à guerra é, atualmente, mera “aparência dissimulada da realidade”, mas, sim, um conjunto de normas que constrange o emprego da força a hipóteses muito específicas.

A segunda transformação que caracteriza o Direito Internacional Contemporâneo é a ascensão de normas internacionais cujo fundamento de validade não decorre da vontade estatal. Em outros termos, a teoria voluntarista, que advoga a volição dos Estados soberanos como fundamento para a validade das normas de Direito Internacional e que explica grande parte das normas internacionais vigentes, passa a dividir terreno com a teoria objetivista, segundo a qual a realidade objetiva de certas normas internacionais independe da vontade estatal. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados é comprovação contumaz dessa coexistência voluntarista-objetivista, por ser resultante da vontade estatal que reconhece que normas convencionais que conflitem com normas de *jus cogens* — cuja vigência está acima das volições soberanas — são nulas ao Direito Internacional. Assenta-se não só o “poder normativo dos fatos”, mas também o poder mesmo das normas.

A terceira transformação decorrente da ascensão do Direito Internacional Contemporâneo é o surgimento de novos sujeitos, para além dos Estados soberanos. Organizações internacionais tiveram sua personalidade jurídica reconhecida já na década de 1940, quando o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre o Caso Bernadotte esclareceu a existência de direitos e de obrigações internacionais das OIs. Indivíduos têm seus direitos protegidos pelas normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos e por tribunais permanentes, principalmente em âmbito regional — a exemplo da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O dever de respeitar as normas imperativas de Direito Internacional cogente por parte dos indivíduos é assinalado pelas hipóteses de jurisdição do Tribunal Penal Internacional quanto a crimes contra a humanidade, crimes de guerra e de genocídio.

A densidade incrementada do “vocabulário jurídico nas relações internacionais” é decorrência de um Direito Internacional Contemporâneo em que há restrição ao uso da força, normas independentes da vontade estatal e novos titulares de direitos e de obrigações. Tais

transformações são coerentes com o robustecimento do Direito Internacional de cooperação, para solução de problemas comuns aos sujeitos internacionais, e de solidariedade, para proteção de um núcleo duro de valores compartilhados por toda a humanidade.

## RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (30/30)

Há autores e acadêmicos que defendem não existirem, no âmbito do direito das gentes, mecanismos hierarquicamente superiores de produção do arcabouço normativo internacional e de sua aplicação compulsória, inclusive por meio de sanções. A celebração de acordos e compromissos entre sujeitos de Direito Internacional é feita de maneira descentralizada e baseada, para muitos, na Teoria Voluntarista, no âmbito da qual a manifestação positiva de vontade é fundamental para que determinado sujeito do direito das gentes se obrigue a certa norma internacional. A evolução da formação e da aplicação do Direito Internacional, entretanto, comprova que Tratados e normas jurídicas vigentes para sujeitos de direito das gentes não podem ser considerados aparência dissimulada do uso da força no âmbito da comunidade global.

A ordem internacional gestada após os Tratados de Westfália, em 1648, superou teorias transcendentais e religiosas que autorizavam o uso da força com base na teoria jusnaturalista da “Guerra Justa”. Assim, o direito ao uso da força foi positivado, havendo Carl von Clausewitz inclusive afirmado que a guerra é a “continuação da política por outros meios”, prevalecendo sobre “vocábulos jurídicos” idealistas sobre paz e cooperação. Ocorre, entretanto, que a evolução do Direito Internacional, após diversas guerras, culminou na proibição geral do uso da força, consagrada no art. 2º, § 4º, da Carta da ONU, havendo todos os 193 Estados membros das Nações Unidas também conferido ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e segurança internacionais (art. 24 da Carta da ONU). Não obstante as exceções à proibição do uso da força – legítima defesa e autorização do CS (arts. 51 e 39 da Carta da ONU) e direito à autodeterminação externa dos povos coloniais –, é inequívoca a percepção de todos os Estados da ONU sobre a proibição do uso da força em suas relações internacionais.

A evolução na formação contemporânea do direito das gentes também indica não haver aparência dissimulada das relações de força nas relações internacionais. Nesse contexto, merecem ser destacadas as normas de jus cogens, caracterizadas como normas imperativas de Direito Internacional geral e que não podem ser derogadas por outras normas internacionais de hierarquia inferior. Insculpidas, por exemplo, nos arts. 53 e 64 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, as normas de jus cogens vêm consolidando o entendimento dos Estados sobre a proibição do uso da força em determinados ramos do direito das gentes, como em certas normas de direitos humanos e humanitários. A própria obrigatoriedade das Resoluções do CS da ONU (arts. 25 e 103 da Carta da ONU) também demonstra uma relativização do uso da força, devido à valorização do primado do pacta sunt servanda e à possibilidade de sanções econômicas e militares impostas pelo CS (arts. 41 e 42 da Carta da ONU).

A aplicação do Direito Internacional também vem passando por evoluções, sendo verificado, atualmente, crescente engajamento de Estados com as soluções pacíficas de controvérsias. A criação progressiva de Cortes internacionais, exemplos de meios jurisdicionais judiciais de solução pacífica de conflitos, comprova o compromisso da comunidade internacional com as normas jurídicas e a mitigação do uso da força. Apesar de a implementação da decisão obrigatória proferida ainda estar revestida de certa descentralização, a atuação de Cortes, como o TPR do Mercosul, CIJ e TPI, e do Sistema de Soluções de Controvérsias da OMC incontestavelmente se coaduna com a proscrição geral do uso da força.

A evolução da formação e da aplicação do direito das gentes demonstra inequivocamente o respeito à proscrição do uso da força nas relações internacionais (art. 2º, § 4º, da

Carta da ONU), favorecendo um “constitucionalismo global” (José Joaquim Gomes Canotilho), em que Estados deixam apenas de coexistir e passam a cooperar mutuamente.

## MENOR NOTA (20/30)

Diversos estudiosos e políticos já afirmaram que o Direito Internacional não passa de uma fábula, de um conjunto de princípios morais que se subordinam às relações de força no sistema internacional. Essa interpretação certamente decorre do caráter anárquico das relações internacionais, em que não há um Leviatã hobbesiano capaz de formular regras e de garantir sua implementação. O contexto internacional atual, contudo, demonstra que sistemas jurídicos podem surgir e se ampliar mesmo em um cenário de “self-help”, havendo uma conjunto crescente de normas internacionais, de organizações intergovernamentais e de instâncias judiciais.

A obrigatoriedade das normas internacionais fundamenta-se em duas visões básicas: a voluntarista e a objetivista. De acordo com os voluntaristas, o fundamento da validade do Direito Internacionais é a vontade estatal soberana. Esse é, certamente, o caso de diversos tratados internacionais, em que os Estados aceitam certas regras com o intuito de facilitar a coexistência internacional; Com a crescente interdependência internacional, contudo, a cooperação internacional tornou-se uma necessidade para os Estados, que precisam formular regras que facilitem a obtenção conjunta de certos objetivos. Esse é o caso, por exemplo, das organizações comerciais regionais. A solução de problemas globais, por sua vez, demanda a formação de um direito internacional de solidariedade, em que os Estados subordinam-se a certas regras, como o Protocolo de Quioto, para o bem da humanidade. Esses acordos não são o mero reflexo das relações de força internacionais.

O objetivismo, por sua vez, demonstra que diversas normas internacionais surgem se o consentimento explícito dos Estados. O costume internacional, por exemplo, surge a partir de práticas reiteradas e amplas que os Estados consideram ser obrigatórias (*opinio juris*). As normas imperativas, por sua vez, refletem normas fundamentais da sociedade internacional que não podem ser rejeitadas por um Estado, sendo, inclusive, causa de nulidade de tratados internacionais, conforme definido nos artigos 53 e 64 da CVDT/69. O respeito a normas que não surgiram explicitamente da vontade estatal é um grande indicador de que as relações de também se subordinam, em certos momentos, ao Direito Internacional.

Um terceiro aspecto que demonstra o poder normativo das regras internacionais é o surgimento de regimes especiais que buscam dar maior efetividade às normas primárias do Direito Internacional por meio de normas secundárias de julgamento e de implementação. Esses regimes não modificam o caráter descentralizado das sanções internacionais, mas legitimam a aplicação dessas sanções e, desse modo, incentivam a observância das normas internacionais. Isso fica evidente, por exemplo, no caso do sistema de solução de controvérsias da OMC, assim como no caso de tribunais internacionais como a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional. O sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, por sua vez, demonstra os limites atuais que existem em relação ao uso da força, restringindo o “uso da guerra como continuação da política”, conforme descrito por Clausewitz.

O Direito Internacional avançou muito no último século. O sistema internacional ainda é anárquico, mas houve um impressionante adensamento jurídico internacional que visa à limitação do puro e simples poder normativo dos fatos.

## QUESTÃO 2

**O direito das gentes contempla doutrinas notabilizadas pelo nome de seus autores, dentre essas, as doutrinas Drago, Tobar e Estrada. Indique o conteúdo de cada uma delas e assinale sua importância no desenvolvimento desse ramo do direito.**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 30 pontos]

## **FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (30/30)**

De acordo com o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, a doutrina não é fonte do Direito Internacional Público, mas, assim como a jurisprudência, meio auxiliar para a determinação das normas internacionais. Nesse contexto, deve-se esclarecer que as doutrinas Drago, Tobar e Estrada não são meios pelos quais o Direito Internacional se revela; antes, são opiniões a respeito de regras já existentes, costumeiras ou convencionais, sobre as quais recai certo grau de indefinição quanto a seu conteúdo. É justamente por existir essa indefinição, e, portanto, espaço para debates, que essas doutrinas contribuem com a evolução do Direito Internacional.

A Doutrina Drago relaciona-se com a proteção diplomática prestada por um Estado a um nacional residente em outro Estado. Assim, o indivíduo recorre à representação diplomática do país de que é nacional para alcançar a proteção de algum alegado direito. De acordo com o Direito Internacional, isso só pode ocorrer depois de esgotados os recursos aos órgãos jurisdicionais do país de residência, ou caso seja negado o acesso a esses órgãos. Além disso, o requerente deve ter idoneidade moral para merecer a proteção, autorizada por meio do “endosso”. Mesmo se preenchidos esses requisitos, o Estado de nacionalidade do requerente tem completa discricionariedade na concessão do endosso, avaliando-o por meio de juízo de oportunidade e conveniência. De acordo com a Doutrina Drago, elaborada por ministro argentino no início do século XX, os Estados deveriam assumir o compromisso de absterem-se da concessão de endosse, dado que ele poderia levar a uma indevida intervenção nos assuntos internos de um Estado, por meio de um autoconcedido direito de extraterritorialidade. Essa doutrina foi rejeitada pela maior parte dos países e não evoluiu no sentido de transformar-se em norma internacional.

As doutrinas Tobar e Estrada, por sua vez, referem-se ao reconhecimento de governo imposto por meio de revolução ou no contexto de perturbação de regras constitucionais para a instalação de governos. De acordo com a Doutrina Tobar (1907), não se deve reconhecer governos ilegítimos, impostos pela força, em descumprimento do ordenamento jurídico estatal. A Doutrina Estrada (1933), por outro lado, baseia-se no fato de que não compete aos Estados avaliar a legitimidade ou a ilegalidade do governo de outro Estado, porquanto a organização política interna é de competência exclusiva daquele país cujo governo foi deposto. Atualmente, a Doutrina Tobar, que muito se assemelha à teoria do poder constitutivo do reconhecimento de Estado, está em desuso. Hoje, as teorias sobre reconhecimento de governo evoluíram no sentido de que aceitem os governos cuja legitimidade advém de bases internas, do apoio da maioria da população nacional, e de bases internacionais (de menor relevância), referente aos respeito dos compromissos assumidos pelo governo anterior. De acordo com o princípio do estoppel, o governo atual não pode agir no sentido de contrariar o comportamento anterior do Estado. Nesse contexto, tem-se tornado comum esperar as eleições nacionais que confirmem ou que rejeitem o governo e a nova ordem instalados, para que se proceda ao reconhecimento. Uma vez reconhecido, por ato unilateral, o ato é irrevogável, além de retroativo.

O ponto de semelhança entre as doutrinas Drago, Tobar e Estrada encontra-se no tema da não intervenção em assuntos internos de um país, que muito evoluiu a partir desses debates doutrinários. Atualmente, o artigo 2.7 da Carta da ONU estipula o dever de não intervenção, fundamentado na igualdade soberana dos Estados, mas não desvenda, de maneira explícita, quais são os conteúdos materiais desse dever, nem os casos em que a intervenção

ilegítima se configura. No caso das Atividades Militares e Paramilitares na Nicarágua, no âmbito da Corte Internacional de Justiça (CIJ), decidiu-se que é uma intervenção indevida aquela que procura alterar o sistema político, jurídico ou os quadros institucionais de um país, particularmente por meio da força. É claro que o reconhecimento de governo não necessariamente passará por uma intervenção militar com propósito político, mas, de qualquer forma, a jurisprudência da CIJ revela limites sobre o que pode ser considerado assunto de competência interna exclusiva do Estado. Nesse sentido, a Doutrina Estrada está mais próxima do entendimento atual sobre reconhecimento de governo, ainda mais se a ela forem adicionadas a preocupação com a aquiescência interna e com o respeito dos direitos humanos, elementos caros ao Direito Internacional contemporâneo.

O debate em torno das doutrinas Drago, Tobar e Estrada contribuiu para que o conceito de não intervenção em assuntos internos adquirisse maior grau de juridicidade e para que se desfizessem, pelo menos em parte, as forças políticas envolvidas com os institutos do reconhecimento de governo e da proteção diplomática. Atualmente, ambos ganharam contornos rule-oriented, estando seus conceitos mais adensados juridicamente.

## VICTOR CAMPOS CIRNE (30/30)

As doutrinas Drago, Tobar e Estrada foram fundamentais para o desenvolvimento de uma prática jurídica de reconhecimento de governo, especialmente no âmbito do Direito Internacional praticado na América Latina, o Direito Interamericano ou direito regional, mas também no âmbito do Direito Internacional Geral (DI). A necessidade de se reconhecer um novo governo, de forma expressa, foi sendo gradualmente entendida não mais como uma maneira de legitimação de novos regimes, e sim como uma possibilidade de intervenção, segundo o avanço dessas doutrinas.

As práticas estabelecidas pela doutrina Drago e pela doutrina Tobar são similares, tendo sido constituídas em um contexto temporal, histórico, local e jurídico comum, no início do século XX. Ambas as doutrinas afirmam que a mudança de regime, com a ascensão de novos grupos ao poder, trazendo novos marcos institucionais e constitucionais, só deveria ser reconhecida por outros Estados após a identificação de alguns critérios. De forma geral, pode-se entender que governos ilegítimos ou que tomaram o poder por meio da força não deveriam ser reconhecidos. Nesse sentido, as doutrinas consagram uma prática ativa de reconhecimento de governo, na qual os outros Estados, efetivamente, analisam e tomam posições em relação à legitimidade do novo governo.

Essa posição deve ser compreendida sob a perspectiva da América Latina, à época de afirmação desses preceitos. Desde as independências no século XIX, a região tem apresentado grande instabilidade política, caracterizada nos diversos “coups d’État” protagonizados. A análise da legitimidade necessária para o reconhecimento seria um incentivo à estabilidade institucional. A importância do reconhecimento de governo no período anterior à Carta de São Francisco pode ser exemplificada nos esforços da diplomacia brasileira em ter seu governo reconhecido, quando das mudanças de 1889 e 1930. A doutrina Estrada, desenvolvida pela chancelaria mexicana no período posterior à Organização das Nações Unidas (ONU), tem uma posição muito diferente das doutrinas Drago e Tobar. Para essa perspectiva, a ascensão de um novo governo não demandaria o reconhecimento expresso desse governo por Estados terceiros. A questão da instalação de um novo regime seria um assunto de interesse estritamente interno, não cabendo a outras soberanias tomar posição sobre a legitimidade desse regime. A prática consagrada na doutrina Estrada mitiga o instituto do reconhecimento de governo, adotando uma prática passiva sobre esse mecanismo.

Esse pensamento é resultante de um novo contexto na América Latina e no DI após a criação da ONU. Apesar da continuidade de alguns golpes, a institucionalidade e a cooperação no continente estão mais asseguradas, inclusive com a constituição da Organização dos Estados Americanos. A negação do método de reconhecimento expresso de governo implica uma preocupação maior com a possibilidade do uso desse instrumento para se influenciar o processo político interno. A doutrina Estrada seria, então, uma forma de afirmação do princípio de não intervenção.

Em um momento onde o DI era caracterizado como um direito de coexistência entre os Estados, as doutrinas Drago e Tobar foram exemplos de um esforço de estabelecimento de formas de cooperação, com o objetivo de promover a estabilidade política e jurídica em uma zona conturbada. A noção de legitimidade foi, posteriormente, assumida pela Carta da ONU, segundo o princípio de autodeterminação dos povos. No âmbito regional, a promoção da estabilidade se configura como preceito fundamental, demarcada nos compromissos democráti-

cos realizados na OEA e no Protocolo de Ushuaia do Mercosul, acionado recentemente no caso do Paraguai.

A doutrina Estrada, por outro lado, cimentou a necessidade de garantia da soberania em um cenário no qual o adensamento das relações políticas, sociais e jurídicas entre os povos é cada vez maior. A doutrina internacional moderna e a prática dos Estados reconhecem, majoritariamente, a caducidade jurídica do instrumento de reconhecimento de governo expresso. As práticas recentes de mitigação da soberania estatal frente à comunidade internacional exigem a garantia da não intervenção.

A afirmação e a evolução das visões latino-americanas sobre o reconhecimento de governo incentivou a ideia de um Direito Interamericano, consubstanciado hodiernamente na OEA, no costume do asilo político e na jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Adicionalmente, influenciou na evolução do DI no âmbito geral, fortalecendo os princípios da legitimidade, da autodeterminação dos povos e da cooperação, em primeiro momento e, posteriormente, na percepção da ausência de necessidade de um instrumento que possa ser usado de forma intervencionista.

## VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (30/30)

As doutrinas que se tornaram notáveis pelo nome de seus autores têm um papel de destaque na formação do Direito Internacional. Tendo em vista a descentralização da produção de normas no direito das gentes, assim como a relevância da doutrina dos juristas mais qualificados como meio auxiliar para compreensão dessas normas, tais doutrinas são, muitas vezes, base para justificativa jurídica da atuação dos Estados. Exemplos disso podem ser encontrados nas doutrinas Drago, Tobar e Estrada, as quais tiveram repercussão e influência significativas no contexto histórico em que foram formuladas e ainda têm importância crucial no DI contemporâneo, refletindo-se no posicionamento de diversos países quanto ao conteúdo que definem, como é o caso do Brasil.

A doutrina Drago foi elaborada no início do século XX, no contexto da atuação coercitiva da Grã-Bretanha devido ao não pagamento de dívidas que a Venezuela tinha junto a esse país. Na época, surgiu o questionamento a respeito de se tal atitude britânica, consubstanciada mediante posicionamento de canhoneira e de ameaça militar, seria ou não compatível com a Doutrina Monroe, que visava a resguardar as Américas do imperialismo e da intervenção europeia. Com base em tal controvérsia jurídica, o chanceler argentino defendeu a ilegalidade da atuação militar britânica. Segundo ele, a cobrança de dívidas não poderia ensejar ameaça de uso da força, intervenção armada ou qualquer violação da soberania territorial. Tal doutrina foi rechaçada pelos Estados Unidos e também, na época, pelo Brasil, o qual alegou que países que cumprissem seus compromissos não deveriam temer intervenção.

A importância da doutrina Drago para o desenvolvimento do direito das gentes reside no fato de que ela questionou, de maneira inovadora, a ação militar como meio de solução de controvérsias comerciais. No DI contemporâneo, é natural que não deve haver ameaça militar em tais casos; na época, no entanto, o pensamento vigente era diverso, razão pela qual essa doutrina representou avanço. Com efeito, ela se incorporou de tal forma ao atual direito das gentes (costume internacional e Carta da ONU), que muitas vezes não se dá conta de que esse avanço foi iniciado por tal doutrina.

As doutrinas Tobar e Estrada referem-se a concepções distintas sobre a questão jurídica relacionada ao reconhecimento de governo, motivo pelo qual foram de importância crucial no contexto da instabilidade política de vários países ao longo do século XX. Segundo a doutrina Estrada, a mudança de governo não deve ensejar a necessidade de reconhecimento por parte de outros Estados. A base das relações diplomáticas se daria entre Estados, e por esse motivo uma nova conformação interna de cada país não influenciaria o reconhecimento já atribuído ao Estado em questão quando do início das relações diplomáticas.

A doutrina Tobar expressa entendimento oposto. Ocorrendo ruptura da ordem interna, com a quebra da continuidade institucional política, notadamente por meio de revolução ou golpe, haveria a necessidade de que os demais Estados expressassem seu reconhecimento ou não. Há, nesse sentido, vinculação entre a preocupação com a democracia no plano interno e a normalidade das relações jurídicas interestatais.

As doutrinas Tobar e Estrada se refletem no atual Direito Internacional, estando ambas presentes na atuação dos Estados. A doutrina Estrada é constantemente invocada pelo Executivo brasileiro, o qual afirma reconhecer Estados, mas não governos. De forma dialética, a doutrina Tobar também se faz presente no cenário mundial, o que ficou claro, por exemplo, no tratamento das revoluções árabes, em cujo contexto vários Estados demonstraram agir de

acordo com tal doutrina, reconhecendo os governos revolucionários. No âmbito do MERCOSUL, houve, de certa forma, atuação de acordo com a doutrina Tobar no recente caso de ruptura da ordem democrática no Paraguai.

No que concerne aos efeitos duradouros das doutrinas Drago, Tobar e Estrada, identifica-se contribuição significativa para a afirmação mais contundente de princípios como não intervenção, soberania, proibição do uso da força (Drago). A doutrina Estrada contribuiu para o reforço da não intervenção e da autodeterminação, enquanto a doutrina Tobar pode ser identificada com a ênfase na promoção de princípios democráticos nos planos mundial e regional. Atualmente, o conteúdo de todas essas doutrinas se encontra incorporado no direito das gentes, embasando juridicamente as relações internacionais.

## MENOR NOTA (15/30)

A doutrina é fonte do Direito Internacional (DI), consagrada como tal no artigo 38 do estatuto da Corte Internacional de Justiça. Uma vez que o DI é um campo em constante construção, cabe à doutrina o papel de auxiliar no desenvolvimento do direito das gentes, por meio do esclarecimento de pontos controversos e da elaboração de conceitos que podem guiar as relações entre os sujeitos do DI. Nesse diapasão, autores como Drago, Tobar e Estrada criaram doutrinas que fortaleceram ramos do DI. O candidato reconhece desconhecer o teor das doutrinas Tobar e Estrada, e, por isso, analisará com maior profundidade a Doutrina Drago e outra importante doutrina que influenciou o Direito Internacional: a doutrina Betancourt.

A doutrina Drago surgiu no início do século XX, quando potências europeias ameaçaram utilizar a força para cobrar uma dívida venezuelana. Era um período de receio dos ímpetus imperialistas europeus, o que ensejou a criação da doutrina por parte do argentino Drago. O político condenava a ameaça e o uso da força na tentativa de garantir o cumprimento dos acordos, afirmando que esse tipo de ação deveria ser rechaçado e condenado pelos demais países sul-americanos. O Brasil mostrou-se reticente em aceitar a proposta argentina, uma vez que acreditava que os compromissos assumidos pelos Estados deveriam ser cumpridos.

Mais de um século após a formulação da Doutrina Drago, pode-se afirmar que muitos de seus preceitos foram adaptados à medida que o DI se desenvolveu. Atualmente, a ameaça ou uso de força para a cobrança de dívidas seria mecanismo impensável no contexto internacional, visto que foram elaboradas diversas maneiras de promover a solução pacífica de controvérsias. De fato, o uso da força tornou-se limitado a situações de legítima defesa ou quando autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme dispõe a Carta de São Francisco. Essas medidas só podem ser invocadas quando mecanismos de solução pacífica forem (ou mostrarem que seriam) ineficazes. Ademais, fortaleceu-se também o princípio de não intervenção externa em assuntos internos, preceito que está presente na Carta de São Francisco e em muitas Constituições nacionais, como a brasileira. Embora a existência de uma dívida constitua tema relevante a mais de um Estado, não há, no DI, instituto que justifique a adoção de posturas que permitam a um Estado imiscuir-se no adensamento político de outro. Deve haver respeito à soberania interna de cada país, de forma que eventuais controvérsias devem ser solucionadas conforme as diretrizes do DI.

Pode-se ainda ressaltar que a doutrina Drago auxiliou a consolidar a noção de proibição à coerção militar. É significativo, por exemplo, que a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, afirma que esse tipo de coerção é motivo suficiente para que um acordo internacional seja considerado nulo. Esse princípio se mostra presente, também, no ordenamento jurídico interno brasileiro, o que indica influência direta da doutrina Drago sobre preceitos que regem os direitos interno e internacional até hoje.

Em relação à doutrina Betancourt, trata-se da ideia de não reconhecimento de governos que chegaram ao poder por meio de golpes, o que incitou a Venezuela a romper relações diplomáticas com o Brasil e outros países sul-americanos quando dos golpes militares dos anos 1960. Embora o rompimento tenha ocorrido de maneira breve, a doutrina Betancourt indicou já nos anos 1960 a relevância da democracia para garantir a legitimidade de um governo. Esse ideal se fortaleceu sobremaneira com o passar das décadas. É significativo, por exemplo, que, nos anos 1960, não houve qualquer suspensão dos Estados com governos golpistas na OEA. Contudo, o golpe que derrubou Manuel Zelaya em Honduras ensejou prontamente a suspen-

são do país do bloco. De maneira similar, a não observância do regime democrático no Paraguai originou sua suspensão do Mercosul e da UNASUL, o que comprova a influência da doutrina Betancourt no atual contexto internacional, no qual há grande valorização da democracia.

As doutrinas são fruto de determinado contexto histórico, mas os preceitos por elas afirmados podem auxiliar no desenvolvimento do DI por décadas. Assim como as demais fontes do DI, as doutrinas favorecem o esclarecimento e o fortalecimento do direito das gentes.

## QUESTÃO 3

**Discorra sobre a possibilidade de um brasileiro, que esteja no território nacional, ser processado e julgado por crime praticado no exterior, à luz das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal e dos princípios que regem a cooperação jurídica internacional em matéria penal.**

Extensão do texto: máximo de 40 linhas  
[valor: 20 pontos]

**PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (19/20)**

Estabelece a Constituição Federal que não haverá extradição de nacional brasileiro. Dada esta restrição básica, deve-se analisar como se dá o julgamento de brasileiro por crime cometido no exterior tanto nos casos mais simples ou usuais quanto naqueles que comportam algum tipo de peculiaridade ou exceção distintiva.

Via de regra, brasileiro que se encontra em território pátrio que tenha cometido crime no estrangeiro será julgado pela justiça pátria, reconhecendo-se que o caso o crime cometido não seja considerado como tal pelas normas nacionais (crime político, por exemplo) não há de se promover ação penal alguma. A lei aplicável, seja nos aspectos materiais ou formais, será a brasileira e se dará aqui o cumprimento de eventual sentença.

Há, no entanto, casos específicos que fogem a esta regra, como no caso de brasileiro naturalizado procurado por judiciário estrangeiro por crime cometido antes do processo de naturalização. Neste caso abre-se possibilidade de extradição, visando-se evitar que a naturalização sirva de proteção contra procedimento penal estrangeiro.

Há, também, exceção aberta para crime de tráfico de drogas: brasileiro naturalizado que o tenha praticado no exterior não goza de imunidade à extradição.

O julgamento em território pátrio de crime cometido em outro Estado não implica em abandono dos princípios e práticas da cooperação jurídica internacional em matéria penal. De fato, ele implica grande necessidade de cooperação visto que diversos atos processuais essenciais terão que se efetivar por meio de carta rogatória, como a penhora de bens ou a colheita de provas. Apenas por meio de laços estreitos com o judiciário estrangeiro conseguirá a justiça pátria reger o processo de forma plena.

Assim, a vedação à extradição de brasileiro (mitigada nos casos acima descritos) não implica em abandono da solidariedade e cooperação entre Estados e seus aparatos judiciários, mas representa uma defesa de prerrogativas de soberania nacional inteiramente compatível com a manutenção destes princípios.

## **RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (19/20)**

Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988 repercutem na cooperação jurídica internacional em matéria penal desenvolvida pelo Brasil, da qual a extradição é exemplo. Nesse contexto, para que nacional brasileiro, que esteja no território nacional, possa ser processado e julgado alhures, há que se observar a situação concreta com cautela.

Em primeiro lugar, à luz dos direitos e deveres individuais e coletivos do art. 5º da CF/88, deve ser verificado se o brasileiro em questão é nato ou naturalizado. Caso seja nato, o princípio do art. 4º, IX, da CF/88, que valoriza a cooperação entre os Estados, restará obstado pelo proibitivo constitucional do art. 5º, LI, que veda a extradição passiva de nacional brasileiro nato ao Estado requerente. É necessário esclarecer, entretanto, que a não extradição, nesse caso, não significa impunidade: o Estado requerente poderá solicitar ao Brasil a persecução criminal do nacional brasileiro perante tribunais pátrios, o que comumente está previsto nos Tratados de Extradicação de que o Estado brasileiro é parte, bem assim é permitido pelas regras da extraterritorialidade do Código Penal nacional (art. 7º).

Caso, entretanto, a pessoa foragida seja um brasileiro naturalizado, ela poderá ser extraditada ao Estado requerente, desde que o crime comum tenha sido cometido antes da naturalização ou haja comprovado envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins (art. 5º, LI, da CF/88). A possibilidade de efetivação da medida compulsória, após deferimento do pedido pelo STF (art. 102, I, g, da CF/88 e competência originária para julgar pedidos de extradição, por meio do sistema belga-holandês do contencioso limitado, que verifica somente aspectos formal-jurídicos do pleito), deverá respeitar os princípios que regem a cooperação jurídica internacional em matéria de extradição, tais como: fundamentação do pedido com base em Tratado ou princípio de reciprocidade de tratamento para casos análogos; houver a dupla tipicidade; pena privativa de liberdade cominada maior que 1 ano; o crime não ser considerado político; proibição de que o extraditando responda perante Tribunal de Exceção; não houver ocorrido a prescrição, segundo a Lei de qualquer dos Estados; o Brasil não for competente, segundo suas leis, para julgar o crime; e proibição de que o extraditando esteja a responder a processo ou houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido.

O crime organizado internacional vem sendo fortemente combatido pelos Estados, sendo exemplo a Convenção de Palermo, da qual o Brasil é parte e que prevê o instituto da extradição como forma de lutar contra a criminalidade organizada transnacional (art. 16). No caso apresentado, há que se verificar a real situação, esclarecendo que, pela interpretação da CF/88 e dos princípios da cooperação jurídica internacional aplicáveis, a não extradição não significa impunidade.

## VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (19/20)

A Constituição Federal brasileira proíbe a extradição de brasileiro, havendo apenas duas exceções quanto ao naturalizado (crime comum anterior à naturalização ou tráfico de entorpecentes). Em caso de nacional que tenha cometido crime no estrangeiro, como evitar a impunidade, tendo em vista a necessidade de respeito a tal garantia? Haveria, nesse caso, a possibilidade de julgá-lo no Brasil, com base na lei brasileira. Em tal situação, no entanto, devido ao fato de o crime ter ocorrido fora do território nacional, são necessárias considerações a respeito de possibilidades de cooperação internacional em matéria penal.

No que tange ao embasamento jurídico para julgamento de tais casos, há que considerar as hipóteses reconhecidas pelo costume internacional para existência de jurisdição. Se, em regra, o vínculo estabelecido é o territorial (Estado onde ocorreu o crime tem jurisdição sobre ele), há também a hipóteses de vínculo nacional. De acordo com esta última, caso um brasileiro que tenha cometido crime no exterior se encontre no Brasil, o Judiciário brasileiro poderá exercer sua jurisdição.

A fase de instrução processual deverá beneficiar-se de mecanismos de cooperação internacional, tendo em vista a necessidade de obtenção de provas e oitiva de testemunhas no país estrangeiro em questão, por exemplo. Isso se dá, em regra, por comunicação judiciária via cartas rogatórias endereçadas às autoridades competentes do Estado em questão. Para a efetividade de tais cartas, é necessário o cumprimento de requisitos internos que variam conforme o país. Eventualmente, há a necessidade de envio de cartas rogatórias de caráter executório, para quebra de sigilo, por exemplo. Nesse caso, frequentemente os Estados opõem vários obstáculos, como era o caso do Brasil antes da transferência da competência para concessão de “exequatur” ao STJ, cuja Res. 9/2005 possibilitou conceder “exequatur” a cartas rogatórias de caráter executório. Terminada a instrução processual, permanece possível a utilização de cartas rogatórias para, por exemplo, promover o bloqueio de bens no exterior.

O julgamento de brasileiro que tenha cometido crime do exterior deve observar a lei brasileira, especialmente quanto à caracterização do ilícito no Brasil como crime – tipificação, responsabilidade penal (maioridade) e cominação da pena. Sobretudo, as garantias constitucionais devem ser respeitadas, independentemente da lei vigente no estrangeiro, razão pela qual não haverá pena cruel, de banimento, perpétua ou de morte (salvo, neste último caso, em crime militar durante guerra declarada). Em caso específico – crime de competência do TPI – o brasileiro poderá ser entregue a tal tribunal para julgamento, com base no art. 5º § 4º da CF/88.

Tendo em vista a essencialidade da cooperação internacional em matéria penal para o curso normal de processos na justiça brasileira envolvendo crime cometido no exterior, é necessária a ampliação dos mecanismos que viabilizam tal cooperação, assim como a contribuição nacional em analisar e conceder “exequatur” a cartas rogatórias recebidas, forma de estimular atuação correspondente de outros países, embora a reciprocidade não seja requisito jurídico. A cooperação entre as autoridades policiais (existente em grau mais avançado no MERCOSUL, por exemplo), se intensificada, contribuirá decisivamente para um melhor combate ao crime.

## MENOR NOTA (5/20)

A possibilidade de um brasileiro, presente em território nacional, ser processado e julgado por crime praticado no exterior requer uma série de ponderações baseadas na lei pátria e nos princípios de cooperação jurídica internacional.

Primeiramente, há que se afastar a possibilidade de o nacional ter exercido, no país onde é acusado, função diplomática (representação política), situação em que estaria imune a toda e qualquer acusação de cunho criminal.

Isto dito, passa-se à análise da forma como foi adquirida a nacionalidade pelo indivíduo. Caso seja brasileiro nato (nascido em território pátrio, nascido no exterior e filho de funcionário brasileiro a serviço da República ou filho de brasileiro que obteve a cidadania originária ao retornar ao Brasil), o indivíduo não poderá, sob nenhuma hipótese, ser extraditado a pedido da justiça do país onde é acusado. Ainda no tocante a brasileiros natos, caso o indivíduo tenha obtido uma segunda nacionalidade quando esteve fora do Brasil, de acordo com a CF/88, perderá, com este fato, a nacionalidade brasileira, a não ser que o contraimento de nova nacionalidade fosse indispensável ao gozo de direitos fundamentais no país estrangeiro. De toda sorte, cabe ao Ministro da Justiça do Brasil pronunciar-se sobre a perda, de fato, da nacionalidade, o que permitiria abertura de processo de extradição.

No caso de o acusado ser brasileiro naturalizado, a Constituição Federal veda a extradição, a não ser em casos, a qualquer tempo, de crime de tráfico de drogas ou de crime cometido antes da naturalização.

Uma vez identificado o tratamento aplicável ao caso concreto, e dado que fosse precedente a abertura de procedimento de extradição, esse apenas poderá ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, órgão do Judiciário responsável por analisar a existência dos requisitos que baseiam esse instrumento de cooperação internacional em matéria penal. Nesse tocante, cabe mencionar que a apreciação do STF basear-se-á em tratado bilateral sobre extradição sempre que haja tal instrumento. Na sua ausência, a extradição pode ser concedida mediante acordo de reciprocidade com o país demandante. Ainda, a análise da mais alta Corte do país deverá afastar qualquer relação entre o acusado com crimes políticos cometidos no país estrangeiro em questão, caso em que prevaleceria o princípio fundamental brasileiro de repúdio a condenações de cunho político, independentemente do cometimento de crimes comuns conexos.

Por fim, cabe mencionar que a extradição, caso autorizada pelo STF, apenas será levada a efeito caso haja consentimento do Presidente da República, uma vez que ele é o responsável pelas relações exteriores do país.

## QUESTÃO 4

**Considere a situação hipotética.**

Estrangeiro expulso do Brasil por ato do Ministro de Estado da Justiça, usando de competência delegada pelo Presidente da República, impetra *habeas corpus* para garantir sua permanência no território nacional, fundamentado nas seguintes alegações: a) a competência para resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão é exclusiva do Presidente da República, não podendo ser delegada; b) o estrangeiro está no Brasil há trinta anos, desde seus dez anos de idade, e não tem qualquer vínculo com seu Estado patrial; e c) o paciente vive há dois anos em comprovada união estável com brasileira naturalizada.

**Com base nesta situação, analise, à visa dos elementos oferecidos, a possibilidade de êxito do pedido.**

Extensão do texto: máximo de 40 linhas  
[valor: 20 pontos]

## CAIO GROTTONE TEIXEIRA DA MOTA (20/20)

O "habeas corpus" impetrado no caso em tela, garantia constitucional consubstanciada no artigo 5º da Constituição Federal (CF/88), elenca três principais alegações para que se efetive a expulsão, que consiste em ato discricionário do Poder Executivo, mas que deve respeitar os limites estabelecidos pelo artigo 12 da CF/88 e pela legislação infraconstitucional, como o Estatuto do Estrangeiro.

A temática da condição jurídica do estrangeiro envolve uma série de institutos. Tanto a deportação, que se pode efetivar a partir da ilegalidade da entrada ou da permanência de estrangeiro em território nacional, quanto a expulsão, decidida quando o estrangeiro representa risco à soberania nacional e à ordem pública, são atos discricionários, sujeitos à vontade política do agente responsável pela medida. A expulsão, graças à proibição da pena de banimento (artigo 5º da CF/88), não se estende aos nacionais (natos ou naturalizados). O estrangeiro, se tiver consolidado determinados laços afetivos com brasileiros, como ter um filho nacional, tampouco poderá ser expulso. Conforme se verificou no Caso Biggs, também está vedada a expulsão se ela configurar extradição dissimulada. A execução da expulsão ocorre, por regra, via decreto presidencial, em decisão discricionária do Presidente da República.

No caso proposto, a primeira alegação, relacionada ao fato de a expulsão ter sido decidida pelo Ministro da Justiça, não procede. Embora a expulsão caiba ao Presidente da República, ela pode ser delegada a tal Ministro. A segunda alegação, relacionada ao tempo de permanência do estrangeiro no país, tampouco procede. É possível que ele preencha os requisitos exigidos para a obtenção da nacionalidade derivada, mas, não o tendo feito, seus trinta anos de residência não configuram óbice à expulsão. A terceira alegação, por sua vez, aponta uma união estável de dois anos com brasileira naturalizada. Os fatos de ela ser naturalizada, e não nata, e de a união estável não ser casamento em nada importam, juridicamente, no que se refere à expulsão.

Nesse sentido, conclui-se que não há obstáculos jurídicos, no caso em tela, para que se efetive a ordem de expulsão. Entretanto, vale destacar que esse instituto se refere a uma decisão discricionária do Poder Executivo, que não se encontra obrigado a dar andamento ao procedimento, diferentemente do que ocorreria, por exemplo, em caso de tratado bilateral sobre extradição. Por essa razão, as alegações apresentadas no "habeas corpus", embora juridicamente inconsistentes, podem sensibilizar a opinião pública, de modo a pressionar as autoridades no sentido de decidir pela não expulsão. Essa possibilidade encontra fundamento constitucional no "caput" do artigo 1º da CF/88, que define o Brasil como estado democrático de direito.

## JOÃO MARCELO COSTA MELO (20/20)

No Brasil, a expulsão de estrangeiro do país é ato de competência do presidente da República, destinado a afastar pessoa que represente ameaça à ordem pública nacional. Constitui elemento de consequências graves, que só poderá ser revertido em função de nova decisão presidencial. No caso em tela, as alegações apresentadas pelo estrangeiro em habeas corpus para garantir sua permanência em território nacional devem ser analisadas individualmente.

No que se refere ao fato de o paciente viver há dois anos em comprovada união estável com brasileira naturalizada, cabe afirmar que não constitui razão impeditiva para expulsão. Tal situação somente se observaria se o casamento, ou união estável reconhecida, tivesse duração superior a cinco anos. Ainda, seria elemento impeditivo a existência de filho cujo sustento dependesse do estrangeiro em questão. Cabe observar, ainda, que o impeditivo da comprovada união estável alegado pelo paciente será nulo em se tratando de crime internacional de tráfico de drogas.

Com relação à alegação do estrangeiro de que está há trinta anos no Brasil, desde os dez anos de idade, acrescido do fato de que não tem qualquer vínculo com seu Estado patrial, é imperioso notar, novamente, que tais elementos não obstam a expulsão. O período de residência no país não é impeditivo para a expulsão. Caberia verificar, contudo, a hipótese de o estrangeiro haver feito uso do seu direito de solicitar a naturalização, o que seria possível tanto em razão do seu período de residência no país como, também, em decorrência de ter comprovada união estável com brasileira naturalizada.

Por fim, no que se refere à alegação do estrangeiro de que a competência para resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão é exclusiva do presidente da República, não podendo ser delegada ao Ministro da Justiça, tal afirmação não se sustenta. Embora seja competência do presidente decidir sobre a expulsão do estrangeiro, tal ato poderá ser expedido pelo Ministro da Justiça mediante competência delegada pelo presidente.

Em conclusão, podemos observar que as normas que regem a condição do estrangeiro no Brasil estão em grande parte reunidas no Estatuto do Estrangeiro, que complementa e regulamenta o disposto na Constituição Federal. No caso em tela, os três elementos apresentados pelo estrangeiro não constituem razão impeditiva para a concessão de habeas corpus contra ato de expulsão.

## VITOR AUGUSTO CARVALHO SALGADO DA CRUZ (20/20)

No Brasil, não existe o recurso ao banimento. Dessa forma, quando o Estado nacional necessita retirar um indivíduo que atente contra os interesses nacionais, opta-se pela expulsão, que constitui ato administrativo. O titular da prerrogativa da expulsão é o Presidente da República, no entanto, deve-se observar que o Ministro de Estado da Justiça pode receber a incumbência de emitir o ato que determina a consecução do processo de expurgo. Ademais, a expulsão será válida enquanto o decreto presidencial que estabelece a expulsão não for revogado. Adicionalmente, deve-se observar que a expulsão é ato discricionário e unilateral do Estado.

Considerando o exposto acima, pode-se prosseguir com a análise do caso apresentado. A competência para resolver sobre a conveniência da expulsão é do Presidente da República, no entanto, deve-se considerar que, uma vez decidida a expulsão, o Ministro da Justiça pode emitir ato que encaminha o processo. Assim, verifica-se que a alegação do estrangeiro é im procedente em relação ao questionamento da competência do Ministro da Justiça.

O fato de o demandante residir no Brasil há trinta anos tampouco impede o prosseguimento do processo, visto que nesse período ele não requisitou a naturalização, a qual, aparentemente, ele estaria habilitado a demandar conforme os termos do artigo 12 da Constituição Federal. Ademais, pode-se ressaltar que ele não precisa ser expulso para seu Estado natal, que, segundo sua alegação, não seria adequado devido à ausência de vínculos efetivos. Com efeito, o estrangeiro pode ser destinado a qualquer Estado que se disponha a recebê-lo. Dessa forma, verifica-se que a segunda alegação também não constitui impedimento ao prosseguimento do ato de expulsão.

No que concerne sua união estável, essa poderia ser um impedimento, na medida em que a legislação brasileira afirma que não se deve expulsar pessoas com filhos dependentes nem aquelas em união estável. No entanto, a legislação caracteriza união estável como os vínculos afetivos que têm duração igual ou superior a cinco anos. Como a alegação afirma que o vínculo é de apenas dois anos, esse não é fator de impedimento.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o pedido apresentado no caso em tela tem escassas chances de êxito, visto que as alegações do demandante não constituem qualquer impedimento para o prosseguimento do ato de expulsão. Nada impede, no entanto, que o estrangeiro impetre ação visando garantir seus direitos fundamentais garantidos pelo artigo 5 da CF. Entretanto, o habeas corpus não seria o instrumento mais adequado, visto que se destina aos indivíduos que tem sua circulação restringida.

## MENOR NOTA (5/20)

Ao estrangeiro residente no Brasil, é garantida uma série de direitos e de obrigações. Assim, seus direitos fundamentais devem ser respeitados e protegidos; em contrapartida, ele deve preservar a ordem pública e os bons costumes, além de manter regular sua estadia no Brasil (pela aquisição de visto próprio para cada situação). A expulsão é ato administrativo, de competência do Presidente da República, nos casos em que o estrangeiro se torna fonte de perturbação da ordem e dos bons costumes nacionais. Uma vez expulso, o estrangeiro somente pode voltar ao Brasil se for revogado o decreto presidencial de expulsão, o que faz da expulsão ato de consequências mais sérias que o repatriamento ou a deportação, por exemplo.

No caso em tela, é certa a afirmação de que, por ser exclusiva, a competência do Presidente da República não pode ser delegada; a expulsão só pode ser feita sob decreto presidencial. Ainda que ao Ministério da Justiça caibam diversas competências no que tange a admissão ou não de estrangeiros no Brasil, ele não foi investido com o poder de expulsão. É certo que esse órgão é uma instância decisória (no contexto da Administração) a respeito dos fatos geradores da expulsão, mas a decisão final, como se disse, dependerá de juízo final do chefe de Estado, que decidirá segundo seus próprios critérios de oportunidade e conveniência.

Quanto à alegação “b”, não tem relevância jurídica a informação sobre a idade que o estrangeiro tinha quando veio ao Brasil; o que importa é saber por quanto tempo ele residiu neste país. De acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, há duas formas de o estrangeiro naturalizar-se no Brasil. A primeira requer o preenchimento de condições como a residência ininterrupta por no mínimo quatro anos, a posse de visto permanente, o conhecimento da língua portuguesa e a inexistência de condenação penal, entre outros. Nesse caso, o estrangeiro pode requerer sua naturalização ao MJ e este pode decidir por conceder ou não, a seu juízo de preenchimento dos requisitos mencionados na Constituição e no Estatuto dos Estrangeiros (L. 6815/80). A segunda forma requer a residência no Brasil por 15 anos e a inexistência de condenação penal. Neste segundo caso, o MJ está vinculado a conceder a naturalização. No caso em análise, tendo vivido por trinta anos no Brasil, é provável que o estrangeiro tenha direito a naturalizar-se, sobretudo se não houver decisão tramitada em julgado sobre alguma condenação de natureza penal.

Por fim, quanto à alegação “c”, a existência de união estável com brasileira naturalizada por dois anos não seria impedimento para a expulsão, a não ser que houvesse comprovada dependência financeira da mulher e dos filhos (o que a questão não menciona, mas que reforçaria o impedimento da expulsão) em relação ao estrangeiro. Nesse caso, o Direito brasileiro tenderia a proteger a segurança financeira da família, assim como faz, por exemplo, quanto torna impenhorável o chamado “bem de família” (nos termos do Código Civil).

Com base na análise das alegações feitas por meio de habeas corpus (ação cabível, a propósito, se o estrangeiro já estiver preso), é muito provável que o juiz responsável pela ação anule o ato do Ministério da Justiça que estipulou a expulsão. Seus motivos seriam, de um lado, a impropriedade formal do mandato de expulsão (tendo o MJ agido além de suas competências); por outro, o direito adquirido do estrangeiro à naturalização, conforme a Constituição Federal e a impossibilidade de, naturalizado, o brasileiro não poder ser expulso do território nacional.

# ECONOMIA

## QUESTÃO 1

Considere o seguinte texto de Paul Krugman, divulgado em 15/10/2010.

"Os representantes do governo americano costumavam dar lições aos outros países a respeito dos problemas econômicos que estes enfrentavam, dizendo-lhes que precisavam emular o modelo dos Estados Unidos. A crise financeira asiática do fim da década de 90, em particular, levou os satisfeitos americanos a distribuir muitas lições de moral. Assim, em 2000, o então secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, declarou que as chaves para se evitar uma crise financeira eram "bancos adequadamente capitalizados e supervisionados, códigos de falência sólidos, governança corporativa efetiva e meios críveis de fazer cumprir os contratos". Por implicação, estas eram características que nós apresentávamos, mas que faltavam aos asiáticos. Na verdade, nós não correspondíamos a esta descrição. Os escândalos contábeis da Enron e da WorldCom derrubaram o mito da governança corporativa efetiva. Atualmente, a ideia de que nossos bancos eram adequadamente capitalizados e supervisionados soa como uma piada de péssimo gosto. E agora a bagunça das hipotecas está transformando em falácia a sugestão de que dispomos de meios críveis de fazer cumprir os contratos – na verdade, cabe perguntar se nossa economia está sujeita a algum tipo de código de leis."

Considerando o texto apresentado, responda, de forma fundamentada, os seguintes questionamentos:

- de que modo as crises financeiras da década de 1990 (México, Ásia, Rússia e Brasil) resultaram na revisão do "Congresso de Washington" e no surgimento de uma "liderança compartilhada" na governança da ordem econômica mundial?
- qual tem sido, desde então, a participação do Brasil nesses processos de revisão e de construção de uma nova liderança?

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 30 pontos]

## **GUILHERME ESMANHOTTO (30/30)**

O processo de participação do Brasil na elaboração de uma ordem econômica internacional nova tem sido crescente. Esse processo ganhou momento a partir das crises conjuntas dos emergentes na década de 1990, que demonstraram a insuficiência dos consensos de Washington e de suas medidas para a promoção da estabilidade econômica duradoura e do desenvolvimento econômico sustentado. A crise financeira recente corrobora a necessidade de reforma da governança econômica global, o que reforça o papel do Brasil nos foros econômicos internacionais.

Em um cenário de inflação descontrolada e dívidas crescentes na década de 1980, países na América Latina necessitavam de uma solução econômica urgente. O modelo de substituição de importações, adotado por estes países em consonância com as recomendações cepalinas, contrastava-se crescentemente com o modelo liberal induzido pelo Estado abraçado pelos tigres asiáticos. Nesse sentido, e em um contexto de prevalência das ideias econômicas liberais, tais países latino-americanos adotaram uma série de medidas econômicas condicionantes do refinanciamento de suas dívidas. Essas medidas incluíam liberalização comercial e financeiras, políticas fiscal e monetária contracionistas, entre outras, naquilo que se resumiu, posteriormente, em “Consenso de Washington”.

A afoção desse modelo não veio, entretanto, livre de senões. No sentido de manejar a inflação, muitos países associaram à liberalização comercial taxas mais ou menos fixas de câmbio (taxa fixa no México, livre conversibilidade na Argentina, âncora cambial no Brasil). Isso gerou um padrão vicioso do balanço de pagamentos: os déficits em conta corrente, expandidos vertiginosamente, dependiam da entrada de divisas via conta capital e financeira para saneamento das contas externas. Em 1994, a crise mexicana demonstrava a vulnerabilidade desses países às oscilações de expectativas do mercado mundial. A crise russa posterior e a crise brasileira confirmaram a fragilidade dos países emergentes aos fluxos financeiros internacionais. Os países asiáticos, que adotaram pioneiramente o modelo, não deixaram de apresentar os mesmos vícios de seus pares: crises de confiança levaram a fugas massivas de capitais que imediatamente impunham desequilíbrios ao balanço de pagamentos, afetando a capacidade de crescimento desses países. Fazia-se necessário, assim, rever as recomendações do Consenso de Washington.

Nesse contexto, em 1999, iniciaram-se as primeiras medidas de construção de uma liderança compartilhada. Nesse ano, cria-se o G-20, a partir de experiências prévias de participação de um ou mais emergentes no âmbito do G-8. Prevalecem, nesse momento, como destaca Paul Krugman, as recomendações dos países desenvolvidos. Afinal, em um cenário de fragilidade dos emergentes, percebia-se, por muitos, a oportunidade para avançar ainda mais as medidas de liberalização que haviam gerado, em última instância, as crises da década de 1990.

O aumento da importância dos emergentes para a economia mundial e a eclosão da crise econômica de 2009 reverteu essa balança. Elevando o peso de países em desenvolvimento nos órgãos econômicos internacionais. Os BRICS respondem atualmente, por exemplo, por 50% do crescimento mundial, e quase 20% do PIB mundial. Esse fato, somado à fragilização dos países centrais causada pela recente crise, levou à elevação do G-20 a nível de cúpula, em 2008, e a uma atenção maior às propostas de países como o Brasil.

O Brasil tem contribuído com o avanço da reforma dos órgãos econômicos internacionais. Apoiou as mais recentes reformas do FMI, órgão do que é atualmente credor e cotista “top ten”. No tocante ao G-20, há grande ênfase à necessidade de adotar políticas fiscais menos austeras na zona Euro, no sentido de acelerar a retomada do crescimento. Além disso, seu governo enfatiza a necessidade, central na economia atual, de rever as regulações de Basileia, dotando-as de maior capacidade (contemplando nelas, por exemplo, as instituições que hoje são protegidas pelo “shadow banking”).

As crises da década de 1990 demonstraram, portanto, a incapacidade de uma ordem econômica verticalizada, em que poucos países formulem recomendações econômicas genéricas. A partir disso, o Brasil vem defendendo a revisão dos atuais órgãos econômicos internacionais, no sentido de adequar suas agendas e diretrizes aos interesses econômicos nacionais.

## LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI (30/30)

O irromper da crise financeira em 2008 abalara a credibilidade dos construtos conceituais que balizavam o Consenso de Washington. Ao contrário das crises financeiras em países emergentes, na década de 1990, a presente crise nascera no âmago dos países centrais e expusera as fragilidades intersticiais tanto dos modelos de regulação pregados quanto da configuração da governança da ordem econômica mundial, a qual privilegiava arranjos entre países centrais. No intuito de articular uma saída concertada para a crise, tornou-se inevitável a constatação do novo equilíbrio de forças da economia internacional e da necessidade de incorporação dos países emergentes no ônus da administração da ordem financeira global.

Na esteira das recomendações de liberalismo econômico apregoadas pelo Consenso de Washington na década de 1980, diversos países em desenvolvimento promoveram expressivas reformas no sentido de maior abertura comercial e livre mobilidade de capitais. Isso torná-los-ia particularmente suscetíveis a ataques especulativos e crises no balanço de pagamentos, como sucedera no México, Sudeste Asiático, Rússia, Brasil e Argentina. Os empréstimos de regulação do BP efetuados pelo Fundo Monetário Internacional eram acompanhados de condicionalidades que aprofundavam as políticas fiscais e monetárias ortodoxas, com efeitos sobre a retração do crescimento econômico. Nesse contexto, seria criado o G20 Financeiro (1999), inicialmente uma reunião de ministros da Economia, cuja agenda programática refletia tons neoliberais.

Com o advento da crise financeira em 2008, tornou-se patente o anacronismo dos esquemas de governança global vigentes, cujas estruturas e diretrizes refletiam a ordem erigida em Bretton Woods. A crescente diluição do poder econômico entre uma multiplicidade de atores, o que caracterizaria um mundo cada vez mais multipolar, tornava o recurso a negociações no âmbito do G8 não só ilegítimas como também ineficazes. A solução inexorável e que passou a ser crescentemente aventada por países emergentes, dentre os quais o Brasil, era a necessidade de construção de uma liderança compartilhada da governança econômica global, razão pela qual o G20F se tornaria o fórum por excelência, agora em nível presidencial, para promoção da reforma das instituições financeiras internacionais.

O Brasil seria, nesse sentido, um dos grandes articuladores dessa reforma, atuando, de forma propositiva, no sentido de compatibilizar as estruturas de governança existentes a um cenário em que os países em desenvolvimento têm maior proeminência. Uma primeira iniciativa fora a proposta de reforma das cotas do FMI, as quais não refletem o peso econômico-financeiro dos países emergentes na atualidade. A partir da atuação do G20F, 6% das cotas foram transferidas dos países centrais para os países emergentes, tendo o Brasil passado ocupar a lista das dez maiores cotas. Além disso, flexibilizou-se a regra informal que impunha a eleição de um europeu para chefia do FMI e de um americano para o do Banco Mundial. A atuação dos emergentes seria igualmente importante para a recapitalização do FMI, sendo hoje o Brasil detentor de títulos da dívida do fundo, após quitar todos os seus débitos com o organismo.

A maior participação dos países emergentes na gestão da ordem financeira internacional seria igualmente importante para a mudança do acervo de prescrições normativas das instituições de Bretton Woods. Ao contrário dos remédios ortodoxos, o Brasil defende que medidas de austeridade fiscal e monetária não se configuram como saídas acertadas para a crise, além de espalharem a recessão pelo mundo. O que esse novo cenário indica, acima de tudo, é que os novos esquemas de governança global tenderão, crescentemente, a abarcar

uma multiplicidade de novas vozes, contrariando a adoção de soluções top-down, como outrora.

## LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (30/30)

O chamado Consenso de Washington, que ganhou proeminência durante a década de 1990, consistia em um conjunto de medidas econômicas preconizado por economistas dos países do centro do capitalismo como solução para os problemas crônicos de países em desenvolvimento. Essa foi a rationale adotada por governos que se viram obrigados a recorrer a ajuda externa para resolver crises de Balanço de Pagamentos, de que são exemplos Brasil e México. Dentre as principais medidas exigidas como contrapartida aos empréstimos, destacavam-se esforços de ajuste fiscal e aperto monetário, por meio da consecução de superávits primários, de vendas de ativos estatais e de adoção de câmbio flutuante acoplada a operações de esterilização que controlassem a quantidade de moeda.

Tal receituário, no entanto, enfrentou sérias limitações quando aplicado na prática, e as crises financeiras da década de 1990 levaram a uma revisão do modelo e a uma democratização na governança econômica global. O primeiro grande choque dessa década foi a crise mexicana de 1994. Este país viu sua moeda sofrer um ataque especulativo de grandes proporções, o que levou ao esgotamento das reservas internacionais (defesa do peso) e obrigou o país a recorrer a ajuda externa para saldar seus compromissos internacionais. Da mesma forma, a Ásia do Sudeste e a Coreia do Sul foram atingidas por forte crise relacionada à falência de milhares de empresas e a um sistema regulatório incipiente, que não conseguiu impedir a contaminação de setores saudáveis da economia por outros. Na Rússia, em 1998, houve novo ataque especulativo e, finalmente, no Brasil, em 1999, a aposta contra o real (cujo valor era controlado pelo BACEN desde 1994) forçou o governo a adotar o regime de câmbio flexível, levando a pronunciada desvalorização do real frente ao dólar. Todas essas crises relacionaram-se com ataques especulativos contra as moedas nacionais em um contexto em que a livre mobilidade de capitais (inclusive os especulativos) era preconizada pelos países centrais. Nesse sentido, muitos países em desenvolvimento foram induzidos a retirar qualquer mecanismo de controle da entrada de capital estrangeiro, ficando, portanto, expostos aos movimentos especulativos que buscavam auferir ganhos com arbitramento e aposta contra as moedas nacionais. Os efeitos altamente deletérios desta realidade levaram a uma revisão de conceitos na economia mundial.

A criação, em 1999, do G20 financeiro foi, nesse sentido, uma resposta às crises da década anterior. A aproximação de presidentes de Bancos Centrais e de ministros de finanças das maiores economias levou à revisão do receituário ortodoxo dos organismos de Bretton Woods e demonstrou sua importância no momento da crise dos subprimes em 2008. Nesse momento, os governos reagiram de forma concertada, estabelecendo acordos de swap cambial e negociando pacotes de estímulo que garantiram a liquidez no sistema financeiro mundial, impedindo o aprofundamento da crise. Mostra evidente do aumento da cooperação nessa área foi a elevação do G-20 F a principal mecanismo de concertação financeira mundial, com reuniões anuais em nível de chefes de Estado a partir da Cúpula de Pittsburg, além da criação do Financial Stability Board.

O Brasil foi um dos principais entusiastas dos processos de revisão da governança global após 2008. O país demonstrou resistência face à crise, acumulou reservas internacionais e superou os crônicos problemas de BP. Com efeito, o país tem legislação bancária mais avançada que a média mundial, resultante do PROER da década de 1990, estando à frente dos países que só agora adotam o acordo Basileia III (que regulamenta a alavancagem bancária). Ademais, o país tem voz ativa na reforma das instituições de Bretton Woods, pugnando pelo au-

mento das cotas aos emergentes que podem contribuir com mais aportes. Da mesma forma, o país tem alertado sobre os perigos da adoção de políticas de restrição fiscal em países que enfrentam recessão acoplada a alto desemprego estrutural (Europa). Por fim, o Brasil propõe que as políticas monetárias expansionistas sejam adotadas de forma transparente e com parcimônia por países como os EUA, de forma a evitar “spill overs” em economias como a brasileira.

O Brasil também atua de forma concertada com países do BRICS para criar mecanismos complementares de governança financeira. O Banco do BRICS, em negociação, e o Fundo Contingencial de Reservas (US\$100 bi), a serem anunciados em 2014, demonstram a democratização da governança global pós-Consenso de Washington.

## MENOR NOTA (27/30)

A eclosão de crises financeiras em países como Coreia do Sul, Tailândia, México, Rússia e Brasil ao longo dos anos 1990 marca o declínio dos princípios econômicos vinculados ao Consenso de Washington. A proposição de orientações como a abertura comercial e o livre movimento transnacional de capitais decorria da influência das políticas econômicas das administrações Thatcher e Reagan. A posição de assimilação das reformas macroeconômicas, adotada pelos tigres asiáticos e pelo México, os expôs aos efeitos mais nefastos das crises dos anos 1990: os países asiáticos pela estratégia de plataforma de exportações e o México pela integração ao NAFTA. A exposição da Rússia à crise decorreu da “terapia de choque” aplicada ao país para instituir o capitalismo liberal. No Brasil, as reformas do Plano Real acentuaram a necessidade de financiar déficits em transações correntes por meio de atração de capitais estrangeiros.

Os efeitos das crises dos anos 1990 possibilitaram o surgimento de mecanismos de concertação entre governos para coordenar a governança econômica mundial e para evitar a eclosão de novas crises nos países médios e emergentes. Em função do risco de fuga maciça de capitais, os governos passaram a zelar mais pelo acúmulo de reservas internacionais. Em razão da propensão dos regimes cambiais fixos a ataques especulativos contra as moedas nacionais, instituiu-se regime de câmbio flutuante em diversas economias. O controle de capitais adotado por países que resistiram bem às crises — a despeito de sua inclusão no grupo das economias médias e emergentes —, como China e Índia, passou a ser privilegiado em relação ao livre fluxo de capitais do Consenso de Washington. Fortaleceu-se a capitalização dos bancos, a fim de preservar sua centralidade no funcionamento da economia em períodos de escassez de recursos financeiros. Uma liderança compartilhada pelos ministros de finanças de países emergentes e desenvolvidos, denominada G20 Financeiro, firmou-se como maneira de coordenar as políticas macroeconômicas dos dois grupos de países.

A participação brasileira no advento dessa nova liderança tem sido crucial para manter as economias emergentes menos expostas a crises sistêmicas, como a de 2008. O governo brasileiro deu apoio à iniciativa de privilegiar o G20 Financeiro no tratamento da governança econômico-financeira, transformando-o em reunião também de cúpula e substituindo o G8 nesse parâmetro. A condenação do “tsunami financeiro”, promovido por economias desenvolvidas para estimular seu crescimento, foi vocalizada pelo Brasil, em razão dos efeitos distorcidos de políticas monetárias expansionistas para o comércio internacional. Nesse tópico, Brasil e Índia integram, com Estados Unidos e União Europeia, o chamado G4 da OMC, um agrupamento responsável pelo estímulo às negociações multilaterais de liberalização comercial sob o mandato da Rodada Doha. O Brasil defende que a conclusão da Rodada significaria um estímulo para uma economia global ainda em recuperação. O acúmulo de reservas internacionais, ressaltado como um dos pilares macroeconômicos do Brasil desde a gestão de Armínio Fraga no BACEN, tem possibilitado maior protagonismo do governo brasileiro em organizações internacionais: sobretudo no FMI, houve transição da condição de devedor para a condição de credor, o que assinala o êxito de diversas reformas na economia brasileira.

O prestígio do Consenso de Washington nas economias médias e emergentes deu lugar a reticência, com a sequência de crises dos anos 1990. Em seu lugar, tem ascendido uma governança compartilhada dos desafios econômicos e financeiros mundiais, em que governos de países emergentes e desenvolvidos buscam soluções coordenadas para estimular a retomada do crescimento e para dirimir os riscos de novas crises estruturais.

## QUESTÃO 2

Em reação à crise financeira iniciada em 2008, muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, lançaram mão de vigorosos planos de contenção da queda da demanda agregada e do aumento do desemprego e de proteção dos seus mercados. Um dos instrumentos anticíclicos mais utilizados pelos países emissores de moedas de curso internacional durante a crise foi a expansão monetária.

A partir dessas considerações, responda, de forma fundamentada, os questionamentos seguintes.

- a. Do que se trata o termo “*currency war*”, que emergiu em foros internacionais durante a crise financeira?
- b. Por que países em desenvolvimento estariam especialmente expostos à suposta “*currency war*”?
- c. Quais são as relações entre “*currency war*” e o comércio internacional? Que países tendem a se beneficiar e que países tendem a se prejudicar e por quê?

Extensão do texto: máximo de 60 linhas  
[valor: 30 pontos]

## **FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (25/30)**

Ao longo da crise mundial, que se desenrola desde o final de 2008, diversos países adotaram políticas anticíclicas de caráter keynesiano. Assim, passaram a usar instrumentos estatais para compensar os desequilíbrios financeiros do mercado, e, desse modo, atuar no sentido da manutenção da renda, do estímulo do consumo e, portanto, do estímulo ao crescimento. Além da política fiscal expansionista, esses países têm recorrido a políticas monetárias expansionistas, que promovem a ampliação da oferta de moeda nacional, estimulando tanto o consumo e os investimentos (componentes internos da demanda agregada) quando o aumento do saldo as exportações líquidas (componente externo da demanda agregada). Essa expansão dos meios de pagamento em países grandes, como Estados Unidos e China, alteram a configuração dos preços relativos, na medida em que os produtos nacionais ficam mais competitivos. As consequências das diversas formas de “quantitative easing” tem inegáveis impactos na economia e no comércio mundial.

Desde 2008, as políticas monetárias expansionistas, por promoverem a desvalorização das moedas nacionais, têm dado causa ao que se convencionou chamar de “currency war”, ou guerra cambial. Internamente, a expansão monetária, que pode ser feita, por exemplo, pela compra de títulos pelo governo, determina uma redução dos juros, o que, por sua vez, desestimula a poupança e estimula o consumo (já que o custo de oportunidade do consumo atual em relação ao consumo futuro é pequeno), promovendo também os investimentos. De acordo com a teoria keynesiana, a expansão da demanda agregada estimula o crescimento das atividades produtivas e, assim, a geração de emprego e de renda, sobretudo devido ao multiplicador keynesiano dos investimentos iniciais. No fim do processo, tem-se expansão econômica e aumento da arrecadação tributária do governo, o que lhe confere maior poder para debelar a crise. Externamente, a desvalorização das moedas nacionais desestimula as importações e estimula as exportações, tornando superavitário o saldo da balança comercial e da balança de serviços, o que certamente contribui para um saldo positivo em transações correntes. Diante disso, o país tem condições de tornar-se um exportador de poupança, pela aquisição de ativos estrangeiros por agentes nacionais.

Os países em desenvolvimento estão especialmente expostos à guerra cambial, devido à tendência de valorização de suas moedas frente ao dólar (desvalorização pela política norte-americana de Quantitative Easing), o que estimula um desequilíbrio na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Os investidores internacionais respondem à redução da taxa de juros norte-americana buscando mercados onde a rentabilidade compense a assunção de maiores riscos (existentes nos países em desenvolvimento). A entrada de dólares, na forma de investimentos contabilizados na conta financeira, causa a valorização da moeda nacional e, conseqüentemente, altera os preços relativos entre os produtos nacionais (tornados mais caros) e os estrangeiros (que ficam mais baratos). Aumentam as importações e reduzem-se as exportações, deteriorando o saldo das balanças comercial e de serviços. Nos países desenvolvidos, onde a balança de rendas tende, na maioria dos casos, ao déficit histórico, devido à repatriação de lucros e ao pagamento de despesas com empréstimos, o saldo de transações correntes sofre importante redução, o que obriga o país a recorrer à poupança estrangeira (estimulando os investimentos estrangeiros ou contraindo os empréstimos) para manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. A necessidade de aumentar os juros internos, além de prejudicar o investimento e comprometer o investimento futuro da economia, aumenta o endividamento do governo.

As relações entre a guerra cambial e o comércio internacional referem-se justamente à alteração dos preços relativos dos produtos nacionais e estrangeiros. De certa forma, a desvalorização da moeda nacional funciona como subsídio às exportações nacionais. Se essa desvalorização ocorre em países de economia grande, o aumento das exportações aumentará a quantidade ofertada de produtos no mercado internacional, o que reduzirá seu preço. Os países cujas moedas estão valorizadas sofrem duas vezes: com a dificuldade de exportar (porque seus produtos serão menos competitivos internacionalmente) e com a criação de demanda pelos produtos estrangeiros, que estarão mais baratos. Em um quadro de livre comércio (em grande parte promovido pela OMC), os preços internos dos países de moedas desvalorizadas aumentam, o que instiga a produção nacional, enquanto os preços internos dos países de moedas valorizadas se reduzem, o que desestimula a produção nacional. No longo e no médio prazo, esse quadro pode levar a dinâmicas de desindustrialização e de deslocamento de suas moedas, em detrimento daqueles onde isso não ocorre.

O Brasil tem tentado incluir o problema do câmbio nos debates da OMC, já que as políticas cambiais, como visto, servem como instrumentos protecionistas no âmbito do comércio internacional. De acordo com a visão brasileira, o câmbio, se desvalorizado o suficiente, é capaz de suplantando a redução das tarifas e minar a liberalização comercial já alcançada.

## IRINA FEISTHAUER SILVEIRA (25/30)

A chamada “Guerra cambial” tem suscitado controvérsias internacionais dados os efeitos nocivos que causa à economia e a dificuldade em estabelecer uma negociação sobre o tema nos foros internacionais. A questão tornou-se ainda mais premente após a crise de 2008 e as consequências das medidas anticíclicas adotadas para combatê-la.

A manipulação artificial da taxa de câmbio por um país tem o condão de beneficiar as suas exportações, via aumento da competitividade. Ao adotar essa prática, um país cria “incentivo” para que outros façam o mesmo, de forma a não sofrer prejuízos. O Brasil foi pioneiro em levar a questão cambial aos fóruns internacionais. O tema chegou a ser discutido no G-20 financeiro e na OMC, apesar de muitos países terem protestado afirmando que a OMC deve tratar de comércio e não de câmbio, propositadamente ignorando a íntima relação entre os dois, já prevista no artigo XV do GATT 47.

A principal alegação brasileira era de que os EUA, ao promover sucessivas rodadas de afrouxamento monetário – o “quantitative easing” -, estavam na verdade desvalorizando artificialmente o dólar (ao aumentar a oferta de moeda via política monetária expansionista, seu valor se reduz). Essa política estaria favorecendo as exportações americanas em detrimento de outros países, dentre os quais o Brasil. Por sua vez, os EUA afirmam, com endosso brasileiro, que a China mantém taxa de câmbio fixa propositalmente desvalorizada para beneficiar suas exportações. A questão ainda não teve resposta satisfatória, apesar das declarações do G20 conterem afirmativas genéricas sobre o compromisso de abster-se de usar o câmbio para beneficiar as exportações, e do grupo de trabalho criado na OMC.

Os países emergentes ficam especialmente expostos à “currency war” porque são mais suscetíveis às oscilações dos capitais especulativos e, em geral tem na exportação uma atividade importante, de forma que, a perda de competitividade pode prejudicar seu PIB como um todo.

O aumento da liquidez internacional causada pela política monetária expansionista norte-americana, num contexto de armadilha da liquidez na economia dos EUA, leva a que mais capitais se destinem a mercados emergentes, onde as taxas de juros tendem a ser mais altas, do que decorrem dois efeitos. Em primeiro lugar, esses capitais podem inicialmente equilibrar o BP ou criar reservas, mas sua saída brusca pode gerar a rápida desvalorização da moeda local, como ocorreu recentemente na Indonésia, com a simples possibilidade de reversão do afrouxamento monetário nos EUA, que não se verificou. Por outro lado, a entrada de grande fluxo de capitais em um país leva à valorização da moeda local, o que torna os bens importados mais baratos e os nacionais mais caros, diminuindo o saldo líquido em transações correntes ou tornando-o negativo.

Fica evidente, portanto, que o comércio internacional é afetado pela guerra cambial, o que foi de certa forma reconhecido pelo artigo XV do GATT 47, por meio do qual os contratantes se comprometiam a não usar o câmbio para obter vantagens comerciais. O câmbio desvalorizado pode ter o condão de criar distorções tarifárias, enquanto a sobre valorização cambial tem o efeito de anula tarifas, ao menos parcialmente. Isso porque o câmbio afeta a competitividade dos produtos, de forma que mesmo aplicando uma tarifa para proteger determinado setor, bens importados a uma taxa desvalorizada podem tornar-se mais baratos no mercado nacional. Como a taxa de câmbio é uma relação entre duas moedas, se uma moeda é subvalorizada, a outra ficará necessariamente sobrevalorizada. Dessa forma, a guerra cambial prejudi-

ca os países cujas moedas acabam se valorizando em função da manipulação das demais, criando-lhes dificuldades adicionais para exportar e podendo, eventualmente, anular tarifas usadas para proteger setores estratégicos ou sensíveis da economia nacional.

Em decorrência de seus efeitos distorcivos, criando inclusive dificuldades para que se analise o nível real de tarifas aplicadas pelos países para saber se estes estão cumprindo suas obrigações perante a OMC, e sua propensão a influenciar os fluxos de capital, a guerra cambial precisa ser discutida conjuntamente pelo FMI e pela OMC. Os capitais especulativos provaram seu potencial desestabilizador em mais de uma ocasião. O comércio internacional, por sua vez, pode ser causa para o aumento da prosperidade nos países. Evitar que sejam causadas distorções é essencial, em especial porque os países em desenvolvimento são os mais afetados em casos como a guerra cambial.

## LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (25/30)

A crise financeira de 2008 levou à queda abrupta da demanda agregada nos EUA, uma vez que a queda no preço de ativos financeiros “tóxicos” levou a uma paralisação momentânea do consumo das famílias e reduziu o investimento, dado o aumento da incerteza. Nesse contexto, o Federal Reserve adotou política monetária expansionista com o intuito de garantir a liquidez na economia americana e reativar o consumo (principal componente do produto do país). O ministro da Fazenda do Brasil, nesse momento, cunhou o termo “currency war” para descrever o que seria uma política de desvalorização competitiva dos EUA e uma intervenção no mercado de câmbio da China, reduzindo a competitividade de outras nações.

O termo “currency war” relaciona-se com o movimento em que um país decide realizar uma expansão monetária e, com isso, reduz o valor de sua moeda face a moedas de outros países. O efeito de tal medida seria um aumento das exportações líquidas no curto prazo e um ganho em produto no país que realizou a expansão em detrimento de outras economias.

Em um ambiente com perfeita mobilidade de capitais e em que o câmbio é determinado pelo mercado (câmbio flutuante), a emissão monetária reduz os juros vigentes na economia e fomenta o consumo via investimentos e via consumo privado. No caso americano, em que é possível a emissão de moeda que serve de padrão para trocas internacionais, esse movimento não gera dificuldades para o financiamento do déficit no Balanço de Pagamentos, que pode ser pago com a moeda nacional. Esse é um diferencial importante em relação a países que necessitam de dólar para financiar seus compromissos externos, o que permite concluir que os EUA têm uma posição privilegiada e uma maior liberdade para promover relaxamentos monetários.

O impacto dessa política, no entanto, vai muito além das fronteiras americanas, uma vez que grande parte do aumento da liquidez nos EUA é direcionada a mercados que remuneram melhor o capital, notadamente os países emergentes. O Brasil é exemplo paradigmático dessa realidade. Por diversos motivos, o país mantém taxas de juros sensivelmente superiores à média mundial e substancialmente superiores às taxas praticadas em países desenvolvidos (que têm juro real negativo). Destarte, o país experimentou elevada entrada de divisas após o início do emissionismo americano. Tal fato, em um país que adota o regime de câmbio flutuante, leva a uma apreciação da moeda brasileira face ao dólar no curto prazo, reduzindo a competitividade dos produtos nacionais e reduzindo as exportações líquidas. Note-se que outras moedas em países em desenvolvimento, como o rand sul-africano, também enfrentaram uma valorização artificial de suas moedas, e mesmo países que intervêm com frequência no mercado cambial, como a China, só puderam fazê-lo porque detêm grandes reservas internacionais que lhes permitem adotar regimes de câmbio fixo.

Nesse contexto, percebe-se estreita correlação entre a desvalorização cambial competitiva e o comércio internacional. Por atingir diretamente a remuneração dos exportadores, por um lado, e o preço de oferta internacional dos produtos de um país, as nações que têm uma desvalorização relativa de suas moedas ganham competitividade internacional. Assim, os EUA, que promoveram a expansão monetária, e países que adotam câmbio fixo, como a China, são beneficiados, no âmbito do comércio internacional, em relação a países que adotam câmbio flexível como o Brasil, a África do Sul e a Índia. Da mesma forma, países de menor desenvolvimento relativo, que não dispõem de grandes reservas para estabilizar o mercado cambial, são prejudicados de forma ainda mais acentuada em um contexto de “currency war”.

Os efeitos deletérios de uma expansão prolongada na oferta monetária nos EUA tem efeitos diretos na economia de países emergentes. Os “spill overs” da política americana são a alteração do preço relativo das moedas e a deterioração da competitividade de países emergentes. Nesse sentido, o Brasil posiciona-se contrariamente a esse tipo de “protecionismo disfarçado” e advoga a adoção de medidas transparentes por parte do FED que reduzam a incerteza na economia global.

## MENOR NOTA (21/30)

O governo brasileiro, “think tanks” econômicos, organizações de cooperação da indústria e intelectuais, com destaque para Vera Thorstensen e o grupo da FGV, têm sido ávidos críticos do papel que o câmbio tem desempenhado nas estratégias de enfrentamento da crise pelos países desenvolvidos. Estratégias calcadas em pesado expansionismo monetário têm gerado distorções macroeconômicas, sobretudo em países em desenvolvimento. Por suas distorções atuais e potenciais, vez que a retirada súbita dos estímulos é também causalidade futura de desequilíbrios, o Brasil tem-se engajado na crítica a tais estratégias e estimulado debates no governo, na academia e na OMC.

O termo “currency war” emergiu a partir das críticas do Ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, às estratégias de expansionismo monetário de países desenvolvidos e, em parte, da China. Esse expansionismo foi instrumentalizado por meio da redução extrema das taxas de juros nominais pelos Bancos Centrais de EUA, Japão e União Europeia, além de emissionismo puro, este sobretudo pelo FED. Desde o desencadeamento da crise, o FED tem mantido taxa básica de juros nominais entre 0 e 0,25%, implicando juros reais negativos diante da inflação anual de pouco menos de 2%. Ainda, o FED engajou-se em duas rodadas massivas de relaxamento quantitativo, provendo liquidez superior a 1 trilhão de dólares ao mercado financeiro mundial, e tem mantido rodadas mensais de provimento de liquidez. O Banco Central Europeu, em sua última reunião, reduziu seus já baixos juros nominais de 0,5% para 0,25%. Na medida em que tanto a queda na taxa de juros quanto o aumento da base monetária desvalorizam as moedas domésticas desses países, e que a China, devido a suas reservas superiores a 3 trilhões de dólares, consegue manter o renminbi desvalorizado, há uma profusão de desvalorizações competitivas cambiais, que geram verdadeiro subsídio cambial para os países que se engajam na “currency war” em detrimento dos países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento são especialmente afetados, em parte, devido à dinâmica atual de fluxos de investimento, mas também por serem, de certa forma, vítimas de seu próprio sucesso recente. Em primeiro lugar, devido ao fato de os fluxos de investimento e o grau de remuneração de ativos serem fundamentalmente determinados pelas agências de “rating”, os países em desenvolvimento, por serem tidos como mais arriscados, devem pagar prêmios de risco sobre suas taxas de juros, terminando por pagar juros reais muito mais atrativos em comparação aos títulos de países que pagam juros reais negativos. Em segundo lugar, vez que o crescimento econômico e o desenvolvimento dos mercados internos desses países tornam os investimentos produtivos e em carteira não apenas potencialmente rentáveis, mas seguros, há maior atratividade de capitais. Tendo em conta os níveis extravagantes de liquidez internacional e a atratividade dos emergentes, há massivo influxo de liquidez nesses países. Esse aumento na oferta interna de dívidas gera a desvalorização das moedas domésticas e, conseqüentemente, um desalinhamento nas taxas de câmbio real entre as moedas de emergentes e desenvolvidos, fomentando a competitividade externa destes últimos.

A “currency war” gera três tipos de efeitos no comércio internacional. Primeiramente, a valorização relativa das moedas dos países em desenvolvimento e a desvalorização relativa da moeda dos desenvolvidos implica ganho de competitividade dos produtos exportados pelos desenvolvidos. Em segundo lugar, gera-se inchaço artificial no preço das commodities, que, reajustadas em dólar, tornam-se mais caras. Finalmente, gera-se a distorção nos preços internacionais e afeta-se a previsibilidade na produção. Os benefícios, nesse contexto, tendem a ser ilusórios, diante da integração dos mercados nas cadeias globais de valor. Mais da metade do

comércio internacional, atualmente, é composto por bens intermediários. Dessa forma, o aparente ganho de competitividade dos bens exportados pelos desenvolvidos e o aumento de receita dos emergentes com a venda de commodities são matizados pela realidade da dispersão produtiva global. Assim, o aumento no preço das commodities globais encarece toda a produção nas diferentes etapas e locais, anulando-se o benefício para os países em desenvolvimento pelo encarecimento do importado no longo prazo, fato que determina flutuações macroeconômicas desestabilizadoras diante do aumento das importações por estes países no curto prazo, o que desarticula a produção interna rumo a uma reprimarização da pauta exportadora. Assim, embora gozem de ganhos conjunturais de competitividade, em última análise, não há beneficiados pela “currency war”. Haja vista que o potencial de redução do monetarismo no FED gerará redução súbita no influxo de liquidez para os países em desenvolvimento, mostra-se que a instabilidade de fluxos e de preços é fator negativo que em muito supera os efêmeros benefícios com o incremento na receita pela venda de commodities.

Na “currency war”, não há vencedores. Os subsídios cambiais ensejados pelo expansionismo monetário gera desalinhamentos cambiais, instabilidades nos fluxos monetários e de comércio e imprevisibilidades que, no fim, prejudicam a todas as nações.

## QUESTÃO 3

A tabela abaixo apresenta dados relativos à população brasileira entre os anos 2000 e 2010 e projetos para os anos de 2015 a 2060. Como se vê, a população ainda continuará aumentando no futuro próximo, mas a taxas de crescimento cada vez menores. A parcela da população de 60 anos ou mais aumentará, enquanto a parcela de jovens diminuirá. De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade brasileira já é menor que a taxa de reposição populacional e o chamado bônus demográfico deverá chegar ao fim por volta de 2023. A partir de então, a taxa de dependência aumentará com a participação crescente do grupo de idosos.

População brasileira - estimativas IBGE			
Ano	População total	População 0-19 anos	População com 69 anos ou mais
2000	173.448.346	70.204.619	14.235.731
2005	185.150.806	68.893.686	16.367.881
2010	195.497.797	67.106.378	19.601.854
2015	204.450.649	64.549.292	23.940.885
2020	204.450.649	61.156.335	29.290.662
2025	204.450.649	57.313.261	35.427.289
2030	223.126.917	53.913.591	41.541.763
2035	226.438.916	51.022.680	47.598.368
2040	228.153.204	48.460.622	54.204.894
2045	228.116.279	46.016.123	61.161.913
2050	226.347.688	43.630.444	66.457.570
2055	222.975.532	41.242.757	70.485.475
2060	218.173.888	38.917.837	73.551.010

Internet: <ibge.gov.br>.

**Considerando os dados apresentados, responda, de forma fundamentada, os questionamentos seguintes.**

- a. Ouve-se cada vez mais frequentemente que “o Brasil precisa se apressar para aproveitar o bônus demográfico”. O que se quer dizer com isso?**
- b. Por que o aumento da produtividade do trabalho será elemento fundamental para se mitigar os efeitos econômicos deletérios do fim do bônus demográfico?**

Extensão do texto: máximo de 40 linhas  
[valor: 20 pontos]

## GUILHERME ESMANHOTTO (16/20)

A expressão supracitada de “que o Brasil precisa se apressar para aproveitar o bônus demográfico” traduz, na realidade, o caráter transitório desse fenômeno. Se a presença de “janela de oportunidade” demográfica apresenta potencia, seu fim exige ajustes que evitem maiores desequilíbrios econômicos.

O bônus demográfico de um país é a presença de período de tempo em que a proporção da população inativa economicamente (0-14 anos ou >65 anos) é historicamente baixa em relação à PEA; isto é, apresentam-se taxas de dependência sustentadamente baixas por uma determinada janela temporal. É fenômeno decorrente da transição demográfica de um país que experimenta o ganho de volume das camadas demográficas médias. O Brasil, atualmente, passa por um período de “bônus demográfico”, com razões de dependência em torno de 0,5 (a título de comparação, esse índice era, na década de 70, correspondente a aproximadamente 0,9.)

A presença de bônus demográfico apresenta oportunidades aos países que o experimentam. Do ponto de vista do mercado de trabalho, representa o máximo de contingente de mão de obra relativo, o que certamente expande os potenciais produtivos e de arrecadação tributária, por conseguinte. Somado a isso, diminuem-se, relativamente, os encargos com a população inativa, sejam educacionais, sanitários ou produtivos, o que diminui a pressão sobre os gastos governamentais.

Como fenômeno demográfico natural, o bônus demográfico é, em verdade, uma condição positiva com que se defrontam os países na formulação de suas políticas públicas. Nesse sentido, “aproveitar o bônus demográfico” é muito mais preparar-se para seu fim. O fim da janela de oportunidades é o avanço das camadas médias ao topo da pirâmide; isto é, o crescimento dos idosos mais que compensaria a diminuição de jovens, trazendo à tona pressão sobre os gastos governamentais e dificuldades com a mão de obra. No Brasil, esse fenômeno é nitidamente observado a partir de 2040. O gráfico concedido demonstra que, em detrimento da queda da população total, a população idosa permanece aumentando. O bônus demográfico é, portanto, oportunidade ímpar para as contas públicas pouparem para o incremento de gastos futuros.

A produtividade do trabalho é, nesse sentido, fundamental. Como o contingente de mão de obra futuro será menor e os encargos previdenciários maiores, cada trabalhador deverá produzir mais do que atualmente, mesmo em número menor. Isso só será possível mediante qualificação técnica que permita ao futuro contingente de mão de obra suprir a retração numérica da oferta de trabalhadores, de modo a permitir expansão do PIB que sustente os gastos públicos.

Em face da perspectiva presente de janela de oportunidade para as contas públicas, aproveitar o bônus demográfico é poupar para o incremento futuro de gastos. É, do mesmo modo, investir em qualificação profissional que garanta ganhos de produtividade.

## HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (16/20)

O principal argumento oferecido para defender a necessidade de o Brasil aproveitar seu bônus demográfico é aquele que ressalta a abundância relativa de brasileiros em idade economicamente ativa. A função atribuída a esses indivíduos é a de incrementar os agregados macroeconômicos do país, por meio do trabalho. Para promover o crescimento econômico, é preciso que os indivíduos economicamente ativos sejam produtivos o suficiente para, por um lado, financiar os custos previdenciários e, por outro, incrementar o produto da economia.

A ideia de que “o Brasil precisa se apressar” denota que transformações precisam ser realizadas para possibilitar o pleno aproveitamento econômico de uma população economicamente ativa que ainda cresce. A primeira delas refere-se à estrutura previdenciária, que onera excessivamente os mais jovens para garantir a previdência de uma população idosa que, para padrões internacionais, é relativamente pequena. A segunda delas vincula-se à qualificação da mão de obra. Altos níveis de capital humano são essenciais para promover a competitividade dos setores da economia. Os efeitos de uma educação de baixa qualidade podem ser nefastos, ao diminuir a capacidade de jovens e de adultos de adaptar seus conhecimentos e suas habilidades a setores dinâmicos da economia.

O incremento da produtividade dos trabalhadores tem, aqui, importância-chave. São os aumentos de produtividade que propiciam o crescimento da economia, para teóricos do crescimento como Paul Romer. A conjunção de uma economia cada vez maior e de uma população cada vez mais velha determina que o momento atual é o mais propício para promover ganhos de retorno que tendem a se tornar mais raros. Mais escassez do fator trabalho induz relevância crescente de ganhos de produtividade.

Há razões sistêmicas para crer que o aumento da produtividade do trabalho deve ser prioritário. Em primeiro lugar, a escassez de infraestrutura de alta qualidade — construções com custo alto de implantação, mas com benefícios futuros cruciais à manutenção do crescimento — exige que os profissionais do presente sejam afeitos às demandas tecnológicas das grandes obras, como é o caso dos engenheiros — cuja proporção no mercado de trabalho brasileiro é baixa. Em segundo lugar, o aumento da produtividade atual sedimenta o aumento quase inevitável dos gastos públicos com saúde e com previdência. A sanidade das contas públicas é processo de longo prazo, que pode ser suplementado por decisões atuais.

**LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (16/20)**

O processo de transição demográfica gera grandes oportunidades de crescimento para os países, pois há estágios em que ainda se vivencia os efeitos positivos das taxas de natalidade relativamente elevadas de períodos anteriores. Essa situação refere-se ao bônus demográfico.

O bônus demográfico é uma conjuntura em que existe uma relação favorável entre a população economicamente ativa (PEA) – composta principalmente por pessoas jovens e adultos – e a população inativa – composta principalmente por crianças e idosos. Como a PEA gera produção, é uma etapa em que trabalham na economia precisam sustentar um nível relativamente baixo de pessoas que não trabalham. Isso gera diversas oportunidades para o país, o que é o caso do Brasil.

Contudo, para aproveitar essas oportunidades, é preciso realizar investimentos e realizar algum planejamento econômico. Desse modo, com uma menor taxa de dependência na economia (relativa ao esforço que a população ativa realiza para sustentar a população inativa), é possível realizar novos investimentos e modificar a estrutura produtiva, uma vez que, nesse estágio, os níveis de gastos sociais com crianças e idosos são relativamente pequenos, pois já se investiu em escolas e outros serviços para crianças nos estágios anteriores, e ainda não é necessário realizar grandes gastos com previdência e saúde para idosos. Consequentemente, o país tem a chance de usar seus recursos na formação bruta de capital fixo, na infraestrutura (com correção de gargalos), na educação superior e na dotação tecnológica. Todas essas são iniciativas que podem contribuir para a solução de problemas econômicos estruturais, o que pode modificar as próprias vantagens comparativas e ampliar seu produto potencial.

Essa análise é pertinente para o caso brasileiro, visto que o país não conseguiu retomar as altas taxas de crescimento econômico que teve durante grande parte do século XX. Além disso, o bônus demográfico pode contribuir para aumentar a entrada de capital no país, pois o maior número de trabalhadores gera queda do preço relativo do trabalho, aumentando a competitividade da economia. Assim, pode-se aumentar as exportações de produtos intensivos no fator trabalho e atrair Investimento Externo Direto para esses setores, aumentando ainda mais o capital disponível para realizar investimentos produtivos e reformas.

Desse modo, existe a possibilidade de aumentar a produtividade da economia e resolver problemas estruturais. No entanto, existem também problemas. Em primeiro lugar, é necessário permitir que ocorra esse reequilíbrio no mercado de trabalho, para aumentar as vantagens dos produtos brasileiros. Em segundo lugar, a entrada de capital e de IED, no caso do Brasil, deve ser direcionada para setores específicos em que o país pode ter vantagens importantes para solucionar graves deficiências estruturais e melhorar a dotação de fatores de produção.

Por fim, o Brasil precisa usar o bônus demográfico para planejar também sua transição para a próxima etapa demográfica, em que a taxa de dependência aumentará e a PEA não contará com abundância de trabalhadores jovens. Assim, é necessário aumentar a produtividade do trabalho para conseguir manter os níveis de produção, com uso menos intensivo do fator trabalho. Desse modo, o país não perderá vantagens e mercados conquistados durante o período do bônus demográfico. Essa evolução também demanda planejamento e investimento por parte do governo brasileiro. Em primeiro lugar, a taxa de investimento no país ainda é

baixa e deve ser elevada para acompanhar o aumento do trabalho disponível, proporcionando expansão da produção e economias de escala. Em segundo lugar, investimentos em educação e treinamento poderiam aumentar a especialização da mão de obra e sua produtividade.

O Brasil, portanto, deve atuar para realizar modificações estruturais e aumentar a produtividade do trabalho (aproveitando a abundância de trabalho durante o bônus demográfico), de modo a consolidar novas vantagens comparativas para o país e melhorar sua dotação de fatores, aumentando o seu produto potencial.

**MENOR NOTA (13/20)**

A dinâmica etária da sociedade brasileira passa, atualmente, por um momento de inflexão. Se em 1960, auge do crescimento vegetativo, a taxa de natalidade (razão entre nascimentos e óbitos de crianças até 4 anos) brasileira era de 2,9%, atualmente, não supera 1,17% - abaixo da taxa de reposição populacional, que é de 1,9%. Essa nova realidade traz implicações econômicas presentes e futuras para o país e requer um planejamento de longo prazo para potencializar seus benefícios e reduzir seus impactos.

O chamado “bônus demográfico” corresponde ao momento histórico no qual a taxa de dependência da população inativa (60 anos ou mais) é o mais baixo em relação à população em idade economicamente ativa (PEA). Isto é, há mais pessoas produzindo renda presente na economia do que pessoas gozando dos benefícios da previdência. Economistas, sociólogos e demais especialistas coincidem na análise de que este momento de “bônus demográfico” por que passa o Brasil deve ser aproveitado ao máximo para o benefício futuro de toda a sociedade. Para tanto, é preciso que sejam feitos pesados investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação direcionados à população em idade ativa PIA, com vistas a dotar o país de capital humano qualificado para produzir bens e serviços de alto valor agregado e competitivos internacionalmente. Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação devem ainda contribuir para aumentar o estoque de capital (FBKF) da economia e a infraestrutura de transportes e de comunicação.

Os investimentos necessários em educação e CTel serão fundamentais para elevar a produtividade média do trabalho na economia brasileira e, conseqüentemente, a renda. Se, em um ambiente de equilíbrio ( $W=PMgl$ ), o salário nominal  $W$  equivale à produtividade marginal do trabalho  $Pmgl$ , o aumento da  $Pmgl$  levará, inevitavelmente, à elevação de  $W$ , contribuindo assim para aumentar a renda agregada.

Com o aumento da renda agregada  $RA$  (resultante dos ganhos de produtividade) há um aumento da própria demanda agregada  $DA$ , pois  $RA+DA$  ( $C+I+G+X-M$ ). Com maior renda disponível, os agentes econômicos poderão, ao mesmo tempo, consumir mais e poupar mais ( $Sp=Y-c-t$ ). Ao pouparem mais, os agentes econômicos contribuirão para aumentar o estoque de poupança da economia, necessário ao investimento. Investimento esse que dará origem a mais consumo e mais renda, em um processo virtuoso de crescimento da economia.

No futuro, quando chegar ao fim o bônus demográfico, a população inativa gozará de melhor renda, devido aos ganhos de produtividade que elevaram seus salários na época em que estava no mercado de trabalho, bem como devido à melhor remuneração das aposentadorias e à possibilidade de poupar para consumo futuro. É, portanto, necessário elevar o nível presente de investimento da economia com vistas a extrair os melhores benefícios do atual bônus demográfico.

## QUESTÃO 4

Entre as três funções básicas da política fiscal, figura a função estabilizadora do Estado. Nos casos em que o orçamento é deficitário e nos quais seja feita a opção de cobertura desse déficit por intermédio de empréstimos, a compensação expansionista do produto será menos efetiva em comparação com a alternativa de uma maior expansão monetária. Isto decorre em razão das implantações do endividamento em termos de taxas de juros e seus respectivos impactos sobre o comportamento dos agentes privados.

**Comente essas afirmações, utilizando as consequências das alternativas de coberturas do déficit nas variáveis acima referidas.**

Extensão do texto: máximo de 40 linhas  
[valor: 20 pontos]

**FELIPE EDUARDO LIEBL (19/20)**

Segundo Giambiagi e Além, a ação do governo na economia pode ocorrer baseada em três princípios básicos que informam e que orientam a condução de política fiscal. Essa ação pode dar-se por meio da função distributiva, como pelo uso de impostos progressivos; por meio da função alocativa, criando novos ramos na economia, como durante o II PND; e por meio da função estabilizadora, que corresponde ao uso de dispêndios públicos a fim de promover o crescimento e de suavizar crises conjunturais.

Nesse sentido, uma política fiscal será expansionista quando os gastos do governo forem maiores do que suas receitas ( $G > T$ ). Quando isso ocorre, o governo injeta dinheiro na economia, o que pode, segundo a teoria keynesiana, promover o crescimento por meio do efeito multiplicador e tirar uma economia de um cenário de armadilha de liquidez. O Estado, assim, atuaria para estabilizar a demanda efetiva e para promover a melhoria das expectativas dos agentes econômicos, levando a um deslocamento da curva IS.

Para financiar esse déficit, medido, no Brasil, pelas NFSP, o governo pode fazer uso de vários mecanismos. Um deles é o endividamento público. Quando isso ocorre, a poupança do governo, que cai, é financiada pelo setor privado e pelo setor externo. Essa necessidade de financiamento é coberta pela alta da taxa de juros (i) governamental, que precisa de maior captação. Como a taxa de juros do governo é a base (benchmark) dos juros praticados pelo setor privado, há um deslocamento da curva LM para a esquerda, no que é denominado de efeito deslocamento (efeito crowding out). Os maiores juros diminuem o produto da economia e reduzem os efeitos da expansão fiscal, pois reduzem os fundos disponíveis para o setor privado.

Outra maneira de financiamento de déficits públicos é por meio do emissionismo de moeda, seja por meio da impressão de papel-moeda, seja pelas operações no mercado de títulos. Essa estratégia aumenta significativamente a inflação e está relacionado ao financiamento por meio da senhoriagem. O emissionismo e os “ganhos” com a senhoriagem estão muito ligados ao período de maior inflação no Brasil, ainda que ainda haja receitas de senhoriagem atualmente, em uma escala mais reduzida.

Há, ainda, a possibilidade de cobertura do déficit por meio do aumento de impostos. Esse movimento constitui uma política contracionista, mas que surte efeitos fiscais significativos. Além disso, em períodos inflacionários, é possível indexar as receitas tributárias e desindexar e protelar dispêndios, que passam, em termos reais, a ser menores, no que a literatura econômica denomina “efeito Tanzi às avessas” ou efeito Bacha. Esses gastos inflacionários permitem a administração de conflitos alocativos de maneira pouco eficaz socialmente, sendo muito usada no contexto anterior a 1994.

O uso da política de fiscal expansionista está relacionado à função estabilizadora do Estado, constituindo importante meio de ação estatal. Seu uso, atualmente, no Brasil, é menos eficiente, pois o país usa um regime de câmbio flutuante, o que reduz os ganhos dessa política. Essa função estabilizadora é relevante, sobretudo em um contexto de crise, com a ação fiscal (e monetária) do governo brasileiro durante a crise de 2008, sendo um exemplo de uso eficiente desse mecanismo para a estabilização da demanda agregada e para a administração das expectativas.

## LEONARDO ROCHA BENTO (19/20)

Em um cenário em que a Necessidade de Financiamento do Setor Público, principalmente em seu resultado nominal, demanda a ação do Estado para financiar seu déficit, há duas grandes alternativas para os tomadores de decisão: a obtenção de empréstimos ou o financiamento via expansão monetária e imposto inflacionário. Ambas têm resultados distintos sobre as taxas de juros e sobre o crescimento, portanto precisam ser analisadas mais detalhadamente, sob a perspectiva das duas escolas tradicionais da Economia.

Quando o governo procura cobrir seu déficit orçamentário com empréstimos, ele atua sobre o mercado de fundos emprestáveis. A taxa de juros, fator que estabiliza a oferta e a demanda desses fundos, elevar-se-á, uma vez que o governo entrará no mercado como demandante. Em consequência dessa ampliação dos juros, há uma tendência de queda no consumo, já que a poupança se torna mais atrativa; de queda no investimento privado, pois os juros maiores podem superar a eficiência marginal do capital (ademais da lógica do efeito deslocamento no mercado de fundos emprestáveis); e de queda nas exportações líquidas (déficits gêmeos), por causa da valorização cambial provocada pela maior entrada de divisas estrangeiras decorrente da atração exercida pela maior taxa de juros. Por essa análise, mais afeita ao pensamento clássico, a ação estatal teria efeito negativo sobre o conjunto da economia, de modo que o mais recomendável seria a redução dos gastos públicos e do papel do Estado como forma inclusive de arcar com o déficit atual. Keynesianos e neokeynesianos atribuem importância reduzida ao efeito deslocamento e são entusiastas do efeito multiplicador que a expansão de gastos públicos provoca na economia, embora não a recomendem para o financiamento do déficit.

A segunda alternativa do governo para a cobertura do déficit é o emissionismo. Quando o governo emite moeda, ele ganha recursos correspondentes às receitas de senhoriagem (diferença entre o valor de produção da moeda e seu valor nominal) e impõe um imposto inflacionário sobre os demais agentes econômicos. No mercado monetário, a ampliação da oferta vertical de moeda reduz os juros. Com isso, espera-se que aumentem o consumo, o investimento e as exportações líquidas pelos motivos inversos aos efeitos mencionados anteriormente: baixa atratividade da poupança e dos títulos e desvalorização cambial. Clássicos e keynesianos divergem, mais uma vez, sobre os efeitos reais da expansão monetária sobre o produto. Para os clássicos, dado que a oferta agregada da economia é vertical, dependente da dotação dos fatores produtivos, a expansão da demanda decorrente da baixa dos juros terá apenas reflexos sobre a inflação e não incrementará o produto. Para os keynesianos, que advogam uma oferta agregada positivamente inclinada, a expansão da demanda agregada elevará o produto, às custas de uma elevação tolerável do nível de preços.

Enquanto a obtenção de empréstimos para financiar o déficit eleva os juros na economia, o emissionismo os reduz, sendo, portanto, mais adequado para a expansão da oferta agregada da economia. No entanto, clássicos e keynesianos divergem a respeito dos efeitos dessas duas alternativas. Os primeiros não encorajariam nenhuma das duas, enquanto os segundos defenderiam a maior efetividade do emissionismo.

**IRINA FEISTHAUER SILVEIRA (17/20)**

Ao utilizar a política fiscal para atuar na economia nacional de forma a criar um efeito estabilizador em face de uma crise, por exemplo, o governo que for deficitário precisará financiar seu déficit. Isso pode ser feito tanto por meio do recurso ao mercado de fundos emprestáveis, como por meio do emissionismo, cada um com consequências diferentes sobre a economia.

Quando o governo recorre ao mercado de fundos emprestáveis para financiar seu déficit, aumenta a demanda nesse mercado, levando a um aumento do “preço”, ou seja, aumento da taxa de juros. Uma taxa de juros mais alta é um desincentivo ao investimento privado. A saída do setor privado do mercado para buscar empréstimos e a consequente redução desses investimentos é chamada efeito “crowding out”, que pode ser total ou parcial.

Como o produto total da economia é a soma do consumo, gastos do governo, investimentos e saldo líquido em exportações de bens e serviços, se o aumento dos gastos do governo acarreta diminuição do investimento, o crescimento do PIB será a diferença entre o aumento dos gastos governamentais e a redução dos investimentos, sendo, portanto, menor que aquele pretendido inicialmente com a política fiscal.

Adicionalmente, note-se que o aumento da taxa de juros representa um atrativo para o capital internacional que busca maior rentabilidade dos investimentos. A entrada de capitais leva à valorização da moeda nacional. Com uma moeda mais valorizada surge a tendência a aumento das importações e redução das exportações, reduzindo o saldo líquido de exportações, ou até tornando-o negativo, o que também impacta o produto total da economia (no caso de se adotar câmbio flutuante).

A outra opção do governo para financiar seu déficit é via emissionismo, ou seja, maior expansão monetária. Ao emitir moeda, o governo gera uma desvalorização da moeda nacional. A redução do poder de compra da moeda significa um imposto inflacionário, que pode levar a uma redução do consumo, que também é componente do produto total. A desvalorização monetária pode gerar um saldo líquido em exportações de bens e serviços maior favorecendo o PIB. A contrapartida da expansão monetária como forma de financiar déficits governamentais é seu efeito inflacionário. O aumento generalizado dos preços da economia pode sair do controle e gerar efeitos bastante negativos para a atividade econômica, como comprova a história brasileira, em especial os anos 1980.

A política fiscal, ou seja, o aumento ou redução dos gastos do governo e dos impostos, quando expansionista, pode incrementar a atividade econômica e o PIB, tendo efeitos anticíclicos em situações de crise, especialmente via multiplicador keynesiano. O financiamento de eventuais déficits governamentais, entretanto, pode reverter o efeito desejado. No caso do recurso a empréstimos, o “crowding out” para os clássicos, ou no modelo keynesiano com IS-LM e balanço de pagamentos com câmbio flutuante, a política fiscal expansionista fica sem efeitos. Já o recurso a expansão monetária leva a desvalorização da moeda e ao surgimento de tendências inflacionárias.

## **MENOR NOTA (15/20)**

O equilíbrio do orçamento governamental é fundamental para a estabilização econômica do Estado, que deve evitar situações de despoupança, em que gastos públicos superam receitas públicas. Advogam-se duas saídas para superar esse desafio e restabelecer a capacidade financeira estatal: empréstimos e financiamentos ou políticas monetárias expansionistas. Há que se analisar essas alternativas, levando em consideração os objetivos de curto e de longo prazo do governo.

A obtenção de empréstimos e financiamentos possui aspectos positivos, pois favorece resultados superavitários na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos, que tende a ser positivo e a gerar divisas para o país. Com o restabelecimento da capacidade econômica estatal, o governo poderá investir na melhora da capacidade produtiva e novamente aumentar os gastos públicos, contribuindo para o aumento progressivo do PIB e da distribuição de renda no país. Os aspectos negativos são o pagamento de juros relativos à obtenção de empréstimos e financiamentos, lançados na Balança de Rendas das Transações Correntes, e o aumento de importações, devido à expansão do PIB e da renda dos cidadãos, conforme demonstrado.

A adoção de saída emissionista, por sua vez, favorece a baixa da taxa de juros local, estimulando o consumo e o investimento privados, também levando ao aumento do PIB e da renda dos cidadãos. Entretanto, políticas monetárias expansionistas, que estimulam fortemente o consumo e a expansão da demanda agregada, geram inflação, devido ao excesso de moeda na economia e ao excesso de demanda, que pressiona a estrutura produtiva do país, que não pode se expandir e superar gargalos estruturais de maneira imediata, levando firmas a elevarem seus preços, a fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de bens e de serviços.

As consequências de adoção de empréstimos e financiamentos ou de implementação de políticas monetárias expansionistas são, portanto, distintas, devendo o Estado analisar suas estratégias de curto e de longo prazo. A saída por meio de financiamentos e empréstimos parece, em uma análise preliminar, mais adequada ao futuro do país, pois este poderá investir na modernização de sua capacidade produtiva, com relativa estabilidade inflacionária, o que a longo prazo contribuirá para a obtenção de receitas necessárias para um equilíbrio fiscal estável, via aumento de exportações líquidas. O emissionismo monetário, contrariamente, pode ser considerado solução de curto prazo, com incremento da inflação e sem contribuir para o aprimoramento da capacidade produtiva do Estado.

# ESPAÑHOL

## Texto para las cuestiones de 1 a 5

### Las ciudades de Maquiavelo

Lo interesante de un autor como Maquiavelo no es que sea un “ejemplo a seguir”, sino lo que nos dice de las ciudades donde habitó y lo que nos puede decir de lo que estamos haciendo con las nuestras. De hecho los autores que movilizan nuestro pensamiento no lo hacen por su ejemplaridad sino por la fuerza intelectual a la hora de significarnos el espacio social en el que moraron. Y Maquiavelo vivió en ese “torbellino de las ciudades-Estado de la Italia del Renacimiento” donde se fraguó el pensamiento político moderno (Arendt). La historia de estas ciudades fue, fundamentalmente, la del movimiento municipalista entre los siglos XI y XVI, la de la lucha por la libertad, la autonomía y el autogobierno de algunas de las comunas que salpicaron el territorio europeo. Esta historia hay que interpretarla en la vieja encrucijada del Mediterráneo, en el cruce de caminos entre las diversas culturas y civilizaciones que se encontraban en sus orillas y donde las ciudades bajomedievales y renacentistas tuvieron un papel decisivo. Entre ellas destaco Florencia, el espacio donde Maquiavelo (1469-1527) vivió el final de este largo recorrido de las ciudades-república, con un escenario de enfrentamientos entre las tendencias populares y aristocráticas de la ciudad y de esta con las potencias extranjeras que la amenazaban (los Estados modernos de España y Francia, fundamentalmente). De hecho, la obra de Maquiavelo se presenta con las ambivalencias propias de una ciudad dividida. Autor de El príncipe fue el ciudadano republicano que redactó los Discursos sobre la primera década de Tito Livio. Esta última fue escrita en plena crisis de la ciudad y acabaría siendo un texto capital para la teoría moderna de la democracia. Parece ser que, en esta ocasión, el búho de Minerva sí voló al caer la noche.

Siguiendo las lecciones de los autores que he destacado anteriormente, me gustaría subrayar algunas aportaciones revolucionarias que Maquiavelo hizo a la teoría de la democracia y que nos pueden resultar útiles en la actualidad. Maquiavelo fue, para empezar, el fundador de la “actitud crítica” moderna (Foucault). Ese “manifiesto revolucionario” (Gramsci) que fue El príncipe no pensaba en los “principados nuevos” porque en ellos es donde se encontraban las “dificultades”. Es decir, para pensar la política Maquiavelo construyó el telón de fondo de la crisis. Resultado: la política se convirtió en un mecanismo de innovación en una práctica de construir “órdenes políticos nuevos” para hacerle frente a situaciones críticas y problemáticas. Al estilo del mejor Baudelaire, Maquiavelo abrió la puerta a buscar “lo eterno y lo inmutable” de la política en la crisis de la ciudad, precisamente cuando en esta reinaba “lo efémero, lo veloz, lo contingente”. Fundador de la “maestría de la sospecha” (Ricoeur), altero siempre las condiciones desde donde la política debía ser pensada y buscó la otra cara de la ciudad para producir un concepto radicalmente moderno del poder.

Con ello, la aportación decisiva de Maquiavelo fue, desde mi punto de vista, poner a “las ciudades primero” (Jacobs, Soja) en su reflexión sobre los proyectos históricos de la sociedad. Maquiavelo defendió en los capítulos más importantes de los Discursos una nación su-

mamente moderna de la misión histórica de las sociedades. Negó que el objetivo de estas fuera mantenerse inalterables a lo largo del tiempo ya que “las cosas de los hombres están siempre en movimiento y no pueden permanecer estables”. Ante ello apostó por ciudades preparadas para acometer grandes cambios en el presente que acabarían dejando huella en la memoria histórica de lo social. La condición de posibilidad de este poder en la historia era, para Maquiavelo, un espacio urbano que garantizara la autonomía y libertad de todos los ciudadanos. Solo en aquellas ciudades donde el pluralismo social estuviese garantizado habría el poder suficiente para realizar mutaciones decisivas.

Y ello a pesar de o precisamente por las disputas y enfrentamientos que en una sociedad libre y plural pudieran producirse. Maquiavelo pensaba (y esto alarmó a los espíritus de su tiempo y, concretamente, a su colega Guicciardini) que la pugna entre los ciudadanos era un síntoma positivo de vitalidad urbana, de una ciudadanía “fuerte” y en “aumento” que era motor del devenir de la sociedad. Es esta defensa de la libertad y el pluralismo, de la energía positiva del conflicto para la constitución de la ciudad y del compromiso histórico de las sociedades con el cambio la que haría de Maquiavelo un pensador revolucionario para la teoría de la democracia.

Internet: [www.elpais.es](http://www.elpais.es) (adaptado)

### Cuestiones

1. De acuerdo con el texto, ¿cuál es, para el pensador florentino, el cometido de las sociedades en la historia?
2. Según el autor, ¿qué aportaciones revolucionarias hace Maquiavelo al concepto democrático?
3. De acuerdo con el artículo, ¿qué es lo que hace que los ciudadanos se alejen de sus raíces y se trasladen de los espacios públicos de decisión en el actual discurso sobre el cambio social? ¿Cuál es la propuesta de Maquiavelo?
4. ¿Cuál sería, para el articulista, la actitud del ciudadano en los momentos de crisis social?
5. Según el artículo, ¿cómo han de ser las urbes, para el pensador renacentista, en las que se produzcan cambios con consecuencias determinantes en la historia?

**Texto para las cuestiones de 6 a 10****Manuel Castells: “La sociabilidade real se da hoy en Internet”**

Recién llegado del agitado Brasil, anda a las corridas este sociólogo español ciudadano del mundo. Sus textos lo convierten en el teórico más citado en trabajos sobre tecnologías de la comunicación mundialmente. Ahora que los contrapoderes también se organizan en red, ausculta el nuevo escenario de los movimientos sociales. **Redes de indignación y esperanza** tituló su último libro.

**- Cuando hablamos del origen de su obra siempre hacemos referencia a todos esos exilios forzados por los que debió pasar. Huir del franquismo primero, de los coletazos del Mayo francés después, recalar en el Chile de Allende, ¿qué impacto tuvo en el perfil multicultural de su obra?**

- Me marcó en dos sentidos. En términos de contenido aprendí que las relaciones de poder son fundamentales en toda sociedad. Quienes tienen el poder, organizan, institucionalizan nuestras vidas en función de sus intereses y valores. Al mismo tiempo, como agente que, afortunadamente, no acepta ese tipo de instituciones políticas, prácticas sociales y empresariales que no están en concordancia con sus deseos y aspiraciones, aprendí que siempre hay un contrapoder. Todo depende de cómo se jueguen estas relaciones de poder, que no se traducen sólo en el ámbito político o del Estado, sino que están en todos lados. Por eso las estudié en la ciudad, en la globalización, en la tecnología, en las identidades, y finalmente en los movimientos sociales, que para mí son el actor fundamental.

**- Aquel inicio suyo coincide con lo que podríamos llamar los setentas (el Mayo francés, la buena salud del bloque socialista). En aquellos movimientos sociales, subyacía un factor ideológico que ha perdido presencia en los nuevos, ¿qué cambió?**

- Es que los movimientos sociales no buscan tomar el poder. Nunca. Cuando lo intentan se vuelven movimientos político revolucionarios, que es otra cosa. El movimiento social busca cambios en las mentes de las personas y en las categorías culturales con las que la sociedad, normalmente, se piensa a sí misma. Desde este punto de vista, todos los grandes cambios en Europa y en gran parte del mundo salieron de los movimientos sociales de los 60 en los Estados Unidos, y del Mayo francés, principalmente. Ecologismo, derechos de la mujer, ideas modernas de autogestión, independencia de los partidos políticos... es lo que vemos ahora. Nuestro enemigo en el Mayo francés era tanto el Partido Comunista Francés como el capitalismo. Lo que se hundió en lo que nunca se propuso, tomar el poder. Es un error interpretarlo en categorías tradicionales. No queríamos nada de eso.

**- Si tomar el poder no es lo superlativo, ¿estos movimientos no terminan por diluirse o volverse funcionales a las verdaderas redes del poder?**

-No, porque lo peor que puede hacer un movimiento social es transformarse en lo mismo que combate. Conquistar el poder para hacer más o menos lo mismo, como ocurre con la social democracia, sepulta la legitimidad del proyecto. Si llegar al poder quiere decir gestionar todo aquello contra lo que se lucha con un acento más de izquierda pues no estamos frente a un movimiento social. Eso es la izquierda política, que es muy importante, pero los cambios culturales implican otro proceso. En términos políticos, un año después del Mayo francés cayó De Gaulle, se tuvo que jubilar. Poco tiempo después cayó la derecha francesa, remplazada por el socialismo, entonces, también se determinaron cambios políticos en Francia. Pero la idea de que si no se llega al poder se le hace el juego a los que están en el poder es histórica y empíricamente errónea. Todos los movimientos sociales terminan siendo o cooptados o destruidos. Nunca ganan como movimientos sociales. Lo que ganan son sus ideas. La cuestión es cuál es su productividad histórica una vez que desaparecen, ¿Desaparecen y ya, o desaparecen y germinan algunas de esas ideas que los movilizaron?

- **Hubo movimientos sociales inspirados en el marxismo, cristalizados en la revolución rusa, desvirtuados con el estalinismo. Hay varios ejemplos como este, pero lo que primaba eran las identidades fuertes, ideas y conceptos marcados y definidos, ahora parece todo más difuso...**

- Sí, pero esa es la fuerza de estos movimientos. La revolución soviética fue un golpe de Estado, en el sentido que remplazó un estado por otro aunque fuera totalmente distinto y funcionara con una lógica distinta. No nació de un movimiento social, y si nació, este fue remplazado y destruido por los bolcheviques, que era un grupo minoritario en el movimiento revolucionario antizarista. Luego el imaginario colectivo de América latina ignora durante mucho tiempo la realidad de una de las experiencias totalitarias más crueles de la historia. El movimiento social había sido aplastado en esos meses de revolución y durante la guerra civil que siguió. Los marinos de Kronstadt, los campesinos revolucionarios de Makhno, estos eran verdaderos movimientos sociales a los que el régimen soviético se dedicó a liquidar ya desde Lenin. Después Stalin lo organizó científicamente. El movimiento social fue el movimiento obrero, que tuvo un impacto histórico e institucional muy importante expresado en grandes progresos y reformas sociales. Los derechos de los trabajadores, el derecho al voto, el estado de bienestar, lo convirtieron en un movimiento que dio grandes cambios sociales y políticos de la historia. El movimiento obrero era el movimiento social, pero no fue esto lo que germinó en la Unión Soviética.

- **Entonces, ¿con qué podríamos identificar hoy el concepto de lucha de clases si es que cabe alguna equivalencia?**

- Es un concepto que tuvo su papel histórico, pero que hoy simplemente no va con esta realidad. Las luchas sociales que hay ahora definitivamente no son luchas de clase. Aquí, en Europa, o en cualquier lugar. Para empezar son luchas por los derechos humanos. La palabra clave para todas estas luchas es dignidad. Se produce un efecto de indignación en defensa de la dignidad, una explosión espontánea de gente que se siente humillada constantemente por el sistema político. No es una lucha de clases, aunque se puede encontrar siempre un contenido en la reivindicación social, en la explotación o la pobreza. Absolutamente. No son construcciones mentales arbitrarias, salen de una experiencia de explotación y ahí sí se puede expresar que hay una estructura de clases en la sociedad, pero las luchas no son de clase en casi ninguna parte del mundo. La única lucha de clase, y esto resulta interesante y paradójico, se está dando en China.

- **Disputas que se derivan de las nuevas matrices laborales en la sociedad en red, que usted describe: ¿es necesario crear nuevas categorías para pensar sociológicamente este cambio?**

- Hay que partir de la observación y buscar las categorías más simples. Por ejemplo, en todo el mundo estamos en un proceso de flexibilización laboral y de individualización de estas relaciones. Es un proceso de desocialización. Si la sociedad industrial tomó artesanos y campesinos y los integró a grandes organizaciones en las que materialmente se unificaban las condiciones de trabajo y por lo tanto se formaba una clase, ahora vemos que sucede lo contrario. Asistimos a la disolución de estas grandes concentraciones de trabajo están cada vez más individualizadas. Los sindicatos siguen existiendo y seguirán siendo importantes por un tiempo, pero son organizaciones sociopolíticas, mucho más que organizaciones de defensa de los trabajadores en concreto, salvo en el sector público.

- **¿Podemos decir entonces que el gran objetivo de estos movimientos es volver representativa de verdad a esta democracia tan poco representativa?**

- Es justamente eso. Son movimientos absolutamente diversos que crecen en culturas y contextos diferentes. Pero tienen tres comunes. Se inician por Internet, viven siempre en la red y desde allí van y vienen al espacio urbano, son rizomáticos. Segundo, parten de una indignación espontánea, y ante todo defienden su dignidad. Y tercero: en cuestión de objetivos programáticos, tienen tantos programas que no tienen ninguno. No hay un objetivo ni una ideología común, pero como usted dice muy bien, en todos los casos el tema central es la democracia.

Son movimientos por la democracia. Y propugnan la construcción de un nuevo sistema de representación de las voces de los ciudadanos, son movimientos prodemocracia pero de una democracia en cuya búsqueda están. No tienen un modelo definido, pero buscan formas que no son las actuales.

**- Su obra toda es una apuesta al cambio social. ¿Trabaja siempre pensando en la acción, en llecar al territorio sus trabajos académicos? Y si es así: ¿como le gustaría, una vez que pase este momento de confusión, de transición sociopolítica, que sus ideas se vieran reflejadas?**

- El cambio social no era mi pasión, sino mi deber, mi deber moral frente a la sociedad para no quedarme encerrado solo como un investigador. Soy feliz escribiendo, investigando, enseñando, esto es el centro de mi vida. Y en la investigación, cuanto más ligada al cambio social está, más importante es que sea rigurosa y no ideológica. Hacia el futuro yo estoy intentando entender realmente cuál es este proceso de transición histórica hacia nuevas formas de civilidad y de construcción de la coexistencia entre los humanos, algo que veo en peligro. Voy a seguir en esto, pero a la vez llevo tres tipos de investigación empírica. Una, sobre la crisis, que aqui en la Argentina no la notan, también trabajo sobre las formas de economía alternativa que están surgiendo en Europa, que es básicamente la economía de la solidaridad, y estoy trabajando en ver como estos movimientos, que ya estoy convencido son el patrón de movimientos sociales de nuestro siglo, llegan o no a producir cambios institucionales y de políticas sociales y económicas que afecten de manera positiva la vida de la gente. Esto no lo podemos inventar, ninguna teoría lo puede solucionar, es mirando estos movimientos que aprenderemos. En ello estoy.

Internet: <[www.revistaenie.com](http://www.revistaenie.com)> (adaptado)

### Cuestiones

6. A partir de la entrevista al profesor Castells, desarrolle la evolución que han sufrido los movimientos sociales a lo largo del tiempo.
7. Para el sociólogo entrevistado, ¿en qué consiste la victoria de los movimientos sociales? Justifique su respuesta.
8. ¿Cuál es la diferencia, según Castells, entre los movimientos sociales y los movimientos político revolucionarios?
9. La observación le há llevado al autor de Redes de indignación y esperanza a descubrir una evolución en los moldes laborales desde la época industrial hasta la actualidad. ¿en qué consiste esta evolución para el autor?
10. Para el intelectual entrevistado, ¿cuál es la relación de los movimientos sociales actuales con los que puedan aparecer a lo largo del presente siglo? ¿Qué es lo que ello puede suponer en los ciudadanos? Justifique su respuesta.

## VINICIUS FOX DRUMMOND CANÇADO TRINDADE (38,7/50)

3,35

Não é permitida marca identificadora nesta página.

## CUESTIÓN 1

1 Según el texto, para Maquiavelo, la misión de las sociedades  
 2 en la historia es de <sup>ponerse</sup> ponerse en movimiento,  
 3 preparadas para la promoción de grandes cambios a lo largo  
 4 del tiempo. En este marco, es esencial un espacio urbano  
 5 de garantía de la autonomía y libertad.

CG 1,25 CT 0,70 OI 0,70 CL 0,70

## CUESTIÓN 2

1 De acuerdo con el texto, la obra de Maquiavelo construyó  
 2 una visión revolucionaria de la teoría de la democracia, basada  
 3 en la libertad y el pluralismo político como condiciones  
 4 para la constitución de una ciudad moderna.  
 5

CG 0,70 CT 0,70 OI 1,25 CL 1,25

## CUESTIÓN 3

1 El autor analiza el discurso sobre el cambio social bajo un ángulo  
 2 negativo, puesto que se está transformando en una ideología de  
 3 tendencias antidemocráticas, sin el necesario debate político. En este  
 4 contexto, la propuesta de Maquiavelo es de defensa de un espacio público  
 5 plural que pueda producir una deliberación entre los ciudadanos.

CG 0,70 CT 1,25 OI 0,70 CL 1,25

## CUESTIÓN 4

1 En los momentos de crisis social, el autor critica la actitud de  
 2 trasladar de los espacios públicos y de adoptar un activismo  
 3 omisivo de los dilemas de la actualidad. Siendo ello así, en estos  
 4 momentos, es necesario ingresar en los ~~espacios~~ grupos de debate y  
 5 deliberación política.

CG 0,70 CT 0,70 OI 0 CL 0,70

Não é permitida marca identificadora nesta página.

**CUESTIÓN 5**

4,45

1 De acuerdo con Maquiavelo, para que las ciudades tengan el  
2 poder para acometer cambios determinantes en la historia,  
3 es necesario la garantía de un espacio de autonomía y  
4 libertad de los ciudadanos, donde disputas y enfrentamientos  
5 produzcan una fuerte ciudadanía y vitalidad social.

**CUESTIÓN 6**

3,90 CG 0,75 CT 1,25 OI 1,25 CL 1,25

1 A partir de la entrevista de Manuel Castells, se concluye que los  
2 movimientos sociales han sufrido una importante evolución. En efecto,  
3 los movimientos actuales no son de luchas de clases, sino que de luchas  
4 sociales espontáneas por los derechos humanos y la dignidad.  
5

**CUESTIÓN 7**

5

CG 1,25 CT 0,75 OI 0,75 CL 1,25

1 Según el entrevistado, la victoria de los movimientos sociales  
2 consiste en la germinación y la repercusión histórica de  
3 sus ideas políticas, con el objetivo de promover cambios  
4 en la sociedad.  
5

**CUESTIÓN 8**

3,90

CG 1,25 CT 1,25 OI 1,25 CL 1,25

1 El entrevistado señala <sup>que</sup> la diferencia básica entre los movimientos  
2 sociales y los movimientos políticos revolucionarios es que estos  
3 intentan tomar el poder. En este marco, lo que los movimientos  
4 sociales buscan, en realidad, es el cambio en las mentes de  
5 las personas.

CG 0,75 CT 1,25 OI 0,75 CL 1,25

Não é permitida marca identificadora nesta página.

**CUESTIÓN 9**

4,75

1	Según Manuel Castells, el proceso de flexibilización laboral en
2	redes de trabajo y la creciente individualización de estas
3	relaciones son las características principales de la evolución de
4	los moldes laborales desde la época industrial, marcados en
5	el pasado por grandes organizaciones unificadas.

**CUESTIÓN 10**

4,45 (CG 1,25 CT 1,25 OL 1,25 CL 0,70)

1	Para el entrevistado, los movimientos sociales actuales propugnan
2	la construcción de un nuevo sistema de representación de
3	los intereses de los ciudadanos y consisten en el patrón
4	de otros movimientos que puedan aparecer a lo largo del siglo.
5	

CG 1,25 CT 0,70 OL 1,25 CL 1,25

# FRANCÊS

## Texte pour les questions 11 à 20

### Qu'est-ce qu'une puissance au XXI<sup>e</sup> siècle ?

Avant de tenter d'éclairer cette question, il convient de s'entendre sur les concepts. Celui de puissance, qui s'applique à toute unité active et en particulier à toute unité politique, est l'un des plus discutés dans la littérature. Il prête à beaucoup de confusion. Je commencerai donc par préciser ma propre interprétation. Il importe de distinguer entre pouvoir et puissance.

J'appelle pouvoir d'une unité active la capacité de mobiliser ses ressources dans des directions déterminées, et potentiel l'ensemble des objectifs virtuellement atteignables par cette mobilisation. La notion de puissance concerne le passage du virtuel au réel, c'est-à-dire le passage à l'acte, à la fois discontinuité et choix. Toute unité active dispose de ressources. Dans la littérature américaine, on parle souvent des ressources of power, sans d'ailleurs distinguer, s'agissant du mot power, entre pouvoir, potentiel et puissance. L'Organisation qui dirige l'unité active exerce, par définition, le pouvoir collectif. Typiquement, le Gouvernement pour un Etat. Cette Organisation peut elle-même s'analyser comme une unité active et ainsi de suite, comme des poupées gigognes. L'identification du potentiel est un travail qualitatif auréolé d'incertitude, qui repose sur une analyse de l'environnement et sur une réflexion concernant le croisement des stratégies, celles de l'unité active en question, et celles de ses partenaires comme de ses opposants.

Sans ressources, il n'y a ni pouvoir ni potentiel. Une unité active peut disposer de ressources sans être capable de les mobiliser dans une direction voulue. Dans les deux cas, le problème de la puissance ne se pose pas. Naturellement, ces deux situations extrêmes n'existent pas dans la réalité. Toute unité active dispose d'un minimum de ressources et d'un minimum de capacité d'en faire usage. Mais on ne doit pas négliger le troisième cas, où l'impuissance provient non pas de l'absence de ressources ou de direction, mais d'un blocage dans une conjoncture particulière, face au passage à l'acte. Répétons que le passage à l'acte, c'est-à-dire la transition du virtuel au réel, est toujours une discontinuité.

Les ressources, humaines et matérielles, sont donc à la base de la puissance. Par ressources humaines, j'entends le capital humain dans l'acception pleine du terme, avec ses dimensions démographiques au sens large, mais aussi les forces morales, typiquement dérivées de la culture, de l'idéologie, de la religion ou des émotions. Un aspect essentiel de l'idéologie concerne les territoires, et constitue historiquement l'essence de la notion de géopolitique. [...]

Ainsi entendues, les ressources humaines incluent le travail au sens économique, mais aussi les facteurs sous-jacents au soft power. Cette expression, forgée par le professeur Joseph

Nye dans le contexte de ses travaux sur l'avenir de la puissance américaine, se réfère à la capacité d'obtenir des autres ce qu'on veut qu'ils fassent, sous le seul effet de la conviction. Le leadership en est le prototype. Le rayonnement des cultures et le mouvement naturel des idées en sont des manifestations plus diffuses. Le soft power est donc d'ordre psychologique et sociologique. Par contraste, le hard power concerne la mobilisation de ressources tangibles, lesquelles recouvrent évidemment une gamme très large de biens souvent complémentaires au soft power, qu'il s'agisse par exemple de faire de la propagande, de diffuser une culture, de menacer de faire la guerre ou de la faire effectivement. Je ne donne pas ces exemples au hasard, mais pour montrer qu'en pratique le soft power est presque toujours associé à une dose de hard power. Toujours inspiré pour forger de nouvelles expressions, Joseph Nye parle aussi de smart power pour qualifier ce type de couplage, où le hard power intervient en soutien au soft power et non l'inverse. Il fut un temps où l'Union soviétique excella dans ce domaine et, de nos jours, les exemples abondent. Je pense par exemple aux Jeux Olympiques. Les unités actives, en particulier les unités politiques, sont inégalement habiles face à l'exercice du smart power. En particulier, quand il s'agit de travailler sur leur image et leur réputation. [...]

J'ai défini le pouvoir comme la capacité de mobiliser des ressources dans une direction déterminée. Cette mobilisation et cette direction sont décidées par une Organisation qui elle-même doit souvent être analysée comme une unité active avec sa propre Organisation et ainsi de suite. Ceci conduit à l'idée, essentielle dans les sociétés contemporaines – et certainement de plus en plus dans les prochaines décennies -, de ce que j'ai appelé les "usines de production des décisions". Un aspect important de cette question est la tendance à l'organisation du pouvoir par ressource, et donc à une forme de séparation des pouvoirs, évidemment différente de celle de Montesquieu. Ainsi parle-t-on couramment de la puissance économique, de la puissance militaire ou du pouvoir culturel. Chaque pouvoir est associé à une catégorie de ressources, mais aussi à une catégorie d'objectifs pensés comme susceptibles d'être atteints par leur mobilisation, à la limite indépendamment des autres ressources. La tendance au fractionnement, qui est liée à la technicité croissante de chaque domaine, ne s'arrête évidemment pas là. En économie, on distinguera par exemple la puissance industrielle et la puissance financière ; dans les armées, entre la puissance terrestre, navale ou aérienne.

[...] L'imperfection de telles "usines" est reconnue, au moins depuis la thèse célèbre de Graham Allison sur la crise des missiles de Cuba . Par imperfection, j'entends les inefficacités mais, plus gravement, le risque de produire des décisions aberrantes ou catastrophiques. Je crois que cette question de la coordination des pouvoirs, qui touche à la fois au fonctionnement interne des Etats et aux différents modes de la coopération internationale, donc à la gouvernance mondiale à tous les niveaux, est l'une des plus importantes qui nous soit posée au XXIe siècle. L'enjeu a considérablement augmenté avec l'apparition du cyber-pouvoir, celui-là non spécifiquement militaire. Il s'agit de la capacité, pour toutes sortes d'unités actives, d'agir sur le "cyber-espace", c'est-à-dire sur les systèmes de toute nature qui sont connectés directement ou indirectement via Internet. L'affaire Wikileaks a révélé la fragilité du secret diplomatique. Américains et Israéliens ont apparemment démontré leur capacité à intervenir sur les installations nucléaires iraniennes, ce dont beaucoup peuvent se réjouir, mais on parle moins de cyber-attaques quotidiennes dans le monde, qui font froid dans le dos. Des scénarios cauchemardesques sont devenus concevables sinon probables, comme un accident majeur provoqué sur une centrale nucléaire, la neutralisation de tous les

systèmes informatiques d'une banque ou d'un système de communication aérien, ou même l'assassinat à distance de patients porteurs d'équipements thérapeutiques digitalisés. La difficulté est que l'internet s'est développé de façon épigénétique, de sorte qu'aucun plan n'a inclus les préoccupations de sécurité à son origine. Aujourd'hui, le système est massivement asymétrique, en faveur de l'attaque. Je crains qu'on ne se trompe guère en prédisant l'occurrence d'une catastrophe majeure, tôt ou tard. Il est plus difficile d'en prévoir les conséquences, mais l'une d'entre elles pourrait être une tendance à la nationalisation du Web, ce qui est techniquement possible. Cette perspective n'est d'ailleurs pas la seule dans le sens d'un ralentissement de la mondialisation et d'un retour partiel aux formes plus classiques de la puissance.

Thierry de Montbrial, séance de l'Académie des sciences morales et politiques du 07/01/13

### Questions

11. Quelles sont les raisons qui amènent T. De Montbrial à distinguer pouvoir et puissance ?
12. Cette Organisation peut elle-même s'analyser comme une unité active et ainsi de suite, comme des poupées gigognes. » (paragraphe 2) Expliquez dans ce contexte l'expression « poupées gigognes ».
13. D'après la définition de T. De Montbrial, l'ONU constitue-t-elle une puissance ?
14. Redéfinissez avec vos propres mots la notion de ressources humaines, telle que l'entend T. De Montbrial.
15. Dans quel domaine le Brésil peut-il, selon vous, accroître son rayonnement ?
16. Donnez une définition complète ainsi qu'un exemple de ce que J.Nye appelle « smart power ».
17. Pour vous, l'organisation de grands événements sportifs relève-t-elle d'un acte de soft power prépondérant pour l'essor d'un pays ?
18. Comment comprenez-vous l'affirmation suivante : « Les usines de production des décisions » occasionnent une forme de séparation des pouvoirs bien différente de celle de Montesquieu (paragraphe 6) ?
19. Selon T. De Montbrial, quel pouvoir a-t-il fait son apparition au cours du XXIème siècle ? Citez quelques exemples de son potentiel d'action ?
20. A la fin du texte, l'auteur avance l'idée suivante : « Le ralentissement de la mondialisation et d'un retour partiel aux formes plus classiques de la puissance. » Explicitez ce que pourrait être « un retour aux formes classiques de puissance. »

## LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (44,75/50)

NÃO é permitida marca identificadora nesta página.

## QUESTION 11

3,5

1 Thierry de Montbrial souligne qu'il est important de faire la différence entre  
 2 le pouvoir et la puissance car ces concepts sont souvent mélangés. L'auteur  
 3 précise que le pouvoir est la capacité d'un pays de faire valoir ses ressources pour  
 4 atteindre un but quelconque. À son tour, la puissance serait en relation avec  
 5 l'utilisation effective de ces ~~ressources~~ <sup>moyens</sup> avec l'action elle-même, donc.

R 1,5 L 1,25 S 0,75

R 1,5 L 1,25 S 0,75

## QUESTION 12

2,5

1 L'expression "pompes à vapeur" est utilisée par l'auteur pour transmettre l'idée  
 2 de contrôle d'une organisation sur une autre qui obéit à la précédente  
 3 comme une pompe. Dans le contexte de la stratégie militaire, la tête est  
 4 le gouvernement, alors que la pompe est l'unité active, c'est-à-dire  
 5 les ressources à mobiliser.

R 0 L 2 S 0,5

R 0 L 2 S 0,5

## QUESTION 13

5

1 L'ONU est une organisation internationale contrôlée par ses États-membres  
 2 État-membres. Or, il est évident qu'elle dispose de moyens importants  
 3 en matière de pouvoir. En même temps, il est aussi vrai que l'ONU  
 4 n'a aucune capacité de transformer ses ressources en action sous mandat du Conseil  
 5 de Sécurité, d'où l'on pourrait conclure qu'elle ne constitue pas, à vrai dire, une puissance.

R 2 L 2 S 1

R 2 L 2 S 1

## QUESTION 14

4,75

1 Pour T. De Montbrial, les ressources humaines sont non seulement  
 2 les personnes peuplant un pays pays, mais aussi sa production  
 3 intellectuelle, sa capacité de créer des ressources économiques ainsi  
 4 que des concepts d'ordre moral et religieux. Et les atouts  
 5 seraient qu'un pays dispose d'un "soft power" assez important.

R 2 L 1,75 S 1

R 2 L 1,75 S 1

NÃO É PERMITIDA MARCA IDENTIFICADORA NESTA PÁGINA.

## QUESTION 15

4,75

1 Le Brésil est un pays qui dispose d'innombrables ressources ~~est~~ <sup>tant</sup>  
 2 au niveau économique <sup>économique</sup> ~~est~~ au niveau des ressources humaines. À mon  
 3 sens, le pays peut tirer profit de son paysage, de sa culture, de sa  
 4 musique et aussi de sa tradition ~~pacifique~~ de son constitution pour  
 5 augmenter son influence dans le monde. de même est aussi utile dans ce sens.  
 R1 L1,75 S2 R1 L1,75 S2

## QUESTION 16

4,25

1 Le concept de "soft power" sert à introduire une situation dans laquelle  
 2 un État, pour faire croire son rayonnement et son "soft power",  
 3 utilise des moyens "durs", soit le hard power. Quand les États Unis utilisent  
 4 leur poids économique pour ouvrir les marchés européens aux  
 5 films de Hollywood, c'est bien à cela qu'on compare. R2 L1,25 S1  
 R2 L1,25 S1

## QUESTION 17

5

1 Je pense que l'organisation de grands événements sportifs ne peut  
 2 devenir un acte de "soft power" que si le pays concerné a déjà une  
 3 réputation internationale importante. Le cas de la Russie est ~~un~~ <sup>un</sup>  
 4 exemple de faible utilisation de "soft power" même aux ~~les~~ <sup>les</sup> JO  
 5 de Sochi qu'elle organise. Par contre, le Brésil tire profit de ce type d'événement.  
 R1 L2 S2 R1 L2 S2

## QUESTION 18

5

1 Montesquieu a décrit un système de gouvernement où coexistent trois pouvoirs  
 2 indépendants: l'exécutif, le législatif et la justice. Or, les unités de production  
 3 des décisions dont parle l'auteur sont elles aussi des centres de pouvoir, mais  
 4 cela concerne le domaine des ressources stratégiques telles que le secteur  
 5 économique, ~~le~~ militaire et ~~le~~ culturel.  
 R2 L2 S1 R2 L2 S1

NÃO é permitida marca identificadora nesta página.

## QUESTION 19

5

1	d'auteur signale l'apparition du cyber-pouvoir au cours du XXI <sup>ème</sup>
2	siècle. Le potentiel d'action de ce pouvoir n'est déjà fait sentir
3	lors de <del>la publication</del> <sup>la publication</sup> des secrets diplomatiques américains par WikiLeaks. D'autres
4	actions possibles nécessitent des cyber-attaques provoquant des catastrophes
5	nucléaires ou bien la <del>chute</del> <sup>mise hors service</sup> provoquée d'un système stratégique ou autre.

R 2 L 2 S 1

R 2 L 2 S 4

## QUESTION 20

5

1	Les formes classiques de la puissance sont celles qui ont <del>ont</del> <sup>ont</sup> origine
2	une source nationale. Cela veut dire que si l'Internet devient de
3	plus en plus nationalisée (contrôlée par les États), elle risque de se
4	transformer en tableau de jeu stratégique où les pays font la guerre
5	(quoique <del>interelle</del> <sup>mémorable</sup> ) pour dominer les autres, comme dans le passé.

R 1 L 2 S 2

R 1 L 2 S 2